

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

**RAIMUNDO SANTOS**

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM SERTANEJA MARANHENSE A PARTIR DAS  
LEITURAS DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, linha de pesquisa História Social da Cultura, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses

**Belo Horizonte**  
**2014**

**RAIMUNDO SANTOS**

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM SERTANEJA MARANHENSE A PARTIR DAS  
LEITURAS DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, linha de pesquisa História Social da Cultura, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses

**Belo Horizonte  
2014**

981.21

S237c

2014

Santos, Raimundo Lima dos

A construção da imagem sertaneja maranhense a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro [manuscrito] / Raimundo Lima dos Santos. - 2014.

251 f.

Orientador: José Newton Coelho Meneses .

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ribeiro, Francisco de Paula. 2. História – Teses. 3. Pecuária – História – Teses. 4. Maranhão (MA) – Vida intelectual. 5. Maranhão (MA) – História – Teses. I. Meneses, José Newton Coelho. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Tese intitulada A construção da imagem sertaneja maranhense a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro, de autoria do doutorando Raimundo Lima dos Santos, avaliada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG) (Orientador)

---

Prof. Dr. Adriane Aparecida Vidal Costa (UFMG)

---

Prof. Dr. Leticia Julião (UFMG)

---

Prof. Dr. Cláudio De Nipoti (UEPG)

---

Prof. Dr. Marcelo Cherche Galves (UEMA)

---

Prof. Dr. Kátia Gerab Baggio (UFMG) (suplente)

---

Prof. Dr. James William Goodwin Junior (CEFET-MG) (suplente)

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2014.

Os homens criam as ideias, as ideias  
recriam os homens e nessa relação  
inventamos o mundo.

Raimundo Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao orientador desta tese, José Newton, primeiro por ter acreditado nesse projeto quando ele era apenas um conjunto de intuições mais ou menos organizadas. Igualmente agradeço ao fato de ter tido a autonomia necessária para o delineamento das diretrizes e para a própria confecção do trabalho em si; a combinação entre ajuda e liberdade foi essencial para esta pesquisa.

Gostaria de agradecer também á supervisora de meu estágio no exterior, Cláudia Poncioni, da Université Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, pelo acolhimento em sua Universidade e pelas indicações de leitura, quando do meu estágio doutoral na França.

Je voudrais également remercier Madame Nelly Rambaud et sa famille - José, son compagnon, et ses enfants Etienne, Florent et Laura - pour m'accueillir dans son pays et sa maison.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – Fapema, pela bolsa concedida durante a maior parte do meu doutorado.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela bolsa concedida no exterior, durante o estágio doutoral.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central mostrar o histórico processo de construção da identidade sertaneja maranhense. Para isso, é exposta parte das memórias do militar português Francisco de Paula Ribeiro, que viveu e trabalhou no Maranhão nas primeiras décadas do século XIX. Considera-se aqui o conceito de ilustração nas suas vertentes filosófica, econômica, política e cultural, como elemento norteador das ações do militar, bem como de sua própria nação, na relação com o Brasil. Ainda que suas memórias tivessem um caráter prático, para atender aos interesses econômicos e políticos de Portugal, as descrições sobre a região versam sobre diferentes assuntos. Ainda que não seja uma elaboração do próprio autor, sua narrativa é lida, neste trabalho, considerando quatro pontos, a saber, aspectos econômicos, políticos, culturais e geográficos. Foi com base nesses temas que a identidade sertaneja se configurou ao longo do tempo nos escritos de importantes intelectuais maranhenses, a exemplo de Parsondas de Carvalho, Carlota Carvalho e Dunshee de Abranches. Essa posterior geração de intelectuais retomou, de maneira muitas vezes indireta, algumas impressões de Paula Ribeiro sobre a região e deu ênfase, entre outros temas, a determinados aspectos da cultura, economia, política e da geografia regional, de modo que acabaram por contribuir com a própria formação identitária desse lugar.

**Palavras-Chave:** Ilustração; Sertão maranhense; Paula Ribeiro; Intelectuais maranhenses.

## ABSTRACT

This paper has as main objective to show the historical process of identity construction of Maranhão hinterland. For this purpose, part of the memories of the Portuguese military Francisco de Paula Ribeiro, who lived and worked in Maranhão in the first decades of the nineteenth century, is exposed

Is considered here the concept of illustration, in its various aspects, philosophical, economic, political and cultural, as a guiding element of the actions of the military, as well as its own nation, the relationship with Brazil.

Although their memories had a practical character to meet the economic and political interests of Portugal, the descriptions of the region cover different subjects.

Although it is not a production belonging to the author, his narrative is read, in this work, taking about four points, namely economic, political, cultural and geographical aspects.

Based on these themes, the hinterland identity was formed over time in the writings of Maranhão important intellectuals, like Parsondas Carvalho, Carlota Carvalho and Dunshee de Abranches.

This later generation of intellectuals resumed, often indirectly, Paula Ribeiro some impressions about the region and emphasized, among other themes, certain aspects of the culture, economy, politics and regional geography, so that eventually contribute to the very identity formation of this place.

**Keywords:** Illustration, Maranhão hinterland; Paula Ribeiro; Intellectuals from Maranhão, State of Brazil.



## Sumário

Introdução.....	9
CAPÍTULO PRIMEIRO: DA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ILUSTRADO À FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SERTÃO MARANHENSE .....	21
O iluminismo português .....	24
Mudanças no sistema educacional português.....	30
Transformações econômicas em Portugal .....	40
Portugal e Brasil no início do século XIX.....	51
O descoberta do sertão nordestino.....	59
A descoberta do sertão maranhense.....	70
CAPÍTULO SEGUNDO: A DESCRIÇÃO DOS SERTÕES MARANHENSES PELO OLHAR DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO .....	83
Percepções econômicas .....	95
Percepções políticas.....	118
Percepções culturais .....	142
Percepções geográficas.....	154
CAPÍTULO TERCEIRO: A RESSIGNIFICAÇÃO DAS PERCEPÇÕES RIBEIRIANAS E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SERTÃO .....	165
O olhar de Parsondas de Carvalho.....	169
O olhar de Carlota de Carvalho .....	191
O olhar de Dunshee de Abranches .....	217
Considerações finais.....	239
REFERÊNCIAS .....	242

## Introdução

O historiador vive constantemente à beira de abismos, que podem ser a distinção entre “verdadeiros” e “falsos”, podendo ser estas “categorias,” nos dias de hoje, uma das armadilhas do ofício. Contudo, apesar dos riscos, a ideia de uma verdade ou uma veracidade não deve ser abandonada, pois o espírito da musa Clio se alimenta dessa busca. Nessa perspectiva, uma das perguntas a fazer seria quais os limites da verdade histórica e talvez, mais do que se possa pensar, seja realmente, em grande medida, uma questão fiduciária, conforme já assinalara Paul Ricoeur.<sup>1</sup> Dessa maneira, não se pode negar que está em jogo o elemento criativo de quem constrói um texto. É sedutor crer no decisivo caráter inventivo do historiador e admitir que essa premissa não é, de forma alguma, relativizar *ad infinitum* a verdade historiográfica e esvaziá-la de substância; seria sim, reconhecer que, além de “ciência”, ela é também arte. Ainda que se almeje estar fora destes dilemas, o historiador não estará livre de outros, pois eles fazem parte das maldições ou dádivas, que lhes dão uma singularidade na forma de apreender o mundo. Esta forma idiossincrática de perceber e explicar a realidade está na própria essência do ofício de quem lida com a história. Se ela é boa ou ruim, fica a critério de cada olhar, mas é o único meio para compreender as relações dos homens e mulheres no tempo e no espaço.

É importante lembrar que nem sempre foi assim, na verdade, essa visão historiográfica é relativamente recente, pois ganhou força a partir da segunda metade do século XX. Juntamente com o surgimento de várias outras questões importantes, a retomada da perspectiva narrativa foi de grande valor para uma nova mudança metodológica no fazer histórico. Se antes sua tarefa consistira em “resgatar” o passado, ela passou para outro patamar, o de reconstruí-lo, o que, necessariamente, resulta em outro produto, no máximo semelhante àquilo que existiu, mesmo assim, não menos importante para uma forma de compreensão. Nessa perspectiva, as supostas fraquezas dessa História mais fluida tornam-se virtudes, porque, ao reconhecer suas inevitáveis limitações metodológicas, não deixa de seguir adiante na busca de sentido para o mundo.

Com base nessa premissa, este trabalho parte da definição de narrativa, elemento metodológico chave para a sua compreensão, como sendo “o estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, o irregular e o acidental entram em uma ordem, ordem que não é anterior ao ato da escrita, mas coincide com ela, que é, pois,

---

<sup>1</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Capinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 171-3.

constitutiva de seu objeto”.<sup>2</sup> Nessa direção, já de acordo com Paul Ricoeur, mas na mesma linha de pensamento, uma narrativa se constitui como uma das descrições possíveis do real, vez que uma ação pode ser descrita sob diferentes perspectivas: das intensões dos agentes, de seus motivos, de seus fins ou ainda de outra maneira completamente distinta.<sup>3</sup>

Há uma clara diferença entre o que de fato acontece e o que posteriormente é descrito pelos historiadores ou pessoas em geral, pois o que se passou, ocorreu sempre de maneira imprevisível para os próprios agentes. Eles estiveram à mercê de circunstâncias que muitas vezes fugiam às suas próprias possibilidades de controle. “Nesse sentido, o ‘final’ de uma história é o polo magnético que orienta todo o processo”.<sup>4</sup> Por isso, a relação entre causa e efeito dos episódios só pode ser feita pelo historiador, que atribui significado a um emaranhado de acontecimentos incertos, em um presente impossível de ser alcançado, porque já passou; ele sintetiza e organiza esse passado num terceiro tempo, situado entre o passado e o presente, portanto, num tempo histórico. Longe de enfraquecer os méritos da verdade histórica, essa ressignificação não é apenas inevitável, é também de suma importância para as sociedades se compreenderem melhor. E embora o que as pessoas tivessem feito esteja num tempo inatingível, isso não deixa de ter consequências significativas para os posteriores.

É com base nessa perspectiva de narrativa, construção *a posteriori*, que este trabalho é construído. Ele tem como principal ponto de partida uma ideia chamada sertão e suas ressignificações ao longo do tempo no Maranhão. Esse conceito é de fundamental importância, inclusive por parte de seus próprios habitantes, para dar sentido a uma identidade sul maranhense. Com base na afirmação de que todos os povos constituem seus territórios, línguas, culturas, entre outros elementos, com o objetivo de se diferenciar dos demais, entende-se aqui identidade como uma “fonte de significados e experiências de um povo”.<sup>5</sup> Manuel Castells busca entender as sociedades em rede e distingue três formas de constituição identitária, que podem ser sinteticamente apresentadas da seguinte maneira: uma Identidade Legitimadora, introduzida por instituições dominantes, de modo a almejar o controle dos indivíduos; uma Identidade de Resistência, em que os marginalizados de uma sociedade procuram formas de se inserir no grupo do qual estão excluídos; e uma Identidade de Projeto, que é a construção de uma nova identidade com o objetivo de transformar a estrutura social.<sup>6</sup> Embora o contexto maranhense aqui estudado seja completamente diferente do analisado por

<sup>2</sup> LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 17.

<sup>3</sup> RICOEUR, P. *Historia y narratividad*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999, p. 91.

<sup>4</sup> RICOEUR, P. *Historia y narratividad...* 1999, p. 93. Tradução do autor deste trabalho.

<sup>5</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 22.

<sup>6</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade...* 1999, p. 24.

esse autor, pode-se dizer que há alguns pontos em comum entre ambos - a necessidade de os grupos encontrarem formas de reconhecimento quando estão marginalizados. No caso da identidade sertaneja maranhense, é possível enxergar uma identidade de resistência, com aspiração de se apresentar como de projeto.

Esta tese se propôs a buscar o entendimento da construção histórica da identidade sul maranhense, e para isso considerou de fundamental importância a análise de algumas narrativas. A primeira delas são as memórias do militar português Francisco de Paula Ribeiro, produzidas na segunda década do século XIX, para atender aos interesses da Coroa portuguesa. A primeira memória relata sua viagem à fronteira entre as capitanias do Maranhão e Goiás no ano de 1815. A segunda trata das descrições do território sertanejo, e a terceira, sobre a memória das “nações gentias”. Inseridos nesses temas mais gerais, os textos relatavam os mais diversos assuntos na esfera de interesses de Portugal e do próprio narrador. A primeira dessas memórias não tem data, mas, pela sua maneira de destacar os dias dos principais acontecimentos, subentende-se que tenha sido na mesma época do trabalho; já as outras duas e um mapa sobre a capitania maranhense são datadas de 1819. Os textos originais estão perdidos, existindo as versões publicadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB entre os anos 1841 e 1849. Seu objetivo profissional era claro: apresentar informações diversas sobre a parte sul da capitania do Maranhão, os sertões de Pastos Bons, como era chamada aquela região, no intuito de mostrar o potencial econômico da região para o aproveitamento da Coroa portuguesa.

Decorrente deste trabalho, havia vários outros objetivos, como o de sugerir maneiras de controle social e político da região. Para isso, ele apresentou diversas informações sobre aquelas terras, a exemplo de elementos sobre a paisagem e a cultura. Em consequência disso, suas descrições transcenderam os aspectos utilitários ao adentrar aspectos estéticos e sentimentais, a saber: perspectivas, dúvidas, medos, assim como uma série de outros pontos. Tanto os elementos práticos quanto os subjetivos foram importantes para intelectuais maranhenses entenderem sua própria região. Com base numa releitura, eles escreveram sobre os sertões e levaram novas perspectivas sem, no entanto, fugir a algumas influências das descrições dita aqui ribeirianas.

Para fazer a relação entre este viajante e os intelectuais maranhenses, é preciso certo esforço imaginativo, pois eles não estão em diálogo direto com citações explícitas. Neste

trabalho, eles são postos em diálogo pelo que expressam sobre o sertão e a maneira como o fazem. Para tanto, foi necessário recorrer às pistas deixadas ao longo das narrativas. O método indireto de busca é conhecido por paradigma indiciário e tem na figura de Carlo Ginzburg um de seus principais expoentes. Para esse historiador italiano, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.<sup>7</sup> O autor afirma que a História nunca conseguirá se tornar uma ciência galileana, por isso, assumir o estatuto de ciência leva a descobertas de pouca relevância. Nesse sentido, o historiador deve ser como o médico, indireto, conjectural.<sup>8</sup>

Tais indícios serão buscados aqui para encontrar relação entre as narrativas em destaque. Entre os “letrados” maranhenses, chamados aqui de intelectuais, que dialogam com Ribeiro, destacam-se o que se pode chamar de uma geração, composta por Parsondas de Carvalho, sua irmã Carlota Carvalho e Dunshee de Abranches. A professora Adriane A. Vidal Costa, em seu livro “Intelectuais, política e literatura na América Latina”, privilegia o conceito de geração para fazer uma história intelectual definida como ‘o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários’.<sup>9</sup> Ela lembra que tal definição não surge sem problemas conceituais, mas que é preciso encará-los para se atingir êxito nos estudos da intelectualidade. Mesmo que uma geração não signifique uma uniformidade de ideias de determinado grupo, “é fundamental situar o intelectual na geração à qual ele pertence”.<sup>10</sup> Apesar da clara diferença de objetivos e de abordagens com a pesquisa da professora Adriane Costa, perceber a geração como algo que aglutina determinadas ideias aproxima as duas abordagens. Podem-se perceber esses intelectuais maranhenses num conjunto de ideias sobre o sertão, próprias de sua geração.

Para alcançar seu intento, este trabalho foi organizado em três capítulos: um de caráter mais contextual e os dois seguintes exegéticos, por interpretarem as narrativas em destaque. O primeiro capítulo intitula-se “Da construção do pensamento ilustrado à formação histórica do sertão maranhense”. Seu objetivo é situar algumas realidades imprescindíveis para a compreensão do trabalho. Quando Paula Ribeiro veio ao Brasil realizar suas tarefas profissionais, trazia uma bagagem cultural e intelectual que direcionava sua visão de mundo. Da mesma forma, havia um conjunto de novas práticas em nível governamental e social na

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 177.

<sup>8</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais...* 1989, p. 157.

<sup>9</sup> COSTA, Adriane A. Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013, p. 17.

<sup>10</sup> COSTA, Adriane A. Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina...* 2013, p. 24.

Europa, e essa base se reflete tanto em termos de ideias, quanto de organização e funcionamento das estruturas, em que uma dessas ideias chave é o conceito de Ilustração. Como o próprio termo indica, novas ideias norteadoras viriam para “iluminar” práticas, individuais ou coletivas nos diferentes segmentos da sociedade: filosofia, educação, política, religião, economia, assim como todo o resto.

A professora Kátia Gerab Baggio chama a atenção para a importância dos relatos de viagens, nos quais podem-se incluir os de Paula Ribeiro, mas lembra que eles devem ser cuidadosamente analisados como fontes históricas, de modo a considerar “essas narrativas em seu contexto de produção, ou seja, procurando levar em consideração os objetivos explícitos e implícitos dos relatos: para quem se escreve, com que interesses e em que condições”. Lembra ainda que tais relatos “são fontes muito ricas para analisar a construção de representações sobre diferentes países e regiões [...] Muitos relatos revelam, em grande medida, o que podemos denominar de “imaginário coletivo”.<sup>11</sup>

Com isso, há a pretensão de situar o sujeito Paula Ribeiro num conjunto de ideias pre-estabelecidas, de modo a compreendê-lo, em dada medida, num senso comum de pensamentos e ações para em seguida definir suas especificidades como sujeito histórico. No interior dessa relação, tentar-se-á entender as ações do militar, em nível profissional e pessoal. Nessa perspectiva, o capítulo é organizado em seis pontos, sendo que o primeiro versa sobre o iluminismo português. Essa palavra suscita muitas discussões, mas não é objetivo deste trabalho pautar suas diferentes interpretações. Sabe-se que, com respaldo no do Iluminismo, não apenas pessoas mudaram de comportamento, mas as próprias nações, em parte, reelaboraram suas relações internas e externas de modo a refletir alterações de âmbito econômico, social, político e cultural, conforme se verá mais adiante. No século XIX, em diferentes aspectos, havia uma sensível diferença em comparação ao século anterior, nesse contexto, será analisada a relação entre Portugal e Brasil.

Em outro tópico se fala das transformações decorrentes do iluminismo no sistema educacional português. Naquele momento, a Universidade passou a desempenhar um novo papel, e isso resultou em transformações de sensível importância em Portugal. O saber científico se aproximava das necessidades práticas e imediatas da nação, em consequência disso, o saber saía de sua vertente predominantemente teórica para dar uma contribuição prática. No seio de tais mudanças, os intelectuais das universidades e academias científicas se

---

<sup>11</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. “As viagens, seus relatos e os intercâmbios intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos”. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (org.). *História da América: historiografia e interpretações*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 248.

engajaram, às expensas de privilégios econômicos e sociais, na construção de uma nova nação, que deveria ter como um dos mais importantes pilares, o aproveitamento racional das riquezas contidas nas colônias, entre as quais o Brasil era uma das mais importantes.

Mais adiante, o texto versa sobre algumas transformações econômicas, propriamente ditas, em Portugal. A nova visão que se estabelecia nas relações socioeconômicas não era apenas uma necessidade do espírito, pois as demandas imediatas da metrópole, no que diz respeito às suas finanças, se impunham com cada vez mais intensidade. Foi imposta a obrigação de encontrar alternativas para resolver problemas ou pelo menos amenizá-los, diante de um cenário cronicamente desfavorável. Esse era um desafio para os intelectuais da segunda metade do século XVIII e início do século seguinte.

As relações que envolviam Brasil e Portugal naquele momento estavam diretamente pautadas por esse conjunto de acontecimentos no interior da metrópole e, em consequência, da própria colônia. O papel dos intelectuais, em especial dos viajantes, ganhou relevo em um dos tópicos do capítulo primeiro. Muitos desses viajantes, com destaque para Paula Ribeiro, se esforçaram para apresentar as riquezas naturais das terras em que atuavam. A ideia primeira era apresentar resultados satisfatórios ao seu rei, de preferência no curto prazo e no aspecto econômico. Foi nesse contexto que descreveram o território e apresentaram suas potenciais riquezas naturais e a transformação delas em benefícios econômicos. Essas atividades, em boa parte, alcançaram seu intento e, para além disso, acabaram por ajudar a descobrir um Brasil até então estranho à maior parte das pessoas na metrópole e na própria colônia.

Outro ponto em destaque no trabalho foi a origem e a expansão da pecuária no Nordeste. Graças a ela, a região passou a ser mais conhecida pelo governo e por criadores de gado, que expandiram suas fazendas de forma cada vez mais intensa. Esse processo foi importante para a metrópole ter um maior controle do imenso território, uma vez que as áreas mais distantes acabaram por ser alcançadas pela expansão criatória. Nesse processo, ocorreu o extermínio de várias tribos indígenas que estavam no caminho dos colonizadores. Dessa maneira, a atividade pecuária teve importância não apenas do ponto de vista econômico, como também político e social, à medida que levava um novo modo de vida às distantes regiões. Um dos resultados desse processo foi uma nova configuração econômica, social, política e cultural do Brasil e, em especial, do Nordeste.

A expansão das fazendas de gado na região nordestina começou na Bahia e Pernambuco, e uma de suas consequências foi a descoberta, por criadores de gado, das então distantes terras do sul do Maranhão. O surgimento da pecuária maranhense é o último tópico

do primeiro capítulo, vital para se entender, sob muitos aspectos, essa região. Em meio a muitos conflitos e resistência dos nativos, houve um crescimento da atividade criatória, resultando tais confrontos na dizimação da maior parte das tribos maranhenses. De singular, nos sertões do Maranhão, podem ser destacadas as excepcionais condições naturais do meio ambiente, em especial nos aspectos climáticas e suas influências. Um dos resultados desses benefícios foi o desenvolvimento de uma cultura fortemente pautada na criação de gado, sobrevivente ainda nos dias atuais. Esse quadro mostra a imprescindível compreensão dos aspectos históricos para enxergar outros elementos, pois não há separação entre os fatores simbólicos, identitários e os de ordem econômica, social e política.

O segundo capítulo tem como base os textos de Paula Ribeiro, fruto de seu trabalho para a Coroa portuguesa naqueles sertões. O militar chegou ainda jovem ao Brasil e, apesar da atuação em outras capitanias, foi no Maranhão que trabalhou, na função de militar, até 1823. Sua tarefa, nos mais de vinte anos de trabalho, consistiu em indicar áreas para a criação de fazendas, combater índios arredios, demarcar fronteiras, entre outras atividades. Ao tomar nota de tudo que via naquelas terras, sobre diferentes assuntos, organizou três memórias que versam sobre o potencial econômico dos sertões, informações acerca dos indígenas, da geografia e tudo o mais que pudesse ser útil ao rei de Portugal.

Contudo, suas descrições transcenderam os aspectos práticos e imediatos, ao abordar peculiaridades positivas da cultura indígena e mestiça, a beleza da paisagem, a temperança do clima e, entre outras qualidades, a abundância de recursos naturais. Além dos fatores considerados mais importantes, os dados tangenciais que envolviam a subjetividade do narrador foram posteriormente retomados por intelectuais maranhenses e utilizados como elemento constituidor da identidade regional.

As três memórias de Paula Ribeiro são consideradas aqui três narrativas, que podem se harmonizar numa só. Em função disso, trata este trabalho de uma narrativa ribeiriana, pois elas expressa um conjunto de ideias coesas do autor para aquela região. O conjunto dessas informações e impressões sobre a região é designado aqui por “Percepções Criadoras”, por ter influenciado intelectuais na maneira de olhar para a região. Falar em percepção criadora não é o mesmo que asseverar haver uma cópia das ideias ribeirianas, nem mesmo uma aderência direta e fiel. Aqui significa um processo que envolve a apreensão de alguns elementos de forma voluntária e outros de maneira não voluntária: significados e ressignificados, continuidades e rupturas. O resultado disso forma uma singularidade nas percepções posteriores, capaz de reavivar velhas definições e dar vida a novas.



A narrativa de Paula Ribeiro, bem como dos intelectuais maranhenses, é lida neste trabalho de modo a privilegiar quatro eixos: econômico, político, cultural e geográfico. Não se trata de uma divisão do próprio autor, pois suas abordagens são de outra ordem, mais amplas, variadas, de modo a buscar o máximo de informações possíveis sobre o lugar. Portanto, originalmente há uma outra estrutura temática em todos eles. Tal escolha tem por base a compreensão de que esses eixos aproximam, de maneira mais visível, Paula Ribeiro dos intelectuais posteriores aqui em destaque. Esses pontos não são os únicos que ajudam a explicar os sertões maranhenses, mas certamente são de grande importância para se entender a projeção de imagens sobre essa terra.

No primeiro deles, é possível ver que o militar mostra, em profundidade, o potencial da região, especialmente para o desenvolvimento das atividades pecuária, agrícola e comercial, ao menos em termos regionais, considerando o produto das atividades econômicas em destaque. Paula Ribeiro foi um profundo conhecedor do território maranhense, e uma de suas mais importantes contribuições foi ter apresentado o perfil hidrográfico da região, ao inventariar os principais rios que cortavam a parte sul da capitania, como elemento essencial para o desenvolvimento das principais atividades econômicas. Além de identificar áreas férteis para a implementação da agricultura e pecuária nos sertões, o militar propunha maneiras de estabelecer fazendas com baixos custos para o governo, além de apresentar uma série de gargalos para o avanço mais rápido das atividades almeçadas. No fim, resultou por mostrar os sertões como uma das áreas mais potencialmente prósperas, especialmente por suas boas condições naturais, pois, com poucos investimentos, poderiam ser geradas grandes riquezas. Agregado a esses pontos, expressou também persistentes dificuldades pela deficiência estrutural do governo português em gerir aquelas terras de maneira efetiva. Diante disso, sua sugestão era que deveria haver uma contribuição dos próprios colonos para amenizar as dificuldades. Uma vez contornadas tais fraquezas, haveria um mundo de possibilidades econômicas para a Coroa e para os próprios moradores.

No aspecto político, Paula Ribeiro continuou a dar ênfase às dificuldades estruturais metropolitanas, para se ter um controle efetivo daquelas terras. A falta de recursos financeiros dificultava a efetivação de um sólido projeto colonizador português para aquelas áreas. Tal dificuldade era apresentada como um dos principais gargalos do controle territorial metropolitano. Com base nisso, apresentou algumas saídas para reduzir as dificuldades e, mais uma vez, lembrou os rios da região, que poderiam ser utilizados para interligar áreas, não apenas para o comércio, como também para fins militares. Da mesma maneira, ressaltou outro ponto que julgava essencial - a paz com os nativos. A guerra consumia recursos e levava

a perdas de natureza diversa, inclusive de vidas humanas, por isso ela deveria ser a última alternativa. Diante da falta de recursos materiais e humanos, a melhor maneira de enfrentar a resistência de algumas tribos era exercer boas relações com elas, e a guerra nunca deveria ser a primeira opção. Contudo, tais anseios de paz foram prejudicados pelo próprio processo de colonização, que nasceu com a guerra e a dizimação dos nativos, e isso dificultava sobremaneira a aproximação com eles.

Paula Ribeiro apontou imensas dificuldades em manter as iniciativas pecuárias ou agrícolas, dados os constantes ataques dos nativos. Tal harmonia era vital para a sobrevivência dos empreendimentos públicos e privados. Em boa medida, ele atribuiu a resistência à paz dos indígenas o resultado da má-fé dos colonos, que, historicamente, usaram a violência de maneira desnecessária contra grupos nativos mais pacíficos. Para ele, o resultado dessa histórica relação foram as constantes traições dos acordos de paz com os nativos, a escravidão e a morte, muitas vezes para atender a fins particulares e não aos governamentais. A paz deveria ser elemento primordial por alguns motivos de ordem humana e política, dadas as dificuldades da Coroa em manter, pela força, o efetivo controle daquele território.

Os nativos, os indígenas, deveriam ser pacificamente incorporados ao processo de colonização, assim deixariam de ser empecilho para se tornar solução para diversos problemas, entre os quais o demográfico e o de controle do território. Contudo, apesar da defesa desses habitantes locais, Paula Ribeiro não atribuiu a eles protagonismo histórico, sempre os enxergou como povos passageiros e secundários, por isso seu papel só poderia ser o de auxiliar na construção histórica do sertão maranhense. Contrariamente, era o mestiço, criador de gado, agricultor, para ele o ator principal da economia pecuária e, em consequência disso, da própria sobrevivência da região como um todo, nos moldes coloniais. Na impossibilidade de o branco colonizar aquelas terras, o mestiço seria a melhor opção para fazê-lo, com a importante, mas secundária ajuda dos nativos da região.

No aspecto cultural, Paula Ribeiro destacou alguns pontos, que depois seriam vistos por uma parte dos próprios sertanejos como elementos intrínsecos à sua própria cultura. Entre eles, narra os costumes de algumas tribos, tendo proposto para elas maneiras de “educá-las” em proveito do Estado português. Em relação a algumas de suas tradições, determinados aspectos são percebidos ora de forma positiva ora negativa, de maneira que poucos elementos eram “aproveitáveis”. Em relação aos colonos, o militar mostrou duas vertentes de seus costumes, uma delas seria a falta de um “espírito empreendedor” em parte dos criadores, o que dificultava a expansão das fazendas. Por outro lado, ressaltou a importância do vaqueiro

para o desenvolvimento da pecuária, tendo exposto ainda, entre outros aspectos, o modo rústico de vida dos fazendeiros locais e um elemento muito importante da cultura sertaneja maranhense: sua hospitalidade. Para além disso, os habitantes do interior maranhense foram descritos como um povo cordial, trabalhador e acolhedor.

Em relação aos aspectos geográficos, é possível encontrar pelo menos duas abordagens em Paula Ribeiro. A primeira fala de uma geografia diretamente relacionada à economia, com especial destaque para a pecuária e a agricultura, pois essas atividades poderiam se desenvolver em qualquer parte dos sertões. Com poucos recursos e instrumentos, poder-se-ia ter sucesso econômico naquelas terras, pois a qualidade do seu clima, de suas águas, frutos e, entre outros meios, sua vegetação natural favoreciam isso. A outra vertente da paisagem sertaneja estava associada a elementos poéticos, sentimentais, às vezes, quase mágicos. Em muitas ocasiões, ele associou aqueles sertões a um paraíso, especialmente quando comparados a outras regiões Nordeste adentro. Nesse aspecto, deu novo significado aos rios, clima, flora e fauna do lugar. A riqueza ia além do aproveitamento econômico das abundantes pastagens e também de sua grande variedade de plantas e frutos, pois havia benefícios medicinais e estéticas. Todo esse conjunto, na visão ribeiriana, fazia daquelas terras um lugar não apenas próspero, mas também são e belo por natureza.

Alguns desses elementos foram retomados por intelectuais maranhenses, de modo a ganhar, posteriormente, novos significados e contribuir para dar um novo tom constituidor da identidade regional. Como exemplos, do ponto de vista econômico, apesar dos gargalos, o sertão é associado a um lugar de grandes possibilidades, em especial pela sua atividade mais importante. No aspecto político, há necessidade de uma presença mais intensa do poder governamental para efetivar maior controle do território e diminuir os conflitos. No aspecto cultural, enquanto o indígena desaparece, o sertanejo, mestiço passa a representar a própria alma do sertão, por ser “naturalmente” adaptado à atividade criatória. Somado a isso, esse habitante local forma um povo pacífico e acolhedor. No aspecto geográfico, o sertão é um lugar naturalmente favorável às atividades econômicas da terra e, mais que isso, é uma terra bela e boa para se viver por ser repleta de abundância e temperança nas condições climáticas. Todos esses elementos são importantes para a configuração de uma imagem positiva da região, de modo que eles servem para escrever uma história vitoriosa. Como resultado disso, o lugar e os seus habitantes são merecedores de dias melhores.

O terceiro capítulo, também de caráter exegetico, procura fazer um caminho semelhante ao anterior. Serão analisadas as narrativas de três intelectuais aqui em destaque: de Parsondas de Carvalho, um conjunto de textos jornalísticos e conferências; de Carlota

Carvalho, sua obra intitulado *O sertão*; e de Dunshee de Abranches, suas memórias que deram origem a um livro intitulado *A esfinge do Grajaú*. Faz-se aqui uma leitura, com base nos temas economia, política, cultura e geografia, destacados na primeira narrativa. De modo semelhante ao militar português, esses autores escreveram com base em outra estrutura temática, mesmo assim foi possível encontrar esses elementos no decorrer de seus textos. Tal escolha metodológica foi uma necessidade de análise deste trabalho, por perceber o cruzamento de pontos comuns em todas as narrativas. Cada uma à sua maneira, muitas vezes expressam percepções semelhantes às de Paula Ribeiro. A própria ênfase nesses pontos é outro indício de sua influência.

Não há citações ao militar português, com exceção de Carlota, que faz uma breve menção à sua morte. Essa prática era comum na época dos autores, pois não havia necessidade de mostrar suas influências. Em nenhum dos escritos, há referências sistemáticas a outros autores, de nenhuma área do conhecimento. A ligação entre as narrativas é perceptível à medida que se adentra os textos e, apesar de suas diferenças, nas abordagens e nos estilos, há conexão entre elas, na maneira como olham para a região. A narrativa sobre o sertão é, sem dúvida, o primeiro ponto que os une, mas suas ligações vão além disso, pois a própria maneira de perceber o sertão, conforme será mostrado mais adiante, evidencia essa proximidade. No fim, prevalece uma imagem promissora do lugar e de seus habitantes mestiços, que ainda esperam o tempo de mostrar todo seu valor.

Esse diálogo de narrativas, que é o reforço e a negação de elementos, se dá de maneira voluntária, mas também pela forma involuntária, sem a deliberada busca pela apropriação das percepções ribeirianas. Nota-se isso no conteúdo de seus textos, bem como na forma que eles tomam. É nesse sentido que se afirma serem as percepções criadoras, pois tiveram a força para adentrar e alterar de forma importante a imaginação de muitos intelectuais, entre os quais aqueles em destaque neste trabalho. Mesmo que isso tenha acontecido de maneira sutil e, às vezes, quase imperceptível, não foi de importância menor que um processo mais claro e direto. Assim sendo, ressalta-se que à medida que os intelectuais maranhenses, à sua própria maneira, dão ênfase e reproduzem certas ideias, acabaram por manter uma continuidade, de modo a contribuir para a consolidação de determinadas imagens, importantes para compreender a identidade sertaneja em vários aspectos.

No que se refere aos objetivos de cada um dos autores, os escritos de Parsondas abordam questões geográficas, de modo a se associar a aspectos ora econômicos, ora poéticos. Seu conjunto de artigos de jornal teve como finalidade a denúncia de crimes, resultantes do conflito entre liberais e conservadores, ocorridos nos sertões maranhenses, com

destaque para os últimos anos do século XIX e os primeiros do seguinte. Nesse sentido, há a afirmação de que a falta da presença do estado naquelas terras era, em parte, responsável pelas atrocidades ocorridas naquele lugar. Mas apesar de tanta barbárie, isso não impediu que em alguns momentos fossem destacados outros aspectos como os relacionados à cultura sertaneja, ao modo de vida, especialmente dos mais humildes. Em vários outros momentos, ainda que de maneira tangencial e sucinta, pela própria natureza de seus textos jornalísticos, foram evidenciados alguns daqueles aspectos enfatizados por Ribeiro.

O livro de Carlota Carvalho, entre seus objetivos, se propôs a fazer uma síntese da história do Brasil, no que se refere a alguns aspectos políticos, mas seu foco era a história do sul do Maranhão, em múltiplos aspectos: econômicos, políticos, culturais, geográficos, entre outros. O diálogo da narrativa da autora com o militar português parece mais claro e direto, embora isso não queira dizer, de maneira nenhuma, que ela quisesse copiar Paula Ribeiro. Ela tinha seu próprio projeto intelectual e, além disso, estava num contexto completamente diferente, quer dizer apenas que isso não impediu conexões significativas na forma como ambos enxergavam a região sertaneja.

No caso de Dunshee de Abranches, analisa-se um de seus livros, resultado de memórias do tempo da juventude. Esse autor tem um diálogo explícito com os irmãos Carvalho, o que, pelo menos de maneira indireta e em alguns pontos, o aproxima das percepções ribeirianas. Ele trata de sua vivência nos sertões como Promotor de Justiça no tempo da proclamação da República, mas só escreveu suas memórias no ano de 1942. Ao dar ênfase a determinados aspectos geográficos e culturais da região, mostra que aquelas concepções sobre o sertanejo e sua terra eram significativas no tempo de sua escrita. As memórias versam sobre os conflitos políticos entre liberais e conservadores, na mesma época e região que Parsondas o fez, mas no decorrer de sua narrativa, tal como fizeram os outros autores, ele “deixou escapar” elementos importantes, de modo que em alguns momentos, eles convergem com as narrativas dos irmãos Carvalho e do próprio Paula Ribeiro. Os textos são apresentados aqui de maneira independente e apesar das diferenças, em que cada um tem sua própria face, será possível perceber elementos comuns. É neles que se consolida uma imagem regional, construída e ressignificada, de si mesmos, sem perder, no entanto, o fio condutor que os une à primeira narrativa.

## **CAPÍTULO PRIMEIRO**

### **DA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ILUSTRADO À FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SERTÃO MARANHENSE**

Com base na afirmação de que todo recorte é arbitrário, parte-se, neste trabalho, da chamada era moderna, especificamente do que se denomina Iluminismo, para dar início a esta história. A partir daquele momento, muitas transformações no universo europeu ocorreram e mudaram o mundo em diferentes aspectos materiais e culturais. De formas diferentes, as influências reconfiguraram a sociedade europeia, na qual se incluiu a portuguesa. Ainda em meados do século XV, surgem novas expressões intelectuais, de múltiplas facetas, denominadas Renascimento.<sup>12</sup> Basicamente, esse novo momento histórico no Ocidente influenciou todos os campos do conhecimento e, com ele, foram iniciadas grandes transformações na maneira de o homem pensar e agir diante do mundo. No interior dessas transformações, surgiu a Reforma Protestante, que trouxe, além da ruptura com a Igreja católica, críticas e modificações no seu interior. Na esfera filosófica, o cartesianismo ganhou força e consolidou uma definitiva transformação do mundo.

Essas mudanças redefiniram a Europa em vários aspectos e contribuíram, no futuro, para dar um específico formato à ilustração portuguesa, ponto de partida para este trabalho. Personagem essencial desta história, Francisco de Paula Ribeiro, como visto anteriormente, nasceu nessa época e trabalhou nos sertões maranhenses, com alguns intervalos, entre 1801 e 1823. Todo o conjunto de suas percepções tem como cenário esse então novo espírito europeu ilustrado, que não surgiu do dia para a noite, mas foi resultado de um intenso e longo processo sociocultural.

O iluminismo europeu, especialmente o francês, tem, de maneira destacada, duas tendências: uma mais reformista e outra libertária.<sup>13</sup> No interior da influência reformista,

---

<sup>12</sup> CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Trad. Alvaro Cabral, 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p. 19.

<sup>13</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 145.

surgem as chamadas reformas ilustradas e seus déspotas esclarecidos, e na outra corrente aparecem os movimentos revolucionários, com destaque para a revolução de 1789. É possível afirmar que a maior parte dos esforços caminhava para a revolução, mas os resultados tenderam às reformas. Do ponto de vista filosófico, parece que os avanços foram mais significativos. De modo geral, pode-se afirmar que os enciclopedistas estavam convictos da necessidade de aproximação com o racionalismo. Como resultado de tal percepção, a ação dos homens seria o princípio motor das transformações do mundo.

Para Collingwood<sup>14</sup>, a filosofia política do século XVIII foi fortemente influenciada pelo pensamento de Thomas Hobbes. À medida que o tempo passava, a ideia de um Estado forte e protetor dos cidadãos se tornava mais desejada. Uma mudança que esse pensamento trouxe foi a transformação da figura divina do rei, que passou a ser mais um representante do poder e da igualdade entre os súditos. O corpo político seria como um grupo de artesãos, artífices da política, enquanto seu soberano acompanharia tudo de perto para garantir que tudo sairia de acordo com os projetos de felicidade dos seus cidadãos.

Com isso não se quer dizer que fosse objetivo do Estado acabar com as injustiças sociais, mesmo porque eram raros os pensadores que propunham tal medida. O que havia era um ideal de liberdade individual que pudesse proporcionar a todos, chance de ascensão pessoal. “Seria insensato pretender igualar as classes: basta que os homens sejam iguais perante a lei e que o nascimento não confira privilégio algum: nisso, e apenas nisso, consiste a igualdade”.<sup>15</sup> Naquela época não foi incomum a população de alguns países europeus aumentar consideravelmente, seja por boas condições climáticas, ou por aperfeiçoamento nas técnicas agrícolas. Essa ampliação mais o melhoramento da renda e da qualidade de vida se somaram a uma melhoria geral na sociedade europeia.

Avanços educacionais também tiveram grande importância nesse cenário qualitativo. Pierre Chaunu<sup>16</sup> assegura que, na segunda metade do século XVIII, a Europa teve uma população de pelo menos cinco vezes menos analfabetos do que um século antes. Vantagens como esta foram adicionadas a outras. Isso favoreceu, em diversos aspectos, novas condições econômicas, políticas e culturais no continente.

---

<sup>14</sup> COLLINGWOOD, R.G. *Ciência e filosofia: a ideia da Natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 40.

<sup>15</sup> HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*, 2 vol. Portugal/Brasil: Ed. Presença/Ed. Martins Fontes, 1974, p. 236.

<sup>16</sup> CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das luzes*; tradução Manuel João Gomes. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 33.

O Estado absolutista empenhou esforços para homogeneizar seu território. Para isso, delimitou ao máximo as fronteiras e os costumes para facilitar o conjunto de ações necessárias no âmbito econômico e político. Unificou-se a História, e seus valores e esse corpo “homogêneo” seriam a base para um longo e intenso processo de mudança, anunciado no horizonte. A economia tornou-se prioridade, e por ela se pretendeu aperfeiçoar diversos outros setores da sociedade.

A agricultura ganhou, naquele momento, lugar de destaque no pensamento do estado burocrático. Essa atividade, em nova fase de aprimoramento, contribuiu para melhorar a vida de milhões de pessoas, pois proporcionou aumento demográfico em toda a Europa. Uma das decorrências desse aumento populacional foi uma variedade de outras mudanças, na economia, política, cultura, entre outros pontos importantes. É sabido que no século XVIII foi efetivada na Inglaterra uma revolução industrial, que não teria sido possível sem um paralelo progresso na agricultura, pois a manutenção de um mercado urbano necessitou do desenvolvimento de uma atividade agrícola que desse suporte.

De acordo com Chaunu, “As necessidades deste primeiro mercado interno de massa contribuem, tanto ou até mais do que os mercados externos, para o crescimento da economia britânica”.<sup>17</sup> O exemplo da Inglaterra foi seguido por outros países da Europa no que se refere ao projeto industrial e às relações comerciais e agrícolas. O problema é que nem todas as nações estavam no mesmo grau de desenvolvimento industrial, político e social para realizar tal feito nas mesmas condições, destarte, a busca do modelo levou a diferentes variações. A nação portuguesa, mesmo com problemas políticos específicos, também se beneficiou dos novos tempos, pois efetivou importantes e diversas mudanças.

No período Joanino (1707 – 1750), já se encontram ideias afinadas com essa nova proposta de desenvolvimento econômico e social. Seu alcance ainda era modesto, pois estava circunscrito a pequenos grupos de intelectuais, situados nas academias literárias. Mesmo que de maneira limitada, pode-se afirmar que foi de grande importância a aspiração dessas novas ideias. O período seguinte é o de D. José I, que nomeou Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, com a missão de colocar Portugal em nova fase de desenvolvimento. A partir de então, mesmo diante de problemas internos e externos, muitas transformações ocorreram nos campos político, econômico e cultural.

---

<sup>17</sup> CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das luzes...* 1995, p. 28.



## O iluminismo português

Foi no contexto da exploração ultramarina que o modelo de exploração colonial monopolista se desenvolveu com grandes benefícios às suas metrópoles e às nações que mantinham relações com elas. Um grande comércio de matérias-primas e produtos industrializados se desenvolveu e tais matérias-primas ajudaram economicamente a Europa, ao mesmo tempo em que as colônias absorviam produtos europeus. Para Fernando A. Novais, “a expansão colonial apresentava-se como expansão da economia de mercado; quer dizer, montavam-se núcleos que produziam para os mercados europeus. A colonização foi de fato um desdobramento da expansão comercial.”<sup>18</sup> De maneira geral, as concepções ilustradas iam de encontro ao colonialismo mercantilista e, apesar disso, foi nesse molde que Portugal entrou para aquele novo cenário. Se do ponto de vista político pareceria contraditório, pelo viés econômico trouxe resultados positivos ao Estado português, pois tal movimento, ao chegar a Portugal, configurou-se de maneira singular, atendendo aos interesses e necessidades da cultura lusa. Mudanças como essas foram comuns, apesar de serem apontadas, muitas vezes, como estranhas. Essas variações de Iluminismo são apenas o resultado do ambiente cultural de cada lugar e, com isso, não se pode dizer que um iluminismo foi melhor ou mais eficiente que outro. O que há é apenas uma expressão própria de cada cultura e seu conjunto de forças sociais que constroem de forma diversa, em cada momento histórico, seu próprio modo de ser.

No reinado de D. José e seu ministro Pombal, teve início em Portugal o que se denomina despotismo esclarecido, um despotismo influenciado pelas “luzes”, por isso mais aberto politicamente. Apesar disso, foi um modelo político-econômico imposto de cima, para um processo de mudanças renovadoras em favor do Estado e, em seguida, dos indivíduos, especialmente aqueles dissociados das classes mais conservadoras. A implantação desse modelo “esclarecido” em Portugal não foi tarefa fácil, pois dois setores não aceitaram facilmente a nova política, por perderem, em dada medida, poder e privilégios. Não por acaso, parte da nobreza mais conservadora e parte da Igreja, representada pelos jesuítas, foram grandes antagonistas das políticas de Pombal.

Sebastião de Carvalho e Melo nasceu em Lisboa em 1699 e faleceu em 1782, filho de Manuel de Carvalho de Ataíde, “fidalgo da Casa Real e Capitão de Cavalaria”,<sup>19</sup> portanto, pertencente à pequena nobreza, e D. Maria Luíza de Mendonça e Melo. Teve dois irmãos, futuramente por ele colocados em bons cargos no Estado. Foram eles Francisco Xavier de

<sup>18</sup> NOVAIS, Fernando A. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...* p. 110.

<sup>19</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal*, vol. VI – «O Despotismo Iluminado 1750-1807». 5 ed. Lisboa: Verbo, 1978, p. 20.

Mendonça (1700 – 1769), que se tornou governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e Paulo de Carvalho e Mendonça (1702 – 1770), eclesiástico que assumiu a função de presidente do senado de Lisboa, além do cargo de inquisidor-geral do reino.<sup>20</sup>

Pombal entrou tardiamente na vida pública, aos 50 anos de idade. Ainda no reinado anterior, foi diplomata em Londres por seis anos (1738 – 1744) e por mais quatro anos em Viena (1745 – 1749). No reinado de D. José, o futuro Marquês de Pombal foi promovido a Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.<sup>21</sup> Em 1755, ocorreu um grande terremoto em Lisboa, acarretando larga destruição da infraestrutura e, em consequência, da própria economia do País. Esse momento provocou fragilidades diversas e Pombal terminou por se destacar politicamente com a catástrofe. No mesmo ano do terremoto, Pombal subiu ao posto de Secretário dos Negócios do Reino. A partir daí, ele acumularia cada vez mais poderes, até a morte de D. José em 1777, quando sucumbiria pela força de seus inimigos políticos. Mas isso não aconteceu sem antes Sebastião José de Carvalho e Melo se tornar Conde de Oeiras em 1759 e Marquês de Pombal, seu maior título, dez anos mais tarde.

Não seria de estranhar que Pombal tivesse notáveis inimigos, pois além das ações de cunho econômico, que favoreceram determinados grupos em detrimento de outros, politicamente houve ações nessa mesma direção, além daquelas de cunho pessoal, ocultadas por ações de governo. Ivan Teixeira afirma que: “sob pretexto de castigar os implicados no atentado à vida de D. José I, ocorrido na noite de 3 de setembro de 1758, Pombal desencadeou uma violenta perseguição contra as famílias que se opuseram ao seu governo. Decorre daí a prisão de cerca de mil pessoas”.<sup>22</sup>

De alguma maneira esse embate entre o Ministro e determinados grupos está situado num contexto mais amplo, contido no interior da própria ilustração portuguesa. Para Amândio Coxito<sup>23</sup>, há um conflito entre “antigos e modernos”, nascido ainda no século XVII, que perdurou até o início do XIX. Essa divergência entre o novo e o antigo, para melhor se entender a dinâmica do processo, não deve ser vista de maneira linear, mas com o devido cuidado, vez que concepções e ações novas e velhas se entrelaçavam em diferentes aspectos. É bom lembrar que o próprio reinado de D. João está situado no contexto do Iluminismo, em que por todos os lados surgiam propostas de mudanças, mesmo que de maneira limitada, na

<sup>20</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal...* 1978, p. 20.

<sup>21</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 16.

<sup>22</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica...* 1999, p. 37.

<sup>23</sup> COXITO, Amândio. *Estudos sobre a filosofia em Portugal na época do Iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006, p. 9.

sua maioria. Essas mudanças no campo da política e economia tinham como representantes, além de filósofos e outros pensadores, pessoas do meio político.<sup>24</sup> Esse grupo é precursor de ideias e discussões que dizem respeito ao Estado, à economia e à política. Ainda que não tivesse o espaço desejado no primeiro momento, as ideias ecoaram na era seguinte e chegaram com mais força. Foi esse eco que deu base para um conjunto de ideias e ações que reconfiguraram a sociedade portuguesa definitivamente, colocando-a numa nova rota.

Nessa época, ganhou evidência a categoria social chamada em Portugal de *estrangeirados*. Exaltados por uns, renegados por outros, esse grupo passou a ter uma crescente influência na formação do pensamento português, não apenas no aspecto político, como em diversos outros. Em oposição a estes, de acordo com Coxito, estavam os tradicionalistas, muitas vezes definidos de maneira dura: “excessivamente apegados a formas caducas de pensamento e ação e incapazes de se adaptarem às exigências de reforma e de progresso”.<sup>25</sup> Com o tempo, setores desses grupos antagônicos se aproximaram mais do que inicialmente gostariam numa tentativa de encontrar um projeto que se adequasse às necessidades do momento e das pessoas, tendo sido o resultado uma combinação de ideias e propostas, com prevalência dos mais inovadores.

O próprio Marquês de Pombal foi um *estrangeirado*, tornou-se um quando passou a ter contato com novas ideias, no tempo em que representava o governo português em outros países, como a Áustria e Inglaterra. De fora, percebeu que seu país estava isolado das novas ideias em relação a outras nações da Europa.<sup>26</sup> Esse olhar externo, de um *estrangeirado*, foi importante para Pombal em sua compreensão de uma nação mais aberta ao novo. “Na época, estrangeirar-se significava conhecer Portugal de fora e avaliar os efeitos do isolamento em comparação com a Europa culta”.<sup>27</sup> Pombal usaria seu conhecimento e experiência burocrática para reconstruir Lisboa, política e economicamente, após o terremoto.

Havia dois tipos de estrangeirados: os de sangue, referindo-se aos judeus e os de educação, intelectuais que estudavam, moravam ou compartilhavam pensamentos oriundos da chamada, na época, Europa culta. Ambos eram mal vistos e rejeitados pelos tradicionalistas. Pombal, pertencente ao segundo grupo, quando no poder, deu mais oportunidades aos estrangeirados de sangue, ao priorizar potencialidades econômico-comerciais.

<sup>24</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal...* 1978, p. 237.

<sup>25</sup> Optou-se aqui por adequar as citações e referências bibliográficas conforme as novas regras de ortografia. COXITO, Amândio. *Estudos sobre a filosofia em Portugal...* 2006, p. 11.

<sup>26</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação: intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750 – 1822)*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006, p. 44-5.

<sup>27</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica...* 1999, p. 37.

Não é demais lembrar que ações de aproximação quase sempre vieram acompanhadas de incômodos e reclamações, como esta apresentada por Teixeira Soares: “‘El-Rey está teimando em estrangeirar o nosso país, e não sei até onde acabará’. Trata-se, por certo, de uma voz do Portugal antigo a reclamar contra as inovações sociais estimuladas por D. João V”.<sup>28</sup> Apesar disso, para o mesmo autor,<sup>29</sup> D. João ainda está fortemente vinculado ao “antiquado” e ao religioso. Seu sucessor, D. José I, considerava-se mais um burocrata que um ser divino, era defensor da razão e, como servidor do Estado, sentia que era possível proporcionar felicidade a seus súditos. Apesar disso, pode ser exagero encontrar em D. José um homem desprendido dos antigos valores. Os avanços que teve o seu governo não eliminaram o inevitável vínculo dele com seu próprio tempo e espaço, pois o que o torna relativamente moderno é a comparação com seus antecessores.

Pode-se encontrar nesse fato um dos motivos que levaram Gilberto Luiz Alves<sup>30</sup> a afirmar que não houve iluminismo em Portugal. Para ele, as ideias mais ousadas da burguesia francesa só chegaram àquele país com força inexpressiva. Ele atribui essa realidade ao fato de os pensadores portugueses terem forte influência da Igreja católica. Para o autor, esse perfil conservador português, no tocante à política, à economia e à religião, é suficiente para descaracterizar o empreendimento iluminista. É verdade que a perspectiva lusa da filosofia ilustrada era diferente da francesa, mas a vertente inglesa também foi, assim como a alemã e a italiana, bem como em qualquer outro lugar, pois as ideias se adequaram no seu devido tempo e espaço. Imaginar que um conjunto de ideias, no caso “dos iluminismos”, pudesse ser homogêneo, em diferentes lugares, é partir de uma perspectiva por demais linearizada.

Pombal teve que se deparar com muitos problemas, não só de ordem econômica e política, como também geográfica, demográfica e uma série de outros fatores internos e externos. Desde o primeiro momento de sua atuação no governo, teve que lidar com inúmeros problemas, e assim o foi até o fim do seu governo, quando finalmente sucumbiu diante das inevitáveis pressões.

De acordo com Teófilo Braga, durante o período em que esteve no exterior, Pombal conheceu novas ideias, pertencentes ao corpus do iluminismo francês, e tais ideias o influenciaram, como já havia ocorrido com outros, desde o século XVII. “Fortalecido com as ideias de Colbert, o novo ministro procurou fomentar a indústria nacional [...]; como Colbert,

<sup>28</sup> TEIXEIRA SOARES, Á. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961, p. 51.

<sup>29</sup> TEIXEIRA SOARES, Á. *O Marquês de Pombal...* 1961, p. 143.

<sup>30</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento Burguês e o Plano de Estudos do Seminário de Olinda (1800-1836)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 1991, p. 85.

criou também uma junta de comércio; como ele, era também intimamente hostil às ordens religiosas”.<sup>31</sup> Como déspota esclarecido, Pombal tinha a missão de bem conduzir a sociedade a um bem-estar, de acordo com a percepção daquela época. Somente com um aparato burocrático estatal autônomo, isso seria possível. Como tutor do Estado, deveria executar ações no sentido de acabar ou enfraquecer determinados privilégios arraigados no coração da cultura portuguesa, daí o enfrentamento de muitos problemas.

O iluminismo pombalino pode ser visto como uma filosofia de ação, que caminhava para o fortalecimento do Estado diante dos vários grupos em disputa pelo poder. Isso implica um longo processo de mudança, não apenas de ações, mas no próprio modo de pensar as ações do Estado, das instituições e dos grupos sociais. Como soberano, emerge o Estado diante das classes, da Igreja e da nobreza, pelo menos esse foi o desejo de Pombal. Para Luís Carlos Villalta, a ilustração portuguesa buscava, por exemplo, uma modernização no âmbito econômico e científico, e uma manutenção em outras esferas, inclusive religiosa.<sup>32</sup> Se seu projeto teve ou não êxito, isso depende do olhar. Claro que o governo josefino não foi marcado apenas por conflitos com a nobreza conservadora, também aconteceram várias ações em favor de uma nação externamente mais respeitada e próspera. A centralização do poder e o combate a essas forças foram, no entendimento de pombal, o ponto de partida para tais realizações.

A prática mercantilista foi uma importante arma utilizada por ele para entrar na competição do mercado internacional e, principalmente, inibir as permanentes vantagens da Inglaterra sobre seu país. No entendimento de Pombal, seu país só conquistaria soberania com a mudança do quadro político-econômico desfavorável diante de outras nações, em especial, a britânica.<sup>33</sup> Na mesma linha de raciocínio, Maxwell acrescenta:

[...] Acreditava ele que o tratado cromwelliano de 1654 estabeleceria em Portugal, recém-independente, um sistema de controle que o tornara mais escravizado aos interesses britânicos [...]. Era um relacionamento que lhes permitia absorver as imensas riquezas oriundas das descobertas de ouro e diamantes no Brasil [...].<sup>34</sup>

<sup>31</sup> BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, 4 v. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências, 1892-1902, p. 13.

<sup>32</sup> VILLALTA, L. C. “Impressão em Portugal: da política régia às publicações ilegais (c. 1750-1806)”. In: VERRI, G. M. W. (Org.). *Memorat: Memória e cultura escrita na formação brasileira*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011, p. 6.

<sup>33</sup> SILVA, Ana Rosa Cloet da. *Inventando a Nação...* 2006, p. 60.

<sup>34</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a inconfidência Mineira (Brasil e Portugal, 1750 – 1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 23.

O mercantilismo ilustrado português tinha como característica principal a colonização, elemento próprio da Península Ibérica. Na força das companhias de comércio, o país tentou fazer frente a outras que existiam e, ao mesmo tempo, tentou se firmar no cenário internacional diante das grandes potências econômicas. Essa foi, sem dúvida, uma das maiores contribuições do despotismo esclarecido, pois ajudou Portugal a renovar sua economia e entrar no cenário externo com mais expressão e autonomia, mesmo que jamais tenha superado as grandes potências.<sup>35</sup>

Pombal destacou-se no esforço de desenvolver uma economia sólida, que pretendesse oferecer ao seu país mais força e prestígio. Outra marca do déspota foi o enfrentamento da poderosa Igreja católica, especialmente de um dos setores mais importantes, representado pelos jesuítas. É sabido que, em alguns países, a tradição religiosa foi marcante, e nesses lugares, com diferentes graus de confronto, a instituição religiosa conseguiu sobreviver relativamente bem e preservar seus privilégios. Revestido com o pensamento ilustrado, o alvo de Pombal foi a secularização do poder e sua luta contra a Companhia de Jesus. A Igreja não seria suprimida, mas deveria estar submetida ao poder do Estado.<sup>36</sup>

Se Pombal não conseguiu enfraquecer por completo a força religiosa e política da Igreja, empreendeu esforços durante todo o seu governo para diminuir seu poder e, na medida do possível, teve êxito. No geral, o que se buscou não foi a eliminação por completo da fé ou da instituição, o que não ocorreu nem mesmo nos países como França e Inglaterra; o que se buscava, no fundo, era uma nova maneira de ser, mas “salvaguardando por isso os domínios da Revolução e da fé, que pretendem conciliar com a razão”.<sup>37</sup>

Um dos principais alvos do iluminismo Português foi a concepção seiscentista, em menor intensidade, representada pelo pensamento cartesiano e sua lógica dedutiva, e pelos jesuítas, representados pelas concepções escolásticas. Os religiosos estavam associados ao que existia de mais retrógrado em diferentes campos, por personificarem o passado e as mazelas do Estado português. A ligação contra a ordem, segundo Teixeira Soares, foi bancada por soberanos e primeiros-ministros em nome do “despotismo esclarecido”.<sup>38</sup> Veríssimo Serrão<sup>39</sup> caracteriza o espírito português como sendo ao mesmo tempo progressista,

<sup>35</sup> DIAS, Manuel Nunes. *A companhia geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: Secção Gráfica da USP, 1971, p. 611.

<sup>36</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica...* 1999, p. 39.

<sup>37</sup> COXITO, Amândio. *Estudos sobre a filosofia em Portugal...* 2006, p. 13-4.

<sup>38</sup> TEIXEIRA SOARES, Á. *O Marquês de Pombal...* 1961, p. 147.

<sup>39</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal...* 1978, p. 238.

reformista, nacionalista e humanista. Todos esses elementos se associavam a um ingrediente não menos importante, seu perfil religioso católico, ainda que antijesuítico.

Um dos mais fortes ataques do despotismo português contra os jesuítas aconteceu em 1755, com um decreto de liberdade aos indígenas no Brasil, “proibindo qualquer forma de poder temporal sobre os indígenas do Pará e Maranhão a quaisquer frades e missionários”.<sup>40</sup> Ao perder esse privilégio, a companhia religiosa viu seu poder se reduzir de maneira importante. Nesse sentido, Portugal saiu à frente do restante da Europa, e um dos resultados teria sido a extinção da ordem religiosa pela própria Igreja.<sup>41</sup>

Paula Ribeiro não está fora desse contexto das novas ideias, e sua atuação na capitania maranhense corresponde às novas maneiras de pensar a política, a economia, a cultura e a religião, na relação entre metrópole e colônia. Ainda que não expresse opinião sobre o fim da religião ou das ordens religiosas, reprova, em alguns momentos, ações de religiosos em benefício próprio, como se verá mais adiante. Ele praticamente não se refere à Igreja e menos ainda à sua importância para a construção de um projeto colonial, pois seus pontos de referência não são a religião, mas a ciência e as novas técnicas aplicáveis à economia e aos demais segmentos da sociedade metropolitana e colonial.

### **Mudanças no sistema educacional português**

Os outros setores da Igreja não passariam incólumes às pretensões de secularização do Estado português. Apesar das limitações do governo, tentou-se reduzir a influência religiosa sobre a vida do povo. Outro campo em que Pombal investiu com prioridade, decisivo para dar novo formato à sociedade portuguesa, foi o educacional. Ao tirar esse segmento do controle da Igreja, laicizando o ensino em todas as suas vertentes, pretendeu criar um novo perfil cultural que estivesse entrelaçado em todas as esferas sociais, da economia à cultura.

Um dos primeiros passos nessa direção foi a interferência sobre os poderes da inquisição. Em 1769, Pombal enfraqueceu o seu poder e colocou um novo intendente-geral. Ao mesmo tempo, deu fim à diferença institucional entre cristão velho e cristão novo. Tudo isso ocorreu contra a vontade da Igreja, assim como na criação, em 1768, da Real Mesa Censória, com a função de fiscalizar os livros então circulantes no país. Com essa modificação, a Igreja perdeu importância nesse setor, pois mais livros circulavam e, com eles, ideias iluministas. A nova instituição, de acordo com Maxwell, “fora planejada para fornecer

<sup>40</sup> BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra...* 1892-1902, p. 329.

<sup>41</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 94.

um mecanismo destinado a secularizar o controle e as proibições religiosas que de longa data haviam governado a introdução de novas ideias no país. Desse modo, a Real Mesa Censória substituía a Inquisição”.<sup>42</sup> A Europa consolidou, em sua autoimagem, a percepção de que chegara o tempo das luzes e, dessa maneira, não haveria mais espaço para ideias arcaicas ou qualquer projeto que pudesse tirá-la do seu próspero e “inevitável” caminho. A confiança no poder da razão seria uma arma contra o obscurantismo.<sup>43</sup>

Curiosamente, outros setores da Igreja tiveram papel importante no desenvolvimento iluminista português, contribuindo, inclusive, para apertar o cerco contra os jesuítas. Na Europa protestante, os defensores da filosofia racionalista e dos métodos científicos modernos mostraram-se ferrenhos críticos da religião e da Igreja católica, ao contrário de Portugal, que teve integrantes e grupos religiosos à frente do processo de maturação das novas ideias e da própria reformulação educacional do país. Na Igreja católica, segundo Maxwell,

[...] A congregação de São Felipe de Neri, uma sociedade de padres seculares, assumiu a liderança na introdução de experimentação científica, em Portugal, como haviam feito por toda a Europa católica. Foram os maiores adversários dos jesuítas no debate sobre modelos pedagógicos. Os oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais, tendo introduzido em Portugal as ideias de Francis, Descartes, Gassendi, Locke e Antônio Genovesi [...].<sup>44</sup>

Com base nessa premissa, percebe-se que enquanto parte da Igreja estava associada às antigas ideias, outra já trazia os ares do pensamento ilustrado. Dessa maneira, os setores considerados mais avançados somavam-se a outras pessoas e entidades, nem sempre diretamente relacionados à instituição religiosa. Já no início do século XVIII, a congregação do Oratório vinha de uma disputa pela hegemonia no ensino, contenda que terminou com a vitória destes diante dos jesuítas. Da mesma forma, ocorreu com entidades laicas ou científicas, como academias e laboratórios, que formaram outra frente contra as velhas ideias. As concepções ilustradas no tempo de Pombal reluziam por todos os lados e contagiaram até certos setores da aristocracia, do clero e da nobreza. Os grupos emergentes eram os mais exaltados e passaram a ter espaço e possibilidade de ascensão social, como os cientistas, exploradores, soldados, funcionários do Estado e os homens de negócios.

A nova combinação de eventos e interesses desdobrou-se em novas relações sociais. Isso quer dizer que se tornou cada vez mais difícil para as velhas compreensões

<sup>42</sup> MAXWELL, K. *Marquês de Pombal...* 1996, p. 100.

<sup>43</sup> TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaios de filosofia ilustrada*. [Nova ed] – São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 77.

<sup>44</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 14.



permanecerem hegemônicas. Na tentativa de evitar a extinção, de acordo com Ana Rosa Clochet da Silva, esses grupos, ou pelo menos parte deles, tiveram que se renovar. “Explicasse, assim, a preocupação presente ‘destes filósofos e letrados até aos governos’ em esboçar novos sistemas pedagógicos, bem como a fundação de diversas instituições científicas como Escolas e Academias”.<sup>45</sup> Ainda segundo a autora,<sup>46</sup> o grande avanço nesta direção foi dado com intelectuais estadistas como D. Luís da Cunha (1662 – 1749), o destacado Luís António Verney (1713 – 1792) e António Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783). Os esforços desses intelectuais somaram-se a outros, de setores religiosos, ligados à Congregação do Oratório, com um histórico de trabalhos renovados em termos educacionais. Foi a combinação dessas duas frentes, a laica e a religiosa, que provocou um dos maiores avanços na modernização do pensamento português.

Uma das obras mais destacadas do Iluminismo português foi, sem dúvida, *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney. Esta obra apresenta um conjunto de propostas em favor de um sistema educacional moderno. O livro está distribuído em cartas, dezesseis ao todo, cada uma propondo um tema. Logo na primeira, ele debate a importância do estudo da língua portuguesa, bem como da gramática. Até aquele momento, os estudos eram feitos em latim.<sup>47</sup> Além de propor uma ampliação do acesso ao estudo, dá ênfase à cultura nacional através da língua materna.

Para ilustrar outro aspecto da obra, na Carta Nona, Verney contesta e desvaloriza a metafísica, e como um bom filho do Iluminismo, valoriza o experimento, a prova em detrimento da especulação, dedução sem o contato direto com a natureza. A carta seguinte caminha no mesmo sentido, ao colocar a física em primeiro plano e não mais a metafísica,<sup>48</sup> pois o *Verdadeiro Método* está claramente em sintonia com as necessidades de um novo tempo. As demais cartas discutem temas direta ou indiretamente relacionados ao cultivo de uma nova educação e, mais que isso, uma “nova mentalidade”. Nessa mesma direção, com mais profundidade, caminhava a obra de Ribeiro Sanches, em *Cartas Sobre Educação e Mocidade*, escrita em 1760. Este tem uma crítica mais acentuada contra o antigo sistema social, pautado nas leis feudais. Graças a pensadores como esses, mudanças foram feitas em favor de novas necessidades.

---

<sup>45</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação...* 2006, p. 34-5.

<sup>46</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação...* 2006, p. 37.

<sup>47</sup> FALCON, F. C. *Política econômica e monarquia ilustrada – a época pombalina – (1700 – 1777)*. Niterói, 2 vol. 1975. Tese de livre docência, p. 395.

<sup>48</sup> FALCON, F. C. *Política econômica e monarquia ilustrada...* 1975, p. 396.

As reformas educacionais foram, sem dúvida, das mais importantes transformações ocorridas em Portugal, gestadas durante um período relativamente longo. Resultado de anseios e limitações, surgiu um corpo de propostas que visavam a tornar o Estado mais eficiente em diferentes aspectos, não apenas no âmbito pedagógico. Essas mutações constituíram os motores de diversas outras realizações nos campos econômico, político e cultural, fazendo de Portugal, em muitos aspectos, um país mais moderno.

Sempre houve tensão entre setores da Igreja e do Estado, mas em determinados momentos da história lusa, em que a concepção iluminista do mundo estava mais aguçada, tais conflitos se intensificaram. Os novos tempos trouxeram novos olhares e necessidades. Nesse cenário, para Flávio Rey de Carvalho, “foram os jesuítas qualificados como a personificação das trevas, sendo responsabilizados pela situação de marasmo pedagógico e pelo isolamento intelectual do país”.<sup>49</sup> O Estado pombalino pretendia contrastar essa visão, e ao se colocar como representante das luzes, estava disposto a transformar “trevas” em “luz”, antigo em moderno, educação religiosa em laica. O projeto de uma instrução pública não aconteceria sem a supressão da ordem religiosa jesuítica. O governo na época pombalina tinha consciência disso e tomou as medidas necessárias para que tal projeto acontecesse. Não foi tarefa simples, mas o governo de José I estava disposto a levar esse projeto até o fim. Pombal iniciou uma implacável perseguição contra todos aqueles que se opunham a seu projeto, nela incluía, com prioridade, a Companhia de Jesus.<sup>50</sup>

Joaquim F. Gomes<sup>51</sup> assegura que o Iluminismo deu a oportunidade aos países católicos que os protestantes tiveram ainda no século XVI, a de retirar do poder da Igreja a responsabilidade do ensino. Com a Reforma Protestante, foi preciso reelaborar novos valores, tendo sido instituído um sistema de ensino anticatólico. No aspecto educacional, o Iluminismo português inovou em relação aos demais países europeus não protestantes, pois criou um sistema de ensino gratuito e amplo para os padrões da época, uma rede de ensino que corresponde aos dias atuais, uma educação primária, secundária e superior. Todo esse aparato renovado e moderno, público e laico. O alvará de 28 de junho de 1759, o mesmo que expulsou os jesuítas do Brasil, extinguiu as escolas religiosas, então foi preciso criar as bases para o novo ensino. Uma ação não poderia acontecer sem a outra naquelas circunstâncias políticas, tendo sido necessário demolir parte do velho sistema educacional para se

<sup>49</sup> CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. São Paulo: Anablume, 2008, p. 49.

<sup>50</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal...* 1978, p. 52.

<sup>51</sup> GOMES, Joaquim F. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 13.

reconstruir o novo. Em 1771, a Real Mesa Censória assumiu a direção das escolas menores e maiores de todo o reino português. Nesse mesmo percurso, o famoso *Colégio dos Nobres* também ficou sob a administração da entidade, sob a nova política educacional. Cada passo dado nessa direção consolidava uma antiga ambição, que precisaria de um tempo razoável para se consolidar.

Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, os missionários tinham dezenas de escolas, a maioria existente no reino e seus domínios. Isso significa dizer que não era fácil, como pode parecer num primeiro momento, o enfrentamento aos religiosos. Apesar de sua indesejada presença, eram eles, mais que o Estado, os tutores da educação. Até o século XVII, as ações da Igreja no campo educacional eram tão presentes que, muitas vezes, substituíam o próprio Governo,<sup>52</sup> quando não dividiam as funções equitativamente. Pombal começou com a construção ou retomada de escolas de ensino primário. Ainda em 1758, ele ordenou a criação, em todas as povoações indígenas, de duas escolas públicas, uma direcionada às meninas, outra aos meninos.<sup>53</sup>

No ano seguinte à expulsão dos missionários católicos e seu impedimento para exercer o ensino em seus colégios, o Estado deveria, imediatamente, preencher o vácuo existente, uma vez que as medidas foram bruscamente implantadas, provocando uma alteração no quadro burocrático e pedagógico dos colégios. Com base nessa informação, Ana R. C. da Silva afirma: “uma vez que a tal proibição se seguiu a necessidade imediata de fundar-se um ensino médio, bem como se criarem rendas para as despesas com a contratação de mestres seculares”.<sup>54</sup> Todo o projeto de transformação do ensino no reino português tem seu início efetivo nesse momento, tendo as demais mudanças decorrido daí.

O projeto pombalino não envolve apenas ações relacionadas ao ensino, como a contratação de professores, construção ou apropriação de escolas, reformulação no currículo, entre outras ações nessa direção. Uma das mais importantes ações em defesa de sua proposta educacional envolveu um embate intenso e direto no campo ideológico. Uma importante obra pombalina, em três volumes, foi apresentada em 1767, *Dedução Cronológica e Analítica*, que tinha a finalidade de apontar os males causados pelos jesuítas na história portuguesa<sup>55</sup>. Todo um conjunto de propaganda iconoclasta aos religiosos foi intensamente difundido. É evidente que o êxito do Governo dependia do enfraquecimento da Igreja, um se alimentava do outro.

<sup>52</sup> GOMES, Joaquim F. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino...* 1982, p. 13.

<sup>53</sup> GOMES, Joaquim F. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino.* 1982, p. 7.

<sup>54</sup> SILVA, Ana Rosa Cloet da. *Inventando a Nação...* 2006, p. 68.

<sup>55</sup> VILLALTA, L. C. “Impressão em Portugal...”. 2011, p. 27.

Na época, Pombal apresentou sua obra, que tratava de defender sua política e criticar os que iam de encontro a ela, a exemplo dos religiosos. Pregador das luzes, não perdeu a oportunidade de atacar as velhas ideias e práticas, que tentavam resistir aos novos tempos. Nas palavras de Ferrão,

[...] são os dois mais formidáveis libelos escritos contra os jesuítas, não só em Portugal como em toda a Europa. Mas, ao passo que o primeiro era um formidável ataque de natureza política, o *Compêndio Histórico* é uma cerrada crítica de carácter científico, pedagógico e moral.<sup>56</sup>

Pombal abriu várias frentes de enfrentamento contra os religiosos, provavelmente receoso de que ainda pudessem, mais cedo ou mais tarde, esboçar reações. Trabalhou cuidadosamente tanto para erguer seu edifício como para demolir o dos jesuítas. Pode-se dizer que o êxito de Pombal foi incontestável, à medida que alterou a relação do Estado com a ordem religiosa, e desta com a educação, até que os religiosos ficaram à margem dos processos educacionais na sociedade portuguesa.

Como extensão dessas mudanças no âmbito educacional, destaca-se a reforma da Universidade de Coimbra. Os estatutos da Instituição reformada foram publicados em 1772, como parte do programa geral de aperfeiçoamento do ensino.<sup>57</sup> O segundo momento das reformas abarca a parte mais importante. Ao reformular o conceito de universidade, estava-se reformulando o próprio conceito de Estado português, naquele momento, propenso a novos projetos e conquistas, para se tornar uma nação mais próspera.

Na década de 1760, a reforma educacional tornou-se uma das prioridades do Governo luso. Apesar da lacuna no quadro de professores, provocada pela expulsão dos jesuítas, o Marquês estava disposto a seguir em frente. Para Maxwell, “As reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo”.<sup>58</sup> Ao que parece, essa convicção de mudar as instituições lusas, em especial o sistema educacional, foi amadurecida durante sua permanência em Londres e em Viena, tempo em que ficou mais sensível às novas ideias de intelectuais como Luís António Verney e António Ribeiro Sanches<sup>59</sup>. Ao observar os exemplos estrangeiros, Pombal se deu conta de que seu país, se almejasse um lugar entre as grandes nações, deveria modificar seu sistema pedagógico. Nesse cenário, o ano de 1772 é

<sup>56</sup> FERRÃO, António. *A reforma pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 43.

<sup>57</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica...* 1999, p. 43.

<sup>58</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 104.

<sup>59</sup> GOMES, Joaquim F. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino...* 1982, p. 76.

emblemático para os portugueses, porque marca o início da refundação da Universidade de Coimbra e da criação do ensino primário renovado.

A reforma desta instituição, segundo informações de Falcon,<sup>60</sup> passou por duas etapas: “A primeira corresponde às sucessivas providências ordenadas para adaptar a Universidade, especialmente suas condições de ingresso [...] vindo, em 1761, a criação de uma aula de retórica no Colégio das Artes em Coimbra”. A segunda parte da reforma surgiu com a Junta de Providência Literária criada para, entre outras funções, reformar os Estatutos da entidade de ensino. A eficiência dessas mudanças é visível, quando são observadas as mudanças no governo pombalino.

A Junta de Providência Literária era uma comissão para levantar as causas dos problemas estruturais da Universidade.<sup>61</sup> Era objetivo da Junta apontar soluções para o problema e isso seria feito com a apresentação de propostas sobre a criação de determinadas disciplinas no currículo e um novo método a ser empregado para que a Coimbra pudesse dar passos qualitativos, e atender a novos propósitos. Incluía-se nos objetivos da instituição a promoção, sob novas perspectivas, de pesquisas científicas, bem como artísticas e estudos de humanidades.

Ao final de algumas pesquisas, concluiu-se que a Universidade estava em decadência, e a causa era a sua velha maneira de funcionar. A filosofia escolástica tinha perdido, quase completamente, sua utilidade. Aprisionada num passado “obscuro”, a única saída seria o rompimento com a velha concepção, em detrimento das novas disciplinas e métodos, sustentados pela nova ciência. Nesse contexto, a Junta de Providência Literária apresentou, em 1771, o *Compêndio Histórico*.<sup>62</sup> Na mesma data, Pombal foi nomeado para executar a reforma de substituição dos Estatutos, suspensos há um ano. Considerando as limitações estruturais, todo o processo foi relativamente rápido. Um novo regime de estudos foi estabelecido, com base em uma nova pedagogia. Para o Estado Ilustrado português, os princípios da nova ciência, de caráter natural e experimental, eram a base de sustentação das monarquias, que, para sobreviver, necessitavam de um *corpus* de pensamento distinto do que havia. Nessa perspectiva, só o conhecimento científico poderia proporcionar o êxito das monarquias.

---

<sup>60</sup> FALCON, F. C. *Política econômica e monarquia ilustrada...* 1975, p. 522-3.

<sup>61</sup> CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?...* 2008, p. 49.

<sup>62</sup> FERRÃO, António. *A reforma pombalina da Universidade de Coimbra...* 1926, p. 44.

O *Compêndio Histórico*, obra prima de Pombal, informa que a velha Universidade, antes das reformas, era composta de quatro faculdades: Teologia, Cânones, Leis e Medicina. Após os novos Estatutos, foram acrescentadas as faculdades de Matemática e Filosofia.<sup>63</sup> Somadas às mudanças curriculares, houve alterações metodológicas na forma como operar as novas disciplinas e transformar a sociedade. Também houve uma fragmentação do conhecimento entre as ciências humanas, biológicas e exatas, que, por sua vez, tinham outras subdivisões.<sup>64</sup> Essa subdivisão permitiu maior especialização e dinamização do conhecimento, ao contrário da Universidade pré-pombalina, que tinha um só corpo de conhecimento, sem aplicação direta no mundo da natureza e dos homens. De acordo com Flávio Rey de Carvalho, percebe-se que

Das inovações apresentadas na reforma, destacaram-se aquelas empreendidas no âmbito do direito e da filosofia (...). A reestruturação da faculdade de Leis e a criação da faculdade de Filosofia estavam em conformidade com as ambições da Coroa lusa daquele momento. Com essas duas esferas de formação, visava-se a proporcionar, respectivamente, o fortalecimento do poder régio e o revigoramento da economia portuguesa por meio do estímulo à pesquisa dos recursos naturais rentáveis em todo o império.<sup>65</sup>

A Universidade de Coimbra foi um importante meio para muitas das novas realizações do Governo no campo científico, econômico, político e religioso. Com a renovação universitária, vieram outros empreendimentos, que deram suporte ao novo modelo de produção de conhecimento. Entre as instituições paralelas criadas, somam-se um hospital, um teatro anatômico, para a dissecação de corpos, um dispensatório farmacêutico, observatório, gabinete de física experimental, teatro de história natural, laboratório de química, jardim botânico.<sup>66</sup> Vários outros empreendimentos de médio e pequeno porte foram necessários para o funcionamento do novo corpo acadêmico.

Joaquim F. Gomes<sup>67</sup> afirma que o número de alunos nos novos cursos foi reduzido, especialmente no curso de filosofia e ciências naturais. Mesmo assim, significou mudanças comportamentais importantes referentes à produção de conhecimento, com base na experimentação. Um novo espírito científico, após as reformas educacionais, surgiu em Portugal, e as mudanças foram sensíveis no reino e nas colônias. Até aquele momento, Portugal desconhecera uma reforma dessa profundidade, especialmente na área do conhecimento. Por conta disso, a agregação de novos cursos e a reformulação da faculdade de

<sup>63</sup> GOMES, Joaquim F. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino...* 1982, p. 80.

<sup>64</sup> CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português...* 2008, p. 101.

<sup>65</sup> CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?...* 2008, p. 64.

<sup>66</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira*. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 15.

<sup>67</sup> GOMES, Joaquim F. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino...* 1982, p. 90.

medicina constituíram a parte mais importante na reforma de 1772, pois seus resultados positivos se materializaram desde então. A nova faculdade de filosofia foi composta por seis disciplinas: lógica, metafísica, ética, história natural, física experimental e química.<sup>68</sup>

Mesmo que pareçam simples, naquele momento essas mudanças significaram um dos maiores avanços da história da Universidade portuguesa, porque, pela primeira vez, o conhecimento tinha como principal objetivo resolver os problemas do mundo prático; o conhecimento se aproximara da vida das pessoas e da nação. Pombal nomeou Francisco de Lemos para reitor da Universidade de Coimbra, e ele lideraria as reformas da instituição.<sup>69</sup> Disposto a cumprir a tarefa, também por ser adepto do pensamento ilustrado, proferiu um discurso que resume sua visão educacional Universitária:

[...] não se deve encarar a Universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios, como sucede normalmente, mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do iluminismo para todas as partes da monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a felicidade do homem [...].<sup>70</sup>

Um pragmatismo se consolida no pensamento intelectual português após a efetivação dos projetos universitários.<sup>71</sup> Isso significa dizer que essas reformas também pretendiam, além de melhorar a Universidade, em harmonia com os anseios do Estado, fazer uma aproximação com os setores mais modernos da Igreja, dispostos a entrar no novo projeto. Essa harmonia foi um constante desejo dos ilustrados católicos, pois, como na Itália, Portugal trabalhou nessa direção.

Uma vantagem da Igreja, do ponto de vista de sua sobrevivência, foi a adaptação a qualquer mudança no cenário político, econômico ou religioso. No seu interior, sempre houve diversas correntes de pensamento, e quando os ventos do Iluminismo trouxeram mudanças, ela teve seu grupo de simpatizantes. Para os mais avançados, mesmo com a descrença num universo infinito, concepção que se chocava com a doutrina cristã, muitos foram os jesuítas que, no campo da física, deram importantes passos.

De acordo com Maxwell,<sup>72</sup> nem os religiosos de espírito moderno, nem os intelectuais de fora da Igreja, em sua maioria, eram livres pensadores, como nos moldes da França e da Inglaterra, por exemplo. Os intelectuais envolvidos no processo de reconstrução da nação

<sup>68</sup> FERRÃO, António. *A reforma pombalina da Universidade de Coimbra...* 1926, p. 84-5.

<sup>69</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica...* 1999, p. 27.

<sup>70</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 114.

<sup>71</sup> SILVA, Ana Rosa Cloet da. *Inventando a Nação...* 2006, p. 78.

<sup>72</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 108.

portuguesa eram pessoas interessadas em apresentar soluções aos problemas da sociedade lusa, dos quais se destacavam a necessidade de mudanças econômicas, que situassem a nação em melhores condições. Também houve outros, de natureza política e cultural, que associavam a imagem do país ao atraso, e esses intelectuais estavam dispostos a mudar tal visão.

Embora a Universidade fosse o grande destaque das reformas pombalinas, outras instituições também desempenharam papel importante desde a metade do século XVIII, no que se refere à discussão e divulgação das ações científicas modernas. Quando a Universidade de Coimbra ressurgiu, trouxe a nacionalização da educação, mas as academias não perderam sua importância. Pelo contrário, elas passaram a dar suporte na universalização do conhecimento em proveito do Estado Português. As academias científicas, em especial a de Lisboa, tiveram importante papel nas colônias portuguesas e foram elas grandes responsáveis por descobertas que interessavam ao reino, econômica, científica e culturalmente. Nesse aspecto, sua importância compete com a própria Universidade. No mesmo ano da reforma universitária, propôs-se a criação de uma academia científica no Rio de Janeiro.<sup>73</sup> A função principal dessa instituição seria a observação direta das riquezas coloniais, fossem elas naturais econômicas ou no âmbito da cultura. À medida que se conheciam as terras distantes, tornava-se possível potencializar suas riquezas em benefício da metrópole.

Essas instituições se dividiam em diferentes atuações, cada uma em busca de interesses específicos, mas todas contribuía para o aperfeiçoamento das ciências e das artes. Um naturalista famoso na época, José Correia da Serra, resumiu bem qual seria o papel central da mais importante Academia de Ciências portuguesa, situada em Lisboa: ““O primeiro passo de uma nação para aproveitar suas vantagens é conhecer perfeitamente as terras em que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes””.<sup>74</sup> Esse exemplo serve para as outras instituições.

O incentivo à fundação de instituições como esta faz parte do legado de Pombal. Com base na racionalização em benefício do Estado, essas academias visavam, sobretudo, a uma ampla formação técnica e científica para preparar pessoas que pudessem servir aos propósitos governamentais. Na maioria das vezes, as intenções econômicas visavam a tirar Portugal de uma posição desfavorável, tanto em aspectos internos, quanto externos. As academias

<sup>73</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira...* 1999, p. 27.

<sup>74</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira...* 1999, p. 34.



trouxeram melhoras quantitativas e qualitativas à Coroa portuguesa, por meio de sua tarefa de aproveitar o trabalho dos cientistas para aperfeiçoar a ciência e a própria sociedade.<sup>75</sup>

Uma das consequências desse projeto científico-educacional foi o destaque de militares nas tarefas de conhecer e descrever regiões que pudessem interessar economicamente o governo no século XVIII até o início do seguinte.<sup>76</sup> Os cursos de matemática e filosofia deram essa contribuição na formação de militares e engenheiros, que pudessem aproveitar melhor as riquezas coloniais. O próprio Francisco de Paula Ribeiro, em evidência neste trabalho, está situado nesse contexto, pois seu trabalho atendia a interesses governamentais referentes a aspectos econômicos e políticos. Mesmo não sendo um cientista, nem um soldado de alta patente, seu trabalho teve importância evidente, especialmente no que se refere à demarcação de algumas fronteiras no interior do Maranhão. Quanto mais se expandiam, mais as pesquisas traziam benefícios. Apesar disso, o conhecimento não trouxe uma profunda transformação na sociedade de ordens, pois, na visão de Raminelli, “o saber era moeda de troca para a ascensão social, para reunir privilégios e consolidar as distinções sociais”.<sup>77</sup>

Pombal visava, com a educação, não apenas a levar o conhecimento à classe média, mas, principalmente, a trazer o novo ideal de vida à nobreza e transformá-la com o conhecimento.<sup>78</sup> Por meio da ciência, esse grupo conservador seria transformado em uma classe renovada, para levar adiante o progresso do reino. Mesmo que não tenha sido assim, o conhecimento trouxe muitas transformações na cultura portuguesa, no reino e nas colônias, a nobreza mais conservadora foi praticamente extinta ao longo do tempo e uma nova classe de “empreendedores” assumiu seu lugar.

### **Transformações econômicas em Portugal**

Quando se iniciou a participação de Pombal no governo português, seu país estava à margem no sistema político-econômico global, e certo conformismo, por parte de alguns setores mais conservadores, parecia evidente, uma vez que as mudanças os prejudicavam. A conjuntura começou a mudar em 1º de novembro de 1755 quando Lisboa sofreu um dos piores terremotos de sua história. Milhares de casas foram destruídas. Hélio de Alcântara

<sup>75</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação...* 2006, p. 109.

<sup>76</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira...* 1999, p. 65.

<sup>77</sup> RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 137.

<sup>78</sup> FERRÃO, António. *A reforma pombalina da Universidade de Coimbra...* 1926, p. 23-24.

Avellar<sup>79</sup> informa que a cidade e o próprio Governo desmoronaram. A necessidade de reconstrução da cidade foi aos poucos se estendendo, de maneira geral, à própria necessidade de reorganização do governo. A tragédia fragilizou o rei, e Pombal ganhou poderes para implementar um programa de governo inovador. Sua postura foi rígida, muitas vezes, cruel, mas isso lhe permitiu seguir adiante nos piores momentos posteriores ao terremoto. A máxima, atribuída ao novo ministro, que dizia ser necessário “enterrar os mortos e cuidar dos vivos”,<sup>80</sup> foi, na medida do possível, cumprida.

Para evitar que pessoas se aproveitassem do caos em benefício próprio, o ministro português congelou o preço dos aluguéis, dos alimentos e, entre outros, dos materiais de construção.<sup>81</sup> Além disso, embargou construções até que todo entulho fosse retirado e uma nova planta da cidade reelaborada. Esse controle em relação à Lisboa pós-terremoto seria o retrato de uma nova política global que mudaria para sempre a prática do Governo com seu povo e com outras nações. Nasce aí o “despotismo iluminado” em Portugal, e foram necessárias novas mudanças de comportamento, no tocante à política e à economia. A máquina administrativa deveria se reestruturar para atender os anseios governamentais, “fazendo das três secretarias de Estado [...] o centro do poder executivo. A reforma das instituições obrigava a centralizar o comando político, fiscalizando os órgãos consultivos e as nomeações para os cargos militares, financeiros e judiciais do reino e do ultramar”.<sup>82</sup>

Pombal percebeu que era possível alterar essa estrutura e faria o que estava ao seu alcance para transformar sua nação. De acordo com os princípios do despotismo iluminado, o governo deveria tomar as rédeas da mudança em benefício de todos. Para o Professor Luiz Carlos Villalta,<sup>83</sup> o déspota “sacudiu a sociedade lusa em todos os níveis”. Entre os problemas mais graves, estavam a necessidade de igualar, ou aproximar, seu país às grandes potências. O caminho mais viável seria pelo protagonismo econômico em nível internacional e, para que isso ocorresse, o Estado precisaria tomar a frente nas relações políticas com a Igreja e com nobreza, cujos componentes estavam acomodados com a velha estrutura, pois tinham seus benefícios assegurados nas relações vigentes. Mudanças na política comercial e industrial aos poucos surgiram e o Estado protagonizava cada vez mais essas relações. Pombal estimulou negócios que pudessem incitar o comércio e a indústria manufatureira. Além disso, apoiou os

<sup>79</sup> AVELLAR, H. de A. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. 2. ed. Brasília: FUNCEP/Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 15.

<sup>80</sup> AVELLAR, H. de A. *História administrativa do Brasil...* 1983, p. 15.

<sup>81</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 24.

<sup>82</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal...* 1978, p. 85.

<sup>83</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 18-9.

mercadores portugueses contra os contrabandistas e mercadores britânicos. Nesse contexto, surgiram importantes companhias de comércio em Portugal, que seriam responsáveis por dar novo fôlego ao reino.

De acordo com Teixeira Soares<sup>84</sup>, o reinado de D. José é marcado pelo mercantilismo, por assegurar uma política econômica de influência colbertiana. O ministro francês impressionou Pombal, fato crível ao observar suas ações econômicas. Um dos principais objetivos da política mercantilista lusa foi diminuir a influência do mercado externo, que deixava déficits na balança comercial. O Estatismo pombalino deu conta de organizar, em parte, a economia e, como ela estava agregada à política, os dois se resolveram em muitos aspectos. Nesse contexto, o governo procurou coordenar e direcionar o papel dos comerciantes.

A política pombalina não inventou o estatismo, mas o aperfeiçoou, ao coordená-lo com foco no âmbito comercial, em novos moldes para um melhor funcionamento. De acordo com António Manuel Hespanha,<sup>85</sup> o controle estatal não era tão forte quanto se pensa. Ele argumenta que a duzentos quilômetros de Lisboa havia câmaras totalmente autônomas do governo central e com isso chega à conclusão de que no Brasil as coisas não seriam diferentes. Para Faoro,<sup>86</sup> para onde ia o comércio, lá estava o Governo. O autor fala de muitos funcionários que se deslocavam para o Brasil, em decorrência disso. Migravam para dar dinamismo às novas relações comerciais e em busca de riqueza e prestígio. Na visão de Veríssimo Serrão,<sup>87</sup> Pombal acreditava que o comércio só poderia se desenvolver em grandes proporções com o subsídio direto e intenso da Coroa. Dessa maneira, ele o fez êxitos, pois essa prática era comum entre as grandes potências. Manuel Nunes Dias<sup>88</sup> define o estatismo pombalino como a maior contribuição para uma nova e mais dinâmica economia. De fato, a economia portuguesa conheceu novos tempos, com benefícios evidentes.

A política econômica pombalina teve que se deparar com uma situação de perene tensão, com riscos de destruição de seus planos. Um dos pontos centrais dessa preocupação foi a preservação do território colonial. O receio de perder território era perene, porque poderia implicar o fracasso de seu projeto político e econômico. Da colônia brasileira saía a maior parte da sua riqueza e era através do Brasil que Portugal tinha a maior oportunidade de

<sup>84</sup> TEIXEIRA SOARES, Á. *O Marquês de Pombal...* 1961, p. 157.

<sup>85</sup> HESPANHA, António Manuel. *O Movimento Republicano e a Abolição*. Entrevistado por Leonardo Pimentel. *Nossa História*, ano 3 nº 34 agosto, 2006, p. 44.

<sup>86</sup> FAORO, Raymundo. *Formação do Patronato Político Brasileiro...* 1996, p. 85.

<sup>87</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal...* 1978, p. 99-0.

<sup>88</sup> DIAS, Manuel Nunes. *A companhia geral do Grão Pará e Maranhão...* 1971, p. 24.

melhorar sua situação no cenário internacional. Não por acaso, o ministro de D. José empreendeu esforços para manter sob a tutela da Coroa sua próspera colônia, mesmo que para isso tivesse que enfrentar os interesses dos rivais internos.

A política de proteção territorial da colônia passou mais uma vez pelo enfrentamento com a Igreja, especialmente com os jesuítas. Como nas reformas educacionais, a defesa das terras nos confins do Brasil passou por um confronto direto com os religiosos inicianos. E como no primeiro caso, eles deram importantes contribuições, mas o Governo português entendeu que havia chegado o momento de protagonizar o funcionamento de sua própria economia. Isto significou tangenciar, apesar da resistência, os religiosos do processo político.

Em 1621, Portugal havia fundado o Estado do Grão-Pará e Maranhão e cedo percebera a necessidade de vigiar o território, mesmo porque os franceses já tinham mostrado interesse pela região ao entrar e fundar a cidade de São Luís. Os portugueses só conseguiram expulsar os estrangeiros em 1615, e com isso prestaram mais atenção à região para que o problema não se repetisse. Na época, o Estado português não tinha uma estrutura a contento para assistir todas as regiões coloniais, especialmente as mais remotas. Para isso, contou com a decisiva ajuda dos jesuítas, que transformaram a região em grande produtora de cacau, cravo, anil, algodão e uma série de outros produtos<sup>89</sup>, que, por muito tempo, foram exportados para a Europa. Ao mesmo tempo em que exportavam, necessitavam de produtos europeus, e isso contribuía para fortalecer uma área de povoamento, com um comércio relativamente forte. As companhias de comércio do Pará e Maranhão tornaram-se grandes centros de produção de matérias-primas, indispensáveis ao trabalho do capitalismo metropolitano.

No tempo de Pombal, a situação para os religiosos mudou e, assim como em outras áreas, o governo pretendia livrar-se dos religiosos para estabelecer um novo modelo de relação entre Estado e ordens religiosas. Várias ações visaram a enfraquecer a estrutura jesuítica. Os religiosos foram politicamente enfraquecidos com o propósito de serem retirados da esfera econômica e confiná-los aos assuntos estritamente religiosos. No entanto, como eles atuavam há muito tempo no norte do Brasil, não se conformariam com a diminuição de sua importância na economia local.

Pombal acreditava, segundo António H. de Oliveira Marques,<sup>90</sup> numa coligação de interesses entre os jesuítas e os ingleses, e com esse entendimento o Marquês sentia-se

---

<sup>89</sup> TEIXEIRA SOARES, Á. *O Marquês de Pombal...* 1961, p. 172-3.

<sup>90</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. X, Lisboa: Estampa, 1986, p. 337.

ameaçado e achava que sua política poderia fracassar. Nesse período, acusações como estas se tornaram comuns, as de que os jesuítas estavam alinhados aos ingleses ou aos comerciantes marginalizados pelo monopólio real. Não se sabe ao certo até onde ia a crença nesse argumento ou se era um pretexto, mas de qualquer maneira, medidas no sentido de fortalecer o poder do Estado, em detrimento da Igreja, foram tomadas. Talvez a dura reação dos jesuítas ao tratado de Madri tenha piorado ainda mais a relação do Governo com a Igreja. Graças à organização de uma resistência indígena, foi inevitável um sangrento conflito na fronteira sul do Brasil.

Com a paz entre Inglaterra e França, após a guerra dos sete anos, em 1763, o governo se preocupou com as ambições francesas em relação ao norte do Brasil. Após o fim da guerra, esse intento poderia ser mais fácil em vários aspectos. Entendendo a situação, o Governo português transferiu a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro. Por conta de sua imensidão, isso tornava geograficamente mais fácil monitorar o território. À medida que uma política de defesa territorial se consolidava, tornava-se, no entendimento do Governo português, necessário amenizar o protagonismo dos religiosos. Pensando nisso:

Em 1758, o poder temporal dos jesuítas foi eliminado [...] A 3 de setembro de 1759, o governo português decretou a proscricção e a expulsão da Companhia de Jesus de todo Império [...] Em 1760, o Navio nossa Senhora de Arrábida, da Companhia do Pará, levou os últimos jesuítas do Maranhão para o exílio [...].<sup>91</sup>

Com isso, um novo rumo na política territorial se consolidou, Pombal nomeou seu irmão Mendonça Furtado para comissário régio, no intuito de frear as ambições estrangeiras. Apesar das inovações, o funcionamento dessa estrutura permaneceria praticamente no mesmo formato. Na prática, foi modificada a gestão, pois os problemas em relação à força de trabalho e isolamento permaneciam. O irmão de Pombal, assim como os jesuítas, aproveitou a força de trabalho dos habitantes locais. Uma das estratégias, diante de evidentes limitações da Coroa, era “europeizar” a população local, composta essencialmente por indígenas, e a maneira de fazer isso era por meio de casamentos com nativos. A secularização das missões foi outro fator importante, que contribuiu para multiplicação populacional<sup>92</sup>. Esse fator tornou mais difícil a ação de estrangeiros que pretendiam se estabelecer na região.

Em 1755, foi expedido um alvará régio que permitia aos naturais do reino e da colônia casar-se com indígenas. Com isso, teriam algumas vantagens referentes ao trabalho e

---

<sup>91</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa...* 1977, p. 44.

<sup>92</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa...* 1986, p. 338.

melhores condições de vida.<sup>93</sup> Uma política inédita de povoamento foi estabelecida em moldes laicos. Para Pombal, os indígenas ou os miscigenados deveriam ser a chave para a riqueza e defesa do território. Certamente esse projeto foi de grande importância para a política portuguesa da época, especialmente porque estava inserido no conjunto de outras medidas que visavam à revitalização de um Estado laico, forte e monopolista, capaz de dar continuidade ao projeto maior: o de revitalizar a economia, a política e a própria autoestima de Portugal frente a uma disputa política de âmbito internacional.

O projeto pombalino não se deu apenas como necessidade de uma nova visão, também atendia a necessidade de mudanças estruturais que ocorriam não apenas na Europa, como também na colônia, e um dos principais acontecimentos dessa época se refere à exploração do ouro no Brasil. Foi com ele que Portugal adquiriu riquezas extras, e quando o ritmo de sua extração diminuiu, o Estado precisou recuperar ou amenizar a perda de receitas provindas dos metais preciosos. Há autores<sup>94</sup> que apontam para uma grave crise na arrecadação de ouro no Brasil entre as décadas de 1760 e 1770. A cobrança do quinto estava comprometida e, juntamente com ela, a própria balança comercial portuguesa.

Uma das consequências dessa mudança foi o estímulo industrial, uma política de crescimento da manufatura. Mesmo a reformulação na cobrança do quinto, estabelecendo em 100 arrobas anuais, não foi suficiente porque as minas davam sinal de esgotamento com os meios tecnológicos disponíveis na época. Veríssimo Serrão<sup>95</sup> afirma que esse incentivo à indústria manufatureira tirou o espaço da agricultura, e o autor considera que a menor ênfase nesse setor significou maior fraqueza do sistema econômico pombalino. De certa maneira, o empenho numa política industrial foi prioridade para o governo português, mas isso não leva todos os analistas às mesmas conclusões. O chamado mercantilismo ilustrado português abriu uma via alternativa ao antigo sistema, pois incentivou a produção colonial em grande escala, com forte integração entre os dois modelos.

Contrariamente, José J. Andrade Arruda<sup>96</sup> vê a agricultura como carro chefe da política pombalina. O resultado dessa ação se deu com uma diversificação da atividade industrial e o benefício das exportações, da produção de alimentos, problema grave na época,

<sup>93</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal...* 1978, p. 175.

<sup>94</sup> FALCON, Francisco c. "Pombal e o Brasil". In: MATTOSO, José... [et al]. José Tangarrina, organizador. *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p. 153.

<sup>95</sup> SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal...* p. 191.

<sup>96</sup> ARRUDA, José J. Andrade. "O sentido da colônia: revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)". In: MATTOSO, José... [et al]. José Tangarrina, organizador. *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p. 153, p. 176.

e matérias-primas para alimentar o mercantilismo. O sistema só funcionaria com uma forte política protecionista traduzida em estratégias econômicas, militares e fiscais.<sup>97</sup> Uma política agressiva ganhava substância, dessa maneira a Coroa portuguesa poderia enfrentar as grandes potências mercantilistas europeias. Nesse sentido, o projeto econômico pombalino foi uma resposta prática ao contexto econômico internacional. Não é difícil crer que a política mercantilista, de maneira geral, tenha sido mais industrial que agrícola. António H. de Oliveira Marques apresenta um interessante quadro característico desse período, ao afirmar que:

A característica da economia colonial nesse período é a expressiva diversificação produtiva. Assim sendo, torna-se necessário distinguir uma produção integrada no sector exportador, constituída por produtos agrícolas, extrativos vegetais, extrativos minerais e pecuários; um sector de subsistência agrícola e pecuário; um sector de transformação, definido pelas manufaturas de açúcar completadas pela construção naval, manufaturas de ferro e de tecidos, em plano secundário.<sup>98</sup>

Parece mais lógico que os setores agrícola e industrial tenham se desenvolvido simultaneamente, uma vez que sem essa premissa não haveria mercantilismo. Nessa relação, de maneiras diferentes, a colônia depende da metrópole e esta, da colônia. Neste sentido, a função da colônia era proporcionar acumulação primitiva de capital e produzir excedentes no comércio, num ganho para todos os setores envolvidos. Para Kenneth R. Maxwell<sup>99</sup>, o comércio colonial tinha como objetivo primordial abrandar a influência de comerciantes estrangeiros na colônia, em especial os britânicos. Em decorrência dos acordos políticos entre Portugal e Inglaterra, o Governo luso não poderia simplesmente expulsar os comerciantes, nem mesmo enquadrá-los no sistema comercial português. As formas de contraposição a eles se davam de maneira indireta e sem grandes conflitos.

Pombal, por muitas vezes e de maneira sutil, confrontou aliados. Um exemplo disso eram os chamados comissários volantes, comerciantes que muitas vezes traziam seus produtos nas embarcações com outros fins. Nesse caso, muitas vezes, não pagavam frete e tinham suas despesas reduzidas. Dessa maneira, os preços dos produtos ficavam em condições desleais de concorrência frente aos que pagavam frete, impostos e encargos, de modo a prejudicar, por muito tempo, o comércio legal. Inibir a ação desses comerciantes significou ganhos consideráveis ao Estado português. Com o tempo, o lucro extraído do Brasil atingiu números expressivos e isso aproximou cada vez mais a metrópole da colônia. O auge dessa

<sup>97</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa...* 1986, p. 87-8.

<sup>98</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa...* 1986, p. 95.

<sup>99</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 61.

aproximação e dependência se deu ainda no século XVIII. Nesse contexto, muitos em Portugal defendiam a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, com o rei de Portugal na condição de “Imperador do Ocidente” e seu vice-rei governaria em Lisboa.<sup>100</sup>

A política pombalina, que tem como cerne a aproximação indispensável com a colônia, tem duas fases: a primeira relacionada ao comércio e a segunda à criação e desenvolvimento das manufaturas. A primeira é representada pelas Companhias de Comércio e a segunda, pela criação da Junta de Comércio.<sup>101</sup> Na verdade, essas duas vertentes tiveram uma estreita ligação a ponto de, em determinado momento, ser difícil fazer uma separação entre comércio e indústria.

A Junta de Comércio foi criada em 1755 e, entre suas tarefas, figurava a de fiscalizar os navios que saíam com mercadorias para as colônias. Também era objetivo seu fiscalizar e inibir a ação dos comissários volantes, que burlavam os custos da viagem sem o pagamento das taxas cobradas aos demais comerciantes. Além disso, sua função era combater o contrabando e fiscalizar a qualidade dos produtos.<sup>102</sup> Foi através da Junta que Pombal concedeu privilégios à abertura de fábricas e à reestruturação de outras como as de seda, sob a tutela do governo. Também garantiu crédito, fornecimento de matéria-prima e isenção de impostos para as mercadorias que viessem para o Brasil.<sup>103</sup> Sem dúvida, a Junta foi um passo de grande importância para a política do mercantilismo ilustrado português, mas sem a primeira fase comercial e o protagonismo das Companhias reais de comércio não haveria os mesmos resultados.

Com a criação das Companhias de Comércio e a integração do sistema comercial e industrial, a política de industrialização pombalina mostrou-se sólida e duradoura. Como resultado, foi modificada a própria estrutura econômica metropolitana e colonial, assentando Portugal definitivamente em uma nova rota política, econômica e cultural. O Governo português chegou a contar com várias companhias além da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, incluindo a Companhia do Comércio Oriental e a Companhia de Comércio de Moçambique, direcionadas ao comércio no Oceano Índico; a Companhia da Agricultura

---

<sup>100</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 16.

<sup>101</sup> SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Coord.). *Pombal Revisitado*, 2 v. Lisboa: Editora Estampa, 1984, p. 24.

<sup>102</sup> FALCON, Francisco c. “Pombal e o Brasil”. ... 2000, p. 154.

<sup>103</sup> RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 64.



das Vinhas do Alto Douro e a Companhia da Pesca do Algarve, que atuavam na metrópole; e a Companhia de Pernambuco, com objetivos comerciais no Oceano Atlântico.<sup>104</sup>

As companhias, além das funções econômicas, pela integração de atividades, contribuíram para o melhor controle do território. Uma das mais importantes do reino português, a do Grão-Pará e Maranhão, quando da sua criação em 7 de junho de 1755, recebeu privilégio no comércio da região por vinte anos. Para fortalecer a empresa, o Governo fez algumas mudanças imediatas e estruturais, o que denotava um objetivo de política de governo, não apenas uma reforma na administração regional. Além de expulsar os comissários volantes, Pombal preteriu, com a Companhia, os pequenos comerciantes em detrimento dos grandes, diretamente apoiados pelo Estado. Torna-se claro o direcionamento de uma política macroeconômica que privilegiava os grandes empreendimentos.

Mesmo Falcon<sup>105</sup> afirmando que os empreendimentos pombalinos concederam financiamentos para pequenos lavradores, numa prática até então inédita, foram, sem dúvida, as grandes empresas que se destacaram por estarem em primeiro plano da política econômica portuguesa. Os Estrangeiros também sofreram com as novas medidas, pois visavam a consolidar um sistema comercial com base no monopólio da Companhia. Além de retirar a autoridade administrativa dos padres sobre a população local e excluir os comerciantes não enquadrados no sistema, o Governo pretendeu dar maior protagonismo aos comerciantes. Para isso, promoveu algumas medidas para dinamizar o comércio da região e favorecer os negociantes lusos.

A região do Grão-Pará e Maranhão necessitava de condições estruturais mínimas, especialmente no quesito mão de obra. O objetivo foi transformar a economia local de subsistência, numa economia de mercado. A miscigenação foi uma das melhores iniciativas para amenizar a falta de força de trabalho na região. Com o desenvolvimento do comércio local, Pombal visava a um acúmulo de capital para os comerciantes portugueses que pudesse concorrer com os comerciantes ingleses. Uma burguesia estruturada poderia se contrapor aos bem-sucedidos grupos estrangeiros, especialmente os ingleses. Para Maxwell,

A criação das companhias monopolistas e a legislação econômica de 1755 foram ações deliberadas do Estado para racionalizar a estrutura empresarial favoravelmente aos comerciantes nacionais maiores e estabelecidos. Esperava-se que, dando-lhes privilégios monopolistas, lhes fossem possível

<sup>104</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa...* 1986, p. 158.

<sup>105</sup> FALCON, F. C. *Política econômica e monarquia...* 1975, p. 540.

acumular capital suficiente para competir efetivamente com o crédito estrangeiro em todas as áreas do comércio luso-brasileiro [...].<sup>106</sup>

É fácil perceber que, além do sucesso econômico, o governo português procurou uma mudança de mentalidade. O Governo procurou atrair estrangeiros especializados para o reino, em diversas áreas, com o intuito de contribuir para essa mudança de pensamento. Com a habilidade dessas pessoas, os comerciantes portugueses poderiam aprender com outras práticas empreendedoras. Elas eram mais adequadas ao momento comercial da nação e contribuía para criar uma nova classe, capaz de pôr sua nação junto às mais importantes naquela época.

Pombal considerava um erro a expulsão dos judeus de Portugal e a discriminação dos cristãos novos. Isso teria contribuído para o atrofamento de uma classe realmente voltada aos negócios em Portugal.<sup>107</sup> Por isso, Pombal deu oportunidade a esses grupos. Somando-se a tais elementos para cultivar um novo espírito nos comerciantes, pode-se apontar o fato de ter havido certa facilidade em conceder direitos de nobreza a comerciantes, bem como uma carga tributária única para nobres e burgueses. Importantes passos foram dados no Governo pombalino, tanto no que se refere ao fortalecimento das atividades econômicas, com privilégios aos comerciantes do reino, como na reformulação de novas perspectivas em relação aos negócios da Coroa.

O êxito de Pombal pode ser contestado num ponto ou noutro, mas no geral é fácil perceber sua política como inovadora no cenário português. Foi, sem dúvida, uma das maiores conquistas da política portuguesa. Com ela, Portugal conseguiu caminhar em solo mais estável, pois numa época de relações político-econômicas agressivas, o reino luso conseguiu conquistas importantes.

Após o esforço em revigorar a economia de Portugal, num trabalho de quase três décadas, D. José I faleceu em 1777, acometido por uma doença grave. Os inimigos de Pombal não deram trégua, várias denúncias surgiram, e à medida que elas se intensificavam, mais aliados do ministro o abandonavam. Maxwell<sup>108</sup> fala de um enfrentamento em processos jurídicos e ideológicos, pois ele defendeu, por escrito, sua política. Dos processos judiciais se livrou, com a incisiva alegação de que apenas cumpria ordens do rei, e acabou por ser absolvido. Nos processos ideológicos, ainda nos dias atuais a discussão continua entre os que o exaltam e os que diminuem seu protagonismo na história.

---

<sup>106</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa...* 1977, p. 35.

<sup>107</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 77.

<sup>108</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo...* p. 163.

Para Villalta<sup>109</sup>, o reinado mariano, que durou quinze anos, não trouxe grandes alterações em relação ao reinado anterior: procurou avançar nas políticas que já tinham apresentado êxito à Coroa. Percebe-se que ocorreu maior retração do Estado na administração direta das empresas comerciais, mesmo assim Maxwell<sup>110</sup> também afirma que não houve profundas mudanças nos mercados coloniais, nem mesmo o fim das companhias de comércio significou uma alteração sensível nas relações comerciais, o que mostra a profundidade das conquistas políticas anteriores. Após a era pombalina, Portugal teve um revigoramento comercial, e uma nova burguesia surgiu diante de velhos grupos, constituindo uma renovação material e espiritual. Na temporalidade que se segue imediatamente à ação de Pombal, boa parte das conquistas continuou, outras foram aperfeiçoadas, como a indústria manufatureira, que apresentou, de acordo com Mattoso, significativo crescimento:

A partir de 1780-1790, com a rápida expansão e diversificação do sector agroexportador, configura-se o clima de “euforia” típico da fase final do período colonial, durante o qual, em face da “crise do sistema”, os burocratas de Queluz e os intelectuais (...) da Real Academia das Ciências, de Lisboa, empenharam-se em diagnosticar seus fatores e sugerir medidas práticas para reformar e, ao mesmo tempo, conservar o próprio “sistema”.<sup>111</sup>

O reinado de D. Maria se colocou diante de novos problemas que necessitavam ser administrados para a manutenção do modelo político e econômico. Mais influenciado pelas luzes que Pombal, segundo Novais<sup>112</sup>, o governo trabalhou para manter o regime colonial monopolista. Entretanto, o reino tinha de lidar com seus próprios problemas. Durante a Revolução Francesa, Portugal recebeu muitos intelectuais, religiosos, homens de negócios que, por divergências ideológicas, migraram para o reino. Graças a esse contato, novos pensamentos influenciaram a cultura lusa, culminando, posteriormente, no desenvolvimento do pensamento liberal, que enfraqueceu o antigo regime.

Do ponto de vista externo, o clímax da tensão política se deu com a invasão francesa ao território português e a consequente transferência da corte para o Rio de Janeiro. Isso alterou profundamente as relações com o Brasil. A abertura dos portos brasileiros, pressionada pelos velhos aliados britânicos, que forneceram proteção à corte, quebrou o monopólio comercial e contribuiu para o nascimento de um novo regime. Um novo quadro político, econômico, social e cultural se estabeleceu, mas as relações e os interesses não

<sup>109</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império Luso-Brasileiro e os Brasis...* 2000, p. 19.

<sup>110</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo...*p. 166.

<sup>111</sup> FALCON, Francisco c. “Pombal e o Brasil”. ...2000, p. 154.

<sup>112</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema...* 1986, p. 11.

seriam muito diferentes dos habituais. Foi no seio dessas relações que o Brasil se construiu, bem como ideias importantes como a de sertão.

### **Portugal e Brasil no início do século XIX**

O legado de Pombal está associado à ilustração portuguesa, ao provocar uma série de mudanças na economia, na política, na ciência e na cultura de maneira geral, naquela sociedade, conforme mostrado aqui na primeira parte do trabalho. As circunstâncias próprias do final do século XVIII, no que se refere ao enfraquecimento do modelo colonial, somaram-se a fatores internos na metrópole e na própria colônia, que contribuíram para o aumento da importância dos diversos viajantes pelo Brasil. É certo também que houve uma readequação na função daqueles homens para atender as necessidades de então.

Em termos gerais, a Universidade de Coimbra era quem dava as diretrizes da modernização para uma nova economia, começando pela agricultura, depois pela indústria e comércio. Os intelectuais daquela instituição, que também eram filhos de comerciantes e proprietários de terras, interessados no desenvolvimento desse setor, seriam os principais responsáveis por novas transformações. Com isso, o Estado português se beneficiou como também o fizeram os grupos que participaram diretamente do processo.

Sempre foi uma aspiração de Portugal reduzir sua dependência para melhorar suas condições econômicas, e os intelectuais seriam responsáveis por parte da tarefa. Para R. Raminelli, a viagem dos naturalistas foi um passo importante para várias reformas econômicas que surgiram no reino, impulsionadas pelo ministro Pombal. “Suas intervenções buscavam, ao mesmo tempo, criar vínculos de dependência entre as economias metropolitana e colonial, além de descobrir minas, diversificar a agricultura e as matérias-primas destinadas ao mercado lusitano”.<sup>113</sup> Juntamente com isso, somava-se a preocupação com o território, sempre cobiçado e, algumas vezes, ameaçado por sua maior rival, a Espanha.

Uma forma comum de produção desses trabalhos científico-econômicos eram as memórias ou roteiros, de forte caráter utilitário, que abarcavam uma vasta gama de elementos naturais e culturais: “A descrição física incluía situação geográfica do clima, demarcação e limites do terreno [...] águas, mar, rios [...] a descrição econômica, englobava a história da população, a série dos governadores, as instituições, a agricultura, o comércio, as letras, as armas”.<sup>114</sup> Talvez não seja demais lembrar que, no aspecto cultural, o que envolvia as tribos

<sup>113</sup> RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 101.

<sup>114</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira*. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 32.

indígenas ganhava destacada importância, não porque os europeus dessem valor aos costumes nativos, mas porque se buscava encontrar a melhor maneira de inseri-los na cultura hegemônica. Um dos motivos para isso era a falta de braços para o trabalho, fator sempre preocupante na colônia e até mesmo na metrópole. A população indígena interessava à política metropolitana apenas na integração ao processo produtivo, daí o extermínio de grandes parcelas desse contingente.

As academias científicas que atuavam também diretamente no processo econômico da metrópole deram grande contribuição na execução e difusão de ideias que pudessem contribuir, em diversos aspectos, com o desenvolvimento da pátria mãe, ainda que muitas vezes seus resultados ficassem restritos ao campo teórico. A Academia de Ciências de Lisboa foi constituída no fim de 1779,<sup>115</sup> com o intuito também de subsidiar a exploração dos recursos naturais brasileiros, a fim de aumentar o potencial de aproveitamento das matérias-primas da colônia. O Marquês de Lavradio propôs a criação de uma academia de ciências no Rio de Janeiro, ainda em 1772. Para ele, uma instituição como essa teria como finalidade essencial o exame de tudo que pudesse ser aproveitável no que chamavam, na época, de reinos vegetal, animal e mineral.<sup>116</sup>

Os sócios das academias tinham entre as principais funções o dever de divulgar o máximo de informações possíveis sobre as regiões em que atuavam, tanto no Brasil, quanto em outras regiões da África ou da Índia. Na visão daqueles homens de ciência, o conhecimento era premissa básica para uma plena dominação. Uma das principais conquistas das Academias seria o desenvolvimento das artes e das ciências em seus aspectos mais práticos. Os sócios eram distribuídos entre os que se dedicavam, além das Belas Letras, às Ciências da Observação e ao Cálculo.<sup>117</sup>

Naquela época, surgiu um maior interesse em inventariar as riquezas, materiais e não materiais. Nas memórias dos viajantes, era comum haver diagnósticos de determinados problemas econômicos e a resolução para eles, acerca da agricultura, da pequena indústria e, entre outros, do comércio. Além disso, conforme já dito, havia o interesse pelos habitantes desses lugares, sua cultura e sua aptidão para as atividades econômicas do reino. Nesses documentos, foram descritos como se produziam roupas, armas, casas, cerâmicas e uma série de outros saberes. Em troca dos serviços, beneficiavam-se com o prestígio, pois assumiam

---

<sup>115</sup> CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 27.

<sup>116</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira...* 1999, p. 27.

<sup>117</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira...* 1999, p. 33.

cargos na magistratura ou em outros setores do Estado. O trabalho dos bacharéis levou a crer que a união racional entre império e colônia era possível, com base no aproveitamento dos recursos naturais.

Quando surgia algum grupo descontente entre os cientistas, o Governo se encarregava de encontrar uma solução pacífica e benéfica a todos. Uma saída lógica para conter um possível desagrado de parte dessa elite luso-brasileira foi arranjar cargos que lhes dessem prestígio e dinheiro. Se por um lado essas ações produziram seus efeitos positivos, por outro, trouxeram consequências negativas. Para Raminelli,<sup>118</sup> na medida em que eram contemplados com tais vantagens, aqueles cientistas se tornavam cada vez mais burocratizados. Nesse caso, havia tendência ao abandono do ofício de naturalista, com esvaziamento das instituições que os projetavam, especialmente no início do século XIX. Nesse contexto, abriu-se espaço para outros agentes, entre os quais militares de baixa patente, que também esperavam adquirir prestígio e oferecer suas contribuições ao Estado, mesmo que com menor reconhecimento da comunidade científica e administrativa. Francisco de Paula Ribeiro foi um desses beneficiados, que acabou por ganhar, ao longo da vida, algumas promoções por serviços prestados ao governo português, em especial na capitania do Maranhão.

Os militares, naquele momento, desempenharam papel importante, pois, formados em Coimbra, na maior parte das vezes, eram preparados para atuar em diversas áreas, especialmente nas que englobavam objetivos econômicos práticos e imediatos. “[...] Se Pombal criara os cursos de Matemática e de Filosofia na Universidade de Coimbra, fora, entre outros objetivos, para desenvolver as aptidões dos oficiais da Tropa de Linha, nomeadamente os engenheiros”.<sup>119</sup> Com isso, não se quer afirmar que a evasão desses cientistas burocratizados foi completa, mas foi significativa. De alguma maneira, isso mostrava que o projeto científico de Coimbra, se não estava em decadência, perdia expressão.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, abriu-se um canal que facilitou novas explorações, tanto com interesses econômicos, quanto com outras finalidades, em benefício de Portugal ou de outras nações. Cientistas de várias nacionalidades e várias especialidades se interessaram pelo território brasileiro. Há uma classificação para os viajantes que aqui aportaram entre os anos 1808 e 1822, em cinco grupos, cada um representando funções e interesses distintos, de acordo com a natureza de cada categoria. O primeiro deles era constituído por naturalistas, representados por Saint-Hilaire, Spix e Martius; o segundo, o dos

<sup>118</sup> RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas...* 2008, p. 9.

<sup>119</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira...* p. 65.

artistas, entre os quais Jean Debret; depois os militares, com exemplificação dos prussianos Leithold e Raugo; o quarto grupo seria o dos especialistas, geralmente contratados pelo Governo português para a realização de tarefas específicas; por fim os viajantes renomados, homens bem-sucedidos financeiramente e com prestígio social, entre os mais conhecidos estavam o inglês John Luccock e o português Henry Koster.<sup>120</sup>

Ilka Boaventura afirma que as viagens tinham objetivos específicos, de acordo com a formação dos viajantes e do teor da própria excursão. Portanto, quando estavam relacionadas a pesquisas científicas, elas tendiam a dar mais visibilidade a temas como a Geologia, Botânica, Mineralogia e, entre outros, História e Geografia. Se objetivavam o turismo, o comércio ou o lazer, os temas se ligavam a uma apresentação de imagem geral das regiões visitadas.<sup>121</sup> Dessa maneira, se dava com outras áreas de interesse. Ainda de acordo com a autora, essas viagens atendiam a diferentes finalidades, entre as quais a exploração de recursos naturais, a conquista de mercados para produtos industriais e o aumento da riqueza e da soberania nacional.<sup>122</sup>

Pode-se ainda acrescentar a contribuição da professora Kátia Gerab Baggio, ao diferenciar os relatos de viagens. Nesse sentido, eles podem ter formatos diversos, desde relatórios e memórias a diários e poesias.<sup>123</sup> Embora boa parte desses trabalhos fosse publicada, muitos outros não o eram e a pretensão da tarefa, muitas vezes, definia o formato. Uma questão fundamental nos relatos era seu grau de credibilidade, e para isso era necessário o maior número de informações possíveis, conforme observa a professora Baggio em seu artigo sobre viajantes sul americanos no século XX.<sup>124</sup> Apesar das diferenças de contexto, a maioria desses viajantes se preocupava com a veracidade de seus relatos, ainda que nem sempre conseguissem o intento. Paula Ribeiro era um exemplo disso, pois escreveu memórias acrescidas de um mapa com o intuito de oferecer o maior número de informações possíveis sobre a capitania maranhense, conforme se verá mais adiante.

Os distintos grupos de viajantes, cada um à sua maneira, contribuíram para uma nova maneira de pensar a nação, sua economia, política, arte, cultura. Várias ações entraram em

<sup>120</sup> BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)*. Dissertação de mestrado, Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE. Universidade Federal do Paraná, 2010, p. 5.

<sup>121</sup> LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1996, p. 92.

<sup>122</sup> LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem...* p. 67.

<sup>123</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. “As viagens, seus relatos e os intercâmbios intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos”. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (org.). *História da América: historiografia e interpretações*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 242.

<sup>124</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. “As viagens, seus relatos...” 2012, p. 242.

pauta para se consolidar um projeto que pudesse oferecer uma nova configuração para a economia da metrópole e da colônia. Ainda que com limitações, Portugal conseguiu alcançar importantes resultados econômicos, e isso o diferenciou dos tempos mais sombrios de dependência econômica. Do ponto de vista prático, um dos elementos em jogo era a própria defesa do território e, para isso, o conhecimento sobre ele era premissa básica. Até então a maior parte do imenso território brasileiro era desconhecida e suas fronteiras fragilizadas, o que poderia favorecer a perda de terras a qualquer momento. Levaria muitos anos, após a chegada da família real, até que os confins do Brasil fossem explorados pelo governo. Raminelli<sup>125</sup> oferece uma pista das intenções governamentais:

“Se antes de 1808, a tônica das memórias produzidas pelos luso-brasileiros era o comércio, os entraves produzidos pelos monopólios e a circulação de plantas, depois seus escritos pretendiam garantir a unidade do império”. Alternativas econômicas e geopolíticas tornaram-se fundamentais, pois no início do século XIX, especialmente após a vinda da família real para o Brasil e a extinção do pacto colonial, a jovem nação necessitava encontrar seus meios de sobrevivência.

O resultado das ações desses viajantes, especialmente os ligados àqueles problemas econômicos, visava a apresentar soluções imediatas ao Estado português. De acordo com Ilka Boaventura, D. João precisou de cientistas das diversas áreas, como Cartografia, Geologia, Etnografia, Zoologia, entre outras, que pudessem fornecer conhecimento prático sobre as terras coloniais.<sup>126</sup> Se não alcançaram todos os resultados esperados, ao menos contribuíram de outros modos, com maneiras de pensar e resolver problemas estruturais, bem como com novos olhares sobre a cultura brasileira.

Há notícias de que o primeiro governante luso a pensar numa possível transferência do corpo administrativo para os trópicos tenha sido D. João IV, ainda em 1661,<sup>127</sup> numa época em que o Império português se sentia ameaçado pelo tratado de paz entre França e Espanha. Fala-se que ainda por volta de 1735 a possibilidade de mudança da Corte para terras brasileiras havia sido fortemente cogitada, mas que de fato só ganharia consistência nos últimos anos do século XVIII.<sup>128</sup> Seria uma das maneiras mais seguras de manter os domínios sobre a colônia brasileira, e assim assegurar a própria sobrevivência do império, dada a notória dependência lusa perante sua possessão. Em caso de concretização desse projeto ainda

<sup>125</sup> RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas...* 2008, p. 275.

<sup>126</sup> LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem...* p. 50.

<sup>127</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808- 912)*. São Paulo. Ed. UNESP. 1997, p. 81.

<sup>128</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política na explicação da independência do Brasil.” in: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 55-97, p. 77.



nas primeiras décadas do século XVIII, haveria nomeação de um vice-rei para governar a capital portuguesa.<sup>129</sup>

Por motivos de dependência ou receio de perder o território, um projeto de transferência da Corte sempre permeou a política portuguesa, e a guerra europeia, no início do século XIX, seria um elemento motivador a mais. Para alguns, a supremacia industrial inglesa ainda não tinha corpo suficiente para forçar o colapso do sistema colonial,<sup>130</sup> e ainda levaria mais tempo até que o velho sistema fosse suprimido por novas relações socioeconômicas entre nações e no interior delas. De acordo com Maria Lyra: “Nesse sentido, a transferência da sede da metrópole portuguesa para o Brasil, em 1808, não se liga apenas à circunstância da guerra na Europa [...] tratava-se de uma ideia antiga, que já fora muitas vezes sugerida como meio de preservação da monarquia portuguesa”.<sup>131</sup>

Postas tais circunstâncias, o ato em si da mudança administrativa foi diretamente condicionado pela invasão francesa a Lisboa. Talvez sem o bloqueio continental e sem a guerra, a vinda nunca passasse de um desejo não consumado. Contudo, uma vez ocorrido, o governo luso tentaria colocar em prática ações que melhorassem a economia naquele momento de crise. Por outro lado, teve que lidar com circunstâncias não esperadas, acima da capacidade reativa do império.

A chegada da Corte no território brasileiro, por si só, trouxe mudanças imediatas nas relações geopolíticas, pois a duradoura neutralidade portuguesa foi quebrada ao desobedecer à imposição francesa de isolar a Inglaterra. Lisboa pagou um preço pela proteção inglesa, que incluía trazer, com segurança, escoltada pela marinha britânica, a família real até o Brasil. Ainda na Bahia, D. João elaborou uma carta régia, em janeiro de 1808, abrindo os portos brasileiros às chamadas nações amigas. No ano da chegada da comitiva, 90 navios aportaram no Rio de Janeiro, provindos de diferentes países. Esse número, um par de anos depois, aumentou para mais de 400. No início da segunda década do século XIX, já havia dezenas de estabelecimentos comerciais portugueses e ingleses, correspondendo a um alto volume de movimentações.<sup>132</sup>

Menos de dez anos após a chegada da Corte, o Brasil foi elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves. Isso por si só contribuiu para despertar na elite colonial um sentimento

<sup>129</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 16.

<sup>130</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política...”. p. 55-97. p. 63.

<sup>131</sup> LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *O império em construção...* São Paulo: Atual, 2000, p. 10.

<sup>132</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962, p. 140.

de engrandecimento, capaz de produzir ações práticas em torno de um projeto próprio, que envolveu, entre outros fatos, o anseio por autonomia e liberdade política. De acordo com Kenneth Maxwell, “a questão importante a respeito do Brasil é, portanto, que ele se tornou econômica e politicamente independente entre 1808 e 1820, enquanto desempenhava o papel do centro do Império luso-brasileiro”.<sup>133</sup> Pode-se afirmar que se tratou de um processo relativamente rápido, também no que diz respeito ao crescimento e à força de grupos locais que conduziram o processo da futura separação entre metrópole e colônia.

O governo português empreendeu um significativo esforço para renovar o modelo de relações coloniais, pois vários alvarás visaram a dar fôlego à indústria e ao comércio. Para isso foi necessária uma mudança nas leis antigas.<sup>134</sup> No período que vai até a independência, a economia colonial caminhava para uma economia de exportação em proporções muito maiores que antes, com isso nascia um novo sistema. Novas pautas, com o Brasil no centro, ganhavam força, de maneira que culminariam, com o futuro desligamento institucional de Portugal, na independência. Um dos fatores mais importantes da construção de uma “mentalidade” brasileira foi a própria situação econômica de então.

Para os estudiosos que valorizam os aspectos internos da independência, é crível, de acordo com as observações de Miguel Pedreira,<sup>135</sup> que há muito tempo era evidente a capacidade econômica brasileira, denotando que já havia condições suficientes para uma autogestão. Assim como as colônias britânicas da América do Norte, teria o Brasil todas as condições de ser uma nação independente e integrada ao sistema de relações comerciais internacionais. Com isso, pode-se chegar à conclusão de que as aspirações políticas de independência por si só não sobreviveriam sem uma substância na realidade econômica, vez que, por gerações, o Brasil sustentou as finanças da metrópole.

Tais ideias só ganharam força num cenário de evidente decadência metropolitana, e muito do que acontecia naquele momento político e econômico não era estranho aos portugueses. Nova era a crescente mudança estrutural no sistema econômico internacional, no tempo em que a metrópole se instalou na colônia. Os problemas econômicos, naquele momento, despertaram sentimentos singulares e a necessidade de uma saída. Na prática, pensava-se em novos formatos de gestão, sem a interferência Portuguesa. Gradativamente

<sup>133</sup> MAXWELL, Kenneth R. “Porque o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. Carlos Guilherme Mota. 2 ed. São Paulo: SENAC e SESC, 2000, p. 179-95, p. 187.

<sup>134</sup> MARQUES, A. H. de OLIVEIRA (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VIII, Lisboa: Estampa, 1986, p. 138.

<sup>135</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política...”. 2006, p. 62.

surgia o anseio por novas relações econômicas, com prevalência da liberdade comercial e o fim dos monopólios coloniais. Aqui, as ideias ilustradas chegaram com maior intensidade após a chegada da Corte e adquiriram esse caráter de liberdade econômica, tal como assegura Emília Viotti, ao afirmar que “no Brasil, Ilustração foi antes de mais nada, anticolonialismo. Criticar a realeza, o poder absoluto dos reis, significava lutar pela emancipação dos laços coloniais”.<sup>136</sup>

Apesar de as novas ideias ganharem força no Brasil, o projeto de uma nação moderna, industrializada e livre teve que ser confrontado com o mundo real. O longo processo econômico entre metrópole e colônia sempre contribuiu decisivamente para inibir qualquer outro tipo de atividade que não a mera exploração dos recursos naturais, ou um comércio de produtos com pouca elaboração industrial. Mesmo quando o governo revogou decretos que proibiram a industrialização, eles não surtiram muitos efeitos práticos, pois as próprias condições político-econômicas do momento não o permitiram.<sup>137</sup>

Ao que parece, foi mais difícil para os brasileiros que para os portugueses entender esse caráter agrícola de suas terras, especialmente porque uma nação moderna, ilustrada, seria aquela que seguisse a trilha da industrialização nos moldes inglês ou francês. Nesse contexto de conflitos entre querer e ser, as memórias econômicas foram vitais, tanto para um projeto metropolitano, de constituição de um grande império, quanto para um projeto de futura independência. O conhecimento do território era vital para os dois lados. As memórias dos viajantes, como as de Francisco de Paula Ribeiro, foram muito importantes, não apenas pelo que realizaram no curto prazo, mas também pelo que só mais à frente trouxeram de positivo. Além do que apresentaram no aspecto das potencialidades, trouxeram à tona dois problemas que precisaram ser equacionados para dar continuidade a um projeto econômico mais amplo. Sem tal resolução seria difícil avançar para outras fases. Um deles dizia respeito ao território, suas fronteiras, sua proteção contra invasores e instabilidades internas, o outro seria o contingente populacional.

O Governo incentivou a penetração continental para melhor conhecer suas riquezas e dizimar populações nativas. As populações do litoral, os Tupis, foram rapidamente dizimadas, quando não escravizados nas atividades relacionadas à produção de açúcar em

---

<sup>136</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a Republica: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999, p. 26.

<sup>137</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a Republica...* p. 26.

sua maioria. John Herming<sup>138</sup> fala de quatro frentes de avanço no território colonial brasileiro, antes do surto da mineração no século XVIII: a frente liderada pelos paulistas, responsável por adentrar as regiões que hoje compõem, especialmente, o Sul e o Sudeste; o interior do Nordeste, compondo uma frente central; outra indo mais ao interior do sertão, alcançando Piauí e Maranhão; e, por fim, uma frente que chegou à Amazônia, com saída principalmente do Pará e, novamente, Maranhão. Essas entradas foram de grande importância econômica e política.

A política territorial brasileira, a partir do século XIX, ganhou destaque, por se tratar de uma questão de sobrevivência política para Portugal. De acordo com Maxwell:<sup>139</sup> “o sistema da monarquia centralizada havia estabelecido uma forte presença institucional desde 1808; e esse fator foi crítico para determinar o sucesso de D. Pedro na proteção de seu novo império”. Nesse contexto, a construção de estradas e o maior incentivo à navegação fluvial foram de grande importância para melhor conexão entre as diferentes regiões. Foram criadas, em diferentes lugares, vilas e povoações entre os anos de 1811 e 1815, alcançando, no Brasil, quase vinte vilas e, “ao lado disso, foram criados comarcas e julgados, e diversas vilas receberam juízes de fora, mostrando a intenção governamental de se fazer mais presente no território brasileiro”.<sup>140</sup> Portanto, grandes ou pequenos, os resultados desses esforços contribuíram para reduzir as dificuldades operacionais na colônia.

### **A descoberta do sertão nordestino**

Talvez seja necessário discutir, ainda que de forma sucinta, algumas noções sobre o termo sertão. Com isso, pretende-se demonstrar que, por mais geral que seja tal definição, é possível chegar a um ponto de partida razoável de entendimento. O termo tem múltiplas vertentes explicativas e, por isso, é plausível partir de um sertão múltiplo, que poder ser paisagem, sentimentos, perspectivas, incertezas, geografia, economia e pessoas. Assim será feito neste trabalho, uma abordagem plural de seus significados e possibilidades, sem, no entanto, deixar de ser um lugar real. Gilmar Arruda<sup>141</sup> informa que a origem da palavra sertão vem dos portugueses, no período medieval. Eles utilizaram a palavra nas colônias africanas para designar as terras menos valorizadas, caracterizadas pela secura e pouca fertilidade,

<sup>138</sup> HERMING, John. “Os índios e a fronteira colonial”. In: BETHELL, Leslie. (org.) *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 2008, p. 423-69, p. 425.

<sup>139</sup> MAXWELL, Kenneth R. “Porque o Brasil foi diferente...”. 2000, p. 189.

<sup>140</sup> BOTELHO, T. R.; PAIVA, C. A.; CASTRO, J. F. M. “Política de população no período joanino”. In: SCOTT; Ana Volpi; FLECK, Eliane (Org.). *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do séc. XIX*. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos; Oikos, 2008, p. 59-88, p. 68.

<sup>141</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 165-6.

portanto, as menos habitadas. Do ponto de vista europeu, pode-se tratar de um lugar distante em vários sentidos. Vicentini apresenta uma definição ainda mais detalhada:

[...] de-sertum, supirro de desere, significa ‘o que sai de fileira’, e passou a linguagem militar para indicar o que deserta, o que sai de ordem, o que desaparece. Daí o substantivo desertanum para indicar o lugar desconhecido aonde ia o desertor. Facilitando a posição lugar certo e lugar incerto, desconhecido e, figuradamente, impenetrável.<sup>142</sup>

Para a autora, foi com esse sentido que a palavra chegou ao Brasil nos primeiros momentos da ocupação pelos portugueses, conforme ela indicou na carta de Pero Vaz de Caminha, afirmando que “De ponta a ponta é toda praia palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, [vista] do mar, muito grande, porque a estender os olhos não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra”.<sup>143</sup> Esse princípio de paradoxo permaneceu por muito tempo, de maneira que ainda nos dias de hoje se encontra esse sentido na palavra. Foi do mar que se definiu o sertão, não por coincidência o lugar ganhou significados opostos ao que caracterizaria as regiões litorâneas, quase sempre percebidas como lugares de fácil habitação e compreensão. Nas entrelinhas de tal definição, é possível perceber o litoral como um lugar que evolui, enquanto o outro seria tudo que vai de encontro a suas definições.

No Brasil, os bandeirantes foram os primeiros a desbravar o interior, os sertões, e à medida que o faziam, colocavam-no mais adiante no tempo e no espaço. Ao levar a civilização europeia por meio da cultura, religião, economia, benfeitorias e da guerra, o sertão se distanciava, pois ele era aquilo que ainda não havia sido conquistado. Do ponto de vista geográfico, essa era uma característica importante, mas o significado transcendeu esse atributo e ganhou também uma dimensão múltipla que abarca o social, o político, o econômico, o poético e, entre outros elementos, um modo de vida singular.

Nísia Trindade Lima<sup>144</sup> afirma que, no início da República brasileira, houve uma valorização do sertão “seja como espaço a ser incorporado ao espaço civilizado das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade nacional”. Naquela época, houve um processo de mudança, traduzido num projeto modernizador para o país. As ferrovias foram

<sup>142</sup> VICENTINI, Albertina. “O sertão e a literatura”. *Revista Sociedade e Cultura*. Goiânia: Ed. UFG, 1998, p. 45.

<sup>143</sup> AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0015.html>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

<sup>144</sup> LIMA, Nísia, Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999, p. 65.

um símbolo dessa marcha, que eram acompanhadas de outras obras no âmbito dos transportes e comunicações. Ações que resolvessem ou reduzissem o problema da seca também tiveram destaque. Buscava-se integrar, pelo “progresso”, econômica e culturalmente, as duas regiões, de maneira que, de acordo com esse pensamento, o sertão pudesse alcançar mais que benefícios, portanto, seu verdadeiro valor.

A perspectiva de leitura sobre o sertão varia de acordo com os grupos sociais no tempo e no espaço. Para as pessoas do litoral, em determinado momento, o sertão era o lugar rude, selvagem, habitado por índios e animais selvagens; para os devassadores bandeirantes, era um lugar de perigo e de desafios, mas também onde poderiam ser adquiridas grandes recompensas; para os perseguidos pela lei governamental, poderia ser um lugar de liberdade.<sup>145</sup> Para muitos, era lugar de miséria, para outros, de fortuna, assim como era lugar de esperança e desesperança. Desse modo, há infindáveis definições dualistas.

Não seria muito diferente na perspectiva literária que há, pelo prisma romântico, significação de paraíso. É nesta acepção que também se encontra o valor à natureza: montanhas, rios, vegetação, entre outros aspectos. No Brasil, essa valorização foi, muitas vezes, associada a uma forma de recompensar uma suposta debilidade cultural do povo. Também havia uma perspectiva literária de associação ao inferno, unida à imagem do retirante. Entre as duas imagens, havia outra, a de purgatório, um lugar de travessia.<sup>146</sup>

Talvez, em termos de literatura brasileira, as duas imagens mais consolidadas sejam as que provêm de Euclides da Cunha e de Guimarães Rosa. O sertão euclidiano é bem definido no tempo e no espaço, é palpável, definível e precisa ser integrado econômica, política e culturalmente ao outro Brasil, pois nisto estaria sua salvação. Na perspectiva do segundo autor, o sertão “não acontece num espaço ou num tempo exteriores, mas [...] desloca o sertão dentro de nós, no encontro do espaço e do tempo psíquicos ou internos do homem”.<sup>147</sup> Trata-se de uma visão externa e outra interna. O sertão, especialmente o maranhense, será analisado sob essas duas perspectivas, com ênfase na visão dos sertanejos sobre si mesmos.

A grande odisseia da pecuária brasileira fez estender o território colonial em escala geométrica, com o devassamento de áreas desconhecidas e a dizimação ou expulsão de quase todas as populações nativas. Ela começou quase sem grandes pretensões, no seio da grande

---

<sup>145</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, ciências, saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. S, p. 195-235, jul. 1998, p. 197.

<sup>146</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço... p. 200.

<sup>147</sup> SENA, Custódia Selma. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. *Revista Sociedade e cultura*. Goiânia, v.1, n. 1 jan/jun. 1998, 19-28, p. 24.

lavoura açucareira, nos litorais baiano e pernambucano. Dali surgiram ramificações que alcançaram todos os lugares distantes possíveis no desconhecido Brasil, num processo inicialmente lento. A partir daí, ganhou ritmo acelerado e deu ao Brasil o feitio que ele tem nos dias de hoje. Antes de a atividade pecuária ganhar importância, ela ficava ali, à sombra de outra atividade: a produção de açúcar. O engenho era o centro de gravidade econômica no nordeste colonial, pois os investimentos disponíveis, as leis regulatórias e os benefícios eram prioritariamente dirigidos à produção do açúcar, sustentáculo, por muito tempo, das finanças metropolitanas. Mesmo no período áureo da mineração e da pecuária, bem como de outras atividades agrícolas, a lavoura da cana era ainda muito importante, quando não a principal atividade econômica no Brasil, ainda que considerando os momentos de crise do setor, frente a novos centros de produção que surgiram na gestão holandesa.

A lavoura de cana praticamente conduziu os rumos da colônia. Ela ocupava grandes extensões de terra e foi importante para a ampliação do território, dizimação e escravização de indígenas pelo interior do continente. Um exemplo disso é a capitania de São Vicente em que os bandeirantes promoveram uma grande empreitada para matar e escravizar nativos para as lavouras. Na época, o tráfico de escravos internacional estava comprometido por causa da intervenção holandesa, que exercia domínio sobre as rotas do atlântico. Pesquisas indicam que em menos de uma década o número de nativos exterminados alcançou mais de 200 mil pessoas.<sup>148</sup>

Esse caso não foi exceção no Nordeste, em que muitas vezes houve dificuldades de importação de africanos, e a alternativa indígena era a saída. Raimundo José de Sousa Gaioso, enfatizando a importância dos religiosos, afirma que não se deve “roubar aos jesuítas a glória que lhes pertence de haverem eles concorrido muito para o aumento das colônias da América, dando-lhes na pessoa dos índios muitos braços para a lavoura”.<sup>149</sup> Na produção açucareira em grande escala, no entanto, o comum era a mão de obra africana. Quando se intensificou a apropriação do trabalho indígena, começaram os conflitos com a Igreja, monopolizadora desse trabalho. Os jesuítas foram grandes proprietários de terras, desenvolveram uma agricultura de grande porte sob o trabalho escravo.

<sup>148</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz; WEFFORT, Francisco C. *O feudo...* 2007, p. 190.

<sup>149</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão: suas produções e progressos que tem tido até o presente*. Rio de Janeiro: Editora Livro do Mundo Inteiro, 1970, p. 236.

De acordo com Dauril Alden, “toda capitania produtora de açúcar possuía um ou mais engenhos jesuítas”.<sup>150</sup> O autor informa que na Bahia, no principal centro produtor de açúcar no Brasil, havia cinco engenhos pertencentes aos religiosos. Também havia empreendimentos da Amazônia ao Piauí, passando por muitas localidades entre essas duas, a exemplo do Maranhão. Os empreendimentos jesuíticos eram bem organizados e incluíam, além da produção de açúcar, a criação de gado, de outros animais e de outras produções agrícolas, como as famosas drogas do sertão, produzidas no Norte. Ainda assim, os animais seriam indispensáveis, uma vez que dispunham de força incomparavelmente superior e melhor preço que o escravo, ocasionando uma divisão de tarefas que poderia preservar por mais tempo a força de trabalho escrava.

Em relação à alimentação, o boi não era menos importante, pois a carne foi uma das principais fontes de nutrição numa sociedade com recursos limitados. Mesmo para as famílias mais abastadas, a segurança alimentar era instável e quanto mais distante do litoral, mais difíceis eram as condições. A carne, bem como outros derivados do boi, era alternativa corrente. Esse fornecimento, muitas vezes, era feito pelo dono da fazenda, especialmente nas de maior porte. Nas pequenas, era dividido entre o dono e o vaqueiro, e o empregado pagaria cerca de 25% do animal, pago no acerto de contas final entre os dois, num processo conhecido, de acordo com Paula Ribeiro, por “pagar a morta”.<sup>151</sup> Sempre se buscavam alternativas, com relativo sucesso, mas a carne, leite e derivados foram o elemento vital na sobrevivência daquela sociedade, tanto nos engenhos do litoral quanto nas fazendas do interior. De acordo com Antonil:

O certo é que não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo [na Bahia] se sustentam [...] da carne do açougue e da que se vende nas freguesias e vilas, e que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades, vivem de fuçuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das rezes, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos.<sup>152</sup>

Sem a carne de vaca, a vida seria mais difícil naquelas regiões, provavelmente não haveria o mesmo processo de ocupação do território. Além do alimento, extraía-se dos animais uma infinidade de subprodutos necessários à sobrevivência e ao uso cotidiano, de

<sup>150</sup> ALDEN, Dauril. “O período final do Brasil colonial”. In: BETHELL, Leslie. (org.) *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 2008, p. 527-92, p. 540.

<sup>151</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos. *Revista Trimensal de História e Geografia* ou *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XII, 1º. Trimestre de 1849, p. 41-86. Rio de Janeiro. [segunda edição 1872], p. 8.

<sup>152</sup> ANTONIL, André João; MANSUY, Andree. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Paris: Institut des Hautes Etudes de l’Amerique Latine, 1968, p. 480.



maneira a suprir a falta de ferramentas de trabalho numa região em que não havia indústria, nem um comércio capaz de suprir as necessidades daquelas populações. As habitações humildes tinham portas feitas de couro e camas de esteira. Os moradores também confeccionavam objetos com finalidades diversas para carregar alimento e água. Além disso, faziam roupas, botas, cinturão, chapéu, entre outros, a depender da necessidade.<sup>153</sup>

De forma secundária, mas não de pouca importância, outras atividades acompanhavam os engenhos e a criação de gado. Uma agricultura de subsistência, sempre que as condições geográficas permitiam, era cultivada como forma de melhorar as condições de vida. Além dos alimentos tradicionais, os produtos da horta somavam-se aos agrícolas, que, por sua vez, se agregavam à atividade de caça e pesca. A criação de outros animais, a exemplo do porco e do bode, em alguns lugares, contribuiu para melhorar as condições de alimentação. Rapadura e aguardente igualmente fizeram parte de um conjunto possível de produtos que fizeram parte da vida cotidiana no sertão.<sup>154</sup>

Não menos importante foi o cavalo, pois este tipo de criação alcançou maior vulto que as outras criações secundárias, pois não seria possível a manutenção da fazenda sem seu uso, vez que elas ocupavam grandes áreas. No Nordeste, o destaque foi maior que em outras regiões do Brasil, pois havia propriedades especializadas na criação desses animais. De acordo com Paula Ribeiro, uma fazenda não poderia ter menos que 25 cavalos, nas maiores fazendas, esse número poderia dobrar, dependendo da área e do tamanho do rebanho.<sup>155</sup> Acrescenta Schwarts que “os cavalos prosperaram na Bahia de tal modo que, na década de 1580, podia-se encontrar um comércio de cavalos em expansão da Bahia para Pernambuco e até para Angola”.<sup>156</sup> Ainda que secundária, a atividade criatória de outros animais bem como a produção de alimentos para a sobrevivência foram de grande importância para o desenvolvimento da pecuária.

A vastidão territorial adquirida por poucas famílias no sistema de concessão de sesmarias não passou despercebida por Antonil. Este enfatizou que o vasto sertão nordestino pertencia a apenas duas famílias: a da Torre e a dos Guedes Brito. A primeira possuía 260 léguas de terras, que acompanhavam uma das margens do Rio São Francisco, enquanto a

<sup>153</sup> RIEDEL, Diaulas (org.). *O sertão, o boi e a seca*: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte/seleção, introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Cultrix, 1959, 26-7.

<sup>154</sup> RIEDEL, Diaulas (org.). *O sertão, o boi e a seca...* p. 26-7.

<sup>155</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons... p. 84.

<sup>156</sup> SCHWARTS, S. B. “O Brasil colonial”, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie. (org.) *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 2008, p. 339-421, p. 378.

outra possuía cerca de 170 léguas. Na impossibilidade de cultivo ou manutenção dessas áreas, a saída era o arrendamento de fatias, compostas de uma légua, a um valor anual de dez mil réis.<sup>157</sup> Do ponto de vista da ocupação, diante dos recursos disponíveis, o sistema funcionou por muito tempo, várias fazendas foram criadas, grandes e pequenas, com rebanhos de diferentes tamanhos.

O gado foi obrigado a se distanciar das lavouras, prioritárias para o Governo, porque elas precisavam das terras férteis. O rebanho, à medida que aumentava, também exigia porções de terra cada vez maiores. Para resolver a tensão, a Coroa criou uma lei, no início do século XVIII, proibindo a aproximação mínima de 80 quilômetros da lavoura.<sup>158</sup> Os rebanhos foram para áreas cada vez mais distantes da costa, onde encontraram lugar para se desenvolver. Mesmo com as dificuldades estruturais, os conflitos com tribos indígenas, os lugares áridos, a facilidade para se estabelecer e manter uma fazenda era tanta que todas as adversidades foram superadas. Em comparação com a lavoura canavieira, seu manejo era mais barato e fácil, carecendo de investimentos mínimos.

As áreas agrícolas do litoral precisavam de carne para o abastecimento, e quando começou o surto populacional nas regiões das minas, a demanda por alimento se multiplicou, forçando as fazendas também a aumentar a produção. Não foi difícil, pois para a instalação de um empreendimento pecuário seria necessário não mais que uma casa rústica e poucos currais improvisados. As pessoas empregadas também eram em número reduzido, assim como os animais que auxiliavam no trabalho, com isso estava formada uma fazenda nos sertões. Trabalho escravo havia, mas o comum era a mão de obra livre, muitas vezes indígena. Francisco de Paula Ribeiro oferece uma descrição detalhada de como se estrutura uma fazenda, referindo-se especialmente ao Maranhão:

1º Organizar os currais e casas de vivenda nas terras designadas, para os gados, vaqueiros e fábricas [...] O vaqueiro queima os campos em tempo próprio, e não todos de uma vez para que, no entanto que estas queimadas, como ali se chamam, produzem novos pastos tenros e viçosos tenham em partes os gados capins secos de que sustentar-se. Ele é o que procura extinguir as onças ou tigres que aparecem nas fazendas, matar os morcegos e cobras venenosas [...].<sup>159</sup>

Desempenhar esse serviço por um tempo médio de cinco anos dava ao vaqueiro o direito a uma parte das crias, e a depender do tamanho do empreendimento, o vaqueiro poderia formar sua própria fazenda. Dessa maneira, surgiram muitos empreendimentos nos

<sup>157</sup> ANTONIL, André João; MANSUY, Andree. *Cultura e opulência do Brasil...* 1968, p. 476-7.

<sup>158</sup> SCHWARTS, S. B. "O Brasil colonial...". 2008, p. 379.

<sup>159</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons... p. 82.

sertões coloniais.<sup>160</sup> Por isso, elas se espalharam tão rapidamente e quando o rebanho crescia, seu dono entregava parte dele aos cuidados de outro, dando continuidade ao ciclo. Nessa atividade, o mais comum era o emprego de brancos pobres, mestiços ou índios. A possibilidade de se tornarem fazendeiros permitia a um número de pessoas aderir à criação diante do estático sistema da agricultura. Lá, além de tudo, o trabalho era mais exaustivo, motivo de atrair poucos trabalhadores livres.

As fazendas eram estabelecidas de preferência próximas a algum curso d'água. Nesse caso, era feita uma divisão em que elas ficavam às margens de algum rio, quando havia. Dessa maneira, favorecia-se uma melhor exploração do território, prioridade para o Governo. Havia ocasião em que o dono da fazenda e seus filhos faziam o trabalho necessário à sobrevivência da fazenda.<sup>161</sup> Cada modalidade ocorria de acordo com a necessidade de cada lugar, a regra, no entanto, era o pagamento ao vaqueiro livre e seus ajudantes, os fábricas, livres ou escravos. Uma das tarefas que mais exigia cuidados desses homens, cuidadores do gado, próprio ou do patrão, era o transporte de uma região para outra. Esse percurso pode ser traçado da seguinte maneira:

Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças de gado [...] os que as trazem são brancos, mulatos e pretos e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro [...]. As suas jornadas são de [...] seis léguas conforme comodidade dos pastos aonde hão de parar. Porém onde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite com pouco descanso [...].<sup>162</sup>

Tratava-se de uma jornada exaustiva e arriscada, muitos bois morriam no caminho, seus condutores recebiam de acordo com o número de animais que chegavam a salvo. Os auxiliares, chamados de tangedores, recebiam, independentemente, das perdas no decorrer do percurso. Por não correr os mesmos riscos que o vaqueiro, seus ganhos eram mais modestos e fixos, diferentemente do contratado, que poderia ter prejuízos ou bons lucros. Essa era prática comum e foi dessa maneira que muitas vezes os rebanhos migraram de uma região para outra, abastecendo populações e dando origem a novas fazendas. Era a ocupação de um Brasil desconhecido, feita por rebanhos bovinos que se multiplicavam. Antes de adentrar o sertão, ela teve que se desgarrar do litoral, processo que, num primeiro momento, ocorreu de forma gradual, . Por lei régia do início do século XVIII, foi proibida a criação de gado numa faixa

<sup>160</sup> MARANHÃO, Ricardo; KEATING, Valandro. *Caminhos da conquista...* 2008, p. 192.

<sup>161</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr AB'SABER, Aziz Nacib. *A Época colonial: administração, economia, sociedade*; Tomo 1, vol. 2. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 249.

<sup>162</sup> ANTONIL, André João; MANSUY, Andree. *Cultura e opulência do Brasil...* 1968, p. 482-4.

inferior a dez léguas.<sup>163</sup> As áreas mais distantes do litoral, em grande parte, no nordeste da colônia, eram mais inférteis. Contudo, isso não chegou a ser um problema de sobrevivência, pois rapidamente os rebanhos se espalharam pela região.

Nélson Werneck Sodré<sup>164</sup> afirma que a expansão pecuária passou por três fases, a começar pela harmonia entre as duas atividades e sua conseqüente separação. No primeiro momento, o gado foi de grande importância, porque, além da força motriz que fornecia aos engenhos, sua estrutura era composta de uma dimensão compatível, por ser ainda pequena e demandar pouca terra. O fornecimento do alimento e matérias-primas iniciou-se nesse primeiro momento. No segundo, as atividades se separaram e, além do alimento, fornecia matéria-prima para diversos utensílios, conforme indicado anteriormente. No estágio final dessa relação, segundo o autor, a separação tomou grandes proporções, com o devassamento do sertão. Foi nessa fase que surgiram as feiras de gado, inicialmente próximas às cidades mais importantes, pois as distâncias já eram acentuadas entre os engenhos e muitas fazendas. O distanciamento dos empreendimentos em relação às terras férteis do litoral não causou grandes danos, pois os rios, especialmente o São Francisco, foram responsáveis para que ela se desenvolvesse junto às suas margens. Em suas proximidades, estavam terras férteis e água em abundância para o sustento do gado e das pessoas.

A penetração no território, de acordo com o que já se indicou aqui, não aconteceu sem a destruição das tribos indígenas arredias. As que habitavam o litoral foram as primeiras a enfrentar o infortúnio da colonização, pois a lavoura canavieira iniciou esse processo com a expulsão de grupos do litoral pernambucano. Algumas delas, para combater suas rivais, se uniam com os brancos, “outras tribos apenas sobreviveram por terem se submetido imediatamente aos colonizadores, como foi o caso dos potiguares na região costeira de Pernambuco e Paraíba, e o dos Tabajaras, Quiris, Pau-Caranos, entre outras, no sertão nordestino”.<sup>165</sup>

As doenças trazidas pelos estrangeiros, especialmente europeus, foi outra poderosa arma em favor do extermínio indígena. Provavelmente as enfermidades tenham matado mais que as próprias armas, pois o sarampo, a catapora, a sífilis, tuberculose e a lepra são apenas alguns exemplos das dezenas de outros males que varreram aqueles povos em curto espaço de tempo. Quando as doenças não dizimavam as tribos, enfraqueciam-nas belicamente, resultando em menor resistência contra os inimigos.

<sup>163</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de;... *A Época colonial...* 2003, p. 247.

<sup>164</sup> SODRÉ, N. Werneck. *Formação histórica do Brasil...* 1962, p. 122-4.

<sup>165</sup> MARQUES, A. H. de OLIVEIRA (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa...*1986, 314.

A Bahia foi o grande centro irradiador da pecuária e da distribuição de terras, mas Pernambuco dividiu esse protagonismo inicial. Desses dois lugares, o Brasil passou por uma inédita expansão. As margens do Rio São Francisco compuseram zonas privilegiadas comparadas a boa parte das regiões pecuárias, carentes de recursos naturais. Foi do rio dos currais, como ficou conhecido o São Francisco, que partiram rebanhos destinados a alcançar, no decorrer do tempo, o sul do Maranhão, antes passando pelo Piauí. A outra corrente subiu o rio, e mais tarde atuou no abastecimento das populações das minas, bem como no desenvolvimento de novas áreas de fazenda, naquelas áreas.<sup>166</sup>

De Pernambuco, a pecuária se irradiou pelo litoral e alcançou o Rio Grande do Norte, parte do Ceará e Paraíba, depois de ter passado por Sergipe. Com isso, basicamente se consolidou a conquista do território contra os estrangeiros, ao mesmo tempo em que se concretizava o processo interno contra os índios. Rapidamente, por todos os lados, surgiram frentes de povoamento e de criação de gado. O resultado desse processo se deu com números positivos para a Coroa e seus vassallos, pois ainda em 1640 o número de currais passava de dois mil.<sup>167</sup> Em relação aos rebanhos, de acordo com Antonil em seu tempo, na Bahia, ele estimou que passavam de meio milhão e em Pernambuco se aproximavam de um milhão.<sup>168</sup>

Apesar da grande quantidade de fazendas, havia ainda muitas áreas rarefeitas entre esses centros, tendo começado a surgir áreas de passagens entre elas para atender os transeuntes e suas boiadas. Com isso, surgia uma nova maneira de se obter renda e dar mais dinamicidade aos sertões. As distâncias, cada vez maiores, entre as feiras de gado e as populações do litoral, impunham a necessidade de “pousos”, lugares de descanso para as boiadas e seus condutores, que foram de grande ajuda para aqueles que necessitavam de um ponto de apoio, porque diminuía o sofrimento e as perdas do rebanho. Fala-se em grandes distâncias entre moradores naqueles sertões, que alcançavam, comumente, a marca dos 30 quilômetros.<sup>169</sup> Daí percebe-se a dificuldade para aqueles que ganhavam a vida com o transporte das boiadas para as feiras. Por outro lado, havia aqueles que se beneficiavam com isso, conforme indica Capistrano de Abreu:

[...] Alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado [na jornada] que mais tarde cediam em boas condições. Além disso, faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locais,

<sup>166</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: Edições SECMA, 1992, p. 102-3.

<sup>167</sup> SCHWARTS, S. B. “O Brasil colonial”. ... 2008, p. p. 379.

<sup>168</sup> ANTONIL, André João; MANSUY, Andree. *Cultura e opulência do Brasil*. 1968, p. 474.

<sup>169</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de;... *A Época colonial*... 2003, p. 248.

melhoraram e encontraram as estradas; fizeram açudes, plantaram cana [...] descobriram-se jazidas de sal [...]. Graças a estas circunstâncias, formou-se no trajeto do gado uma população relativamente densa [...].<sup>170</sup>

As vilas que nasceram nesse trajeto tendiam a ser financeiramente movimentadas, sem elas o povoamento dos sertões não teria a mesma aparência. Quando a pecuária diminuiu seu ritmo em algumas áreas, muitas dessas vilas ou povoações continuaram a existir sob a influência de outras atividades econômicas, surgidas em diferentes regiões, relacionadas à mineração, à agricultura e à própria pecuária. Novas fazendas e feiras apareceram e acompanharam o aumento da necessidade de consumo da colônia. Além de uma nova pecuária, novas atividades agrícolas, como o algodão, permitiram a manutenção de uma demanda por carne em várias regiões do Brasil.

Após o auge, o gráfico da pecuária nordestina começou a descer e, em algumas regiões, ela se extinguiu, diferentemente do que aconteceu nas novas áreas, mais associadas ao desenvolvimento da atividade mineradora na região central das Minas. No fim do século XVIII, a produção de charque no sul superou comercialmente a produção de carne seca no Nordeste, em especial a do Ceará, pois a melhor qualidade do produto e as menores distâncias dos centros abastecedores certamente contribuíram para tal mudança.

Fatores internos e externos cooperaram para a mudança na pecuária brasileira, e do ponto de vista interno, as constantes secas e distâncias dos centros de abastecimentos tinham grande importância, especialmente no fim do século XVIII. As novas fazendas se desenvolveram em melhores condições ambientais, técnicas e de investimentos, de maneira que se tornou difícil para as rústicas fazendas do sertão competir com elas. Nelas, havia uma maior divisão de tarefas, com evidente grau de especialização, o trabalho era predominantemente escravo, pois seus proprietários dispunham de mais recursos financeiros. Forma desenvolvidas, naquelas áreas, simultaneamente, uma agricultura e uma criação auxiliar, com destaque para suínos. Também houve significativo aproveitamento dos subprodutos do leite, com a produção de queijo, tanto para consumo quanto para o mercado. Essas novas condições marcaram uma nova pecuária brasileira.<sup>171</sup>

No Maranhão, talvez possa se falar num sistema intermediário entre a pecuária que perdeu importância e a que emergiu. Lá não houve os mesmos investimentos que no Sul, mas as condições climáticas, naturalmente favoráveis, contribuíram para o desenvolvimento da atividade em nível regional, sendo por muito tempo a atividade econômica mais importante,

<sup>170</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial...* 1963, p. 149.

<sup>171</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de;... *A Época colonial...* 2003, p. 245.

principalmente no sul da capitania. Apesar disso, frente à antiga pecuária no Nordeste, ela ainda mantinha importância, pois, apesar da perda de espaço, continuou sendo, em diferentes lugares, importante para as economias locais e regionais.

### **A construção do sertão maranhense**

Neste momento, será iniciada a análise da região em que o personagem central desta História, Francisco de Paula Ribeiro, desenvolveu seus trabalhos para a Coroa portuguesa. A compreensão das condições econômicas, políticas, culturais, geográficas, entre outras, são de vital importância para se entender a caminhada de um homem que foi decisivo para a construção de uma identidade regional. Uma vez que seus trabalhos não poderiam ser entendidos isolados de seu contexto, faz-se necessário essa busca para situar, historicamente, aquelas terras numa relação complexa, que envolve diferentes fatores, tanto internos quanto externos, conforme se verá no decorrer do texto.

O avanço das conquistas da pecuária, seguindo o São Francisco, chegou até o Piauí. É nesse momento que o desconhecido território sul maranhense começava a ser devassado. A parte meridional da capitania era política e economicamente uma região isolada de sua zona setentrional. Dadas as distâncias e as dificuldades estruturais, os sertões maranhenses começam a aparecer no mapa geopolítico pelo trabalho dos vaqueiros que vinham da Bahia e de Pernambuco.

Ainda em 1674, um grupo armado que partiu da Bahia, liderado por Francisco Dias d'Ávila, empreendeu uma guerra contra os nativos Gurgueia nas proximidades do Rio Parnaíba.<sup>172</sup> Menos de uma década depois, os homens que adentraram as desconhecidas terras ganharam áreas que correspondiam a boa parte da futura capitania piauiense. “A casa da Torre, no início do século XVIII, arrendava sítios, geralmente de uma légua, à razão de 10\$000 réis por um ano, e um desses rendeiros foi Domingos Afonso Sertão”.<sup>173</sup> Este cidadão se tornara um prestigiado detentor de terras e gado, com cerca de cinquenta fazendas. Assim como ele, outros encontraram, naquela região, o caminho para se tornar fazendeiros ou agricultores.

O sistema pecuário, naquelas áreas, era o mesmo que predominava no Nordeste em geral, com arrendamentos e, de maneira geral, pouca estrutura. De acordo com Riedel, “uma fazenda do Piauí, com mil e quinhentas a duas mil cabeças de gado, se sustenta com três ou

<sup>172</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado...* 1992, p. 103.

<sup>173</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz; WEFORT, Francisco C. *O feudo...* 2007, p. 644.

quatro homens”.<sup>174</sup> Em meados do século XVIII, a situação de arrendamento foi modificada e os próprios donos das terras passaram a cuidar de suas fazendas. Não surpreenderia pensar que a descoberta das terras férteis dos sertões maranhenses tenha contribuído para tal mudança, pois lá estavam as melhores condições naturais para a pecuária em todo o Nordeste. Em nenhum outro lugar, havia as mesmas condições de vegetação, pastagens naturais e tantos rios e riachos que pudessem oferecer condições para a criação do gado.

Naquele momento, os bois avançaram rumo ao Maranhão, levando consigo a guerra, as doenças e a morte aos nativos. Dali em diante, estabeleceu-se um indelével avanço da economia pecuária que, posteriormente, se mostrou economicamente promissora nas condições de clima e de vegetação daquelas terras. As fazendas da região do Parnaíba, além de consolidarem um projeto territorial da Coroa portuguesa, contribuíram para a rota pecuária que saía do São Francisco com destino ao Ceará. Dali, saíam rebanhos para outros lugares, em especial para o Ceará, que, muito frequentemente, eram reduzidos em decorrência de secas ou de outros infortúnios. Nesse sentido, era também a região piauiense um importante centro de reposição desses rebanhos deteriorados.

Em 1758, o Piauí se tornou uma capitania independente.<sup>175</sup> Tal fato foi o resultado do ganho de importância da região no processo de ocupação e manutenção da economia pecuária. Quando grandes secas contribuíram para o declínio da criação de gado em boa parte do Nordeste, no fim do século XVIII, foi aquela área uma das que absorveram pessoas e rebanhos de lugares abandonadas. À medida que as relações com o Ceará se reduziam, a alternativa foi a busca de outros centros que ainda estavam por se fazer, tendo se consolidado, nesse contexto, um conjunto de reações com os sertões maranhenses.

O território sertanejo maranhense começou a ser colonizado ainda no fim do século XVII, com as expedições que objetivavam as terras próximas aos Rios Parnaíba e Gurgueia. Apesar disso, foi somente a partir de 1730 que houve a penetração dos sertões por criadores de gado<sup>176</sup> e isso foi facilitado por um acordo de paz entre o governador do Maranhão e a nação dos “barbados”.<sup>177</sup> Com essa ação, tornou-se possível empreender, com maior rapidez, a penetração pelo interior dos sertões sul maranhenses. A inexistência do acordo não

<sup>174</sup> RIEDEL, Diaulas (org.). *O sertão, o boi e a seca...* 1959, p. 19.

<sup>175</sup> PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo...* Brasiliense, 2000, p. 198.

<sup>176</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado...* 1992, p. 23.

<sup>177</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos: sociedade e navegação no vale do rio Grajaú.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 22-3.



implicaria interrupção da pretendida expansão, mas certamente seu ritmo foi diretamente proporcional à resistência das tribos que habitavam o lugar.

A prática predominante foi o conflito, tanto pelas armas quanto pelas doenças e pela aculturação, tendo as populações indígenas sido reduzidas por serem menos preparadas para aqueles tipos de confronto. Com algumas nuances, o método de enfrentamento aos nativos foi mais ou menos o mesmo, assim como seus resultados: extinção ou domínio da maior parte das tribos e uma minoria expulsa para áreas mais distantes dos empreendimentos fazendários. De acordo com Raimundo Gaioso:

Estes cativeiros se faziam com o nome de resgastes, desalojando-se os índios das povoações mais contíguas às habitações dos brancos, ora por meios brandos, por via de alguns missionários de virtude, e de prudência, ora por meios violentos, consistindo este no ajuntamento de vários pelotões de gente armada a que se dava o nome de *bandeiras*. Estas bandeiras iam procurar o gentio dentro dos seus próprios alojamentos, e vencidos eles em indispensável guerra, se lhes imprimia o duro ferrete da escravidão em todo o mundo [...].<sup>178</sup>

Essas bandeiras eram organizadas por donos de terras, que recrutavam, entre outros, criadores de gado e agricultores para dominar os índios e vendê-los em feiras.<sup>179</sup> Com isso, adquiriam mão de obra e defendiam o território contra ataques a fazendas e povoações. Assim, o sertão foi cada vez mais devassado por fazendas, roças e povoações por todos os lados, e isso levou a um novo modo de vida, constituído econômica, social e culturalmente pela pecuária.

A designação “Pastos Bons” inicialmente envolvia toda a parte sul da capitania maranhense,<sup>180</sup> e foi atribuída por vaqueiros oriundos da Bahia e de Pernambuco. Tal designação é fruto das condições naturais das pastagens. Portanto, reflete o olhar daqueles que muitas vezes estavam acostumados a regiões secas, com pouca água e desprovida vegetação. Estes encontraram naqueles sertões um “verdadeiro paraíso” para a agricultura e pecuária. A seca, tão recorrente em outras áreas, lá não se fazia presente. A característica das fazendas na região era de terras compostas por dezoito quilômetros de comprimento pela mesma extensão de largura e deveria haver um espaço entre fazendas de seis quilômetros. Este espaço não deveria ser apropriado por ninguém, mas poderia ser utilizado por todos.<sup>181</sup> Não se sabe se tal determinação era obedecida, porém, o mais importante é que lá as fazendas não foram de grande porte. Na maioria das vezes, o próprio dono administrava suas terras com a

<sup>178</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico...* 1970, p. 235.

<sup>179</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado...* p. 121.

<sup>180</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons... p. 42-3.

<sup>181</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos...* 2011, p. 23.



principais tribos daqueles sertões desapareceram, se enfraqueceram ou fugiram para longe do mugido do boi e da explosão da pólvora. Mesmo assim, não quer isto dizer que a vida dos criadores de gado tenha sido fácil, pois, apesar da prevalência da pecuária, a realidade sempre ofereceu incertezas e perdas aos colonizadores.

Há notícias de que em 1824, no norte da comarca de Goiás, fronteira sul da capitania maranhense, os criadores sofriam com os constantes ataques indígenas às fazendas naquela região. Em uma dessas áreas, o número de empreendimentos abandonados se aproximava de 100.<sup>183</sup> Os ataques se associavam-se à falta de estrutura para manter e proteger a fazenda. Mesmo em melhores condições, a região de Pastos Bons não teve uma situação completamente diferente e, nesse sentido, o processo de aculturação dos indígenas foi de grande importância. Diante da falta de condições para organizar, com frequência, grandes bandeiras, a aculturação evitava perdas e, na maior parte das vezes, obtinha grande alcance.

Dessa maneira, a pecuária no sertão maranhense avançou normalmente, acompanhando rios importantes como o Neves, o Mearim, Farinha, entre outros. Nesse percurso, surgiram cidades à beira desses rios, como exemplifica Ferreira,<sup>184</sup> com as povoações, depois promovidas a cidade, de Riachão, Carolina e Grajaú, entre os anos de 1808 e 1811. Outras cidades vieram posteriormente, como Imperatriz em meados do século XIX, hoje a maior cidade do estado depois da capital. Os rios que cortam o Maranhão meridional foram de grande importância para sua colonização. Além de todas as facilidades para a criação do gado e da possibilidade de uma agricultura grande ou pequena, eles auxiliaram na integração entre regiões de curta ou longa distância.

As primeiras cabeças de gado vieram para o Maranhão nas décadas iniciais do século XVII quando da implantação de engenhos de açúcar em Itapecuru,<sup>185</sup> mas foi somente nas primeiras décadas do século posterior que a atividade pecuária ganhou importância regional e até colonial. De acordo com Cardoso, em 1740 já havia 120 fazendas na região.<sup>186</sup> Outras informações dão conta de que, em meados do século XVIII, já havia 44 fazendas em Pastos Bons e mais de 200 em todo o sul da capitania. Já em 1836, o número de empreendimentos na região já ultrapassava 300.<sup>187</sup>

<sup>183</sup> PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo...* 2000, p. 52.

<sup>184</sup> FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2008, p. 105-6.

<sup>185</sup> FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais...* 2008, p. 94.

<sup>186</sup> CARDOSO, Clodoaldo [Secretário do Diretório Regional de Geografia]. *Municípios maranhenses: Pastos Bons*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, 1947, p. 2.

<sup>187</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado...* 1992, p. 141.

O crescimento da pecuária foi favorecido também pela criação das charqueadas, em 1770, no território piauiense. De acordo com Socorro Cabral<sup>188</sup>, o gado dos sertões maranhenses era comercializado na Bahia, pois ainda não havia ligação com o norte da própria capitania, no que diz respeito a um comércio sistemático. Naquela época, o sertão do Maranhão foi anexado administrativamente ao Piauí, pela proximidade que havia entre as duas regiões. Com isso, houve mais atenção governamental para os distantes sertões maranhenses. Sua economia ganhava destaque no cenário colonial, em especial no setor de criação, apesar de não ter havido, em nível de exportação, o aproveitamento do leite para a fabricação de queijo e outros derivados. Igualmente não houve outras criações de animais que pudessem se somar a uma economia mais dinâmica.

Durante um período, final do século XVIII e início do seguinte, outra atividade dividiu importância com a pecuária nos sertões maranhenses - a lavoura algodoeira - que se valeu de circunstâncias internas e externas para produzir em escala internacional. O Maranhão tornou-se um grande produtor do gênero, resultando em lucros para a metrópole e consequentes investimentos na região produtora. Nessa fase, a capitania, especialmente o norte, entrou no rol das mais importantes para a Coroa, consolidando uma história da agricultura em grande escala no Maranhão. As exportações de algodão para Lisboa, em 1805, eram superiores a 168 mil arrobas e passaram para mais de 206 mil em 1807; após uma queda no ano seguinte, a exportação saltou para mais de 400 mil arrobas em 1809, um recorde. Nos dois anos seguintes, a produção caiu, mas ainda se manteve próxima de 300 mil arrobas, e em 1812, ocorreu nova queda, apesar de se manter acima das 200 mil arrobas. Em relação ao arroz, as cifras seguiram patamares semelhantes.<sup>189</sup>

O Maranhão entrou no rol da agricultura comercial também graças aos esforços do Marquês de Pombal com a criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, em meados do século XVIII. A vinda de escravos africanos para a capitania, com base no financiamento governamental, foi decisiva para o desenvolvimento dessa agricultura algodoeira e, também, do arroz. Pelo menos temporariamente, o Maranhão resolveu um problema crônico de mão de obra com a importação de escravos. Foi a única maneira de desenvolver uma atividade agrícola exportadora, uma vez que não havia ferramentas de produção, como nos Estados Unidos, grande produtor de algodão e de outros gêneros.

---

<sup>188</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado...* 1992, p. 157-8.

<sup>189</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico...* 1970, p. 220.

Naquele país, além de maior acesso ao trabalho escravo, havia técnicas produtivas mais modernas e eficientes.

Com as medidas governamentais, a produção do algodão encontrou condições para alcançar expressão no mercado internacional. Comparada à lavoura da cana, a do algodão era bem mais simples, pois praticamente não exigia ferramentas ou equipamentos como reservatórios, moinhos, carros de boi, entre outros instrumentos, de forma a possibilitar a produção sem grandes dificuldades. O cultivo, beneficiamento e armazenamento eram fáceis diante do processo de produção açucareira. Além disso, o preço do algodão estava bastante atraente aos produtores. Em 1772, no Maranhão, o preço de uma arroba de algodão era duas vezes maior que uma de açúcar em Pernambuco, e esse valor dobrou no início do século XIX.<sup>190</sup>

Alguns fatores foram de significativa importância nesse breve processo de desenvolvimento agrícola no Maranhão. O primeiro deles se refere à momentânea falta de concorrência no mercado internacional. A redução da competitividade nesse mercado resultou em preços mais atraentes, e o abastecimento de escravos nas lavouras maranhenses serviu para dar dinamismo à produção. Essa soma de investimentos, num cenário externo favorável, contribuiu para um período de prosperidade agrícola.

Além da falta de mão de obra, outro problema que sempre assolou a capitania foi a falta de um corpo de trabalhadores especializados que pudesse atuar na indústria. Tal carência contribuiu para o impedimento do desenvolvimento de uma produção açucareira na região próxima a São Luís. Há informações de que, nas primeiras décadas do século XVIII, a câmara municipal de Belém reclamava por não ter ferreiros que pudessem dar manutenção nos seus engenhos.<sup>191</sup> Esse retrato serve também para a capitania maranhense, pois a própria densidade das atividades econômicas indicava isso. Spix e Martius, dois viajantes estrangeiros, apresentaram um quadro do corpo técnico, entre escravos e livres, no Maranhão, em 1821, composto por 504 carpinteiros, 60 ferreiros, 57 marceneiros.<sup>192</sup> Certamente essa situação ocasionava prejuízos à economia maranhense, uma vez que dificultava seu funcionamento de forma sistemática.

A Revolta de Beckman no Maranhão é resultado direto da falta de mão de obra escrava, africana ou indígena. Em fins do século XVII, a companhia de comércio da capitania

---

<sup>190</sup> ALDEN, Dauril. "O período final do Brasil colonial". ...2008, p. 569.

<sup>191</sup> SCHWARTS, S. B. "O Brasil colonial". ... 2008, p. 396.

<sup>192</sup> SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1976, 3v., p. 259.

não fornecia escravos em número satisfatório, além de trazer produtos de qualidade comprometida. O resultado da revolta contra essa falta de assistência foi o enfraquecimento dos líderes, mas também o afrouxamento para a escravidão indígena. De acordo com Maxwell, a Companhia deu um direito de monopólio comercial de vinte anos,<sup>193</sup> nesse período a instituição forneceria escravos e facilitaria a venda do algodão. Além disso, tomou medidas para inibir o tráfico praticado principalmente pelos ingleses e procurou enfraquecer a influência religiosa na economia da capitania. O resultado desse esforço tornou a região maranhense uma das mais ricas da colônia. Pode-se afirmar que seus resultados foram realmente substanciais, tanto do ponto de vista econômico quanto político, pois tanto os britânicos quanto os religiosos perderam espaço no Brasil.

No entanto, da mesma maneira que as condições externas e as internas proporcionaram o surgimento excepcional dessa atividade, as mesmas condições levaram à derrocada. A guerra de independência dos Estados Unidos e os conflitos ocorridos entre 1812 e 1815 foram decisivos para que o Maranhão entrasse no circuito internacional.<sup>194</sup> O fim desses conflitos contribuiu para sua retirada desse cenário, pois a recuperação da economia norte-americana significou um concorrente com mais investimentos e melhores condições tecnológicas. Pereira resume esse conjunto de circunstâncias mostrando que as mudanças econômicas na capitania, referentes à agricultura, foram modificadas por múltiplas causas, a saber: “o fim do tráfico internacional de escravos, a concorrência estrangeira e a retração de preços do algodão e do açúcar no mercado externo [...] e, na mesma medida, a situação financeira dos proprietários rurais”.<sup>195</sup>

Quando chegou ao fim a Companhia de Comércio do Maranhão, nesse cenário de crise da agricultura, boa parte dos escravos da capitania foi vendida para os agricultores no sul da colônia. Essa ação de compra contava com vantagens inexistentes nas atividades do algodão ou mesmo do açúcar, que era um crédito com taxas de juros mais baixas. Não é difícil supor que com essa relativa decadência agrícola, o valor atribuído à pecuária, especialmente pelas pessoas do sertão, tenha se intensificado e dado força ao sentimento de revolta em relação ao norte. Enquanto a lavoura de exportação pouco durou, a pecuária crescia antes, durante e

<sup>193</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Marques de Pombal...* 1996, p. 60.

<sup>194</sup> JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. “Fazendeiros, negociantes e escravos”: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885). In: Marcelo Cheche Galves; Yuri Costa. (Orgs.). *O Maranhão Oitocentista*. São Luís; Imperatriz: Editora da UEMA; Editora Ética, 2009, p. 169-94, p. 178.

<sup>195</sup> PEREIRA, Josenildo de J. “Vão-se os anéis e ficam os dedos”: escravidão, cotidiano e idéias abolicionistas no Maranhão do século XIX. In: GALVES, Marcelo C; COSTA, Yuri. (Orgs.). *O Maranhão Oitocentista*. São Luís: Ética/Eduema, 2009, p. 227-262, p. 247.

depois da agricultura algodoeira. Com isso, era forte o sentimento das elites do sertão de que a região não tinha um valor, para os governos, equivalente à sua importância na capitania.

O processo de colonização sul maranhense começara ainda nas primeiras décadas do século XVIII, no auge da produção de cana-de-açúcar no norte da capitania,<sup>196</sup> mas somente em 1770, a povoação Pastos Bons foi promovida a vila. Tratava-se de uma consequência natural do seu crescimento econômico e também do seu isolamento político. A jurisdição da vila foi retirada de São Luís e colocada para Oeiras no Piauí, devido à maior aproximação com a cidade piauiense do que com a capital do Maranhão. De acordo com o professor João Renôr, a carta de 28 de julho de 1770, de criação da vila de Pastos Bons, afirma o seguinte: “essas providências visam ajudar a meus vassallos que habitam no sertão onde é difícil administrar a justiça e fazer reinar a paz e a tranquilidade entre todos”.<sup>197</sup>

Percebe-se claramente aí uma justa preocupação política, e juntamente com essa medida, outras foram tomadas nesse sentido. Três anos antes da promoção da vila, o governador da província fez uma visita à região, a primeira da história, e teria mostrado a intenção de aproximar os sertões da sede do governo. Uma medida importante seria a abertura de estradas, a fim de melhor integrar o território, problema crônico da região. Mesmo após alguns investimentos, o quadro era desfavorável. De acordo com Ferreira:

[...] na capitania do Maranhão, existiam apenas seis ‘estradas’, duas partiam de São Luís, sendo que uma se direcionava para Belém via oeste (Estrada Real), e outra, ‘à beira-mar’, seguia para Pernambuco (Leste), passando pelo Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba [...]; duas articulavam Itapecuru-Mirim, sendo que uma ia para Tutoia e daí para o Piauí (Estrada da boiada) e outra (Estrada do Galho) descia para Caxias [...], enquanto a estrada do sertão se direcionava para a região de Pastos Bons.<sup>198</sup>

Pela vastidão do território e por sua importância econômica, tratava-se de uma situação deficitária. Mesmo com a contribuição do incentivo à navegação fluvial, ora proibida, quando o Governo tentava impedir atividades ilegais, relacionadas ao contrabando do ouro; ora aceita, para facilitar o trânsito de pessoas e mercadorias. Em alguns momentos, foi significativo o estímulo à navegação no Rio Itapecuru, que visava a fazer uma maior ligação entre norte e sul da capitania. Nos últimos anos do século XVIII, o Estado português não temia mais o contrabando do ouro, devido também à própria redução de seu fluxo, por isso procurou incentivar a navegação pelo Rio Tocantins.<sup>199</sup> Sem dúvida, essa ação foi

<sup>196</sup> CARDOSO, Clodoaldo. *Municípios maranhenses: Pastos Bons...* 1947, p. 3.

<sup>197</sup> RENÔR, J. “Certidão de nascimento da Vila de São Bento dos Pastos Bons em 1770”. In: COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005, p. 38-40, p. 40.

<sup>198</sup> FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais...* 2008, p. 106-7.

<sup>199</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado...* 1992, p. 111.

importante para o aumento das áreas colonizadas, o que levou ao surgimento de várias povoações importantes no sul do Maranhão, ainda que o isolamento fosse uma marca daquelas terras.

Pachêco Filho, em sua tese, se propõe superar a ideia de o sertão ser um lugar isolado, com o argumento de que os sertanejos, especialmente os habitantes ribeirinhos, estavam em permanente contato com outras regiões da capitania. No entanto, é preciso relativizar essa ideia, porque ele mesmo reconhece que “a navegação pelo Rio Itapecuru até Aldeias Altas era o trajeto mais conhecido e o único entre São Luís e o sertão, aonde havia chegado mais longe o ‘braço’ do Estado”.<sup>200</sup> Isso mostra que o trânsito de pessoas daqueles sertões para outras localidades não era suficiente para movimentar uma economia inter-regional de maneira expressiva. Não por acaso, o sentimento de rebeldia perdurou por tanto tempo. A distância política, econômica e cultural com a zona litorânea foi determinante para a formação de uma elite local, que alimentou ideias de autonomia e separação.

As reivindicações políticas dos sertões não foram contempladas de acordo com o que se almejava, pois a economia agroexportadora, que também incluía outros produtos além do algodão, a exemplo do arroz e da cana-de-açúcar, era o centro das atenções para os governadores da capitania. A instabilidade política foi outro fator relevante, no sentido de haver constantes mudanças de governantes, o que dificultava a continuidade de um trabalho mais duradouro. Além de tudo isso, deve ser considerado o fato de que a maioria dos políticos influentes no Maranhão era da capital, com isso, diante das dificuldades geográficas e políticas, não havia muita simpatia pela construção de um projeto de unificação entre o norte e o sul.

O resultado de tal desarticulação foi um sentimento crescente de revolta contra a hegemonia política de São Luís, que culminaria, no futuro, para vigorarem ideias republicanas nos sertões.<sup>201</sup> A região de Pastos Bons nas primeiras décadas do século XIX passou por um processo de divisão territorial. Tal medida visou, entre outros aspectos, a oferecer um melhor aproveitamento econômico, mas também fragmentar, para enfraquecer politicamente, alguns grupos que pudessem oferecer alguma ameaça. Ainda que tais pretensões políticas não fossem concretizadas, os ecos de um suposto movimento republicano, ocorrido em 1828, chegaram, de acordo com Cardoso, à Assembleia Geral Legislativa, por meio de ofício em 5 de maio de 1829. “O fato de o manifesto maranhense estar redigido em termos que faziam supô-lo da

<sup>200</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos...* 2011, p. 17.

<sup>201</sup> FERREIRA, Luiz Alberto. Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889). In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís, Edufma, 2004, p. 214.



autoria de gente culta e, por isso mesmo temível, levaram o Imperador, no interregno parlamentar, a suspender as garantias constitucionais na unidade que supunha revoltada”.<sup>202</sup> Nessas ações de fragmentar e integrar ao mesmo tempo, a região se modificou definitivamente, mas não mudaria muito seu perfil rebelde.

Esse processo deu origem a várias freguesias, reduzindo o que se chamava Pastos Bons, metade da capitania, a um desses municípios. Entre as novas freguesias que surgiram, destaca-se a povoação de Carolina, promovida à vila e freguesia em outubro de 1831. Em 1835, surgiu a vila do Senhor do Bomfim da Chapada, futura Grajaú.<sup>203</sup> Depois dessas importantes povoações, outras passaram a existir, a exemplo de “Passagem Franca, em 1838; Barra do Corda, em 1854; Porto Franco, em 1855; Imperatriz, em 1856; Loreto, em 1873; Alto Paraíba, em 1891 [...] Balsas, em 1892”.<sup>204</sup> A grande extensão de Pastos Bons ficou restrita a uma pequena povoação que corresponde ao atual município.<sup>205</sup> Esse processo de fracionamento permeou praticamente todo o século XIX.

No fim das contas, Pastos Bons, especialmente a região onde todo o processo de expansão das fazendas no sul do Maranhão começou, nunca foi, demograficamente, um município de grande importância. Em 1809, de acordo com Belfort, a povoação era composta de apenas “oito palhoças”,<sup>206</sup> e em 1820, esse número alcançava 60 moradias e 480 pessoas,<sup>207</sup> desconsiderando-se os habitantes indígenas e escravos. Mesmo em 1896, também pelos processos de subdivisões, “existiam na localidade 90 casas de telha e 100 de palha, distribuídas por 5 ruas, 6 becos e duas praças, com 1600 habitantes”.<sup>208</sup> No entanto, a grande importância dessa povoação foi ter sido o centro de irradiação da pecuária maranhense. Foi de lá que correntes externas vieram e se espalharam por toda a capitania.

<sup>202</sup> CARDOSO, Clodoaldo. *Municípios maranhenses: Pastos Bons...* 1947, p. 5-6.

<sup>203</sup> CARDOSO, Clodoaldo. *Municípios maranhenses: Pastos Bons...* 1974, p. 9.

<sup>204</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado...* 1992, p. 182.

<sup>205</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maranhao\\_Municip\\_PastosBons.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maranhao_Municip_PastosBons.svg). Acesso em 21 de janeiro de 2013.

<sup>206</sup> BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. *Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro: feita por ordem do governador, e capitão general daquela capitania*. Rio de Janeiro, Imprensa Regia, 1810, p. 13.

<sup>207</sup> CARDOSO, Clodoaldo. *Municípios maranhenses: Pastos Bons...* 1947, p. 39.

<sup>208</sup> CARDOSO, Clodoaldo. *Municípios maranhenses: Pastos Bons...* 1947, p. 4.



Município de Pastos Bons, onde começou a colonização do sul do Maranhão, após divisões do território. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pastos\\_Bons](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pastos_Bons).

Pela sua importância e peculiaridade, foi um lugar predisposto a movimentações políticas, como as que originaram reivindicações conhecidas como uma “República de Pastos Bons” ainda em 1827. O movimento, de acordo com Moraes<sup>209</sup>, tinha como motivação direta a contraposição aos interesses da capital da província e do próprio Império em manter o controle sobre a região. Diferentemente de grupos no Norte, que queriam o vínculo político com Lisboa, os grupos sertanejos encontraram na proposta de independência uma falsa esperança de romper com a hegemonia política da capital maranhense.

<sup>209</sup> MORAIS, Herculano. “Apresentação”. In: COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005, p. 7-17, p. 8.

Os portugueses controlavam, além do comércio, os postos mais importantes na política, especialmente em São Luís. Por outro lado, uma parte da elite local estava empobrecida por causa, também, da inadimplência com os estrangeiros ingleses e, principalmente, lusos. Apoiar mudanças políticas foi uma oportunidade de ganhos econômicos e políticos, pois poderiam se livrar das dívidas e conquistar cargos importantes.<sup>210</sup> O primeiro presidente da província, antes da tardia independência em 1823, adotou uma política de perseguição aos portugueses, que incluía o confisco bens e expulsão de uma parte deles do Maranhão. Mas não tendo apoio suficiente das elites de São Luís para sustentar suas ações, procurou esse apoio na população excluída.<sup>211</sup>

O presidente ganhou então novos aliados e inimigos, o que levou a uma mudança nas correlações de forças políticas no Maranhão. “A dissolução da velha ordem, entre 1820 e 1823, deixou uma lacuna e instigou intensa luta pelo poder regional. Desde o início, as elites da capital e do Vale do Baixo Itapecuru conseguiram monopolizar o poder provincial, eliminando opositores”.<sup>212</sup> No que se refere à maior participação popular no processo, uma consequência direta foi o fortalecimento de grupos que fugiram ao controle daqueles que inicialmente os apoiaram para derrotar inimigos momentâneos. A força desses grupos eclodiu na Balaiada menos de duas décadas depois da independência. Apesar de o movimento ter sido massacrado, o sentimento de rebeldia sobreviveu.

Esse foi o sertão em que Francisco de Paula Ribeiro atuou, viveu e morreu. Uma região cheia de conflitos e busca por um caminho próprio. Suas impressões foram marcantes, não apenas por se tratar de algo fácil de perceber por quem vive nessa terra, mas pela maneira como a descreveu. Nenhuma abordagem sobre a região foi tão detalhada e intensa como as suas, que, não por acaso, despertou sentimentos e ideias em futuras gerações, como nenhum outro viajante o fez, em seu tempo ou fora dele.

---

<sup>210</sup> ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. “Miguel Bruce e os ‘horrores da anarquia’ no Maranhão, 1822-1827.” In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 345-378, p. 370-1.

<sup>211</sup> ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. “Miguel Bruce e os ‘horrores da anarquia...’ 2005, p. 370-1.

<sup>212</sup> ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. “Miguel Bruce e os ‘horrores da anarquia...’ 2005, p. 353.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### A DESCRIÇÃO DOS SERTÕES MARANHENSES PELO OLHAR DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO

Paula Ribeiro não entrou, em seu tempo, na galeria dos homens ilustres de Portugal, nem do Brasil, entretanto, não passou despercebido. Foi uma daquelas pessoas que passam pela existência e deixam uma marca em seus trabalhos, em suas conquistas e em sua vida em geral. É da natureza do tempo passar e inverter significados, com isso, alguns feitos importantes se tornam corriqueiros e, outros, ordinários, ganham tons admiráveis. Isso costuma acontecer, especialmente, quando determinadas proezas, escritas ou não, se tornam as únicas acessíveis a observadores posteriores ou por serem os que melhor falam de seu tempo para sociedades no futuro. Nessa dinâmica de significados, os trabalhos ribeirianos ganharam destaque na compreensão da história maranhense e, em consequência, do Brasil, pois se trata, até o momento, em muitos aspectos, das melhores fontes sobre os sertões maranhenses, no início do século XIX.

Seus escritos, aqueles aos quais se tem acesso, compreendem três trabalhos: *Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão...*,<sup>213</sup> publicada em 1841; *Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815...*, publicadas em 1848;<sup>214</sup> e *Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão...*, publicada no ano seguinte.<sup>215</sup> Um desses textos foi escrito em 1815 e os demais, em 1819. Todos foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e posteriormente republicadas na mesma revista. Ele também produziu um mapa geográfico da capitania do Maranhão e sua vizinhança. Pela riqueza de informações sobre a região, seus textos serão analisados neste trabalho para tentar compreender a construção da identidade regional, ainda que numa perspectiva jamais cogitada pelo autor.

---

<sup>213</sup> Ribeiro, Francisco de Paula. 1841. Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: análise de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las. Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 3º., 1841, n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456. Rio de Janeiro. [reimpressa em 1860].

<sup>214</sup> Ribeiro, Francisco de Paula. 1848. Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima. Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo X, 1º. Trimestre de 1848, p. 5-80. Rio de Janeiro. [segunda edição 1870].

<sup>215</sup> Ribeiro, Francisco de Paula. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos. Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XII, 1º. Trimestre de 1849, p. 41-86. Rio de Janeiro. [segunda edição 1872].





conhece sobre ele vem de alguns estudos e publicações de suas obras, que se esforçaram para torná-lo mais conhecido. Entre as fontes que o citam, está a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*,<sup>216</sup> que se refere a ele como um “Oficial do exército, natural do Maranhão”. Os viajantes alemães Spix e Martius, quando estiveram em terras maranhenses, em sua viagem ao Brasil, tiveram contato com o militar português, e ao falar das tribos indígenas da região, fizeram referência a ele como um brasileiro conhecedor dos nativos, referindo-se ao que eles chamaram de seu *Tratado sobre o gentilismo do Maranhão*.<sup>217</sup> É crível que essa citação dos viajantes tenha contribuído para o equívoco da enciclopédia, bem como possíveis outros.

Pode-se encontrar outra informação sobre ele em Mário Ribeiro Martins,<sup>218</sup> que afirma ser seu local de nascimento a cidade do Porto, em Portugal, no ano de 1768. Esse autor, no mesmo texto, relata que Paula Ribeiro concluiu seus estudos primários e secundários naquela cidade e só então teria vindo ao Brasil prestar serviços à Coroa portuguesa, na capitania do Maranhão. Infelizmente, ainda que faça sentido, esta pesquisa não encontrou, em nenhuma das dezessete freguesias do Porto, documentos que comprovassem tais informações.

Por fim, no que se refere ao local e ano de nascimento do personagem em questão, de acordo com informações do exército português, num documento datado de 31 de dezembro de 1813 e outro de 30 de junho do ano seguinte, Francisco de Paula Ribeiro, de 42 anos, nasceu na cidade de Lagos, região Sul de Portugal. Isso indica o ano de seu nascimento como sendo 1771.<sup>219</sup> Numa busca pela certidão de nascimento, para comprovar esse fato, na região mencionada, junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, em Lisboa, nada foi encontrado. Um dos motivos para essa dificuldade é a falta de outras informações, como o nome dos pais e avós.

De qualquer maneira, a pouca documentação disponível que se refere ao militar converge para indicar Portugal como sua pátria. Pelo tempo de serviço no Brasil, em especial nos sertões do Maranhão, essa terra se tornou uma segunda casa para ele. Ainda que não haja demonstração de sentimentos patrióticos em relação às terras do além-mar, foi aqui que ele passou boa parte de sua vida e, em consequência, alcançou algum prestígio profissional. Igualmente significativo é o fato de o sertão ser o local em que foi enterrado.

<sup>216</sup> RIBEIRO (Francisco de Paula). *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1957. v. 25, p. 587.

<sup>217</sup> SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 3 ed., 3 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 235.

<sup>218</sup> MARTINS, Mário Bibeiro. *Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil*. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/>. Acesso em: 1 de abril de 2013.

<sup>219</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de informações de oficiais inferiores da Companhia de Veteranos da Praça de Jurumenha*, 1813/14. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Ao considerar que Paula Ribeiro teria vindo ao Brasil muito jovem, portanto, após estudos secundários, ele não teria ingressado na Universidade, pois cedo já estaria no serviço militar. De fato, pelo menos em Coimbra, não consta registro de estudos do militar, da mesma maneira que não há na Academia de Ciências de Lisboa, conforme constatou esta pesquisa, indicando que não chegou a ser membro da referida entidade. De acordo com os relatórios de seu superior no Quartel de Juromenha, em Portugal, Gonçalo Mendes Homem, Ribeiro não se aplicou aos estudos.<sup>220</sup> Ainda assim, conforme se perceberá mais adiante, sua visão de mundo estava inserida no mesmo conjunto que englobava a maioria dos intelectuais de seu tempo, egressos de Coimbra, de outras universidades e das academias de ciências.

Há sinais de que o jovem militar tinha algumas dificuldades de relacionamentos pessoais e profissionais, o que lhe teria causado mais problemas, se não fosse o fato de seu pai, de nome desconhecido, ter sido um militar influente. Do pouco que se conhece sobre ele, sabe-se apenas que foi Tenente Coronel de Regimento de Artilharia da Corte, visivelmente reconhecido pelos serviços que prestara ao Estado Português.<sup>221</sup> Em 1813, Paula Ribeiro já havia sido preso pelo menos duas vezes por ausência no trabalho. Informou seu superior que sua conduta civil era regular, mas no âmbito militar disse que “como soldado não se faz respeitado”.<sup>222</sup> No mesmo curto relatório sobre seu subordinado, há a informação de que ele pouco sabia do seu serviço, de modo a indicar um profissional descuidado e relapso. Não se sabe se as motivações de seu superior tinham um cunho estritamente profissional ou também pessoal, que pudesse envolver o subordinado ou seu pai.

Sabe-se, com base no documento fornecido pela casa militar, que seu primeiro posto de trabalho no exército se deu ainda em 1786,<sup>223</sup> portanto, com idade entre catorze e quinze anos. Jorge da Cunha Pereira Filho apresenta informação que, de acordo com decreto de D. José, cadete era uma denominação dada aos filhos da nobreza que serviam o exército, e “os requisitos para a qualificação, em 1757, eram de que fossem ‘pessoas de nobreza conhecida, pertencentes ao foro de moço fidalgo, filhos de Sargentos-Mores ou - ainda - interessados que provassem por seus pais e quatro avós que eram de nobreza notória’”. O autor afirma ainda que, até 1797, o limite de idade para tal posto variava entre quinze e vinte anos de idade. Por

<sup>220</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de informações...* 1813/14.

<sup>221</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos...* 2011, p. 46.

<sup>222</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de informações...* 1813/14.

<sup>223</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de informações...* 1813/14.

um tempo, em qualquer idade, poder-se-ia ingressar na função, mas, novamente, em 1806, foi reestabelecida uma idade mínima, de quatorze anos.<sup>224</sup>

Sabe-se que, quando serviu em Aldeias Altas, posteriormente cidade de Caxias, no Maranhão, em 1812, logo entrou em conflito com o juiz local. Havia queixas dos dois lados: para o militar, seu rival não cumpria suas tarefas, que, por sua vez, era acusado de ir além das suas. De acordo com o juiz, ao se referir a Ribeiro, afirmou que ele “não tem autoridade ou jurisdição alguma militar para se intrometer nos arranjos políticos e econômicos dos corpos militares”.<sup>225</sup> O conflito não levou grandes problemas a nenhum dos dois e logo Paula Ribeiro teve que deixar a povoação para realizar outras tarefas.

Talvez a última de suas divergências pessoais tenha sido com Antônio Moreira da Silva, denominado por Paula Ribeiro como um “pobre capitão do mato”, devido ao fato de ele aprisionar índios com propósitos econômicos particulares e não em benefício da Coroa. Ribeiro teria feito denúncia contra Moreira da Silva, acusado de “atrocidades contra os indígenas”,<sup>226</sup> prática comum e aceita, desde que dentro de parâmetros governamentais em nome de um projeto mais amplo. O resultado desse último conflito pessoal e político teria levado o militar à morte, quando do conflito pela independência no Maranhão, um ano depois da que ocorreu no restante do território brasileiro. No conflito, ele foi encarregado de lutar pela defesa do território maranhense em nome da Coroa portuguesa, conforme será dito mais adiante neste texto.

Por outro lado, apesar de Paula Ribeiro mostrar temperamento excêntrico para um militar, não seria justo atribuir seu sucesso profissional apenas às influências de seu pai, conforme se viu nas poucas informações sobre ele. É crível, pelo resultado de seu trabalho, que uma combinação entre méritos e influências tenha sido responsável por seu êxito profissional no Brasil, especialmente na capitania do Maranhão, na qual desempenhou a maior parte da sua tarefa profissional. De acordo com algumas informações, antes de vir à terra brasílica, estava preso em Lisboa, e como punição deveria prestar serviço na Índia pela segunda vez. Já teria ido àquelas terras dois anos antes,<sup>227</sup> mas, por falta de navios ao destino

<sup>224</sup> PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. Tropas Militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Disponível em: [http://buratto.org/gens/gn\\_tropas.html](http://buratto.org/gens/gn_tropas.html). Acesso em: 29 de abril de 2013.

<sup>225</sup> APEM. *Objetos Diversos*: 1811-1814 (código 03, Doc. 133). In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro*: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz, MA: Ética, 2005, p. 30.

<sup>226</sup> FRANKLIN, Adalberto. “Introdução ao Roteiro...”. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro*: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz, MA: Ética, 2005, p. 66.

<sup>227</sup> ANTT, Liv. da Chancelaria de D. Maria I, n.22, 1787.



indicado, surgiu a oportunidade de vir à América do Sul.<sup>228</sup> Essa mudança de rumo foi decisiva na vida do militar, vez que ao chegar às terras sul americanas, pelo que se tem notícias, jamais voltaria à terra natal. Sua chegada ao novo mundo foi marcada com um decreto de 1795.<sup>229</sup>

Com base nas escassas informações existentes, há indícios de que ele tinha pouco interesse pelo serviço no quartel, em especial por tarefas cotidianas, rotineiras. Essa prática poderia ser responsável pelas faltas ao posto de serviço e consequentes prisões.<sup>230</sup> Entretanto, nos trabalhos de viagens, seu desempenho foi notoriamente reconhecido e isso lhe resultaria muitas promoções ao longo da vida, conforme ainda se verá mais adiante. Nessa perspectiva, não seria absurdo pensar que o jovem militar tenha faltado de propósito ao monótono trabalho, para ter, assim, oportunidade de viajar e conhecer terras distantes, como muitos de sua idade, em seu tempo, sonharam realizar.

Após chegar ao Brasil e esperar por três anos, Paula Ribeiro teria pedido para ser enviado à capitania do Pará. Conforme assevera ofício de 1798: “entre os oficiais que devem marchar para o Pará ao tenente da 1ª Companhia Carlos Antônio (e) ordeno a Vossa Mercê nomeio em seu lugar o alferes Francisco de Paula Ribeiro, não só por ele muito me vir requerer; como se fazer preciso ao real serviço”.<sup>231</sup> Tal requisição pode indicar sua disposição para tarefas mais aventureiras, em áreas mais remotas, do contrário, não precisaria requerer o trabalho na capitania paraense. Mesmo que houvesse motivações profissionais, diretamente implicadas no seu pedido, não parece fora de questão pensar que as de cunho pessoal eram significativas para o jovem militar.

Antes de se fixar nos sertões de Pastos Bons, de acordo com Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, sem citar a fonte, o militar esteve na capitania de São Paulo,<sup>232</sup> mas não há informação de quanto tempo ele tenha passado naquela região ou o serviço que teria prestado. Da mesma maneira, pode-se falar de seu paradeiro na capitania do Pará, pois não são conhecidos, até o momento, os detalhes de suas funções naquelas terras. Sabe-se, no entanto, que não demorou muito lá, pois em 1800 foi designado para um destacamento em Pastos

<sup>228</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos...* p. 46.

<sup>229</sup> ANTT, Liv. da Chancelaria de D. Maria I, n.18, 1787.

<sup>230</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de informações...* 1813/14.

<sup>231</sup> APEM. (códice 19, Doc. 191). In: FRANKLIN... 2005, p. 25.

<sup>232</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos...* p. 46.

Bons, no qual permaneceu por dois anos.<sup>233</sup> Pode-se imaginar, no entanto, que os serviços que prestara naquelas capitanias tenham sido semelhantes aos que realizou no Maranhão.

Os motivos que o levaram à saída do Pará são também desconhecidos, mas informações do exército português asseveram que o militar esteve, por quinze meses, doente e, na ocasião, obteve uma licença remunerada. O nome da doença, de acordo com o relatório, é *quartans*, vulgarmente conhecida como uma das variações da malária, enfermidade, à época, comum na Amazônia, especialmente no Pará. O documento não informa o local da contração da doença, nem ano do infortúnio, mas há algumas informações sobre Paula Ribeiro em campanha, em 1801.<sup>234</sup> Isso significa que há uma possibilidade considerável de ter contraído o mal entre os anos 1798 e 1800, tempo em que teria atuado na capitania vizinha. Nesse período, há uma lacuna de informações sobre ele, e a licença poderia explicar essa ausência.

Apesar das dificuldades de conduta no exército, Paula Ribeiro não encontrou problemas para ganhar espaço profissional, e sua carreira militar deu passos importantes. Depois de Alferes, há informações do recebimento de duas promoções por seus serviços, uma em 1807, quando passou a Cabo, outra em 1809, já como Furriel.<sup>235</sup> Em 1810, era Tenente de Regimento de Linha.<sup>236</sup> Cinco anos mais tarde, quando foi encarregado de demarcar uma das fronteiras entre Maranhão e Goiás, o militar já tinha a patente de Capitão do Regimento de Linha e, em 1819, ocupava o posto de Major efetivo.<sup>237</sup> Um ano antes, teria requerido o posto de Sargento Mor, cargo superior, negado porque a hierarquia militar portuguesa não permitiu. Restou, no entanto, o cargo de Major Graduado.<sup>238</sup> Talvez pela própria morte prematura não tenha alcançado patamares mais elevados, mesmo assim suas conquistas profissionais foram significativas, resultado de seu nascimento e esforços próprios.

Paula Ribeiro desempenhou seus trabalhos no Maranhão em consonância com os interesses da Coroa portuguesa, num amplo projeto político e econômico que visava a responder às múltiplas necessidades metropolitanas. O militar atuou por um período superior a duas décadas até que, num tempo de transição, culminou, apesar dos esforços em contrário, com o fim do período colonial e a independência política do Brasil. Naquele momento, a Coroa buscava alternativas econômicas, bem como novas maneiras de lidar com sua colônia e

<sup>233</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos sertões maranhenses...* 2002, p. 9.

<sup>234</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de informações...* 1813/14.

<sup>235</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de informações...* 1813/14.

<sup>236</sup> APEM. (código 02, Doc. 111, p. 52). In: FRANKLIN... 2005, p. 28-9.

<sup>237</sup> APEM. (código 05, Doc. 755). In: FRANKLIN... 2005, p. 34.

<sup>238</sup> CARVALHO, João Renôr F. de. “Introdução”. ... 2005, p. 20.

o militar, imbuído de um espírito patriótico, empreendeu esforços nesse projeto, que se encerrou juntamente com sua própria vida, conforme se verá mais adiante.

Típico da própria natureza de seu trabalho, naquela época, ele desempenhou esforços em várias atividades nos sertões, com finalidades econômicas. De maneira mais detalhada, sua tarefa era descobrir qualquer produto ou empreendimento que pudesse resultar em retorno imediato. Nesse conjunto, incluíam-se produtos agrícolas e minerais, assim como análise de rios, clima, vegetação, solo, entre outros. Pelas próprias condições daquele momento, algumas atividades, em especial a pecuária, ganharam atenção especial, consequência natural do retorno econômico e social que proporcionava.

Para descrever de maneira mais detalhada, pode-se definir a atuação ribeiriana em quatro principais eixos, que visavam a apresentar resultados concretos e imediatos ao reino de Portugal. Seriam eles, a criação de povoações no sertão, a fim de melhor controlar o território e promover maior dinamização econômica e, ao mesmo tempo, enfraquecer politicamente grupos antagônicos locais. Estaria, ainda, entre as principais tarefas, o combate aos índios arredios às atividades econômicas promovidas pela Coroa, especialmente à pecuária e à agricultura. Juntamente com a guerra, também eram importantes os acordos de paz, que pretendiam instaurar uma “boa convivência” com algumas tribos, essencial para o funcionamento da economia local. Outra ação foi a criação de fazendas reais, bem como o favorecimento dos empreendimentos particulares, a fim de proporcionar o máximo aproveitamento da principal atividade do sertão maranhense. Por fim, entre seus principais trabalhos no sertão, destaca-se a demarcação fronteiriça de uma área entre as capitânicas do Maranhão e de Goiás, que será mais detalhada adiante.

Em referência ao primeiro objetivo, pode-se fazer uso da afirmação de Manoel J. Barros Martins, ao dizer que “dando concretude a objetivos fundamentais da política colonial portuguesa, Paula Ribeiro esteve envolvido no processo de fundação de muitas povoações no centro-sul do maranhão (hoje sedes municipais)”.<sup>239</sup> Sem dúvida, graças às suas contribuições, a região de Pastos Bons tornou-se mais economicamente dinâmica, com as fazendas em constante expansão. Este trabalho de criação de fazendas, no entanto, andou em paralelo com o extermínio das tribos que ameaçavam o empreendimento real, pois muitos grupos nativos não se sujeitaram ao modelo de economia imposto pela metrópole. Apesar da força das ações governamentais, o atrito, com supostas ameaças ao sistema, era frequente. Há informações de que em 1810, Paula Ribeiro tenha sido enviado a Viana, uma vila no interior

---

<sup>239</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos sertões maranhenses...* 2002, p. 10.

do Maranhão, com o intuito de afugentar índios daquela região, conforme aponta documento: “Tomadas que sejam estas medidas, e sem a menor interrupção de tempo a fim de que o gentio inimigo o não possa ter para escapar-se ao golpe, ou novamente fazer outras incursões àquelas vizinhas”.<sup>240</sup> Naquele momento, a região sofria pressão dos Gamela e Timbira, que faziam incursões à vila.

Essa situação revela o perigo que corriam os empreendimentos públicos e privados, relacionados à agricultura e à pecuária, pois essas atividades demandavam áreas cada vez mais extensas. Como resultado, os colonos, cada vez mais, adentravam os territórios indígenas, mesmo os mais remotos. Todavia, para a Coroa portuguesa, bem como para os agentes privados, as terras sertanejas não pertenciam aos “gentios”, pelo fato de eles não terem, na perspectiva europeia, a maneira adequada para transformar a natureza em benefícios econômicos. O modo de vida indígena sempre foi uma ameaça, visto como atrasado e historicamente superado, precisava ser efetivamente combatido: “se não lhe forem coibido a barbaridade de seus naturais insultos também perderemos, e talvez com maior prejuízo um grande número de famílias coloniais, de que muitos virão a ser abastados lavradores”.<sup>241</sup>

Logicamente nem sempre havia confrontos diretos, pois, muitas vezes, faltavam recursos humanos e financeiros para tal. Além disso, era ruim para a população local as perturbações ocasionadas pelos conflitos, pois eles comprometiam o sossego e o próprio funcionamento da colonização. Os embates, que eram também de visões de mundo, se davam de diversas maneiras, porque a paz foi tão importante quanto a guerra no processo de dizimação dos indígenas dos sertões maranhenses. Muitas vezes, os ataques ocorriam depois de conquistarem a confiança do gentio. Quando assim era, se dava com menores custos financeiros e humanos. Um documento mostra qual a melhor maneira de agir em uma povoação sertaneja, conhecida por Vila Nova de Caxias, antiga Aldeias Altas:

Julgo que também será mais profícuo tanto para a subsistência das povoações dos índios, como para economizar os gastos da Real Fazenda e ser ao mesmo tempo muito menos oneroso a esses habitantes, conservarem-se os índios nas suas primitivas aldeias, ou fazê-los situar em territórios análogos ao seu modo de vida não muito contínuas às roças dos lavradores deste distrito, onde não haja suficiente força armada para os coibir do hábito e suas continuadas rapinas.<sup>242</sup>

Na verdade, os índios em si não eram a maior ameaça imediata, pois, de acordo com o texto acima, só o eram quando punham em risco o projeto colonial para a capitania, de modo

<sup>240</sup> APEM. *Objetos Diversos*: 1809-1811 (código 02, Doc. 111, p. 52). In: FRANKLIN... 2005, p. 28.

<sup>241</sup> APEM. *Objetos Diversos*: 1809-1811 (código 05, Doc. 834). In: FRANKLIN... 2005, p. 38.

<sup>242</sup> APEM. *Objetos Diversos*: 1814-1816 (código 05, Doc. 834). In: FRANKLIN... 2005, p. 38.

que quando estavam distantes das lavouras e fazendas, a tensão diminuía por um tempo. Sabia-se, no entanto, que era uma questão de tempo para que se encontrassem novamente num inevitável confronto, pois o futuro da capitania, pensavam, estaria no crescimento das fazendas, até que não houvesse mais espaço para os nativos. Uma das saídas para as tribos sobreviverem era por meio da integração econômica e cultural, mas isso nem sempre aconteceria num curto espaço de tempo e, portanto, corriqueiramente, havia conflitos entre brancos e índios.

Outra tarefa de Paula Ribeiro, a criação de fazendas, é apontada por Manoel Martins, ao informar, sem explicitar em qual documento, da criação de três fazendas na região de Pastos Bons.<sup>243</sup> A abertura de empreendimentos pecuários reais, nos sertões, era um negócio vantajoso, pois não seriam necessários muitos gastos. Com isso, queria-se dizer, ainda que implicitamente, que nas pretensas localidades, o gentio não era mais dono do território e não colocava em xeque a empreitada metropolitana. Dadas as condições mínimas, as demais seriam mais resolvidas, pois era garantida a abundância de água e de pastagens naturais. Aqueles locais deveriam, de acordo com um documento governamental da época, “ser um manancial de fortuna pública e particular [...] criando um ramo de comércio muito importante e será também um meio mui conveniente de se ir domesticando grande número de selvagens”.<sup>244</sup>

A proposta, nesse caso, era fazer uma integração entre fazendas e povoações, com o consequente domínio sobre os índios, pois dessa maneira a Coroa acompanharia os negócios com maior eficiência. No mesmo documento, falou-se que as ações integradas eram melhores que a criação de fazendas distantes umas das outras. A presença de povoações, o controle sobre os indígenas, a abertura de estradas e o aproveitamento dos rios para a navegação certamente trariam menos transtornos ao governo e aos fazendeiros. Nesse cenário, uma das tarefas de Paula Ribeiro era encontrar os melhores locais para a abertura de fazendas, como de fato o fez em Pastos Bons.

Outro dos mais importantes trabalhos do militar português, na capitania maranhense, conforme já se indicou, foi a demarcação da fronteira com a capitania vizinha. Naquele momento, a povoação maranhense de São Pedro de Alcântara estava sob a jurisdição de Goiás. Seu trabalho se deu entre os meses de maio e agosto de 1815, e a recomendação Real

<sup>243</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos sertões maranhenses...* 2002, p. 16.

<sup>244</sup> APEM. Avisos do Ministério do Império. Secretaria de Governo: 1812-1819. (código 02, Doc. 4, pp. 117v-120). In: FRANKLIN... 2005, p. 50.

ao militar era a de que ele deveria observar o que dizia o costume local,<sup>245</sup> prática comum e eficiente, para definir qual capitania deveria ser a proprietária da povoação. Ao fim da empreitada, a povoação passou à jurisdição maranhense e, em 1835, foi incorporada oficialmente ao seu domínio, com o nome de Carolina, em homenagem à imperatriz Carolina Leopoldina, esposa de D. Pedro I.

Apesar da importância, esse trabalho não se restringiu à demarcação fronteiriça em si. No fim das contas, todas as suas tarefas estavam interligadas num objetivo predominante: descobrir formas de retorno econômico à Coroa e levar seu modelo ilustrado de desenvolvimento àquelas terras, ricas por sua própria natureza e supostamente pobres por sua cultura. Ribeiro parecia acreditar que seu trabalho culminaria na dissolução de contradições como esta. Durante todo o seu percurso pelos sertões maranhenses, sua incumbência era apresentar as potencialidades econômicas da região nos seus distintos segmentos. Mesmo em missões específicas, como as de combate aos indígenas, criação de fazendas, estradas, entre outras, sua atenção estava também voltada para outras descobertas. As ordens régias eram claras a esse respeito:

Em toda a sua marcha e intervalos de sua estada comissionaria ou ainda na ação dela aproveitará todas as ocasiões oportunas para explorar ou mandar explorar todo o terreno dos limites desta capitania próximo ao Tocantins [...] remetendo-me memória de tudo que encontrar a este respeito como também mostras de todas essas descobertas para poderem ser examinadas.<sup>246</sup>

Assim o fez por todo o seu percurso de mais de vinte anos de serviço pelas terras maranhenses, pois suas memórias são o resultado direto dessas demandas governamentais. Contudo, pode-se afirmar que o militar foi além de sua tarefa institucional. Seus trabalhos se enceraram em 1823, quando da independência tardia do Maranhão. Paula Ribeiro fora incumbido de proteger o território, mas as forças pró-independência, naquele momento, eram indestrutíveis. O destacamento do Major foi derrotado num conflito com uma tropa de sertanejos maranhenses e de outras localidades, comandada por José Dias de Mattos, auto-intitulado “presidente da independência”.<sup>247</sup> Esse grupo contava com a presença de um desafeto do militar, aquele chamado de “Capitão do Mato”, Antônio Moreira da Silva. Depois de uma perda em combate, foi capturado e conduzido para São Pedro de Alcântara. De acordo com Carlota Carvalho, Paula Ribeiro empreenderia uma suposta fuga pelo Rio Tocantins em direção ao Pará, para depois chegar a Portugal, mas foi capturado. Ainda de acordo com a

<sup>245</sup> APEM. *Objetos Diversos*: 1814-1816 (código 05, Doc. 755). In: FRANKLIN... 2005, p. 34.

<sup>246</sup> APEM. *Objetos Diversos*: 1814-1816 (código 05, Doc. 834). In: FRANKLIN... 2005, p. 34-5.

<sup>247</sup> MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Typ. do Farias, 1870. 3 vol. p. 120.

autora, um padre e os oficiais, entre os quais o próprio líder, foram “infamemente sangrados por ordem de Antônio Moreira”.<sup>248</sup>

César Marques dedicou algumas linhas ao acontecimento e, ao contrário de Carlota, identifica outro assassino para o militar. O carrasco da autora é visto por Marques como alguém que prestara bons serviços ao Estado.<sup>249</sup> Além disso, ela o situa como um dos que ajudaram o prisioneiro. Sua versão afirma que o grupo liderado por José Mattos acorrentou Ribeiro no pescoço. Ele e os demais seriam conduzidos a Pastos Bons e o trajeto seria a pé, mas após “muitos rogos de Antônio Moreira”, o líder permitiu que os prisioneiros fossem montados a cavalo, “arriados só de cangalhas, porém com os pés amarrados por baixo da barriga dos animais, sendo estes puxados pelos cabrestos, com o fim de evitarem a pé o longo trajeto de mais de 80 léguas”.<sup>250</sup> Conta ainda o autor que antes de chegarem ao destino, à beira do Rio Balsas, Mattos teria dado ordem para assassinar Paula Ribeiro e o religioso que o acompanhara. No ano de 1840, o presidente da província de Goiás, D. José de Assis Mascarenhas, esteve em Carolina, e ao saber que o carrasco do militar estaria na região, achou que ele deveria ser punido, mesmo que apenas tenha cumprido ordens. Descobriu-se que seu nome era Ignácio, então D. José ordenou, a qualquer custo, a captura. Assim ocorreu, mas, após alguns meses, o homem, já velho, fugiu da prisão e se escondeu entre os índios, e lá teria vivido o resto de seus dias.<sup>251</sup>

De acordo com os relatórios do exército português de 1813 e 1814,<sup>252</sup> Paula Ribeiro era casado. Não consta a presença de filhos, o que pode indicar um casamento próximo à data do documento. Não se tem notícias de que depois viera a tê-los, mas isso leva ao fato de sua esposa provavelmente ter sido uma sertaneja das terras maranhenses. Esse fato mostra que seus laços se fortaleceram com o lugar, no decorrer dos trabalhos pelo Maranhão, não apenas em termos profissionais, mas também pessoais. No fim das contas, Francisco de Paula Ribeiro fez mais do que trabalhos práticos em favor da Coroa portuguesa e, apesar dos claros objetivos militares, seus textos acabaram por contribuir para a construção de uma imagem positiva do sertão maranhense. Com riquezas de detalhes sobre a região, ele “descobriu” e “ensinou” a olhar para essa terra de uma maneira própria, humanizada, de forma a diluir sua natureza na própria identidade regional.

<sup>248</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 2ª edição. Imperatriz (MA): Ética, 2000, p. 84.

<sup>249</sup> MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico...* 1870. 3 vol. p. 116.

<sup>250</sup> MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico...* 1870. 3 vol. p. 120.

<sup>251</sup> MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico...* 1870. 3 vol. p. 120.

<sup>252</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de informações...* 1813/14.

## Percepções econômicas

A partir daqui, a abordagem será diferente, pois se adentrará a obra de Paula Ribeiro. Entende-se que, de agora em diante, é mais fácil compreender suas perspectivas, uma vez que seu contexto social, econômico, político e cultural está devidamente posto. Seu olhar para o sertão maranhense, apesar de múltiplo, começa por uma perspectiva pragmática, que atende seu propósito maior na condição de funcionário da Coroa portuguesa. Desgastado por dificuldades de ordem financeira, que ganhou corpo ao longo do tempo, para ter melhores dias, do ponto de vista econômico, o governo português necessitava aproveitar ao máximo as riquezas de sua principal colônia.

Não se tratava de um fenômeno novo, nem mesmo incomum, pois praticamente desde a chegada dos europeus ao território brasileiro, as novas terras desempenharam um essencial propósito, o de oferecer vantagens econômicas. Durante todo o percurso histórico da relação entre metrópole e colônia naquele início de século XIX, tal objetivo só ganhava consistência num aperfeiçoamento que culminou com o surgimento de verdadeiros peritos em identificar riquezas coloniais e indicar as melhores maneiras para seu aproveitamento. As “memórias” e os “roteiros” produzidos em diferentes regiões do Brasil, mais ou menos na mesma época de Paula Ribeiro, são a máxima expressão de uma necessidade histórica. De singular, naquele momento, eram apenas as circunstâncias políticas que envolviam a metrópole e sua colônia, bem como as relações no interior de cada território. Com essa variável, as relações ganharam novos significados, tanto para Portugal, quanto para o Brasil. A metrópole tinha pressa em sanar lacunas financeiras, como também em efetivar seu domínio sobre uma terra que lhe fugia, de forma gradativa, ao controle.

A contribuição de Paula Ribeiro, nas terras maranhenses, caminhava nessa direção. Seu empenho se direcionava, majoritariamente, a revelar as riquezas daqueles sertões, por isso deveria mostrar como transformá-las em benefícios à sua metrópole. Desta maneira, a região foi redescoberta sob a perspectiva da racionalidade ilustrada, própria de sua época. Também se pode afirmar que o conhecimento da fisiocracia foi importante. Para o professor José Newton Coelho Meneses, embora a fisiocracia se apresentasse em oposição ao mercantilismo, alguns ilustrados luso-brasileiros, a exemplo de José Vieira Couto, objeto de seu estudo, tentavam conciliar diferentes ideias em nome de um bem maior à Metrópole.<sup>253</sup> Ao analisar o contexto mineiro, o professor José Newton destacou a visão de José Vieira Couto “como

---

<sup>253</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina - MG: Maria Fumaça Editora, 2000, p. 46.



parte de seu ideal fisiocrático fazia a defesa da ‘animação’ da atividade agrícola e da diversificação de sua produção [...] o desenvolvimento agropecuário fixaria o homem a terra. Preconizava ainda a melhoria das vias de transporte e a criação de animais”.<sup>254</sup> Como base nessas características, é possível associar Paula Ribeiro, ao menos em parte, aos valores fisiocráticos.

Contudo, pelas dificuldades estruturais que limitava as ações da Coroa, o militar centrou seus esforços em elementos que considerou fundamentais para a reconstrução daquelas terras, pelo emprego mínimos de recursos financeiros. Nessa empreitada, era preciso resolver uma equação que envolvia importantes elementos, a exemplo de recursos naturais, rebanhos bovinos, moradores colonos e os chamados de gentios.

O funcionário do rei sempre achou que deveria ter mais tempo para explorar, com mais afinco, as riquezas dos sertões maranhenses. Mesmo após vários anos de trabalho na região, afirmou que seu ofício não lhe permitia tempo suficiente para descobrir o “verdadeiro potencial de suas riquezas naturais”.<sup>255</sup> Ele estava convencido de que aquele lugar poderia ser mais próspero do que era naquele momento. Por isso, era preciso explorar seus segredos para fazer revelar o que havia de melhor, dessa maneira, a metrópole alcançaria amplos benefícios. Tal impressão da região não se dissipou ao longo dos anos, pois já nas proximidades dos anos 1820, portanto, quase duas décadas de atuação naquela região, o mesmo discurso ainda vigorava: era preciso conhecer aquelas terras e delas fazer riqueza. Com base nessa ideia, afirmou que “por isso quando para o futuro se desenvolver esta verdadeira mina encoberta, o seu ouro mostrará que a presente opulência do Maranhão não é ainda devida aos maiores tesouros”.<sup>256</sup>

João Pereira Caldas, comumente tido por anônimo, no seu *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, antes de Paula Ribeiro, já enfatizava a necessidade de potencializar a colônia em benefício da metrópole. Sua máxima consistia em afirmar que “o primeiro interesse da metrópole, há de forçosamente ser conservá-las na sua dominação; o segundo tirar delas as possíveis utilidades”.<sup>257</sup> Pode-se afirmar que, naquele momento, esse pensamento era lugar comum entre muitos pensadores ilustrados portugueses.

<sup>254</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico...* 2000, p. 49.

<sup>255</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 71.

<sup>256</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 73.

<sup>257</sup> CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo LXII, Parte I, 1900, p. 119-0.

Para o autor do *Roteiro*, um dos pontos fortes dos sertões maranhenses estava, apesar de suas dificuldades estruturais, em especial com a falta de habitantes, na sua integração com outras capitânicas. Era necessário começar com as vizinhas Piauí e Goiás, mas, também, com outras mais distantes, a exemplo de Bahia e Rio de Janeiro.<sup>258</sup> Uma relação de comércio entre essas regiões, em que os produtos locais, provindos da agricultura e pecuária, pudessem ser economicamente aproveitados, poderia contribuir de forma significativa para o lugar. Ele era considerado rico por sua própria natureza, mas ainda pobre pelas dificuldades de natureza diversa. Diante disso, os próprios recursos naturais do sertão poderiam servir como mola propulsora de um crescimento econômico, sustentados pelas diretrizes delineadas pelo governo metropolitano. Numa época em que construir estradas era tarefa árdua e dispendiosa ao erário, os rios tornavam-se mais que uma alternativa viável, pois era a forma mais eficiente de locomoção naquelas desconhecidas terras. Sem os cursos d'água, tão característicos, não haveria um sertão tal qual se conhece nos dias de hoje.

Com base em tal importância, Paula Ribeiro inventariou praticamente todos os rios e riachos da região, e com isso, deixou claro que seu isolamento poderia ser amenizado. Ele citou vários desses cursos d'água que cortam os sertões, a exemplo do Itapecuru, Mearim, Pindaré, Balsas, Grajaú, Tocantins, rios que cruzam a capitania em diferentes sentidos. Da mesma maneira, João Pereira Caldas percebeu esse potencial fluvial e sua viabilidade para o desenvolvimento de atividades econômicas.<sup>259</sup> Ele também conhecia os principais rios da capitania e não os enxergava de outra maneira que não pela ótica do máximo aproveitamento metropolitano, pois se tratava da lógica ilustrada daquele tempo. Uma das primeiras consequências dessa riqueza fluvial da região era a quantidade de terras férteis para a agricultura. Paula Ribeiro assegurou isso com a afirmação de que a região, influenciada pelo Rio Itapecuru, era uma das mais convenientes porções de terra da capitania, tanto para o gado, quanto para a agricultura.<sup>260</sup> De fato, essas duas atividades, especialmente a segunda, lá se desenvolveram com destaque.

Focado especialmente na atividade de criação, Ribeiro estava sempre à procura de benefícios à sua pátria. Nessa procura, encontrou, nas proximidades de um daqueles rios, uma área rica em salitre, próprio ao consumo bovino. Isso poderia melhorar a qualidade do rebanho, na medida em que poderia alternar o consumo desse mineral com o pasto. Desta maneira, das pequenas às grandes vantagens, os rios ofereciam muitas possibilidades, sem

<sup>258</sup> CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí...* 1900, p. 138.

<sup>259</sup> CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí...* 1900, p. 136.

<sup>260</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons... p. 54.

contar o fato de serem vitais à própria sobrevivência dos moradores, que tinham poucos recursos para sobreviver naquelas distantes terras, praticamente ausentes de uma atuação governamental direta, capaz de dar suporte para uma vida menos árdua.

Paula Ribeiro chegou a cogitar a existência de metais preciosos nas proximidades de alguns daqueles rios. Não se sabe ao certo se era realmente uma crença ou se uma forma de tentar motivar a Coroa a explorar as terras sertanejas e, nesse processo, acelerar a colonização. Raimundo José de Sousa Gaioso, habitante do Maranhão até sua morte, no início do século XIX, também afirmou haver ouro na região do Rio Pindaré.<sup>261</sup> De qualquer maneira, parece que foi indicado como uma real possibilidade de benefícios econômicos. Em seus escritos referentes ao trabalho de demarcação da fronteira entre Maranhão e Goiás, Paula Ribeiro se referiu a uma possível descoberta de topázio por um agente do governo.<sup>262</sup> Alguns anos mais tarde, já nos seus últimos escritos, apesar de nada ter sido encontrado, nem mesmo uma notícia confirmada de que alguém o fizera, assim se referiu ao assunto: “Não foram contudo feitos ainda semelhantes exames nos baixos terrenos de Pastos Bons quanto escrupulosamente é preciso para nos desenganar dessas vantagens”.<sup>263</sup> Ele estava convencido de que, além das matas e rios conhecidos pelo Estado português, estavam ocultas as maiores riquezas daquelas terras. Suas impressões, nesse sentido, são marcadas por uma indelével sensação de que havia muito mais a ser descoberto do que o já realizado.

Outro viajante que destaca a importância dos rios maranhenses para seu desenvolvimento econômico foi Sebastião Gomes da Silva Belfort. Ele enfatiza o potencial de navegação do Rio Itapecuru,<sup>264</sup> que poderia ser útil para o funcionamento de um comércio regional. Havia um ensaio, nesse sentido, no “recém-descoberto” rio Tocantins, elo entre as capitânicas maranhense e goiana, na parte que hoje pertence ao estado do Tocantins. De acordo com seu entendimento, o incentivo à navegação por este rio seria primordial para o crescimento econômico da região.<sup>265</sup> Na ocasião, o autor indica que o comércio estaria aquém de seu verdadeiro potencial, por isso o sertão padecia: “pela falta dele ainda hoje vemos muitas cidades, vilas e lugares, cuja fundação, sendo antiquíssima, contudo, quase nada avançaram do pouco que eram em seus princípios; o que se prova evidentemente do mesmo

<sup>261</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico...* 1970, p. 108.

<sup>262</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 22.

<sup>263</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 50.

<sup>264</sup> BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. *Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro*: feita por ordem do governador, e capitão general daquela capitania. Rio de Janeiro, Imprensa Regia, 1810, p. 19.

<sup>265</sup> BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. *Roteiro e mapa da viagem...* 1810, p. 22.

Julgado de Pastos Bons”.<sup>266</sup> Gaioso também reconheceu a importância do Rio Itapecuru nesse processo de interligação interna no sertão, apesar de chamar a atenção para alguns lugares de cachoeira e, principalmente, para o perigo dos nativos que habitavam nas proximidades de suas margens em Pastos Bons.

Semelhante situação se passava na região de Caxias, que era responsável por um comércio com outras localidades, não apenas no interior da própria capitania, mas também com outras regiões da colônia e até fora dela, na América espanhola. Nesse contexto, uma gama de produtos regionais e europeus circulava com relativa intensidade. Mesmo assim não havia um reconhecimento da região por parte da Coroa como um ponto estratégico.<sup>267</sup> Como resultado da falta de investimento, ainda que fosse uma das mais importantes povoações dos sertões maranhenses, seu protagonismo fora dele era praticamente inexistente. Com isso, Paula Ribeiro queria dizer que o lugar não se desenvolvia por fatores externos, ações políticas, apesar de seu potencial.

Para João Pereira Caldas, o papel das colônias era serem meras fornecedoras de matérias-primas,<sup>268</sup> portanto, eram desnecessários investimentos que pudessem transcender essa relação. A visão ribeiriana era diferente, pois na sua compreensão, era indispensável melhorar o comércio regional pelos rios. Dessa maneira, a economia poderia apresentar resultados positivos tanto em favor de Portugal quanto da colônia. Com base nisso, Paula Ribeiro falou com certo pesar de um incipiente e arriscado comércio pelos Rios Araguaia e Tocantins. Ele afirmou que, apesar do trânsito de mercadorias com outras regiões, esses comerciantes “nunca passam de gente pobre”.<sup>269</sup>

Nesse contexto, tal fluxo se resumia a algumas embarcações por ano, quando deveria ser de outra maneira. Por isso, mais uma vez afirmou que nesses rios há ainda por se descobrir “riquezas e preciosidades grandes”.<sup>270</sup> De maneira geral, seu olhar assinalava para um mundo de possibilidades, mas que talvez não tivesse chegado o tempo de seu verdadeiro aproveitamento. Portanto, assim resumiu essa falta de conexão entre o necessário e o vigente: “fica provado por isso, e pelo que temos a dizer de suas vantagens, ser este dito território a mais importante porção da capitania do Maranhão, e o quanto é para lastimar o retardamento havido no seu desenvolvimento”.<sup>271</sup> Está expresso aqui que os problemas estruturais do sul da

<sup>266</sup> BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. *Roteiro e mapa da viagem...* 1810, p. 13.

<sup>267</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 52.

<sup>268</sup> CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania...* 1900, p. 119-0.

<sup>269</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 38.

<sup>270</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 38.

<sup>271</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 54.

capitania poderiam ser resolvidos ou amenizados com seus próprios “instrumentos”. Para ele, não eram necessários investimentos fora de uma órbita possível para o governo, mas naquele momento, apesar de as contas metropolitanas não irem bem, era preciso uma visão “empreendedora” para transformar aquela natureza em riqueza econômica, em benefício de todos os envolvidos no sistema, especialmente para a metrópole.

Ainda sob ponto de vista econômico, outro problema a ser equacionado pelo governo seria a ameaça indígena, tema que será abordado em vários momentos no percurso deste capítulo, pois sempre foi um desafio manter os empreendimentos agrícolas ou pecuários na região sem ter que fazer guerra contra os nativos. Belfort foi um dos defensores da guerra de extermínio contra os gentios, aqueles a que ele se referia como “ímpios e cruéis”, pois para ele era a única maneira de assegurar a tranquilidade nos sertões. Dessa maneira, assim ele justificava a guerra:

Finalmente que se aumente por alguns anos o destacamento a fim de que diariamente se expeçam escoltas contra o gentio, único modo de extingui-los, pois do contrário, fiados no abrigo das matas, suscitarão frequentemente discórdias, e sairão impunes, de ordinário, aterrorizando noite e dia os lavradores ali existentes.<sup>272</sup>

Apesar desse histórico conflito, não seria possível pensar no projeto ilustrado metropolitano sem os habitantes naquelas terras, e isso era um problema antigo, dada a impossibilidade da Coroa em promover um povoamento só com europeus. Se não havia portugueses suficientes para esse repovoamento, a única opção seria o aproveitamento dos próprios habitantes para tal empresa. Desta maneira, o governo metropolitano buscava maneiras de equilibrar suas ações entre os confrontos, os acordos e a aculturação dos indígenas em benefício de seu intento. Nesse sentido, se esses habitantes nativos eram um empecilho, também eram necessários e, mais que isso, eram um dos elementos fundamentais para a colonização. Paula Ribeiro tinha convicção que nesse ponto de equilíbrio estava a chave para o melhor aproveitamento daquelas terras.

Não seria tarefa fácil para o governo, pois de acordo com o militar, as nações gentias no interior da capitania eram “infinitas”. Ele afirma que essa grande concentração nas terras maranhenses era resultado não apenas do seu próprio crescimento vegetativo, mas também do histórico processo de expulsão de muitas tribos em outras regiões, como nas capitanias de Pernambuco, Minas Gerais e Pará.<sup>273</sup> Na medida em que as fazendas avançavam, as nações

<sup>272</sup> BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. *Roteiro e mapa da viagem...* 1810, p. 14.

<sup>273</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 39.

gentias eram impelidas para áreas mais distantes dos empreendimentos e, naquele momento, o sul do Maranhão se constituía como uma nova fronteira.

As tribos indígenas dos sertões maranhenses não poderiam ser subestimadas, porque, além de um povo guerreiro, eram grandes conhecedores da região, de suas matas e rios, ao contrário dos agentes metropolitanos, que pouco conheciam. Mesmo Paula Ribeiro, perito daquela geografia, se colocava, às vezes, como iniciante no assunto. Tal desconhecimento, por um lado motivava as descobertas, mas por outro, em caso de conflitos com os nativos, despertava medo. Ainda que não tenha tido contato pessoal com determinado grupo, Ribeiro citou os Timbira da região do Mearim e Grajaú como nações poderosas.<sup>274</sup> Na ocasião, ele se valeu de relatos de moradores locais.

Ao considerar as incipientes forças militares governamentais para o efetivo combate, na região de Pastos Bons, ele propôs estratégias militares que pudessem apresentar resultados eficazes contra os nativos. Na sua perspectiva, enquanto os moradores colonos do sertão não tivessem a tranquilidade para viver e trabalhar nas atividades ligadas à agricultura, à pecuária e ao comércio, não se poderia pensar no melhoramento dos sertões. Sua lógica militar era simples: destruir os mais resistentes e seduzir aqueles que aceitavam um novo modo de vida. Com isso, ter-se-ia a harmonia necessária para o funcionamento das atividades econômicas. Fazer a guerra, do ponto de vista econômico e político, na maioria das vezes, era mais desvantajoso que os acordos de paz. Com base nisso, havia a proposição de “civilizar” aquelas nações mais predispostas, com “sentimentos positivos”.<sup>275</sup> Dizia tratar-se de medidas lógicas para manter vivo o empreendimento português, que nunca parou de avançar, mas, também, em alguma medida, jamais deixou de ser ameaçado pelas nações indígenas da região.

Paula Ribeiro não compartilhava do entendimento de João Pereira Caldas de que a colônia só deveria fornecer suas matérias-primas. Nessa compreensão, ele não pensava nas condições de vida das pessoas que viviam naqueles lugares. Ribeiro, com suas concepções ilustradas, acreditava ser fundamental um modo de vida adequado aos habitantes daqueles sertões. Essa paz social deveria ser um ponto de partida para um macroempreendimento capaz de abarcar uma cadeia de produção e exportação. As partes deveriam somar-se para formar um só corpo, com isso, supostamente, caminharia em direção ao progresso. Na base dessa cadeia, estariam os colonos, aqueles que viviam nos sertões e que deveriam ter

---

<sup>274</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 40.

<sup>275</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 308.

condições mínimas de trabalho e sobrevivência. Em seu favor, havia uma terra rica por suas águas, pastagens naturais e floretas. Contudo, apesar de suas dádivas naturais, que poderiam tornar a vida naqueles sertões menos árdua, faltava, de acordo com o militar, algo no espírito de seus moradores, talvez mais “luz”, para que pudessem enxergar seus próprios tesouros e dessa forma aproveitá-los.<sup>276</sup>

Apesar de suas infindáveis potencialidades, a pobreza marcava fortemente aqueles sertões. Entretanto, esse problema era percebido como algo superável, desde que houvesse mais investimentos governamentais e que se “educassem” as pessoas, especialmente os mais jovens, a uma nova maneira de se relacionar com aquela natureza. Nesse sentido, tanto o problema da “falta de visão” dos habitantes quanto a falta de atenção governamental estariam historicamente fadados à superação pela presença de uma nova forma de relacionamento com o mundo, por prismas mais racionais, em termos econômicos e sociais. Tal como o norte da capitania, que se destacava pela prosperidade de suas lavouras, faltava o desenvolvimento da outra parte, a sertaneja: “sua população, que não chega a 30 mil almas livres, vantajosas lavouras de algodão e arroz, em que ocupa mais de duzentos mil escravos que possui, cujos resultados, fazendo até hoje por um nunca interrompido tráfico comercial o principal motivo da sua opulência”.<sup>277</sup>

De acordo com Paula Ribeiro, do ponto de vista governamental, uma atividade imprescindível naqueles sertões seria a agricultura, perfeitamente compatível com uma região repleta de terras férteis. De maneira diferente se dava em outros sertões da colônia, marcados pela falta de água, por isso inviáveis para atividades agrícolas. Tratava-se não apenas de uma ação economicamente rentável, como também da própria sobrevivência daquelas populações que viviam do que plantavam. Especialmente em termos comerciais, uma das áreas mais férteis dos sertões maranhenses, para a lavoura, situava-se em Caxias, sob a influência do Rio Itapecuru. Lá, por um tempo, a produção de algodão alcançou níveis singulares, o que fez daquela localidade um centro exportador, conforme já visto neste trabalho. Sempre conturbada pelos conflitos com seus indígenas, Caxias, antigo julgado de São José das Aldeias Altas, foi reconstruída após ataque dos nativos. Um de seus propósitos era ser lugar estratégico para o comércio interno do sertão e para a produção algodoeira.<sup>278</sup> Até certo ponto,

---

<sup>276</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 67-8.

<sup>277</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 42.

<sup>278</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 230.

o projeto foi exitoso, pois, de acordo com Ribeiro, essa povoação era uma das mais prósperas da capitania, com o melhor comércio.<sup>279</sup>

Nessa região, em escala comercial, lavoura significa especialmente dois gêneros: algodão e arroz. O militar português não se ocupou desse gênero agrícola, pois, com exceção da cidade de Caxias, ele predominou basicamente no vale do Itapecuru,<sup>280</sup> portanto na tangente daquelas regiões em que ele atuou. Quem se incumbiu do assunto, em profundidade, foi Raimundo Gaioso, ao inventariar as principais atividades agrícolas do Maranhão. Embora seu foco estivesse nos dois principais gêneros, também mapeou outros cultivos, de cunho local, sem importância comercial em maior escala. Gaioso apontou como atividades secundárias a plantação de cana, especialmente para a produção de aguardente, mas também para o açúcar, mel e rapaduras.<sup>281</sup> Da mesma forma, não deixou de mencionar a produção de farinha de mandioca, muito utilizada na alimentação dos próprios agricultores. Entre as principais dificuldades para o desenvolvimento daquela lavoura estava, mais uma vez, a atuação dos nativos. De acordo com ele e Ribeiro, os indígenas “hostilizam também todo o Itapecuru até Cantanhede, estendendo-se ainda mais sobre os estabelecimentos da vila de Caxias, que repetidas vezes têm assolado”.<sup>282</sup> Conforme já se mostrou aqui, seria preciso um conjunto de providências para tentar amenizar esse problema.

Na concepção de Gaioso, a melhor maneira de reduzir os problemas com nativos seria pelo confronto direto, pois a atividade agrícola e as nações indígenas seriam inconciliáveis, conforme indica o trecho seguinte: “Em quanto ele se não afugentar delas, não pode haver cultura vigorosa”.<sup>283</sup> Para justificar sua ideia, aponta alguns lugares da região do “Mearim Alto” e de Pastos Bons que sofriam pressão dos indesejados moradores. Com base nessa descrição, fala com pesar de como historicamente a Coroa tenha ordenado ataques apenas em caso de defesa,<sup>284</sup> enquanto para ele os nativos deveriam ser exterminados de forma definitiva, para que as terras fossem liberadas para o cultivo. Na agricultura, diferentemente da pecuária, a mão de obra escrava era a mais utilizada. Era, portanto, dispensável o trabalho indígena, a não ser que se fizesse sem custo direto para o governo, por meio do eficiente trabalho de catequização dos religiosos. Com base nesse reconhecimento, afirma Raimundo Gaioso: “Não se deve, porém, roubar aos Jesuítas a glória que lhes pertence de haverem eles

<sup>279</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 50.

<sup>280</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 223.

<sup>281</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 225.

<sup>282</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 40.

<sup>283</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 229.

<sup>284</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 231-2.



concorrido muito para o aumento das colônias da América, dando-lhes na pessoa dos índios muitos braços para a lavoura”.<sup>285</sup> Na sua visão, vinculada mais aos produtores que aos fazendeiros do sertão, o mais importante seria o equilíbrio das contas públicas, resultante dos tributos provindos das exportações. Não por outro motivo, dedicou seu trabalho a uma análise das potencialidades e dificuldades dessa atividade.

Gaioso elencou alguns pontos de entrave para a agricultura de exportação do Maranhão.<sup>286</sup> O primeiro deles seria a falta de terras férteis decorrente das ações indígenas que ameaçavam a produção regular. Com a alegação de que essas atividades necessitavam de terras descansadas, afirmou que só os meios violentos eram capazes de conter os nativos e, dessa maneira, poderiam ter acesso às cobiçadas matas virgens. Outro entrave era o alto preço dos escravos, que encarecia sobremaneira a produção e inviabilizava uma competição no mercado internacional. Havia um outro problema que se relacionava às perdas de escravos, sem uma reposição no mesmo ritmo. Ele também citou o elevado preço do algodão e, por fim, um problema de ordem tributária, referente à arrecadação relacionada à lavoura. Ainda que a ordem e o número dos problemas agrícolas no Maranhão, naquele momento, não fossem necessariamente esses, certamente tratava-se de fatores decisivos para os problemas estruturais da lavoura.

No entanto, sobre a abordagem de Gaioso, o que mais interessa neste trabalho são as diferenças na forma como ele enxergava os problemas e soluções, de maneira distinta de Paula Ribeiro, que ponderou que, apesar de Caxias ser uma povoação opulenta pelo comércio e agricultura, a cidade sofria com o alto preço dos alimentos. Na sua compreensão, esses benefícios com a produção agrícola não deveriam se restringir apenas à macroeconomia, mas também se estender por todos os níveis da cadeia produtiva, para chegar, inclusive, aos seus habitantes. Nessa perspectiva, afirmou que Caxias “é também a mais carecida dos gêneros de lavoura próprios para sua subsistência. Porque é aqui preterida esta pela do algodão, assim como sucede todo o Itapecuru povoado”.<sup>287</sup> Como resultado disso, a própria capital maranhense, em alguns momentos, sofreria com a falta de alimentos.

Paula Ribeiro afirmou que, ao invés de preterir produtos agrícolas para o abastecimento das famílias pela cultura algodoeira, deveria haver um equilíbrio entre as atividades, de maneira a ocorrer um melhor fornecimento de alimentos no sertão e fora dele. A atividade agrícola de exportação, ainda que imprescindível para a sobrevivência econômica

---

<sup>285</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 236.

<sup>286</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 228-86.

<sup>287</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 55.

da capitania, também o era a outra produção, para que a vida se tornasse mais atrativa naquelas distantes terras. O resultado do privilégio de culturas foi descrito por ele como sendo um causador da miséria na região.<sup>288</sup> Na sua compreensão, essa miséria deveria ser atenuada para tornar os sertões mais atraentes aos colonos.

Contudo, tanto para Ribeiro, quanto para Gaioso, apesar das diferentes visões, a atuação do Estado português seria fundamental nesse processo de aproveitamento da capitania, pois mesmo que os colonos fossem importantes, sem a liderança da Coroa não haveria crescimento do empreendimento metropolitano. Paula Ribeiro lembra que os agricultores foram, pelo lucro, incentivados a produzir algodão, portanto, da mesma maneira, poderiam ser concedidos incentivos para outros cultivos igualmente importantes:

Os mesmos povos que por lhes faltarem os meios de exportar algodões os não lavravam até então, se dispuseram a cultivá-los, convidados por aquela comodidade; e de uma semelhante vantagem se deviam esperar aquelas de que resultam nos países bem administrados os interesses dos seus próprios monarcas e os do bem público, pelo aumento das rendas dos Estados e da propriedade dos povos.<sup>289</sup>

Na medida em que as pessoas encontrassem vantagens, elas participariam naturalmente, de maneira mais ativa, do processo de colonização. Contudo, apesar dessas observações, a agricultura sertaneja, especialmente a de exportação, foi uma atividade localizada e, em certa medida, transitória. Uma das principais finalidades dessa atividade na região, de maneira geral, foi auxiliar na criação de gado, fulcral naquelas terras. Não por acaso, esse tema foi um dos que maior espaço ocupou nos escritos ribeirianos. Ponto de partida fundamental para o crescimento econômico do sertão, a pecuária precisava ser cuidadosamente analisada para que, dentro das condições disponíveis, pudesse oferecer os resultados esperados, tanto para o governo, quanto para os criadores do sertão.

Notadamente, a primeira abordagem ribeiriana foi no sentido de mostrar as condições naturais que a região oferecia a essa atividade. Com isso, criava-se uma justificativa pretensamente incontestável para que o governo investisse naquilo que seria uma atividade barata e rentável ao erário. De maneira quase milagrosa, os sertões dariam de presente as fazendas, bastasse que se fizesse o mínimo de trabalho para que a pecuária tivesse êxito. Nessa perspectiva, ele afirmou que “tem muitos e próprios campos para esta sua imensa criação, que deveria sustentar fartamente o talho principal da capitania e toda a escravatura do

---

<sup>288</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 51.

<sup>289</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 53.

baixo Itapecuru”.<sup>290</sup> Tais condições naturais, agregadas a um sistema de comércio regional, alimentado especialmente pelos seus rios, dariam um dinamismo excepcional à capitania. Na sua visão ilustrada e sistemática, as ações deveriam se integrar para formar um só corpo, de âmbito econômico e social, que seria indispensável para o bom aproveitamento da capitania.

Em suas andanças pelos sertões maranhenses, tinha como tarefa, na maioria das vezes, o específico propósito de detectar as melhores áreas para cada atividade econômica, especialmente as de cunho pecuário. Ribeiro mapeou algumas áreas que seriam propícias ao estabelecimento de fazendas públicas e particulares. Encontrou grandes porções de terras devolutas nos “altos sertões”, repletas de pastagens naturais, que dariam para alimentar grandes rebanhos. Ele descreveu essa imensa área como sendo rarefeita de povoação e que, pelas condições de suas pastagens e água, seria suficiente para dar andamento à colonização, com base na criação de animais e no comércio regional. Em outro momento, na “ribeira que verdadeiramente se chama de Balsas” afirmou que essa área tinha uma importante povoação e que seus rebanhos eram de destacada qualidade.<sup>291</sup> Portanto, tratava-se de implantar estabelecimentos onde não havia, ao mesmo tempo implementar melhorias nos lugares em que a atividade mostrava vigor. Neste caso, lembra que a área em questão já sofrera com ataques do gentio, mas que uma vez amenizado o problema, havia todas as condições para o desenvolvimento das iniciativas pecuárias. Aos seus olhos, a resolução da equação não estava fora do alcance dos habitantes e governantes.

Em outra localidade, denominada ribeira da Lapa, para ele, a maior dos sertões, afirmou haver grandes rebanhos, apesar das limitações com o povoamento, bem como com os eventuais confrontos com nações gentias da própria capitania ou da vizinha Goiás. Sua sugestão se direcionava no sentido de fracionar o território, a fim de facilitar o controle, tal como indica na seguinte citação: “Quando para o futuro chegar a povoar-se, deverá formar por si só dois julgados ordinários: no entanto, o pouco número de seus atuais habitantes [...] não exige mais do que um para que se considere menos mal administrado”.<sup>292</sup> Apesar disso, além das condições naturais para a criação de gado, os sertões tinham ainda outra vantagem - a pouca exigência infraestrutural para seus empreendimentos. No conjunto que envolve terra, água e pasto, mais o trabalho do vaqueiro, encontrava uma fórmula economicamente viável para a região. Claro que tal afirmação não deixa de considerar outros fatores, também importantes para o desenvolvimento da atividade criatória.

<sup>290</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 65.

<sup>291</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 64-5.

<sup>292</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 66.

Ainda que o faça de maneira singular, Paula Ribeiro não foi o único, nem o primeiro a perceber essas facilidades para o empreendimento pecuário. Em nível mais amplo, incluem-se outras regiões, como a de Pernambuco e Bahia, em que a criação de gado já tinha uma longa caminhada, com clara demonstração de suas facilidades e gargalos. Nessa perspectiva, João Pereira Caldas, que esteve na capitania maranhense antes de Paula Ribeiro, fez algumas observações importantes acerca desse empreendimento. A primeira delas foi a facilidade para sua criação, em que um conjunto formado por uma casa de palha e uns currais eram suficientes para a ocupação de uma grande fazenda.<sup>293</sup> Apesar de seu tom quase sempre pragmático, às vezes beirava o simplismo, o autor fez ainda outra interessante observação acerca da atividade criatória. Ao sair um pouco das análises econômicas, das quais estava incumbido, observou a importância do vaqueiro nos sertões, não apenas do ponto de vista funcional, como também no campo simbólico. Ainda que empregue um tom negativo no seu olhar, em relação aos habitantes do sertão, observou que:

Esta gente perversa, ociosa, e inútil pela aversão que têm ao trabalho da agricultura, é muito diferente da empregada nas ditas fazendas de gados. Têm a este exercício uma tal inclinação, que procura com empenhos ser nela ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador, ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles, e sinônimos, com que se distinguem aqueles, a cujo cargo está administração e a economia das fazendas.<sup>294</sup>

Sua observação expressa, de maneira profunda, o significado desse título aos habitantes do sertão e ajuda a explicar como a imagem deles próprios ganhou seus contornos específicos. A principal preocupação do autor, no entanto, era de cunho pragmático. Na visão do viajante, que considerava o protagonismo da mineração naquela época, as regiões que não estavam envolvidas com a extração do ouro deveriam investir na pecuária, pois dessa maneira haveria maior dinamização econômica nessas áreas, as quais, ao mesmo tempo, dariam uma contribuição importante no fornecimento de alimentos às regiões mineradoras. Diferentemente, Paula Ribeiro defendia a ampliação das fazendas pelos sertões, mas também focado no desenvolvimento endógeno da região. Naquela ocasião, o comum era recorrer-se à capitania do Piauí, com bezerros, para formar as fazendas maranhenses, mas o militar tenta mostrar que não era necessário tamanho esforço, porque, antes de tudo, a qualidade do rebanho maranhense era melhor.

De acordo com Ribeiro, o sistema de cobrança governamental de tributos sobre a produção pecuária colonial se pautava em dez por cento. Havia uma arrecadação de mil

<sup>293</sup> CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania...* 1900, p. 88.

<sup>294</sup> CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania...* 1900, p. 88.

cabeças de gado por ano, num processo de recolhimento trienal, isso poderia trazer um menor custo ao erário e preservaria a qualidade do trabalho. Para ele, três vantagens decorriam dessa forma endógena de estabelecer as fazendas: “1º fundar as sobreditas fazendas com gados de melhor qualidade do que as do Piauí; 2º porque sendo nascidos e criados nos mesmos pastos não hão de estranhá-los [...]; 3º não deteriorar os estabelecimentos do mesmo Piauí”.<sup>295</sup> Mais do que fornecer carne para outras regiões coloniais, o desenvolvimento dessas atividades poderia oferecer vantagens à própria capitania e à Coroa, além de contribuir para um comércio regional e para a dinamização econômica, com benefícios a criadores e governo.

Em determinado momento de seus escritos, ao tentar encorajar o rei à criação de fazendas na região sertaneja, Paula Ribeiro explicou as dificuldades do setor, ao afirmar que medidas em favor das fazendas seriam imprescindíveis aos povos da capitania e também ao governo.<sup>296</sup> Essa menção expressa sua visão de desenvolvimento ilustrado, pois considerava também benefícios internos. Porém, entre o que se aspirava e as condições reais de realização, naquele momento, havia muitos obstáculos, tanto do ponto de vista endógeno, quanto exógeno.

Pode-se, a título de exemplo, elencar algumas dessas dificuldades, e uma delas era composta pelo fator humano. Se por um lado se pensava que a quantidade de indígenas naquelas terras era grande, especialmente as nações que punham em risco a sobrevivência das fazendas, por outro, faltava mão de obra para as atividades econômicas e para o repovoamento do território. Entre os fatores que contribuía para tal dificuldade, estava o próprio sistema de partilha das fazendas, compostas por extensões de terras que correspondiam a três léguas de largura ou dezoito quilômetros, que isolava os pequenos grupos familiares.<sup>297</sup> Além disso, comumente a atividade pecuária, de maneira geral, não estava vinculada a outras empresas complementares que pudessem envolver um sistemático comércio regional ou mesmo local.

Em seus últimos escritos, Paula Ribeiro apresentou um quadro adverso da pecuária maranhense, em que os rebanhos sofriam perdas, com suas conseqüentes dificuldades para o crescimento da atividade. Em meio a esse cenário problemático, ele apontou para algo que seria uma “falta de mentalidade ilustrada”. Embora ele não faça uso da expressão, faz uma crítica aos criadores locais sobre a ausência de perspectivas para ampliar seus rebanhos e melhorar as próprias finanças. Ele não discutiu as dificuldades que teriam esses fazendeiros

---

<sup>295</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 85.

<sup>296</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 81.

<sup>297</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 65.

com o aumento dos rebanhos e de uma possível demanda por mais investimentos. Da mesma forma que não considerou que, para eles, naquelas condições, suas fazendas atendiam suas próprias necessidades. Mas reclamou do fato de que os fazendeiros entregavam seus rebanhos aos comerciantes itinerantes, os comissários volantes que, de acordo com ele, “vindos das outras capitânicas, se entranham pelo interior desta a trocar pelas mesmas vacas novas ou por novilhas cobertas, como eles lhes chamam, os seus retalhos de pano, quinquilharias e frascos de aguardentes”.<sup>298</sup> Defensor de um comércio articulado entre regiões, com o protagonismo dos produtores e criadores, Ribeiro atribuiu a essa forma de comércio um dos fatores para a deterioração das fazendas maranhenses e a ruína de criadores. Ele afirma que alguns deles, apesar de herdeiros de terras e gado, ficavam tão pobres que chegavam a pedir esmolas.<sup>299</sup>

Nesse mesmo sentido, direcionou críticas ao trato com os rebanhos por parte dos criadores. Reclamou de ver nos açougues daquelas regiões vacas ainda com suas crias serem abatidas e apresentou essa prática como algo rotineiro. Ainda que haja certa supervalorização do problema, é plausível pensar que numa sociedade de características quase comunitárias houvesse, com frequência, esse tipo de abate, a fim de, deliberadamente, evitar o aumento do rebanho. Mas o número de animais deveria aumentar, pensava Ribeiro, e com ele o crescimento da população. Isso traria uma dinamização econômica regional, mesmo diante das muitas dificuldades.

O resultado dessas variáveis negativas, como não poderia deixar de ser, contribuía para o surgimento de outros problemas. Um deles era o preço da carne, que aumentava à medida que sua oferta encolhia. Isso levou o militar a assegurar, em seus últimos escritos, que a região “já não exporta para outras capitânicas os seus bois, porque acha nesta sua um preço a eles como nunca até agora exorbitante”.<sup>300</sup> Também afirmou que o comércio de gados entre capitânicas estava comprometido pela falta de animais. De acordo com suas informações, o porte comum de uma fazenda nos sertões maranhenses era de trezentos animais, com uma produção anual de pelo menos mil bezerros, mas que, naquele momento, não havia fazendas com essa descrição.<sup>301</sup> Ainda que haja uma ênfase ao problema, especialmente porque comparou com outros momentos mais afortunados, os empreendimentos pecuários tiveram suas constantes oscilações.

---

<sup>298</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 75.

<sup>299</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 75.

<sup>300</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 74.

<sup>301</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 83-4.

Paula Ribeiro ansiava pelo aproveitamento econômico, especialmente porque as terras ofereciam boas condições. Mas seria necessária uma mudança de comportamento, em que pudesse haver harmonia entre crescimento e melhora nas condições de vida nos sertões. De acordo com o viajante, o consumo de animais nas feiras de Itapecuru, região agrícola, alcançava três ou quatro mil animais por ano. Esse número indica que, sem uma manutenção apropriada, seria difícil administrar seu crescimento. Para tanto, deveria haver também uma mudança de comportamento dos criadores com o propósito de oferecer àquelas terras o que seria sua verdadeira expressão, a de uma região economicamente próspera pelo seu principal produto, o gado.

Para ele, medidas governamentais poderiam modificar algumas dessas práticas dos criadores, tanto por meio de proibições, quanto por incentivos. Contudo, seriam necessárias outras ações de investimento e fiscalização de modo a reverter o desfavorável quadro. Diferentemente de outros viajantes em seu tempo, que achavam ser inviável uma transformação econômica e social, pela própria natureza limitada de seus habitantes, Paula Ribeiro acreditava que, apesar de supostas debilidades, o elemento preponderante não estaria nos indivíduos, pois “O mais leve aceno de uma firme determinação superior, que ordene contrários procedimentos, pode facilmente obstá-los”.<sup>302</sup> O mais importante passo na direção do crescimento econômico, pautado na criação de animais, deveria ser dado pelo poder da Coroa, pois sem ele não seria possível sustentar o projeto pensado para aqueles sertões. No que se refere aos empecilhos internos, pode-se indicar a falta de ações conjuntas dos agentes governamentais, membros da Coroa que viviam no sertão e trabalhavam para a metrópole. As dificuldades estruturais eram muitas, por isso havia necessidade de concentrar esforços. Nesse sentido, estaria aí uma de suas maiores preocupações.

Nos últimos anos de trabalho em Pastos Bons, Paula Ribeiro falou de uma das mais antigas povoações dos sertões e disse que ela não tinha mais que vinte moradias, precariamente conservadas, com suas palhas desgastadas pela ação do tempo e falta de manutenção. Destacou uma igreja como única “construção digna”, pois diferentemente das demais, suas paredes eram de pedra e seu teto, coberto de telhas. Mesmo assim, até aquela construção estava à beira do colapso por falta de manutenção. Outra construção que poderia ganhar destaque era a que abrigava um destacamento militar, mas este não mais funcionava porque, também abandonado, estava à mercê da ação do tempo.<sup>303</sup>

---

<sup>302</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons... p. 79.

<sup>303</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 64.

Ribeiro lembra que, apesar dos esforços para dar à capitania maranhense a povoação do Arraial do Príncipe Regente, não houve benefícios decorrentes disso, pois a falta completa de investimentos a deixou no ostracismo, conforme indicado: “antes me parece que por se terem danificado com o tempo aquelas cabanas de palha sem reedificação, vai ele totalmente evaporar-se”.<sup>304</sup> Basicamente ele se refere a um local abandonado, com poucos moradores, sem produção salutar e sem engajamento na criação de gado, portanto, pouco retorno ofereciam à Coroa. Também não contribuía, de maneira relevante, para o crescimento de qualquer outra atividade na região. Por outro lado, como era característico no militar, sua compreensão última do processo era a de superação dessas dificuldades, pois as condições naturais estavam dadas e as sociais, apesar de, naquele momento, desfavorável, teriam em algum tempo, os meios para a superação das dificuldades e levar avante o projeto de edificação para aqueles sertões.<sup>305</sup>

Por não poder criticar diretamente a Coroa, o militar canalizava suas atenções às falhas de ordem interna, no que se referia à administração da capitania. Nessa perspectiva, focava na necessária boa vontade e tentava encontrar o máximo de soluções com o mínimo de dispêndios. Desta maneira, só indiretamente, de maneira quase despretensiosa e imperceptível, as críticas ribeirianas alcançam as altas instâncias do poder, de modo que, pelo que se tem de notícias, elas jamais provocaram perturbações. Numa localidade próxima ao distrito de Pastos Bons, ele mostrou uma área cercada por cursos d’água que davam uma fertilidade excepcional ao lugar. Seus habitantes aproveitavam esse favorecimento para retirar o sustento pelo plantio de alguns gêneros alimentícios.

Na ocasião, o militar apresentou novamente os tesouros dos sertões, o da riqueza natural. Impressionado com a produção de hortaliças, mandioca, cana-de-açúcar, cebolas e alhos, que seriam “mais viçosos do que os de Portugal”,<sup>306</sup> entre outras que ele descreve, afirmou que essa porção de terra era das mais interessantes da capitania. O que faltava, na sua ótica, seria uma estrutura adequada, capaz de oferecer proteção, locomoção, produção, agrícola e pecuária, entre outros fatores equivalentes. Sem isso, a natureza por si não seria capaz de oferecer seu máximo potencial. De acordo com sua ótica, nesse ponto, estava um dos problemas fundamentais dos sertões. Naquele momento, uma equação fundamental ainda esperava para ser resolvida.

---

<sup>304</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 74.

<sup>305</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 74.

<sup>306</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 64.



A dificuldade com a locomoção e as vias de acesso sempre foram um problema naquelas terras, tanto por questões de segurança, quanto por falta de estrutura, especialmente na estação das chuvas. Paula Ribeiro descreveu essas dificuldades que os viajantes encontravam em determinados trechos, cortados por riachos, que aumentavam consideravelmente seu volume de água e dificultava sua travessia, conforme assinalou: “todos exigem pontes, mas por falta de polícia nenhum deles a tem, e se demoram à sua borda incomodados os viajantes que se não animam a atravessá-los com temor de perder as vidas”.<sup>307</sup> Esse exemplo diz das providências mais simples que não eram tomadas para a melhoria das condições de acesso na região. Essas demandas se tornavam mais graves quando entrava no aspecto da segurança. Talvez a máxima expressão dessas dificuldades estruturais, especialmente com a locomoção, encontra-se, mais uma vez, na questão com os indígenas que, de acordo com o que já se falou, sempre foram parte dos problemas, mas também das próprias soluções.

Naquele momento, havia um quase centenário conflito dos diversos grupos nativos contra as forças pró-colonização, particulares ou públicas. Como resultado, ocorreram massacres de milhares deles, outro tanto foi escravizado, outros ainda foram pacificamente aculturados. Apesar disso, o território sertanejo maranhense era um lugar repleto de indígenas, de diferentes nações, o que formava verdadeiras ilhas de colonização em território nativo. Nunca foi tarefa simples administrar essa pressão, os acordos de paz mostravam a força dessas nações, pois se o governo tivesse condições para eliminá-los ou atraí-los, ele o faria. Basicamente suas fraquezas estruturais condicionavam a paz com os nativos.

Paula Ribeiro, militar experiente, sabia que o primeiro passo para se relacionar com aqueles povos, seja na guerra ou na paz, seria conhecer melhor seus inimigos. Isso ele fez bem, pois apesar das dificuldades, chegou a ter conhecimento de muitos grupos nativos, especialmente os que estavam mais próximos das povoações colonizadoras. No decorrer dos anos de trabalho, em que percorreu os sertões, tanto por meio da guerra quanto pelo diálogo, tornou-se um dos maiores conhecedores dos povos nativos. Ele apresentou algumas localidades em que havia maior concentração dos nativos e que supostamente mais ameaçavam a paz nos sertões. Destacou as nações Timbira e Gamela que, pelo seu número e força bélica, ganharam expressão.<sup>308</sup> De acordo com Ribeiro, não apenas os viajantes

---

<sup>307</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 73.

<sup>308</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 41.

receavam andar por aquelas áreas com o temor de ataques gentios, como também os próprios moradores carregavam esse receio.<sup>309</sup>

Naturalmente sempre foi um problema comum na região, viajantes, moradores, funcionários da Coroa e o próprio rei tinham conhecimento da situação. Por conta disso, os viajantes que passaram por aquelas terras abordaram, com suas especificidades, a relação de conflito entre índios e colonos. Entre eles, inclui-se Sebastião da Silva Gomes Belfort, ao exemplificar o problema com a citação de vários empreendimentos pecuários, que enfrentavam problemas dessa natureza. Num tom negativo, suas impressões assim são reveladas: “mais observei a restauração de várias fazendas de gados, que desamparadas pelas crueldades, que nelas, e seus possuidores faziam o gentio Timbira da mata”.<sup>310</sup> Chegou a apontar várias delas, assim como também evidenciou o perigo aos viajantes, que constantemente corriam algum risco. Essa visão pejorativa era lugar comum entre os habitantes dos sertões, especialmente aqueles que mais conviviam com o medo de serem atacados, como também o era entre os viajantes mais expostos.

Com Paula Ribeiro não seria diferente, ainda que sua percepção não fosse necessariamente determinista no que diz respeito à mudança de comportamento por parte de algumas tribos. É por isso que ao falar dos Sakamekran, ele os descreveu como sorrateiros e perigosos, que vivem nas profundezas das matas e que de lá saem apenas quando querem pilhar as fazendas de gado dos colonos.<sup>311</sup> Situados na região de Caxias, adentrando os confins dos sertões, assim foi descrita sua ameaça: “sendo esta de todas as tribos Timbira a que mais cruelmente tem insistido na perseguição dos novos estabelecimentos naquelas partes”.<sup>312</sup> Diante disso, o problema poderia se agravar ainda mais se providências administrativas não fossem tomadas, e para justificar, dizia que povoações antigas, à beira de rios, não conseguiam se desenvolver pela instabilidade resultante das ações gentias. Para ele, era imperativo que se tomassem medidas de curto prazo, enérgicas, no sentido de coibir suas ações anticolonizadoras, do contrário, aqueles sertões continuariam a sofrer. O resultado seria o acarretamento de prejuízos ao erário e à sua própria colonização, pois, muitas vezes, eles atuavam “queimando os armazéns dos gêneros colhidos das lavouras, e matando muitas

<sup>309</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 41.

<sup>310</sup> BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. *Roteiro e mapa da viagem...* 1810, p. 11.

<sup>311</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 299.

<sup>312</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 299.

escravaturas, hostilidades estas que arruínam aqueles proprietários e que fazem também com que a Real fazenda [...] perca os direitos que deveria receber dos gêneros destruídos”.<sup>313</sup>

Apesar desse cenário caótico em que o militar conclama a Coroa a uma guerra, de maneira geral, sua perspectiva era a de que a destruição completa daquelas tribos traria um prejuízo irreversível aos sertões, pelas suas fragilidades de âmbito demográfico, que marcavam o lugar. De acordo com o que já se indicou, e será novamente posto em questão em outro momento neste trabalho, a saída mais racional para o problema com as nações gentias seria seu próprio arrebatamento à colonização. Para isso, Paula Ribeiro propunha algumas ações de governo para a redução de tais obstáculos. Outro que considerou o problema foi João Pereira Caldas, que chamou a atenção para a importância do povoamento dos sertões, com a percepção de que seria inviável qualquer projeto governamental sem um povo para fazê-lo. Com base nesse princípio, ele alude a leis já existentes para o uso da mão de obra indígena no sertão, e assim descreveu o que considerava as duas funções para os indígenas: “uma parte se conservar nas povoações ocupar-se no serviço da fazenda real, e de defesa do Estado: outra para se distribuir aos moradores, que delas se serviam, na cultura do país, e na extração dos ditos gêneros”.<sup>314</sup>

Com base nessa realidade, Raimundo Gaioso chegou a reclamar de forma sutil e disse que as ordens da Coroa eram de atacar somente em situação de defesa das fazendas mais vulneráveis, enquanto para ele a falta de uma ação definitiva contribuía para o que chamava de insulto por parte dos gentios aos moradores colonos do sertão.<sup>315</sup> As nuances, quanto a este assunto, entre Ribeiro e os demais, é sua ênfase no aproveitamento da mão de obra, mas não apenas no seu aspecto estritamente econômico, como parece indicar João Pereira Caldas. Nesse ponto, o militar parece avançar um pouco para alcançar um modo de aproveitamento colonial que comportasse tanto o econômico quanto o social; tanto a Coroa, quanto seus moradores locais.

Um dos primeiros pontos a observar na capitania maranhense em relação aos povos indígenas é seu próprio número. É claro que seria impossível chegar a uma cifra exata, quando nem mesmo se conhecia todo o território, mas é crível que as estimativas se aproximam de algo substancial. Mais que isso, elas revelavam a impressão de que seria impossível acabar, dados os números e condições estruturais, por meios bélicos, com os povos daquela região. Quando os viajantes alemães Spix e Martius estiveram na capitania

<sup>313</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 196.

<sup>314</sup> CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania...* 1900, p. 154.

<sup>315</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 230.

maranhense, reconheceram seu alto contingente populacional, mas achavam que a informação cedida por Paula Ribeiro estava acima dos dados reais.<sup>316</sup> Depois de muito andar por aquelas terras a serviço da Coroa, o militar só reiterou sua convicção quanto àquelas populações, por isso afirmou existir apenas numa parte dos sertões cem mil indivíduos, que, de acordo com ele:

Se felizmente fossem sempre executadas como deviam ser as ordens e decretos de sua majestade fidelíssima sobre estes e sobre outros importantíssimos objetos, estou bem persuadido, pelo que diz respeito a esta gente, que nada haveria mais fácil do que ganhar para o Estado tão sofrível número de vassalos: não era preciso mais do que obrar com eles de boa-fé, e saber prudentemente aplicá-los com utilidade particular sua, porque dessa resultaria depois as utilidades do público.<sup>317</sup>

É nesse ponto que os problemas se transformariam em soluções, desde que se fizesse o necessário. Se preciso fosse, que se utilizasse a violência, afirmou,<sup>318</sup> para que aqueles homens “que vivem com feras” aprendessem um novo modo de vida e, dessa maneira, servirem ao rei. No fim das contas, não era o indígena em si o maior problema, mas seu espírito desfavorável às atividades econômicas. Contudo, uma vez que se pudesse “ilustrar” aqueles homens numa nova filosofia de vida, o problema poderia ser superado. Por isso, a violência contra eles deveria ser pontual e nunca chegar aos inocentes, velhos e crianças, mas só àqueles que estivessem envolvidos diretamente na guerra. Isso reforça a perspectiva de que o militar vislumbrava, para esses inocentes, uma transformação por meio de um processo educativo, que envolvesse o trabalho em estabelecimentos agrícolas ou pecuários. A violência seria seletiva, pois ele parecia convencido de que um conjunto de ações nessa direção seria fundamental para se reconfigurar, em diferentes aspectos, os sertões maranhenses.

Ao seguir nessa linha, explica que, apesar das dificuldades em transformar aquele “inaceitável” modo de vida indígena, a culpa maior não era dos próprios “bárbaros”, mas dos “civilizados”, que utilizavam de má fé para enganá-los e escravizá-los. Em uma descrição sobre determinado grupo, ele afirmou que, pela sua brandura de espírito, aquelas nações poderiam modificar seu modo de vida em favor da civilização. Isso ocorreria pelo convencimento e oferta de vantagens, mesmo assim, alguns homens preferiam fazer uso de ações inadequadas em benefício próprio. Tais atitudes eram a escravização privada, mas, para ele, esse tipo de cativeiro não trazia benefício à colônia, por isso sempre se mostrou um

---

<sup>316</sup> SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil...* 1976, p. 235.

<sup>317</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 47.

<sup>318</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 77.

crítico dessa prática. Seu foco era quase sempre o bem colonial, pois seu propósito, como agente da Coroa portuguesa, o impelia a isso.

Paula Ribeiro cita um exemplo de um religioso que foi enviado pelo governador de Goiás. A função do reverendo deveria ser a de servir ao governo, mas, na sua versão, não foi o que aconteceu. Ao invés de realizar um trabalho de catequização pacífica das tribos situadas em São Pedro de Alcântara, em favor da colonização, findou por buscar unicamente seus próprios interesses “pois que com o interesse de adquirir escravos era o primeiro a fomentar expedições injustas sobre aqueles desgraçados”.<sup>319</sup> Para ele, essa prática contribuiu para o acirramento de tensões entre indígenas e colonos na região. Por fim, no que diz respeito ao reverendo, afirmou ainda que sem fazer uma ação piedosa, durante sua estada na região, fugiu com escravos para a capitania do Pará. Aqui o militar deixa claro que maus agentes poderiam colocar em risco o projeto governamental de colonização. Não bastasse a falta de “funcionários Reais”, dos poucos que havia, nem todos estavam comprometidos com uma causa maior, a do desenvolvimento econômico e social, inclusive para os sertões.

Com base nisso, Paula Ribeiro ressaltou o abuso daqueles que se valiam das cartas régias, aquelas que permitiam a guerra contra os nativos, para cometer o que ele descrevia como os mais diversos abusos em proveito próprio, desconsiderando os interesses da Coroa. Não haveria, portanto, interesse em cultivar as terras, mas sim outros menores, conforme ressalta: “porém sim o da ambição de lhes escravizar os filhos, nunca para os educar, nem para os empregar utilmente em seus serviços [...] mas para os vender em público mercado na qualidade de uma escravidão perpétua, como tantas vezes tem acontecido”.<sup>320</sup> Por muitas vezes, ele se refere a uma falta de sintonia entre essas pessoas que deveriam estar a serviço da Coroa, mas que se dedicam apenas aos próprios interesses.

Relata, em seus últimos escritos, que a debilidade econômica em determinada localidade em Pastos Bons era fruto de uma intriga que havia sido iniciada ainda em 1809. Tais divergências entre funcionários da metrópole, talvez como a que teve com o juiz de Caxias, teriam resultado em indelévels prejuízos aos seus moradores, de maneira que já não havia mais povoadores, afirmou.<sup>321</sup> Para reforçar, justificou que o destacamento militar para proteção contra os gentios foi destituído. A falta de segurança decorrente disso resultou no próprio fim da povoação, pois o corpo de tropa mudou de localização só para beneficiar um

---

<sup>319</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 76.

<sup>320</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 77.

<sup>321</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 53.

único influente morador, “como se os interesses de um só homem devessem prevalecer aos de um público”,<sup>322</sup> expressou.

Em consequência de benefícios individuais, em detrimento do coletivo, onde não havia tropas para a sua defesa, as povoações passaram a correr mais riscos. Certamente a disposição do aparato militar não era capaz de atender todo aquele território, conseqüentemente alguns lugares ficavam mais vulneráveis que outros. Ribeiro esclarece que o objetivo seria posicionar as forças policiais nos lugares em que houvesse o maior número de empreendimentos pecuários ou agrícolas, o que, na prática, não ocorria por influência de alguns fazendeiros ou grupos locais. Nesse contexto, quanto mais frágeis fossem as forças bélicas, mais fortes se tornavam as nações gentias, que ameaçavam a colonização dos sertões. Como exemplo ele citou os ataques dos Timbira a diversas povoações, que comprometiam seus empreendimentos, especialmente os de criação de gado.

Seria preciso unificar as ações de forma harmônica, em benefício da Coroa, pois as próprias limitações estruturais demandavam isso, mas o militar tem uma imagem desoladora no que diz respeito aos agentes do rei na capitania maranhense. Talvez o ápice desse descontentamento seja quando ele se depara com soldados que atuavam não em serviço de defesa da capitania, mas em atividades fora dos propósitos Reais, em que se prestavam a “cavar com a enxada e em descaroçar algodões nas casas de certos particulares”.<sup>323</sup> Percebe-se nessa imagem, somada a outras, que a falta de estrutura geral prevalecente naquelas terras decorria tanto pela falta, quanto pelo mau uso dos recursos materiais ou humanos. Era preciso harmonizar essa discrepância, para reduzir parte da deficiência operacional nos sertões.

Como numa espécie de palavra final sobre o assunto, Paula Ribeiro tentou mostrar que era possível e exequível um projeto mais consistente e coesivo com as necessidades da Coroa, desde que se estabelecessem corretamente seus pontos de partida. Ele cita o exemplo de um dos governadores da capitania que incentivou, na primeira década do século XIX, a navegação pelo Rio Itapecuru. Na ocasião, fundou a povoação do Arraial do Príncipe Regente, para ele o resultado de tal medida foi a contribuição para o revigoramento de estabelecimentos agrícolas e pecuários. A conseqüente melhora no comércio, no decorrer desse percurso, chegou à vila de Caxias. Contudo, em decorrência das mencionadas mazelas, assim resumiu o resultado desse trabalho: “fizeram destruí-lo só porque era aquela uma criatura sua, e por consequência estagnou-se de novo a navegação, tornaram a recuar as

---

<sup>322</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 53.

<sup>323</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 86.

fazendas de gado e as feitorias, a lavoura do centro [...] ficou desvanecida; ganhou calor o gentil”.<sup>324</sup> Finalizou afirmando o quão mal servida estava a Coroa de súditos competentes, isso seria uma das principais causas dos gargalos da administração. Como resultado, seus habitantes pagavam o preço por tamanha falta de esclarecimento.

De acordo com a visão ribeiriana, as ações individuais eram importantes, mas sem coordenação com diferentes seguimentos, as dificuldades poderiam ser insuperáveis. Ele citou o exemplo de um padre que tentou empreender um comércio por um desses rios do sertão, promissor para a atividade, mas que foi impedido de levar adiante o interessante plano porque falecera antes de ganhar corpo. Dessa maneira, falou de como esforços individuais se perdiam no mar das dificuldades. Apesar de ter utilizando o religioso como referência, é fácil pressupor que falava também de si mesmo.

Há gênios que instados somente de seu espírito patriótico, sem outro algum interesse que os mova (o que é bem raro), empreendem descobertas, que se elas se ultimassem dariam grande lustre aos Estados; mas sucede infelizmente que quase sempre abandonados pela indiferença superior, não podem só por si mesmo chegar à meta sublime e física a que suas ideias se propõem, e por isso tão generosos esforços ficam ordinariamente sendo como se não fossem.<sup>325</sup>

É assim que o militar vê e descreve os sertões, com suas potencialidades econômicas diluídas nas próprias dificuldades, como duas faces de uma mesma moeda. Só uma ação de governo poderia superar tais dificuldades. Contudo, para ele, a mentalidade de muitos que estavam a serviço do reino não contribuía para a superação dos problemas sertanejos. Aquelas terras, que são belas, também expressavam dificuldades e conflitos num ciclo que se alimentava sempre das mesmas variáveis. Entretanto, acima de tudo, os sertões eram a esperança de tempos melhores, só era preciso equacionar seus conflitos para dar o passo seguinte, o da civilização e do progresso nos moldes pretendidos pela metrópole.

### **Percepções políticas**

Se por um lado, de acordo com impressões ribeirianas, no aspecto econômico, os rios estavam aquém do seu potencial de aproveitamento, pelos motivos aqui indicados, as estradas continham problemas de outra natureza. Apesar de não serem em grande número, nem terem um vultoso movimento que desse destaque a um comércio regional ou mesmo local, exerciam alguma função social, a de interligar pessoas e regiões naqueles sertões. Esse fluxo, favorecido pelas estradas sertanejas, trazia consequências de âmbitos positivos e negativos.

<sup>324</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 60.

<sup>325</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 68.

Entretanto, antes de se pensar nessas consequências, primeiro é necessário indicar alguns desses caminhos que o militar português inventariou. Ele fala de uma dessas vias de que tomou conhecimento no ano de 1811, na qual havia um elo entre as capitanias do Maranhão e Pará. De acordo com sua descrição, esse caminho, que passava pelos Rios Mearim e Pindaré, chegava à capitania vizinha em poucos dias.<sup>326</sup> Apesar de sua especulação, alguns anos mais tarde, de que tal caminho poderia não mais existir, estava expresso que havia alguma ligação por terra entre as capitanias. Tal estrada foi apresentada como a melhor, o que pressupõe a existências de outras capazes de fazer esse elo.

Em termos de ligação sociopolítica, o mais comum era a proximidade entre sul do Maranhão e Piauí, pois não só suas relações eram mais antigas, quanto a própria colonização dos sertões maranhenses começara por aquelas terras. Naquele princípio de século XIX, a relação político-econômica entre ambas as capitanias tinha relativa expressão e, em decorrência disso, seu fluxo de atividades se mantinha perene. Para exemplificar, havia a estrada conhecida como “Passagem de Santo Antônio”, que saía de Pastos Bons, cortava algumas regiões e logo chegava a Oeiras, então capital do Piauí. De acordo com informações ribeirianas, aquela via era a mais importante estrada que ligava a vila de Caxias à cidade de Oeiras.<sup>327</sup>

Com base nas mesmas informações, havia outro caminho, que saía do distrito de Pastos Bons, rumo à mesma região piauiense e esta teria duas direções, embora ambas passassem pelo rio Parnaíba. O mais importante caminho era aquele que cruzava o município de Nossa Senhora da Conceição da Manga, e antes de passar por ele, passava por muitos outros, de maneira a indicar que seu trânsito era mais intenso. Esse percurso seria de grande importância para os habitantes daqueles sertões, pois oferecia relativa segurança. Com exceção das difíceis condições que esses caminhos poderiam oferecer na estação das chuvas, eles se constituíam, muitas vezes, como uma maneira prática e relativamente fácil de cruzar os sertões. Além dessas referidas estradas, em que havia uma mínima conexão, tanto no interior dos sertões quanto entre as capitanias vizinhas, o militar indicou uma rede de outros caminhos que iam além, pois alcançavam áreas muito distantes, colônia a dentro. De maneira sucinta, assim descreveu essa rede:

A capitania do Maranhão quase em todo seu comprimento, ao menos desde a beira mar até a confluência de Balsas com o Parnaíba, tem várias estradas que saem para o Piauí e para todo o nosso continente, as quais,

<sup>326</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 55.

<sup>327</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 56.



comunicando-se entre si por infinitos caminhos, que a povoação quase geral entre ambas as capitanias tem promovido, facilitam aos habitantes, segundo a altura em que estes têm os seus domicílios, toda a comodidade nas viagens [...].<sup>328</sup>

De um ponto de vista comercial, o isolamento marcava aqueles sertões. Mesmo assim, é possível pensar que, em outros aspectos, havia elo entre a capitania maranhense e diversas outras, próximas ou distantes. Nesse caso, pode-se mencionar uma via de acesso que partia do litoral maranhense, alcançava a região do chamado Baixo Piauí e chegava às capitanias do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Embora essa via de acesso tenha sido descrita como de pouco contingente, na verdade, apenas utilizada pela Coroa nos serviços dos correios, há o indicativo da profundidade que esses caminhos poderiam alcançar, como de fato o fizeram. Outra estrada de mesmo porte saía de Caxias e quando chegava a determinada localidade, no território piauiense, tomava dois rumos distintos: um deles chegava à Bahia, após passar por Oeiras, e o outro alcançava o território pernambucano.<sup>329</sup> Nesse sentido, percebe-se que, apesar das dificuldades, os vínculos entre as regiões não eram algo impraticável, havia interlocução. Esses vínculos, no entanto, eram mais sociais que econômicos, mas não sem importância para as capitanias.

Havia notícias de uma estrada que partia de São Luís e chegava à distante capitania de São Paulo, num percurso estimado em cerca de 600 léguas, portanto, um acesso que cortava boa parte do território colonial. Somando-se a isso, não só chamava a atenção a própria distância do percurso, como também o fato de se tratar de uma área habitada, pois, de acordo com Ribeiro, pouco mais de quarenta léguas não eram povoadas”.<sup>330</sup> Tratava-se de um imenso percurso territorial que, se não era qualitativamente povoado, pelo menos era “conhecido” pelos seus caminhos, ramificados para muitas direções. Com isso, percebe-se que os sertões coloniais bem como o maranhense permitiam acesso aos seus lugares mais remotos.

No interior do território de Pastos Bons, uma das povoações com maior destaque era a Passagem da Manga, na fronteira com o Piauí, separada pelo Rio Paraíba, que se localizava num ponto, espécie de encruzilhada, em que pessoas de diferentes lugares passavam por lá. Era uma porta de entrada e saída dos sertões maranhenses. Paula Ribeiro, especificamente naquela localidade, via esse fluxo com maus olhos e por isso afirmou que a povoação, por falta de vigilância suficiente, recebia o que havia de pior em outros sertões.

<sup>328</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 54.

<sup>329</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 55-6.

<sup>330</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 59-60.

Não pode deixar de fazer-se sensível aos dois locais e às mesmas duas ribeiras, e também que este último lugar da Manga e seus arrabaldes sejam a principal porta por onde entram para estes sertões todos os vadios e criminosos, que, pelos seus delitos, vêm fugindo das capitânicas vizinhas, e que em todos aqueles mesmos sertões perpetraram os roubos, assassinatos e mais atentados que lhes inspira seu mal natural, ou aqueles que lhes pagam suas pensões os estabelecimentos moços pior intencionados, quando são poderosos, ou tendo-os a si como agregados e valentões. Dizem que a desgraçada revolução de Pernambuco deitou para aqui bastante desta gente.<sup>331</sup>

Apesar de sua estratégica importância sociopolítica, a povoação foi descrita de modo a ter cerca de cem moradias, composta de uma população pobre. De acordo com o militar, era “notável a frequência de passageiros para todas as minas do Brasil, para o Piauí, Bahia, Pernambuco, São Paulo, e para todo o mais continente”.<sup>332</sup> Essa, no entanto, não era a realidade prevalecente nos sertões maranhenses, marcada por uma ausência de povoamento e de ações administrativas. Havia um crônico problema, resultante da equação composta pelo tamanho do território e pela capacidade operacional do governo metropolitano. Manga era uma povoação maior que o próprio distrito de Pastos Bons, uma das mais movimentadas do sertão, favorecida por sua localização geográfica, de modo a facilitar a entrada e saída da capitania. Apesar disso, não há indicativo de que esse privilégio geográfico tenha contribuído para dar densidade a uma atividade comercial.

Ainda que se possa ter uma impressão de haver significativo elo interno ou com outras capitânicas, o território sertanejo maranhense era relativamente vasto, e isso tornava as vias de acesso reduzidas, assim como perante as necessidades, tornava falhas as forças de controle político da Metrópole. Paula Ribeiro deu notícias, em seus últimos escritos, de que a freguesia de Pastos Bons estava dividida em oito distritos: “Alto-Itapecuru, Parnaíba, Balsas, Além de Balsas, Neves, Lapa, Farinha e Grajaú”.<sup>333</sup> Para ele, a maior parte desses lugares ainda estava mal povoada, o que expunha uma deficiência no efetivo controle por parte da Coroa. Ele ressaltou as dificuldades de se levar a “paz” àqueles remotos habitantes, e isso, na sua ótica, era um dos maiores problemas para a capitania, pois essa instabilidade dificultava o aproveitamento e pretensão desenvolvimento econômico e social para os sertões. Isso se evidenciava quando se considerava a capacidade de atuação jurídica naquela região. Com seu escasso contingente, pressionado por uma demanda superior à sua própria envergadura, Ribeiro evidenciou as dificuldades estruturais que a justiça metropolitana tinha que enfrentar. Em seus três escritos, essa percepção se manteve intacta e, ao relatar o alto índice de

<sup>331</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 61-2.

<sup>332</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 60.

<sup>333</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 54.

criminalidade nos sertões, expressou as dificuldades de se elaborar um processo judicial, que, às vezes, era preciso chamar testemunhas que distavam cem ou duzentas léguas.<sup>334</sup> Isso ocorria pelo limitado número de juízes atuantes naquela região, em que praticamente a capital e a cidade de Caxias eram responsáveis por, praticamente, toda a capitania maranhense.

Consideradas as distâncias e as dificuldades de acesso, havia ainda as possíveis implicações pessoais de uma pessoa testemunhar contra outra. Praticamente os processos jurídicos não se finalizavam, e isso contribuía, de acordo com Ribeiro, para que o sertão se tornasse um lugar de impunidades. Em resumo, a situação poderia ser descrita da seguinte maneira: “obrigados a viajar mais de cem léguas para segui-las em Caxias, demorando-se ali com dispendiosos gastos, o extenso tempo preciso para ultimar-se uma causa, ficando todo esse tempo as suas casas e fazendas abandonadas ao furor dos gentios ou à pilhagem dos malfeitores”.<sup>335</sup> Ele alegava que as regiões cresceram, mas que as providências governamentais no âmbito jurídico não acompanharam essa ampliação.

Para além disso, muitas vezes as varas estavam mal distribuídas, e ao invés de se localizarem nos locais em que mais pessoas havia, algumas se situavam onde havia grupos mais influentes, de modo a particularizar a lei em benefício de minorias. Ribeiro relatou um caso em que a vara administrativa em Pastos Bons foi suprimida e, para ele, isso foi sinônimo de decadência para a região. Ele não concebia aquelas terras sem um efetivo controle metropolitano e tal controle seria condição vital para o desenvolvimento de uma concepção de âmbito não apenas político, como civilizacional. Os sertões, denominados por ele como uma “terra tão remota das autoridades primárias da capitania”, estavam, em certa medida, mergulhados num problema político e econômico por falta de um controle governamental efetivo. Quanto menos controlada, mas ele via a região de uma forma instável e perigosa.

Ao falar da boa índole do sertanejo maranhense, dizia ser ela muito positiva, mas que em consequência da falta de controle da região, decorrente especialmente da falta de policiamento, a situação se invertera e revelava outra face, mais negativa. Há uma relação direta em Paula Ribeiro, entre esse controle, a paz e o próprio bem-estar nos sertões, em diferentes aspectos. À medida que a organização governamental jurídico-militar se consolidasse, uma gama de possibilidades se abriria para o melhoramento da colonização, com ênfase na pecuária. Por isso, fez essa incisiva cobrança, em que ressaltou os pontos negativos dessa falta. Ele tentou fazer ver que não era possível à região tornar-se um lugar

---

<sup>334</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 66-7.

<sup>335</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 76.

melhor sem o controle legal, pois seu oposto seria o caos. Pressupunha que seus habitantes sozinhos não seriam capazes de resolver tais problemas.

Afirma que qualquer conflito pessoal naquelas terras findava em tragédia. De acordo com suas informações, pequenas controvérsias fugiam ao controle e, cada lado, pela força, tentava a seu favor, resolver o problema.<sup>336</sup> Assegurou ainda que, muitas vezes, quando as tragédias ocorriam, a justiça sequer tinha conhecimento de tão grande o isolamento e as distâncias. Por conta disso, aquele que estivesse mais bem armado poderia fazer valer seus direitos. De acordo com essas informações, seria mais vantajoso financeiramente e, mais rápido, resolver os conflitos com os próprios meios. Poderia não valer a pena percorrer aquelas grandes distâncias e esperar por um procedimento legal, muito demorado e, às vezes, nunca resolvido. Para Ribeiro, essa noção de olho por olho e dente por dente, entre os habitantes sertanejos, lhe dava a impressão de instabilidade. Por outro lado, ele nunca atribuiu a causa final dos problemas aos próprios moradores, pois, filiado ao pensamento ilustrado, via a solução no âmbito governamental. A situação só seria revertida quando a Coroa tivesse vontade ou condições de levar às mais remotas terras, os aparatos jurídicos da Monarquia.

Ele propôs maneiras de melhorar a situação, por isso dizia ser necessário criar novos julgados, bem como diminuir a área de atuação de Caxias e que, nesses novos julgados, houvesse juízes. No que se refere à defesa militar, não deveria haver menos de 50 homens em sua defesa, pois lembra que quando havia tropas desse porte, foi o tempo em que as terras estavam mais bem guardadas. Essas tropas deveriam atuar em pontos estratégicos, que tivessem maior densidade populacional e produção mais significativa. Para a execução desse intento, só uma tropa forte e organizada poderia levar tranquilidade ao sertão. Caso ela não atendesse a esse requisito, teria o mesmo destino de outras, que, ao tentar coibir ações ilícitas, foram massacradas por criminosos que habitavam na região.<sup>337</sup>

Contudo, enquanto isso não ocorria, afirmava Ribeiro, os sertões continuavam a ser um lugar propício a receber pessoas de má índole, vindas de outras capitanias. Assim, afirmou que muitos viviam lá, à revelia da lei, em ações estritamente de acordo com suas ambições pessoais. De acordo com ele, conforme já indicado, bandos perambulavam pela região com oferta de proteção em troca de acolhida. Quando algum fazendeiro o fazia, praticamente contratava o que futuramente foi chamado, no nordeste, de jagunço. Esses homens

---

<sup>336</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 78.

<sup>337</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 80.

ameaçavam, cobravam dívidas e desempenhavam outras funções nessa mesma direção, inclusive matavam aqueles que tinham atritos com seus patrões.

Nesse sentido, Paula Ribeiro mostrou um quadro de violência e caos naqueles sertões, sempre com o cuidado de ressaltar que os responsáveis por aquilo não eram os próprios moradores daquelas terras. Para ele, em sua maioria, os homens de lá eram de boa índole, mas os migrantes que vinham de outras terras não eram. Os sertanejos eram mais vítimas que carrascos nesse processo, por isso, o resultado, muitas vezes, era que “julgando-se naquela terra mal seguros os moradores prudentes, resolvem-se a emigrar e vão com suas fazendas estabelecer-se em outras, que sejam melhor governadas”.<sup>338</sup> Vê-se aqui, na perspectiva ribeiriana, a face negativa daquelas estradas que interligavam os sertões maranhenses a outros. Se, por um lado, havia benefícios, por outro, havia as desvantagens de abrigar aqueles que prejudicavam a sociedade, de modo a impedir que os avanços não ocorressem ou o fossem feitos de forma debilitada.

A ideia de Paula Ribeiro seria a de interligar os sertões num projeto econômico, social e político, num aproveitamento dos homens, no que de melhor tivessem a oferecer. Naquele momento, aos seus olhos havia, de maneira significativa, uma integração de pessoas ruins, e isso deveria mudar por ações da Coroa. Mesmo com as dificuldades estruturais da metrópole, ele esperava que um dia o poder governamental chegasse aos mais remotos lugares, com benefícios aos moradores sertanejos. Mas, por enquanto, a Coroa deveria resolver problemas maiores e mais imediatos, que não apenas dificultavam a vida naquela região, mas ameaçavam sua própria existência. Esse elemento, mais uma vez, era representado por seus habitantes nativos, os indígenas. Nada nos sertões, no que se refere ao plano civilizacional, foi realizado sem evitar um conflito direto com as diversas tribos que habitavam o lugar e, não por outro motivo, foi inevitável um capítulo de sangue nessa história.

Em vários momentos, Paula Ribeiro deixa claro que a guerra contra os nativos deveria ser o último recurso, e para fazê-lo apresentava justificativas, tanto morais, quanto militares, econômicas, sociais e políticas. Para tanto, ele apresentou um quadro de decadência da região, em que atribuiu, em parte, tal realidade à ação das tribos que habitavam os sertões. Pela maneira como algumas nações indígenas atuavam sobre os empreendimentos colonizadores, não restava, para ele, alternativa que não o conflito direto. Para exemplificar, apresentou uma imagem caótica, desoladora, de um lugar que poderia estar, do ponto de vista da metrópole e dos colonos, numa situação mais favorável. Os gentios de uma determinada região

---

<sup>338</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 79.

“assolaram e fizeram despovoar todas as fazendas de gado, que aquém e além daquele alpercatas pertenciam a Pastos Bons, padecendo em particular muitas das suas crueldades e assassinatos”.<sup>339</sup> Para ele, essa prática prejudicial aos estabelecimentos colonizadores ocorria com frequência nas principais povoações de Pastos Bons. Nesse exemplo, citou mais de trinta povoações, indicando ainda que muitas outras passavam por situação igualmente calamitosa. Diante de tal conjuntura, seria mais fácil aceitar a guerra, e a Coroa não hesitava em fazê-lo, quando tinha os meios para isso.

Paula Ribeiro sempre tentava mostrar a relação de avanços e recuos contra os índios, com o intuito de indicar que nos tempos de tranquilidade, não apenas a economia ia bem, como também outros aspectos. Ele falou de uma região situada nas proximidades do Rio Alpercatas, antes próspera, mas que, pressionada pelos índios, estaria abandonada ao governo dos nativos. Lembrou ainda que a mesma localidade já havia tido o domínio sobre os Capiékran da região, mas que, por falta de manutenção da segurança Real ou privada, eles haviam se recuperado e invertido a situação. Nesse caso, deixou entender que a falta de vontade das autoridades era relevante, pois uma vez vencido o obstáculo, seria provável a manutenção do controle. Num tom irônico, afirmou que as autoridades responsáveis pela segurança naquelas terras estariam muito ocupadas para se interessar pelo sertão.<sup>340</sup> Portanto, mais uma vez, o problema de ordem interna se maximiza, ao somar-se com outros. Nessa perspectiva, embora os problemas fossem significativos, eram sempre postos como superáveis, desde que, no administrativo local, as pessoas certas agissem da maneira mais adequada.

Ribeiro citou um exemplo de como os índios de uma determinada localidade atacavam as fazendas, com os consequentes prejuízos aos estabelecimentos. Nesse caso, afirmou que os índios não apenas destruíam o rebanho bovino, como também o faziam com os cavalos, que eram um dos pilares mais importantes para o avanço dos empreendimentos pecuários. Destruí-los era o mesmo que o fazer com a própria economia local. Para somar-se aos gargalos, ele disse que as incursões organizadas por moradores, as bandeiras, não contribuíam para a solução dos problemas, pelo contrário, os agravariam mais ainda.

Diferente era a opinião de Raimundo Gaioso, que parecia ter uma visão mais imediatista da realidade sertaneja maranhense. Para ele, o conflito era inevitável, por isso,

---

<sup>339</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 305.

<sup>340</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 315.

também, exaltava as bandeiras que ocorriam tanto no Maranhão quanto em outras regiões.<sup>341</sup> Nessa perspectiva, a escravidão indígena era uma boa alternativa para a capitania, pois só com o controle e o extermínio daqueles que impediam o crescimento da lavoura comercial no Maranhão era possível ter grandes avanços. A maneira como os religiosos atuavam também era apreciada, pois seu método alcançava propósitos semelhantes. Não exterminavam, mas os habilitavam a um novo modo de vida, sem gastos diretos do governo português.

Defensor de um protagonismo régio, Paula Ribeiro não via com bons olhos essas ações promovidas por religiosos e, com ressalvas, as de particulares. Elas, muitas vezes, não visariam ao interesse real, mas apenas aos interesses de ordem privada, de poucos que se aproveitavam dessas excursões para adquirir escravos. O próprio método de guerra desses particulares era diferente, porque o objetivo central estava na escravização dos indígenas para os empreendimentos privados. Isso, além de despertar a ira de muitos grupos nativos, dificultava acordos de paz com a Coroa, o que ocasionava prejuízos à colonização, conforme ainda será abordado neste capítulo, com maior profundidade.

Além disso, havia os aspectos práticos de ações como aquelas, à revelia do governo, que se não fossem bem organizadas e coordenadas, não teriam êxito. Paula Ribeiro, muitas vezes, mostrava os indígenas como belicamente perigosos, pois apesar de seu inferior armamento, eles dispunham de outros artifícios para alcançar tais vantagens. Ele mostrou as dificuldades que Grajaú, uma das mais importantes povoações dos sertões, enfrentava. Na ocasião, relatou o assassinato de militares pelos Timbira Piocobgê, não apenas o comandante perecera, mas todos os quarenta soldados do grupo foram massacrados por aqueles valentes gentios.

Com tal acontecimento, não seria de estranhar, para ele, que uma parte significativa dos habitantes locais tenha fugido para se proteger dos ataques gentios.<sup>342</sup> Em todo o território sertanejo, aos olhos ribeirianos, havia essa instabilidade, e talvez o seu exemplo mais melancólico seja o próprio distrito de Pastos Bons, que era o símbolo da ocupação dos sertões. Ele afirmou que nessa região, em que havia os melhores campos para a pecuária, foram estabelecidos dezenas de estabelecimentos, mas que as nações Sakamekran haviam destruído tudo, transformando no que ele chamou de “desertas solidões”. O resultado foi “que hoje na dita ribeira muito pouco conhecemos, e esses mesmos quase exauridos; circunstância esta pela qual pode fazer ideia do quanto ela estará devoluta, e de quão pouco é

---

<sup>341</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico...* 1970, p. 235.

<sup>342</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 70.

o número de seus habitantes”.<sup>343</sup> Nesse contexto, mais uma vez, Ribeiro deixou transparecer sua ideia de que o maior protagonista nessa história deveria ser a Coroa portuguesa e seus súditos. Só eles teriam a capacidade para levar adiante um consistente projeto político, e só eles poderiam findar os obstáculos que estivessem nesse caminho. Ele expressou isso de maneira clara, quando ainda nos seus primeiros escritos disse que os índios haviam sido abandonados pelo poder Real, quando precisavam de ensinamentos e controle:

Primeiramente deixados ficar aqueles selvagens em abandono, e sem subsistência em um país, no qual não as tinham eles ainda promovido, foram-se dispersando em diferentes magotes por entre os nossos estabelecimentos, aonde entregues a si mesmos e à descrição das suas péssimas inclinações, furtavam para sustentarem-se os gados nos campos, e os legumes nas roças; ao princípio fizeram-no ocultamente, mas como não os repreendessem, passaram a fazê-lo descaradamente sem temor, e pouco depois a destruir tudo, matando não só imensidades de bois e vacas, porém até mesmo as crias; e pelo que respeita as roças, o que destas não careciam para comer, deixavam-no espargido sobre a terra [...].<sup>344</sup>

De alguma maneira, isso isenta, em parte, os próprios agressores de seus atos contra os empreendimentos, mesmo porque, para o militar, a razão europeia estava acima dos outros modos de compreender o mundo. Os indígenas seriam mais ou menos como crianças que precisavam ser ensinados nos princípios ilustrados, mas também que deveriam ser castigados quando necessário. Dessa maneira, ele ponderava o que chamava de extorsões cometidas pelos nativos, ao destruir fazendas e tentar impedir o avanço colonizador, bem como outras atividades parceiras, como a agricultura. Quanto mais esses estabelecimentos coloniais se dilatavam sertão adentro, mais pressões sobre seu território tinham as tribos da região, e aquela era uma das formas que eles tinham para reagir. Elas surtiam algum efeito, pois de acordo com Ribeiro, diante do quadro de “destruição” promovido pelos nativos, nas criações e plantações, muitos abandonavam suas propriedades e até fugiram da capitania. Essa era a equação: os empreendimentos prosperavam à medida que tinham a segurança necessária contra os grupos indígenas arredios, já que nem todos reagem com passividade.

Paula Ribeiro falava de tribos sem esperanças de uma “recuperação”. Para esses grupos, a “suavidade e candura” não eram suficientes para aproximá-los dos colonos. Em casos como esses, só a guerra poderia frear as ações prejudiciais de alguns grupos como os “Gamela de Codó, os Timbira, Piocobgê, e Sakamekran”,<sup>345</sup> porque estes eram os que mais ameaçavam, pela sua valentia e perigo. Tal risco não era apenas aos empreendimentos

<sup>343</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 59.

<sup>344</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 307.

<sup>345</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 455.



econômicos, mas à própria sobrevivência da colonização. Os conflitos com esses povos foram muitos, de maneira que o indelével processo de expansão da civilização branca nunca deixou de avançar no território dos nativos, mas que nunca também conseguiu destruí-los completamente. Ainda que com forças bastante desiguais, estabeleceu-se quase um equilíbrio nesse confronto.

Paula Ribeiro relatou sobre um emblemático caso de violência na região de Grajaú, um exemplo extremo de reação ao povoamento branco. Ainda que uma exceção, o militar não considerou que o mais comum era os índios serem vítimas, por isso descreveu o fato como uma realidade corrente naquelas proporções. Claro que o objetivo era, também, sensibilizar o leitor de sua narrativa, em especial a Coroa, para investir mais na segurança contra os gentios. Na ocasião, ele falou do aniquilamento de um povoado pelos Timbira Piocobgê, quando incendiaram moradias e deixaram um saldo de 38 mortos, a maior parte no incêndio. De acordo com seu relato, do pequeno aglomerado de casas, só restaram “umas ossadas espargidas pelo meio das ruínas solitárias”.<sup>346</sup> Além de matar todos os seus habitantes, os nativos também se apossaram ou destruíram ferramentas e alimentos dos assassinados. O tom com que colocou informações como essa era de que se o governo não tomasse as esperadas providências, esses atos prevaleceriam, de modo a findar todo o plano governamental português.

No outro extremo, havia a falta de capacidade da Coroa em resolver, de forma definitiva, esse problema. Limitadas no seu poder bélico, as tropas deveriam fazer escolhas por aqueles lugares mais críticos dos sertões, de modo a tentar preservar os empreendimentos e povoações mais importantes. Diante disso, Ribeiro via uma gama de impossibilidades nesse confronto direto com os nativos, pois dados seu número e força, sempre representavam grande ameaça. Ele elencou alguns dos que considerava as maiores dificuldades, que abarcavam desde as estruturais, às táticas de guerra.

O primeiro desses problemas com a guerra eram as dificuldades pelas quais passavam as forças militares em serviço da Coroa. Paula Ribeiro citou um caso de tentativa de reerguimento de uma povoação, chamada São Paulo do Norte, futuramente Grajaú, mas que as tropas, além de compostas de poucos soldados, não contavam com uma mínima capacidade material para se manter, o que tornava muito difíceis as condições de enfrentamento aos indígenas. Ele afirmou que “os soldados muito tempo havia que já não comiam mais do que raízes do campo”. Na ocasião, disse ainda que, além de a ajuda governamental não chegar, a

---

<sup>346</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 27.

dos moradores locais escasseava cada vez mais, porque as próprias condições da povoação, no que se refere à criação de animais e agricultura, não eram favoráveis. Somado a isso, a pressão dos “índios perseguidores” era decisiva nesse ciclo de derrotas.

Falou de um militar chamado Manoel José de Assunção, que, por pouca disponibilidade de armamento, perdeu a vida em combate, assim como toda a sua tropa.<sup>347</sup> Quase sempre composta por pequenos grupos que alcançava algumas dezenas, sem a superioridade das armas de fogo, era praticamente impossível enfrentar as nações guerreiras que habitavam as florestas sertanejas. Mesmo com armas, nem sempre a vitória era garantida, e quando ocorriam casos em que a pólvora acabava, como citou nesse massacre, era praticamente uma sentença de morte. O próprio militar português afirmou ter sido vítima de derrotas contra os nativos e mencionou quatro empreitadas malsucedidas contra os Timbira e Gamela.<sup>348</sup> Na ocasião, disse que se os gentios estivessem com o intento de guerrear, teriam massacrado facilmente sua tropa, porque ela se encontrava num estado de debilidade, o que impedia qualquer chance de sucesso. Numa dessas empreitadas, em Viana, relatou as dificuldades que tiveram para carregar nos ombros alimentos, água e munições, e que depois de algum tempo a situação piorara: “findo esse prazo tivemos fome, e aos quinze dias tanta fraqueza, que foi preciso meter por entre os homens mais robustos os mais debilitados, porque, aliás, se deixariam estes ficarem estirados pelo chão, como pretendiam, querendo antes morrer às mãos dos bárbaros”.<sup>349</sup>

Paula Ribeiro afirma que essas dificuldades causavam um desânimo geral na tropa. Sentimentos como o medo de morrer, a saudade de casa e a sensação de realizar um trabalho em prol dos “outros” e não em proveito pessoal trazia uma desmotivação típica daquelas situações, o que enfraquecia mais ainda muitas daquelas expedições governamentais. Diferentemente das campanhas privadas, em que os homens vendiam como escravos os índios em seu próprio benefício, as de cunho governamental tinham outros propósitos, sem os mesmos benefícios pessoais para quem participava delas. Nesse sentido, diz que logo que a fome e o cansaço chegavam os homens fraquejavam, queriam abandonar o posto, alegavam que não valia a pena tais esforços e tais perigos. Algumas vezes, expressava sentir-se só nos seus ideais civilizatórios e lamentava o desânimo daqueles que queriam desistir: “eis aqui as aguerridas forças com que as autoridades constituídas obrigam seus súditos a entranhar-se naqueles perigos, onde quando não perdem as vidas ficam ao menos comprometidos na

<sup>347</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 446.

<sup>348</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 447.

<sup>349</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 447.

honra”.<sup>350</sup> Talvez estivesse, de forma consciente ou não, supervalorizando seus próprios esforços em detrimento dos demais e, com isso, pretendesse objetivos particulares no presente ou no futuro, mas certamente não seria surpreendente que essas situações ocorressem com certa frequência.

Paula Ribeiro mostrou os perigos da guerra com os nativos, e fazia isso quando mostrava as dificuldades militares ao serviço do governo, mas também quando exaltava as qualidades bélicas dos seus inimigos que, além disso, contavam com a natureza a seu favor. Ele relatou outro caso de investimento malsucedido no combate aos indígenas, falou de um militar que perdeu metade da sua tropa e teria escapado por pouco da morte, depois de muitos dias de perambulação, escondido nas matas. Após se alimentar praticamente de carcaças de animais por vários dias, conseguiu encontrar uma povoação que lhe desse abrigo e proteção. Talvez essas imagens de fato representem, do ponto de vista dos militares a serviço da Coroa, as reais dificuldades por que passavam aqueles homens naquelas condições.

A situação poderia se agravar para os soldados, ou para expedicionários particulares, quando esses conflitos já eram esperados pelos nativos ou quando se davam em determinadas regiões, que lhes favoreciam, por serem profundos conhecedores daquela geografia. Quando não conseguiam pegá-los de surpresa, dizia “ganhavam estes Capiékran a altura das serras, e não havia esforços bastantes para apanhar-se um só”.<sup>351</sup> Essas serras, rios ou mesmo as florestas eram elementos aproveitados em favor do gentio, pois escondidos pelas árvores poderiam fazer suas emboscadas e ter mais proteção contra as armas de fogo, à medida que se camuflavam. Todos esses elementos se somavam a contra o avanço da colonização, no entanto, outras forças empurravam sempre adiante aquele imparável processo civilizatório. Dando passos adiante e para trás, no fim das contas seu saldo foi positivo à colonização europeia. Por outro lado, os nativos os enfrentavam com todas as suas forças, ainda que não tivessem a real compreensão do processo como um todo. Nesse sentido, tem-se um quadro diferente daquele que desejavam os colonizadores.

Os avanços metropolitanos se davam na medida de sua força. Sem um número significativo de homens bem armados, a tarefa se tornava impossível. Ribeiro aludiu a um exemplo em que após a destruição de uma fazenda, Manoel José de Assunção, que teria sido futuramente morto pelos indígenas, organizou uma expedição contra eles. No comando de 150 homens e mais vinte soldados cedidos pelo próprio Paula Ribeiro, o conflito teria

---

<sup>350</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 448.

<sup>351</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 304.

resultado em mais de 70 nativos prisioneiros.<sup>352</sup> Ele se referiu ao ato como um castigo exemplar, mas ações como essas não poderiam ser realizadas sem a supremacia bélica, porque a força dos guerreiros nunca foi subestimável.

Afirmou, referindo-se a grupos de determinada região, afirmava que eles gostavam da guerra mais que do trabalho<sup>353</sup> e por isso não era tarefa fácil enfrentar aqueles homens. De acordo com sua afirmação, por causa da tendência belicosa de algumas daquelas nações, muitos acordos de paz, por qualquer pretexto, eram quebrados, bastasse que eles não se sentissem beneficiados para infligir a guerra, o que dificultava a paz na região. Para esses grupos em especial, Paula Ribeiro defendia que só a força armada seria capaz de contê-los. Apesar disso, é importante lembrar que essa não deveria ser uma regra aplicada a todas as tribos dos sertões, mas apenas àquelas mais arredias.

O militar relata como algumas dessas tribos haviam se aperfeiçoado na guerra e na maneira do homem branco fazê-la. Contou que em outros tempos as armas de fogo eram temidas, mesmo porque era algo completamente desconhecido daqueles povos. É possível imaginar o efeito psicológico que um tiro de arma de fogo provocava nos nativos, um trovão saindo de mãos humanas. Por muito tempo esse pavor se manteve na maioria dos grupos nativos. Mas depois de um tempo, afirma que “hoje familiarizados com tudo o que nos diz respeito, até sabem que sem a bala ou o chumbo, a mesma pólvora não vale contra eles”.<sup>354</sup> Disse ainda que, em situações em que faltavam balas, as armas eram tomadas das mãos dos soldados, o que muitas vezes implicava morte certa. Uma das afirmações que dificilmente se poderia tomar como fantasiosas é aquela que diz: “de braço a braço, poucos homens dos nossos aparecem que possam medir com eles a valentia”.<sup>355</sup> Nesse aspecto, sua exaltação da força e coragem dos nativos colocava os brancos, em alguns momentos, à beira do ridículo. Mesmo as mulheres indígenas eram mais fortes que os homens brancos, pois teria havido um caso em que uma prisioneira indígena quase levou consigo, em sua fuga, o soldado que deveria assegurar o cativo. Paula Ribeiro afirmou que se outros soldados não tivessem intervindo, a mulher teria “levado debaixo do braço a sua sentinela”.<sup>356</sup>

Também ocorreram casos de pessoas que os nativos levaram brancos em cativo. Ele falou de um homem que viveu muitos anos entre eles e que depois teria fugido.<sup>357</sup> Não era

<sup>352</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 320.

<sup>353</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 191.

<sup>354</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 191.

<sup>355</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 191.

<sup>356</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 191.

<sup>357</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 298.

corriqueiro, como os brancos o faziam com os nativos, mas não foi algo inexistente. O mais comum, no entanto, era os indígenas darem abrigo, especialmente aos escravos fugitivos das lavouras ou fazendas. Na perspectiva ribeiriana, eles ficavam mais solidários porque os escravos “ludibriavam” os nativos e “para eximirem-se do cativo, iludem os índios com mil fabulas da nossa crueldade”.<sup>358</sup> Nesse momento, ele fala de uma maneira como se esquecesse da real experiência dos indígenas em relação aos maus tratos.

Contudo, mesmo que em alguns momentos ele conclamasse à guerra, o melhor negócio para a Coroa e para os sertões, na sua visão, seria a paz. Ela trazia menos gastos financeiros, poupava vidas de soldados e poderia trazer um resultado mais expressivo para a colonização portuguesa. Nesse aspecto, a visão pacifista de Ribeiro era orientada, de maneira geral, por seus valores ilustrados, em que os benefícios econômicos, sociais e políticos estavam em primeiro lugar. Diferentemente de muitos em seu tempo, ele não tinha ódio pessoal contra os nativos, nem achava que todos deveriam ser necessariamente exterminados. A medida dos conflitos deveria se dar pela própria necessidade de expansão do empreendimento colonizador. Sua visão racional estava focada, em primeiro plano, nos anseios metropolitanos como um todo, por isso achava que não apenas a guerra era necessária, mas também a paz.

Uma das principais alegações para isso era a de que os conflitos bélicos com os indígenas, sem coordenação e propósitos bem definidos, só trariam prejuízos à Coroa. Além do grande risco de fracasso, dificultavam as boas relações entre os dois lados. Ciente de que os desígnios da guerra, em nível governamental, poderiam também levar ao melhoramento das condições econômicas e sociais nos sertões, alegava que com propósitos pessoais tais resultados ainda não haviam sido alcançados em algumas das expedições privadas na região de Pastos Bons. No âmbito privado, houve “deterioração de seus bens e ruína de suas famílias; males particulares, que, em breve tempo, se fazem males gerais, eclipsando os interesses desta colônia”.<sup>359</sup> Concluiu dizendo que há uma estreita relação entre esses fracassos e os da própria capitania, de modo a indicar a imprescindível harmonia entre colonos e nativos.

Uma forma de alcançar sucesso seria o aproveitamento daquela potencial mão de obra para a Coroa, em forma de atuações na pecuária ou agricultura. Com a clareza dos problemas de povoamento da capitania e de toda a colônia, Paula Ribeiro achava que não seria possível

---

<sup>358</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 298.

<sup>359</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 448.

levar à frente a colonização sem a ideia pombalina de utilizar seus próprios habitantes. Isso, além de suprir a permanente debilidade demográfica, evitaria os prejuízos e transtornos da guerra. Mais uma vez ele recorreu à falta de visão de administradores locais para explicar o impedimento de tão importante avanço. Assim narrou o que considerava um erro estratégico de gestão naquelas terras: “segundo o que temos notado de alguns [indígenas], que depois de mansos tem chegado a servir nas tropas de linha desta cidade. Estas verdades fazem-se por si próprias demonstráveis; mas ainda não transluziram aos olhos de quem deveria aproveitar o seu conhecimento”.<sup>360</sup>

Quanto mais se utilizasse essa forma de parceria, melhor para a os sertões. Ações nessa direção deveriam ser uma política da Coroa, respeitada pelos súditos nas regiões em que houvesse essa possibilidade. Também deveria ser praticada pelos habitantes locais, porque um bom relacionamento com os indígenas poderia render bons frutos. Como prova disso, Ribeiro mencionou um exemplo próprio de como a boa-fé poderia ser praticada entre colonos e gentios. Disse que, certa vez, quando atravessava um daqueles riachos sertanejos, ter encontrado um grupo nativo da nação Caraús ou Macamecrãs. Num primeiro momento, os gentios estavam receosos de ataque, mas ao perceberem que o grupo de Paula Ribeiro estava em paz, tiveram a iniciativa de se aproximar e, mais que isso, espontaneamente atravessaram sua bagagem até a outra margem do rio.<sup>361</sup>

Ele informou que depois de recompensar o trabalho voluntário dos gentios com fumo e carne seca, separaram-se com um laço de amizade. Tais parcerias não eram mais comuns, na sua concepção, pela própria falta de empenho dos colonos ou agentes da Coroa, conforme indica o trecho: “toda aquela gente assim se conduz a nosso respeito: em nós é que eles não acham a boa-fé que merecem, nem talvez tão inocente moral como a sua”.<sup>362</sup> Nesse sentido, a paz com a maioria daquelas nações não se tratava de algo inviável, pois boa parte do problema se associava à falta de gestos simples. Nesse sentido, carecia de uma mentalidade mais “positiva” de quem estivesse à frente dos processos civilizatórios.

Ribeiro narrou outro exemplo de paz entre nativos e colonos. Na ocasião, tratava-se da povoação de São Pedro de Alcântara, em que milhares deles entraram na povoação, guarnecida com apenas alguns soldados. Em caso de guerra, os colonos seriam massacrados, por isso, ainda que posteriormente tenham quebrado, procuraram a paz. No gesto de paz, o militar observou que o chefe do grupo tinha uma postura diferente, descrita da seguinte

<sup>360</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 443-4.

<sup>361</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 73.

<sup>362</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 73.

maneira: “de uma conduta tal, nesta administração, que não parecia a de um bárbaro selvagem; o que prova que toda a classe de homens é suscetível de virtudes, mais ou menos aperfeiçoadas”.<sup>363</sup>

Nessa lógica, Paula Ribeiro achava que, na maioria das vezes, as relações amistosas protagonizadas pelos colonizadores eram de vital importância para manter a paz. Tal qual as leis indicavam em relação à paz com os gentios, o que deveria ser feito era um equilíbrio nas ações que poderia variar de punições a recompensas. A melhor maneira de fazê-lo seria pelo bom tratamento, pois, para ele, quando essa disposição amistosa faltava, todos os outros recursos tenderiam ao mesmo destino. Muitos prejuízos poderiam ser evitados em decorrência do ataque gentio, ou mesmo por um possível desperdício em oferecer, sem uma devida preparação, um modo de vida econômico aos nativos. Ele mencionou um exemplo em que o governo forneceu a um grupo indígena vários equipamentos de trabalho na lavoura, mas que não teve proveito pela falta de disposição dos nativos. Com isso, queria dizer que eles deveriam ser, antes, ensinados sobre o ofício.<sup>364</sup> Esse exemplo foi um acordo entre a Coroa e um grupo de nativos em Pastos Bons, que, para tentar aproveitá-los para a Metrópole, ofereceram condições de trabalho na agricultura e em fazendas. Por falta de afinidade, entretanto, aqueles indígenas não desempenharam a tarefa. Ribeiro sugeriu que em cada uma dessas ações, pela paz ou por parcerias, deveria haver uma maneira própria de fazê-lo.

O representante da Metrópole falou também de um sossego prejudicial, porque nem sempre visava ao interesse dos colonos. Para ele, era negativa a paz instaurada por cartas régias, que ordenavam a harmonia com tribos indígenas, sem considerar os problemas específicos de cada lugar. No contexto de algumas localidades de Pastos Bons, em que ele descreveu essa sintonia forçada, expressou uma imagem negativa e até afirmou que era muito melhor no tempo em que se podia defender-se pelas armas.<sup>365</sup> Ainda que pareça contraditório, há coerência com os ideais ribeirianos e até com os interesses coloniais, porque tratava-se, em primeiro plano, dos interesses metropolitanos. A paz só era vista com bons olhos à medida que poderia atender esses propósitos.

Num quadro desolador, Ribeiro disse que, nesse exemplo de paz imposta com determinadas tribos, eles estavam livres para destruir as lavouras e as criações dos colonos. De acordo com ele, quando algum prejudicado pensava em denunciar, corria o risco de ser acusado de incitar a guerra contra o gentio e poderia até ser presos. Dizia que não apenas os

<sup>363</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 316.

<sup>364</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 213.

<sup>365</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 309.

empreendimentos reais deveriam estar assegurados, mas os dos colonos também. Essa imposição da Coroa teria sido responsável por uma fuga de colonos da região.<sup>366</sup> Ao afirmar isso, expunha também que os empreendimentos metropolitanos não poderiam prosperar numa terra desabitada ou habitada apenas pelos nativos, supostamente incapazes de, sozinhos, levar adiante a colonização.

As cartas régias concernentes à amizade com os indígenas diziam que se deveria deixá-los em seus lugares naturais, mas Ribeiro, em conformidade com as ideias ilustradas, achava necessário, não apenas manter a paz, era preciso também aproveitá-los no processo social, econômico e político colonial. Com sangue ou com persuasão, era importante essa agregação de mão de obra. Para ser garantido o processo de pacificação, ele deveria ser acompanhado pelos agentes da Coroa, que deveriam optar pelas melhores opções de aproveitamento daquelas terras. Ele chegou a propor uma espécie de receita de paz e controle para com os nativos. Talvez os muitos anos de trabalho nos sertões o tenham convencido de que só fosse possível resolver problemas tão complexos de maneira prática e objetiva.

De qualquer maneira, suas análises e proposições para o assunto não eram inéditas, pois uma parte do projeto pombalino consistia em aproveitar os nativos. Na época, conforme já visto aqui, uma série de incentivos foi concedida, inclusive o casamento de indígenas com europeus. Nesse sentido, suas propostas não devem ser subestimadas porque, naquele momento, elas faziam sentido. Ele propôs três maneiras de fazer os índios se adequarem à colonização. Era essencial que houvesse um controle para evitar a maioria dos problemas que se refletiam diretamente na organização colonial:

1º passo, uma sólida instrução do sistema social que fazia a nossa civilização, quais eram as leis que o sustinham, e quais os castigos destinados para aqueles que as infligissem; 2º fixarem-lhe limites territoriais [...] sem que por motivo algum pudessem sair deles, em quanto não fossem bem instruídos no nosso idioma, usos e costumes bons [...]; assim como também se lhes forneceria por conta do Estado as subsistências precisas, em quanto tardasse a sustentá-los o fruto dos seus legítimos trabalhos; 3º finalmente, fazê-los tremer aos primeiros delitos cometidos, e ainda muito mais se reincidissem.<sup>367</sup>

Apesar do tom, ele defendia textualmente mais a paz que a guerra contra os gentios e fazia isso porque achava que era mais vantajoso. Se acreditasse que fosse possível trazer todos os nativos ao projeto metropolitano por meios pacíficos, provavelmente não defenderia a guerra, pois não se tratava de algo pessoal contra eles, mas de uma visão operacional.

<sup>366</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 309.

<sup>367</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 308.



Embora vistos como inferiores no processo histórico, fadados a desaparecer e dar lugar a um novo povo, os indígenas poderiam dar uma contribuição naquela fase da história. Seriam, na sua visão, como pontes entre dois mundos distintos, sem deixar de ter suas ligações. Nesse sentido, a guerra pela guerra e o extermínio sem propósito não teriam lugar nos seus escritos. Como prova, disso narrou vários casos de más ações dos brancos para com os gentios.

A paz naqueles sertões era algo necessário, mas também estava sempre numa linha tênue, e a qualquer momento poder-se-ia desenrolar um conflito, pois, muitas vezes, uma das partes rompia o acordo. Um desses casos se deu no repovoamento de uma área em Grajaú, que havia sido desfeito por causa dos gentios da região. Ribeiro conta que após um acordo de paz com os Piocobgê, estavam na tentativa de levar adiante a ocupação da região, mas que sem motivo eles mataram um soldado e que com isso se quebrou a paz, e as relações foram desestabilizadas. O resultado disso, para ele, foi que ao invés de crescer, a povoação encolheu e ficou abandonada por falta de segurança. O comandante de um destacamento, Francisco José Pinto de Magalhães, teria desaparecido, juntamente com seus comandados, e o resultado foi a completa vulnerabilidade do lugar por falta de proteção militar.<sup>368</sup> Apesar de a maior parte ter sobrevivido, Ribeiro afirmou que muitas povoações tiveram esse mesmo destino, sendo que algumas conseguiram se reerguer, mas outras jamais tiveram outra chance.

É interessante ressaltar que ele partia do princípio de que o maior discernimento deveria ser do branco, por isso atribuía a maior parte da responsabilidade por tais problemas aos “civilizados”. E estes civilizados deveriam levar com boa-fé a amizade ao “bárbaro” e que por essa falta de bom trato, os índios também praticavam semelhantes atos: “Por isso é que estes selvagens, julgando por um uso de virtude entre nós a série de traições que têm sofrido, avigoram-se hoje no sistema traidor”.<sup>369</sup> Isso dá um significado diferente ao conflito, porque indica que se a postura daqueles que serviam a Coroa mudasse, novas relações poderiam se estabelecer, no sentido de haver mais sintonia entre ambos os lados.

Em uma dessas tentativas de paz que não tiveram êxito, Ribeiro contou que certa vez, em Caxias, tentou-se fazer uma aproximação com um grupo indígena da região, e na ocasião ofereceram ferramentas de trabalho e algodão. Ele descreve que a aproximação se deu de maneira desconfiada, e que alguns iam em busca das ofertas na outra margem do rio, enquanto outros restavam em expectativa. Quando houve o convite para que terminasse o ato

---

<sup>368</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 70-1.

<sup>369</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 453.

de paz na vila, os indígenas reagiram de maneira cruel, matando todos os que estavam na canoa, com exceção de um rapaz, que conseguiu fugir a nado.<sup>370</sup> Num cenário de tragédia, tanto o algodão, quanto a própria canoa que levava o grupo foram incendiados e as mesmas ferramentas ofertadas serviram para o destroçamento dos ofertantes, num ato qualificado como horroroso. Tal ato se somou a outros, reforçando o medo nas populações locais, o que resultou no abandono de moradores e o conseqüente prejuízo para a economia regional. Mesmo na incisiva defesa de que tais ações devessem ser coibidas com o uso da força, se necessário, Paula Ribeiro ainda ponderou o ato de brutalidade, ao afirmar ser “natural que os Timbira, temendo ver-se novamente arrematados na Praça de Caxias, procurassem evitá-los deste modo”.<sup>371</sup>

Para ele, não foram poucos os atos de crueldade e covardia cometidos pelos brancos aos indígenas de forma desnecessária, em benefícios privados ou por falta de uma visão clara do plano metropolitano por parte de gestores locais. Ribeiro foi enfático nesse ponto e em vários momentos expressou tal problema como no exemplo: “a má-fé, com que algumas vezes se tem tratado os selvagens desta capitania [...] é um dos maiores motivos que presentemente obstam para que qualquer das suas tribos se faça menos intratável”.<sup>372</sup> Ele achava uma tarefa difícil conquistar a amizade dos gentios, enquanto esses atos continuassem a ser praticados naquelas terras. Como resultado, sobrava apenas a guerra como alternativa, pois para ele a busca do crescimento das fazendas não poderia parar. Ele defendia o fim dos Sakamekran e Piocobgê, mas não sem antes alegar que poderia ter sido de outra maneira, se não fosse por más ações daqueles colonos ou funcionários da Coroa, que deveriam contribuir para a paz.

No fim das contas, com ou sem razão, os índios arredios à colonização deveriam abrir caminho, não importasse qual o meio. Para exemplificar, pode-se mencionar um exemplo contra os Timbira, no ano de 1815, em que a tropa se vendo impossibilitada de vencê-los, ofereceu a paz. No acordo haveria uma aliança contra o ataque de outras tribos e o fornecimento de condições de trabalho, terra e ferramentas para que pudessem cultivar alguma lavoura. Conta que, seduzidos pelo pacto, uma parte deles se apresentou desarmada. O resultado foi o massacre de alguns deles no mesmo local da pretendida paz. Os que sobreviveram foram presos e suas famílias escravizadas em parte na cidade de Caxias, sendo que, posteriormente, teriam sido levados às lavouras de algodão.<sup>373</sup> Para Ribeiro, foi um

---

<sup>370</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 303.

<sup>371</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 303.

<sup>372</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 315.

<sup>373</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 302.

tratamento desnecessário e uma finalidade não reconhecida pela Coroa, já que os benefícios desses atos eram apenas para os organizadores dessas expedições.

Paula Ribeiro apresenta outro caso semelhante, emblemático, que antes de descrevê-lo, assim se expressou: “Tem sido estas de uma qualidade tal, que me não posso dispensar de escrever finalmente uma que ali vi praticar, e que me confirmou no conceito que tenho [...] d’aquelas expedições”.<sup>374</sup> O episódio ao qual se refere aconteceu em São Pedro de Alcântara, em 1815, quando havia saído uma expedição para revidar agressões cometidas pelos Sakamekran e Piocobgê contra as povoações ao redor. O objetivo da empreitada seria contra as crueldades dos nativos da região. Ele informou, no entanto, que o intento fracassou diante da resistência desses nativos, o que resultou numa retirada.

Depois disso, voltaram-se contra outra, que não tinha problemas com os moradores e, para isso, contaram com a ajuda de outra nação, os Caraús. De acordo com o militar, os indígenas atacados já tinham informações de que havia homens à sua procura e estavam escondidos nas matas, com receio de que os brancos pudessem fazer, até que os Caraús os convenceram da passividade da expedição. Convencidos pelos seus semelhantes, eles foram, aos poucos, abandonando a segurança da floresta, até que mais de 360 deles, voluntariamente, se apresentaram. O resultado dessa ação foi assim descrito:

Porém qual não foi deles o espanto, a dor e o tardo arrependimento roubados pelos mesmos Caraús, e desfloradas as suas donzelas, tirados seus filhos para repartir entre a nossa gente, e parte deles mesmos índios mortos extraviadamente pelos campos, para se lhes utilizarem-se das mulheres mais bem parecidas, e isto com o pleno consentimento de quem devia e podia obstar! [...] deixando manietados ou presos cento e sessenta e quatro, que eu vi entrar nesta povoação no dia 27 de julho do mesmo ano de 1815, tão tristes e abatidos quanto se deve supor do miserável estado a que se viam reduzidos por uma horrorosa traição, aqueles mesmos que voluntariamente procuram constituírem-se vassallos do seu augusto soberano.<sup>375</sup>

Ao descrever os detalhes daquele ato contra os índios, Ribeiro expressou uma imagem angustiante de um pai que olhava para o filho preso, resultado de sua ação, que se entregaram voluntariamente aos seus carrascos. Falou de um ato de horror que só não comoveria os próprios autores de tal traição. Alegou ser desnecessário e, por isso, afirmou que tais práticas eram consequência da distorção das cartas régias, que diziam algo sobre a guerra, mas que aqueles homens abusavam das leis para cometer abusos e se beneficiar com a escravidão, conforme trecho seguinte: “As crueldades que à sombra delas se tem praticado, ambiciosa

<sup>374</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 77.

<sup>375</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 78-9.

maldade que as promoveu, e a perversa interpretação que sobre este particular se tem dado às mais pias intenções do melhor dos monarcas”.<sup>376</sup>

Outros casos de injustiça para com as tribos menos ameaçadoras foram, com frequência, cometidos. Um menos grave, mas ainda assim negativo, se deu quando outro grupo que teria alcançado a paz com os habitantes em São Pedro de Alcântara chegou para o ritual de aproximação. Na ocasião, permaneceram por dois dias na povoação, com o enfrentamento de sol forte e fome, pois os anfitriões não ofereceram mais que um boi magro, que pediram emprestado de outra povoação.<sup>377</sup> Com isso, se contentaram, sem pedir mais nada em troca. Ribeiro falou do incômodo dos nativos em não se fazerem compreender e que apesar do desconforto da má acolhida, saíram satisfeitos com os novos parceiros. Apesar desse pacífico encontro, pouco tempo depois esses nativos teriam encontrado homens de má índole que os massacraram e escravizaram.<sup>378</sup>

Boa parte desses relatos ribeirianos se passou em São Pedro de Alcântara, quando do seu trabalho de demarcação fronteiriça entre capitanias. Por coincidência ou não, também era o lugar onde morava seu desafeto, Antônio Moreira da Silva. Talvez para criar uma imagem negativa de seu rival, tenha supervalorizado as más ações com o intuito de prejudicar a imagem daquele “capitão do mato”. No entanto, parece claro que, mesmo havendo tal ênfase iconoclasta, as denúncias eram coerentes com o pensamento e com as próprias ações ilustradas do militar português.

Mais uma vez, ao invocar as cartas régias, que diziam de uma escravidão temporária, só “enquanto não perderem sua ferocidade”, os escravizadores de índios se aproveitavam da ocasião para cometer abusos, em benefício próprio, com a escravidão perpétua. Nesse sentido, estava claro que quando houvesse guerra, que fosse coordenada pela Coroa, para seus propósitos, por isso reclamava das ações à revelia que faziam das cartas régias um uso indevido.<sup>379</sup> Ele reclamava do fato de as crianças serem retiradas dos pais para esse fim. Também citou um caso, ocorrido em 1816, em que foi estabelecida a paz com a nação Augutgê, em que prometeram vantagens com o propósito de escravizá-los. Ribeiro diz que diante das justas lamentações da traição de seu líder “a humana resposta que pode obter foi uma ordem que se deu para levá-lo entre os seus a um bosque vizinho, aonde muito a sangue

---

<sup>376</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 79.

<sup>377</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 317.

<sup>378</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 318.

<sup>379</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 449.

frio foi despedaçado pelos cruéis algozes”.<sup>380</sup> Os que não tiveram o mesmo destino teriam sido vendidos como escravos nas capitanias do Pará e Piauí.

Também em São Pedro de Alcântara, ele falou de um grupo, o mesmo que já havia sido vítima da escravidão, que entrou na povoação, cujos componentes estavam tristes e abatidos pelo cruel destino que os esperava. Citou 130 escravizados, uma parte vendida no Pará, outra, formada pelos menos vigorosos, ficou nas roças de quem os escravizara.<sup>381</sup> A esses atos se agregavam outros de imensa brutalidade como a decapitação, atos que transcendiam até a compreensão daqueles que estavam acostumados a tirar vidas. Em um desses casos, falou de uma mãe nativa, que teve seu filho tirado de seus braços e colocado como alvo de flechas de outros indígenas, inimigos de sua tribo, “obrigando-a a presenciar por força qual d’aqueles tiros cruéis atravessava melhor seu querido filho”.<sup>382</sup> Entre os exemplos de más práticas, há até um em que um religioso se aproveitou para escravizar indígenas em São Pedro de Alcântara, região em que deveria atuar de outra maneira. Com isso, reforça-se que o conjunto de violências só atrapalhava uma relação que deveria ser mais harmônica, pensava, e benéfica tanto para a Coroa quanto para os próprios sertões.

Paula Ribeiro ressaltou várias nações com conhecimento de causa, em que umas eram mais amistosas que outras em relação ao homem branco, e falava daqueles que hostilizavam os navegantes da fronteira entre Maranhão, Goiás e Pará, pelos rios Tocantins e Araguaia. Dizia que os Apinagé hostilizavam no Tocantins e os Carajás no outro rio, e que essas mesmas nações já tiveram melhor relação com os colonos, mas que devido às violências que sofreram, tornaram-se “irreconciliáveis inimigos” daqueles que os traíram com atos de covardia. O resultado foi que os nativos se voltaram contra eles com equiparada violência.<sup>383</sup>

Ribeiro foi enfático nesse ponto, pois se tratava de algo decisivo para a organização das relações políticas, econômicas e sociais nos sertões. Quanto mais se intensificavam essas relações de traição e crueldade, mais caro se tornava ao erário dar continuidade a seu projeto, uma vez que a guerra se tornava única alternativa para incorporar grupos ao sistema colonial da capitania. A paz, quase sempre, foi menos dispendiosa, assim como um processo mais vantajoso, em outros aspectos, além de mais humano. Ele lamentava o irreconciliável ódio dos Gamela e Timbira. Conta que, atraídos por uma falsa promessa de paz, foram massacrados e escravizados na vila de Caxias, e que desde então jamais aceitaram outra

<sup>380</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 450.

<sup>381</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 452.

<sup>382</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 452.

<sup>383</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 37.

proposta semelhante. Diz ainda que tal era seu ódio que aqueles que escapavam das prisões eram mortos por seus pares só para evitar qualquer tipo de contato com seus algozes.<sup>384</sup>

O resultado disso foi uma cadeia de conflitos que poderiam ser evitados se as relações fossem diferentes, especialmente por parte dos autointitulados civilizados. Ainda que a preocupação ribeiriana fosse mais com a Coroa do que com a integridade física, cultural e moral dos indígenas, ele fez um avanço importante, diferente de muitos em seu tempo, para a condução de novas relações sociais entre brancos e nativos, mesmo que, no fim das contas, o objetivo final fosse o seu desaparecimento em detrimento do branco. Tal visão, de alguma forma, contribuiu para uma maior integridade de muitas tribos, as mais distantes, nos confins do sertão maranhense.

É nesse sentido que Ribeiro se colocava contra todos aqueles atos de tortura que narrou, porque para ele pouco ganhavam aqueles homens que os praticavam. Como último exemplo de suas denúncias, pode-se mencionar, mais uma vez, o caso dos indígenas do grupo dos Sacamecrã, presos em Caxias, traídos e escravizados. As mulheres, conta, mostravam leite em suas mamas e suplicavam para que os algozes as libertassem, do contrário suas tenras crianças morreriam de fome. Desta maneira se manifestou contra aqueles homens: “se o sistema de então era exaurir os pobres Capiocrãs, somos de parecer que fora mais humanidades enforca-los logo a todos por uma vez, do que mata-los de fome”.<sup>385</sup>

Paula Ribeiro, nesse mesmo quesito, aponta outro problema que considerava igualmente desnecessário e desumano, a saber, a proposital infecção de doenças entre os gentios. Prática muito antiga, não deixou de ser repetida naquela região. Pode até ser surpreendente que ele tenha se contraposto a isso, já que, do ponto de vista bélico, ela produzia um resultado efetivo. Talvez seu espírito ilustrado vislumbrasse um mundo guiado pela razão e fraternidade entre os iguais, e por isso acreditava que outros meios, mais pacíficos, se bem orquestrados, dariam os resultados esperados: “nada porém julgamos tão repreensível como a deliberação de introduzir entre aqueles miseráveis o contágio das bexigas, do qual a vila de Caxias e suas vizinhanças estavam naquele tempo infestadas”.<sup>386</sup> Ele descreveu o sofrimento dos indígenas infectados com aquela desconhecida doença, para a qual seus corpos não tinham resistência, nem seus conhecimentos medicinais poderiam ajudar. A solução que muitos encontravam era acabar com suas próprias vidas e o faziam

<sup>384</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 42-3.

<sup>385</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 311.

<sup>386</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 311.

esmagando a cabeça dos doentes com uma enorme pedra.<sup>387</sup> É importante lembrar também que aquelas doenças, apesar de serem mais perigosas aos nativos, também eram prejudiciais à população colona. Talvez por isso, achava que tal prática deveria ser abolida naquelas terras.

Paula Ribeiro acreditava que, na medida em que o desenho de colonização para os sertões tivesse êxito, os nativos iriam gradativamente aderir ao novo modo de vida por meios pacíficos, pois eles estavam condenados a desaparecer da história. Apesar da perene defesa aos nativos, no fim das contas, isso não foi menos trágico para a história indígena da região, pois seu protagonismo foi renegado. Sua contribuição sempre foi posta em segundo plano, mesmo no processo em que sempre esteve no centro da questão. Essa mesma percepção se manteve no olhar dos futuros estudiosos, observadores e habitantes sertanejos, de modo que ainda hoje seus ecos são perceptíveis.

### **Percepções culturais**

No que se refere aos aspectos culturais dos habitantes sertanejos maranhenses, Paula Ribeiro, bem como outros viajantes que estiveram na região, mais ou menos na mesma época, pouco escreveram. Em alguns casos, as descrições se resumem a poucas palavras, pois este tema, na maioria das vezes, não era dos mais interessante para governos que financiavam viagens, nem para os próprios viajantes, a depender do seu perfil. Comumente, esses estrangeiros estavam voltados para assuntos de outra natureza, além disso, naquele tempo, o desinteresse situava-se num contexto em que o padrão da superioridade cultural europeia era uma premissa aceita pela maioria. Com base nisso, quanto mais distante do modelo europeu, em termos culturais, mais esdrúxulo e menos importante parecia para aqueles que passaram pelos sertões do Maranhão e de outras capitanias.

Além da curiosidade pelo exótico, aqueles homens, em especial Paula Ribeiro, percebiam quase tudo que viam, no aspecto cultural, como algo sem grande importância. Valores e práticas não passavam de uma realidade obsoleta e, por conta disso, quase nada se produziu sobre o assunto. Muito do que se tem sobre a cultura assim como sobre os outros aspectos em destaque nesta tese não provém de uma pesquisa específica, mas sim do resultado de informações dispersas, colhidas de uma narrativa com outra finalidade, que se direcionava a consagrar a superioridade de um povo sobre o outro. Quase todos os viajantes que estiveram nas terras maranhenses esqueceram ou não tiveram interesse profundo no aspecto cultural da região. Mesmo Paula Ribeiro, aquele que com mais riqueza de detalhes

---

<sup>387</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 313.

descreveu o universo sertanejo, em diferentes aspectos, quase nada dedicou de seus escritos sobre o assunto. Entretanto, é possível traçar um perfil da cultura local com base em alguns indícios narrativos deixados por viajantes, em especial o que se destaca neste trabalho.

Os viajantes estrangeiros, segundo seus modos de vida, faziam, via de regra, um julgamento dos habitantes das colônias como pessoas preguiçosas. A título de exemplo, pode-se apresentar a impressão de frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, sobre o sertão maranhense que, segundo ele, os habitantes viviam num lugar pleno de recursos naturais, mas que não aproveitavam devidamente. De acordo com esse autor, ninguém deveria passar dificuldades naquelas terras, porque “Qualquer proprietário cede por muitos anos ao pobre muitas braças quadradas de terreno; a natureza espontaneamente oferece muitos socorros para a vida; os matos e os campos assaz abundam em mel, frutas, caça, etc.”.<sup>388</sup>

Nos indígenas, Francisco Prazeres observava apenas seu perigo para as povoações, já que muitas nações não viviam em paz com os colonos. Em relação ao sertanejo, mestiço, disse, com certo espanto, que eles não se preocupavam com o amanhã, buscavam a sobrevivência em um dia de cada vez.<sup>389</sup> Dizia que a maioria se contentava com uma pequena lavoura, complementada pela pesca e caça. Até citou algumas atividades artesanais além dessas, mas a imagem que tinha daquele povo era a de uma prevalecente miséria, decorrente da falta de atividade de seus moradores, tanto em termos materiais quanto espirituais. Talvez suas moradias sintetizassem essa imagem dos habitantes locais: “as suas casas, que pela maior parte se podem chamar pocilgas, são de taipa, térreas e cobertas de folhas de palmeira, e a maior parte só com portas de esteira. Vivem de caça, pesca e alguma lavoura”.<sup>390</sup>

A perspectiva de João Pereira Caldas era praticamente a mesma, porque relatava um lugar rico pela sua natureza, com belos e abundantes pastos, terras férteis, mas que os homens do sertão seriam incapazes de produzir riqueza com base no que havia porque eram preguiçosos. Tendo por base um modelo de acúmulo que produzia excedentes para um comércio, o autor não compreendia por que os habitantes locais não tinham tal interesse. Para o autor, um único modo de vida era possível, o do crescimento econômico, herdeiro da concepção iluminista, de modo que qualquer realidade fora daquela, seria uma aberração. Por isso, via como grande desperdício aquela falta de aproveitamento das riquezas naturais, que só

<sup>388</sup> PRAZERES, Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba Maranhense, ou relação histórica da província do Maranhão*. IHGB, Tomo LIV, Parte I, 1891, p. 129.

<sup>389</sup> PRAZERES, Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense...* 1891, p. 135.

<sup>390</sup> PRAZERES, Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense...* 1891, p. 135.



não eram mais bem aproveitadas, segundo ele, porque a preguiça de seus habitantes impedia.<sup>391</sup>

Francisco Xavier Machado é outro viajante que resumiu a cultura sertaneja em meia dúzia de palavras, pois tal, como os outros, não achava necessário mais que isso para o assunto. Em sua breve narrativa, há um aspecto positivo, aquele que diz serem os habitantes locais de boa índole. Por outro lado, assegurava serem de má educação, por falta de quem herdar, afirmou. Apesar de um temperamento positivo, o autor identificou um caráter de arrogância no sertanejo. Embora seu exemplo seja para os sertanejos do Piauí, na vizinhança com o Maranhão, ele via nas capitânicas por onde andou mais ou menos a mesma realidade, como mostra em seus escritos. Assim, afirmou: “logo que se supõem brancos ou forros, já se julgam em paralelo com a pessoa de maior respeito e autoridade”.<sup>392</sup> Talvez o viajante estivesse percebendo, sem se dar conta, daquele sentimento de rebeldia, característico dos sertões, contra autoridades ou pessoas comuns de fora do lugar, aquele sentimento que se formou na reivindicação de autonomia política e econômica para a região.

De acordo com Francisco Xavier Machado, enquanto os mais ricos eram arrogantes, porque queriam se postar à altura daqueles mais favorecidos socialmente, os pobres tendiam a hábitos repreensíveis, como o vício da cachaça e do tabaco, além das danças típicas da região.<sup>393</sup> Certamente, as danças eram vistas de forma pejorativa porque eram influenciadas pelas culturas indígena e africana. Também disse, no mesmo trecho, que esses habitantes eram preguiçosos e tendentes ao crime e, para ele, a melhor explicação para esse quadro de vícios era a própria geografia do lugar, que, por oferecer de tudo, sem dificuldades, as pessoas se entregavam ao ócio. Tal explicação, como as precedentes, tinha como padrão, conforme já dito, o modelo cultural europeu, posteriormente exportado para as colônias.

Outro que caminhava nessa direção eurocêntrica determinista foi Raimundo Gaioso. Em relação aos indígenas, ele via neles uma indelével debilidade de caráter, de maneira que os meios pacíficos dificilmente conquistariam os nativos, só a guerra e a destruição o fariam. Crente numa visão essencialista em que os bons e os maus estavam, *a priori*, identificados, ele justificou seu ponto de vista com base na organização social dos nativos e nisso separava aqueles que eram capazes de se organizar aos moldes civilizacionais europeus. Assim se referiu sobre o assunto: “O amor à pátria é uma afeição dominante nos estados civilizados,

<sup>391</sup> PRAZERES, Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense...* 1891, p. 130.

<sup>392</sup> MACHADO, Francisco Xavier. *Memória Relativa às capitânicas do Piauí e Maranhão*. IHGB, Tomo XVII, vol. 17, 1854, p. 63.

<sup>393</sup> MACHADO, Francisco Xavier. *Memória Relativa às capitânicas do Piauí...* 1854, p. 63.

que conserva as nações por séculos inteiros no seu carácter [...] esse amor é um sentimento que nasce no meio da sociedade, mas não se conhece no estado de natureza”.<sup>394</sup> Crente que essa realidade não mudaria, o autor se postava como um entusiasmado defensor do extermínio indígena para que a civilização europeia pudesse ocupar mais um espaço no mundo.

Um dos maiores vícios da cultura local, de acordo com Gaioso, era a resistência à religião, que, por culpa do clima quente, afirmava, contaminava até mesmo os europeus. Ele assegura que as “três espécies de gente” - o branco, o indígena e o negro - estavam entregues à promiscuidade. Dizia ser corriqueiro “que há brancos que preferem esta amizade ilícita com uma mulata, negra ou índia, ao mais ajustado casamento”.<sup>395</sup> Na sua visão de mundo, os povos nativos ou africanos nada teriam de virtude que justificasse uma aproximação entre eles, isso só deveria ocorrer em caso de falta de opções. Diante da impossibilidade de um povoamento branco, era justificável, no primeiro momento, tal aproximação, mas por serem supostamente degenerados e inferiores, a “raça branca” prevaleceria depois de algumas gerações.<sup>396</sup> O mestiço estaria numa zona intermediária, à frente de indígenas e africanos, mas também deveria desaparecer. A civilização se concretizaria somente quando isso ocorresse, o domínio da raça europeia e da religião cristã. Gaioso, talvez por ter estudado na França e Inglaterra,<sup>397</sup> era a expressão de um eurocentrismo radical, comum em seu tempo, pois não dava demonstrações de aceitar outra possibilidade de povo ou cultura que não a do velho continente.

Por fim, entre os estrangeiros que fizeram alguma observação no que concerne à cultura sertaneja maranhense, os viajantes alemães Spix e Martius tiveram uma rápida passagem pela capitania, de modo que quase nada se ocuparam sobre o assunto referente à cultura. Preferiram focar na economia algodoeira que, em seu tempo, ainda tinha expressão. Contudo, filiados a uma perspectiva romântica, findaram por dar algum enfoque, ainda que tangencial, à cultura dos habitantes sertanejos. Para eles, as tribos “eram iguais nos costumes” e ao acompanharem o ritual de uma delas, no interior do Maranhão, os viajantes o descreveram de maneira horrenda, sem harmonia e sem sentido. Em cada gesto só encontraram o grotesco e um caos de gesticulações, de modo que afirmaram: “tudo isso

---

<sup>394</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 232-3.

<sup>395</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 122.

<sup>396</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 118-9.

<sup>397</sup> LABIDI, Sofiane. *Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão...* 2012.

poderia figurar como uma cena do inferno”.<sup>398</sup> Esse seria, de forma sintética, o olhar daqueles homens para a distante e supostamente inferior cultura indígena maranhense.

Os estrangeiros alemães defendiam o processo civilizador, mesmo que por meio da guerra, pois para eles a aproximação entre as duas culturas poderia levar a melhoramentos mútuos, mais para os nativos que para os brancos. Apesar de tudo, ainda ponderaram, em alguns aspectos, o “necessário” processo colonizador e a relação entre as culturas. Diferentes da maioria naquele período, não eram a favor do extermínio genocida por si mesmo, nem de todas as imposições unilaterais. Para eles, a dominação deveria ocorrer com o máximo respeito às culturas nativas, e com base nisso, assim descreveram negativamente o corriqueiro procedimento: “se a expedição é bem-sucedida, obrigam-se os vencedores a recorrer à soberania de Portugal [...] devem trabalhar numa lavoura e por ser instruído na fé cristã por um eclesiástico. Que frutos produzirá tão violenta operação não é difícil prever”.<sup>399</sup>

Para os viajantes, a imposição de um novo modo de vida não deveria se dar de maneira tão brusca e agressiva como se costumava fazer, especialmente com a religião. Reclamavam que, apesar dessas imposições, o governo ou os colonos não ofereciam mais nada aos nativos, que ficavam abandonados à própria sorte, sem qualquer suporte significativo para uma vida melhor. Primeiramente, o Estado os corrompia, destruía sua cultura e depois os abandonava em um mundo estranho e sem ajuda. O resultado disso, alegavam os viajantes, era que os indígenas mergulhavam em maus hábitos, provenientes da cultura estrangeira, a exemplo do consumo de cachaça em excesso. Para Spix e Martius, o processo de colonização deveria ocorrer em melhores condições econômicas, sociais e culturais, subsidiadas pela Coroa portuguesa. Dessa maneira, a absorção da cultura nativa pela europeia se daria num processo menos indolor, mais humano.

Os viajantes relataram um encontro com Paula Ribeiro e, talvez, não por coincidência, algumas de suas descrições sobre o índio são semelhantes, tanto nos aspectos negativos quanto nos positivos. O certo é que entre os estrangeiros que dissertaram sobre a cultura nativa, a visão que mais se aproxima, apesar das diferenças da ribeiriana, é a dos alemães. O militar, mesmo com seus *a priori* eurocêntricos, oferece, em parte, uma perspectiva positiva daqueles povos, embora isso não possa ser encontrado a não em meio a um conjunto de imagens negativas. Por meio de uma triagem, é possível encontrar tais aspectos positivos, quase perdidos. Assim como Spix e Martius, Ribeiro também pressupôs que a cultura

<sup>398</sup> SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil...* 1976, p. 234-5.

<sup>399</sup> SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil...* 1976, p. 226.

indígena do sertão fosse mais ou menos a mesma para todas as nações, e isso dá uma ideia de como se balizava sua visão de mundo. Para explicar sua afirmação com um exemplo, ele tomou por base a língua, mais precisamente algumas expressões, e diz que os Timbira do Tocantins chamavam a carne de vaca de “*puritinhĩ*” e a cabeça do animal de “*purihikrans*”, enquanto os Timbira do Itapecuru denominavam a carne por “*puritinhẽ*” e a cabeça, de “*puriticrã*”.<sup>400</sup> Para o militar, essa referência era suficiente para justificar a generalização que facilmente era aceita por um público externo ou mesmo interno.

Ele fez uma análise para mostrar que os indígenas do Maranhão eram diferentes de outros, fora do continente americano, localizados no hemisfério norte, a exemplo de iroqueses, hurões e esquimós. Sem considerar as imposições da própria natureza pelo clima, afirmou que, apesar de também serem bárbaros, aqueles vestiam alguma roupa e usavam um tipo de calçado, diferentemente dos nativos maranhenses, que, embora menos ferozes, viviam completamente nus, “usando por única compostura pintar seus corpos”. Visto como um critério hierárquico, o cobrimento do corpo, Ribeiro, na sua tentativa de reduzir o valor dos costumes nativos, ainda acrescentou que praticavam outros comportamentos, igualmente pavorosos, como o de perfurar “as orelhas e o beijo inferior, ousando meter nestes furos grandes rodela e botoques de pau, ou pontas de osso”.<sup>401</sup>

Apesar de observar que os nativos cuidavam bem de seus longos cabelos, acrescentou que o cheiro deixado pela tinta de urucum era muito ruim e, para finalizar, afirmou que seus rituais de diplomacia se expressavam de uma maneira horrível. Seus cantos, danças, gestos, tudo daquilo que compunha um ritual, não traziam nenhuma espécie de beleza ou importância, tratava-se, na sua visão, apenas de algo excêntrico. Assim descreveu um desses rituais festivos de dança e canto, em que havia uma grande fogueira ao centro para as mulheres prepararem a comida, enquanto dançavam “ao som das suas buzinas, maracás e outros instrumentos infernais”.<sup>402</sup> Ao se referir àquele cerimonial considerado esdrúxulo, Ribeiro dizia que ele durava toda a noite e que os nativos só deixavam de praticar em casos extremos, como as guerras, funerais ou perseguições dos brancos.

Na esteira de seus aspectos convencionais, criticava a falta de conhecimento dos indígenas em relação à religião cristã. Considerava que sua própria religiosidade não tinha o mesmo valor que a religião adotada na Europa. Além disso, os nativos contavam o tempo e sua própria história de maneira diferente. Por conta disso, também afirmava que os nativos

<sup>400</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 186.

<sup>401</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 192.

<sup>402</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 189.

estavam profundamente mergulhados na ignorância. Para os nativos, as narrativas de explicação de suas origens não se davam com feitos individuais, mas sim coletivos e intimamente relacionadas à natureza. Para Ribeiro, uma visão histórica que não privilegiava os “grandes feitos” individuais não faria sentido, e por isso afirmava: “homens que vivem sem história [...] é fácil esquecer a sua origem; sendo, pois, por isso que a estes à segunda ou terceira geração lhes não lembra mais o parentesco”.<sup>403</sup>

Essa falta de explicação de origem, pensava o militar, dificultava a criação de um sentimento de comunidade entre as tribos, que, por isso, viviam em constante guerra entre si. Sem se dar conta de que o sentimento de nação jamais impediu as guerras e os ódios entre as pessoas, julgava as tribos maranhenses por uma falta de coletividade entre elas. De fato, se os povos indígenas tivessem uma noção global dos danos causados pelo processo de colonização, certamente muitos desses povos não aceitariam fazer alianças com o branco, para o enfrentamento de outros grupos nativos e, com isso, a colonização na capitania enfrentaria mais dificuldades. Embora os europeus não tivessem tais sentimentos que Ribeiro alegava não haver nas tribos do sertão, assim tentou explicar a situação dos nativos:

Parece que a divina providência traz sempre entre si desunidas por tal forma estas colônias de imenso gentilismo, que julgamos ser isso o que nos salva; porque do contrário se as tivesse unido num interesse comum que não conhecem, teriam elas certamente dado a esta capitania ainda maiores trabalhos do que aqueles que até hoje tem sofrido de suas incursões.<sup>404</sup>

Na visão ribeiriana, da mesma forma que lhes faltava um sentimento político, capaz de lhes dar mais força, e uma religião para um suposto engrandecimento de caráter, também lhes faltaria um espírito econômico para a busca do enriquecimento. Ele relatou que eles se restringiam a plantar em pequenas porções de terras para colher uma produção que os alimentasse naquele ano e gerar um excedente para sustentá-los até o ano seguinte, quando produziram novamente suas batatas e milhos, além outros gêneros alimentícios.<sup>405</sup> Ele achava um desperdício para os nativos e para a metrópole o fato de não aproveitarem a terra de uma maneira mais racional. Nessa perspectiva, no que concerne a temas axiais, como a religião, a política e a economia, a concepção nativa do mundo não atendia a requisitos significativos de grandeza, que merecessem grande respeito. Assim, eram vistos como arcaicos e condenados ao desaparecimento, porque, naquele mundo que emergia no século XIX, não haveria espaço para outros modos de reger as sociedades, que não os provenientes do velho continente. O

<sup>403</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 186-7.

<sup>404</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 186.

<sup>405</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 187.

destino para as chamadas comunidades bárbaras era o inevitável desaparecimento, seria apenas uma questão de tempo e maneira.

É por isso, também, que Ribeiro sempre pregou uma incorporação desses grupos à civilização colonizadora. Isso tornaria o processo de desaparecimento mais humano, rápido e útil, pois, para ele, seria melhor que o extermínio pela guerra. Sua reclamação mostra isso, como já foi feito em outros momentos, dos homens que empreendiam guerra contra os índios apenas pelos interesses particulares, quando deveria, de acordo com ele, “educar” ou “para empregar utilmente seus serviços [...] ou deles formar homens pretendidos”.<sup>406</sup> Embora ele não explique o que exatamente queria dizer com educar, não é difícil pressupor que seria por meio do trabalho livre, em que houvesse incentivos diversos para que os nativos permanecessem no ofício.

Conforme já dito, há uma diferença entre Paula Ribeiro e a maioria dos que escreveram, em seu tempo, sobre as terras maranhenses. Ainda que carregasse o convencionalismo de sua época, para ele, o estado de natureza poderia ser transformado pela civilização num processo contínuo e longo. Ainda que quase imutável, a natureza poderia ser aperfeiçoada pelo espírito da razão. Mesmo aquelas sociedades mais distantes e isoladas, de acordo com esse pensamento, um dia conheceriam a face “reluzente” do desenvolvimento iluminista, mesmo que tivessem que ser destruídas e substituídas por outra.

No caso da sociedade sertaneja do Maranhão, ela passaria de indígena a mestiça, depois branca, racional e “virtuosa”. Não seria uma tarefa simples incorporar os nativos, pois alguns grupos eram mais resistentes que outros, mas era algo que deveria ser buscado. Ribeiro contou que passou três meses em convívio com os Macamekrans e que mesmo com isso nada perderam de seus costumes naturais,<sup>407</sup> pressupondo que eles deveriam ter assimilado os costumes europeus. Talvez aqueles indígenas tenham feito a si o mesmo questionamento, com a mesma admiração, já que o militar não deu demonstração nenhuma de que assimilara algum elemento da cultura nativa. Ele chamou a atenção para o fato de os índios continuarem na sua “imodesta nudez”, assim como nos demais costumes seus:

Aquele asqueroso método de preparar as suas comidas em covas feitas no chão, cobrindo as viandas com terra afogueada de pedras quentes, e devorando-as com a mesma terra misturadas, lhes é mais agradável e saboroso do que os nossos usos a esse respeito; assim mesmo não se servem

<sup>406</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 77.

<sup>407</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 321.

de água para lavar as entranhas das caças que adquirem, e apenas lhes descarregam dos intestinos as mais grossas fezes.<sup>408</sup>

Nesse mesmo gesto também disse que eram capazes de trocar suas esposas por fumo, pois desconheciam aquela plantação, apesar de darem muito valor. Desconheciam igualmente várias outras culturas que lhes podiam ser úteis e, de acordo com sua percepção, só o ignoravam por falta de uma mentalidade positiva, por estarem mergulhados no comodismo. Em escritos posteriores, reafirmou essa mesma ideia, ao asseverar que mesmo depois de oito anos de convivência com brancos, ainda continuavam no seu “barbarismo”, “sem esperança de melhoramento”, pois estavam supostamente imersos num ócio degenerativo. Por outro lado, também afirmou que, apesar disso, os nativos poderiam reaprender a viver de outra maneira. Ele só acreditava nessa mudança de comportamento porque via nos “bárbaros” algumas qualidades que poderiam ser potencializadas. Ainda que tivessem mais vícios que virtudes, poderiam assimilar com os “civilizados” valores positivos. Ele afirmou, por exemplo, que, apesar de os índios serem mais pedintes que os ciganos, disse que em certa ocasião de paz, conduzidos por seu líder, não o fizeram. Paula Ribeiro se referiu a esse líder como detentor de um comportamento diferente dos outros e por isso louvável. Ressaltou ainda, na intenção de elogiá-lo, que ele não parecia um bárbaro, “o que prova que toda a classe de homens é suscetível de virtudes, mais ou menos aperfeiçoadas”.<sup>409</sup>

Não apenas seus líderes eram dotados de virtudes, na visão ribeiriana, mas muitas daquelas tribos do sertão tinham qualidades que até deveriam ser copiadas pelos brancos. Parece que o militar era um conhecedor de povos nativos, não apenas do Brasil como de outras regiões, ainda que teoricamente, tal como expressa em alguns momentos em seus escritos. Em um dos casos, afirmou que diferentemente das tribos setentrionais, as brasileiras eram menos ferozes e não tendiam ao canibalismo “assim como não atormentavam os seus prisioneiros de guerra com as horríveis torturas praticadas entre iroqueses, hurões e outras nações bárbaras do Canadá”.<sup>410</sup> Aliás, Paula Ribeiro também mostrou conhecimento sobre a história antiga, ao comparar um funeral indígena no sertão, ao grego da antiguidade. Não se sabe se realmente ele era interessado no assunto ou se apenas queria mostrar erudição. Na comparação da prática funerária, observou que o corpo de um índio fora enterrado com um cesto de alimentos para sua viagem ao outro mundo, sendo o alimento composto por

<sup>408</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 321.

<sup>409</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 316.

<sup>410</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 190.

amendoim, milho e batatas. Num tom irônico, afirmou que a quantidade de alimentos era pequena, pressupondo que a viagem do homem fosse longa.<sup>411</sup>

Do ponto de vista físico, os nativos eram sempre vistos como fortes, e isso ora tinha uma conotação positiva ora negativa em alguns momentos, como algo estranho, que variava entre os dois extremos. Dois exemplos expressam essa surpresa bipolar. O primeiro é sua admiração com as indígenas de determinada tribo, que carregavam seus filhos tenros nas costas em tipóias, e ao mesmo tempo levavam consigo vários utensílios de uso diário, a exemplo de “cabaças para água, esteiras para dormir, pilões em que pisam o coco para fazer leite, cuias para beber água, e outras muitas ridicularias”.<sup>412</sup> O outro, talvez mais impressionante, fala de como as mulheres pariam, sem que para isso tivessem que descansar de sua contínua jornada. Ele relata que, ao ter o filho à beira de um rio ou riacho, as nativas de determinado grupo lavavam-se e a seus bebês e logo em seguida continuavam sem o descanso indispensável para as mulheres brancas.<sup>413</sup> Para ele, tal informação chocava as esposas brancas que ouviam essas histórias, e certamente não poderia ser diferente, pois mesmo homens acostumados à convivência com os nativos não deixavam de se impressionar com alguns de seus comportamentos.

Numa perspectiva positiva, o militar se impressionou com o casamento de um desses grupos nativos do sertão. Para as mulheres, ele se daria com idade de catorze ou quinze anos e para os homens, não menos dos 25 anos, “costume louvável, que merecia ser adotado por todas as nações civis”, dizia.<sup>414</sup> Isso mostra que na sua visão havia qualidades e, mesmo, uma essência de virtudes nos indígenas. Era uma questão de ensinamentos para eles que os ajudassem a melhorar naquilo que era necessário. Ao invés dos maus tratos para com eles, deveria haver uma etapa posterior para se aproximar os modos de vida colonizador e nativo, num processo que o militar se referia como útil para eles mesmos e para a Coroa.<sup>415</sup> Ele informou que, na capitania maranhense, havia dezenas de milhares de “almas gentias”, que estavam confinadas em suas matas e que deveriam ser aproveitadas.

De acordo com Paula Ribeiro, a aproximação em diferentes níveis era fundamental, pois somente um processo educativo poderia ensinar os nativos no ofício da criação de gado, da agricultura, do comércio. Dessa maneira, o Estado português estaria livre de várias

---

<sup>411</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 195-6.

<sup>412</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 188.

<sup>413</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 189-9.

<sup>414</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 190-1.

<sup>415</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 46.



despesas com a guerra, ao mesmo tempo em que resolveria o crônico problema de falta de mão de obra no sertão. O curioso é que apesar de a Igreja sempre ter desempenhado esse papel, em toda a colônia e no próprio sertão maranhense, Ribeiro fez jus a seu pensamento ilustrado e laico, e nunca requereu em seus escritos a participação religiosa no processo colonizador, porque para ele deveria ser uma condução governamental. Mesmo quando citava a participação de religiosos em algumas atividades, ele o fazia referindo-se a indivíduos, não à instituição da qual eles faziam parte.

Em termos locais, a falta de um propósito coerente, muitas vezes, impediu o propósito de “ensinamento” e aproveitamento dos nativos.<sup>416</sup> Não se tratava, de acordo com o militar, de um processo financeiramente desvantajoso, que exigisse grandes esforços, era mais uma questão de atitude. Com pequenos atos, pensava, poder-se-ia fazer uma grande transformação econômica, social e cultural nos sertões maranhenses, mas ainda não havia chegado o tempo em que a maioria dos homens estivesse em sintonia com os mesmos valores. Dessa maneira, ele se expressava, de maneira indireta.

No que se refere especificamente ao sertanejo, mestiço, Paula Ribeiro acreditava que eles estavam, historicamente, num estágio posterior ao indígena e anterior ao europeu, por isso tinham qualidades dos dois lados. Tal como Gaioso, que esperava o branqueamento pelo contato entre as raças em algumas gerações, ele também acreditava nessa supremacia sobre a raça e a cultura “bárbara”. Tal transição histórica se faria de maneira gradativa, mas não de forma natural, era preciso uma intervenção política para que o processo avançasse e isso deveria ser feito com várias ações, a exemplo das já apresentadas aqui. Ribeiro também não falou muito a respeito dos mestiços no que se refere a seus aspectos culturais. Não havia enigma, nem grande interesse sobre o assunto, mas das poucas descrições existentes, é possível retirar algo que ajude a entender a futura configuração da identidade sertaneja. Isso se daria no processo de ressignificação de algumas imagens e, também, na criação de outras, para completar um conjunto significativo, capaz de dar substância à cultura regional como algo diferente do norte da capitania maranhense e por isso mesmo capaz de ter seu próprio projeto político, econômico, social e cultural.

Assim como Francisco Xavier Machado, que afirmou ser boa a índole do sertanejo, ele também os descreveu positivamente, no que se refere ao seu temperamento, pois não teriam “maiores defeitos que escandalizassem a humanidade”.<sup>417</sup> Fez, contudo, uma circunscrição

---

<sup>416</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. *Memoria sobre as nações gentias...* p. 310-1.

<sup>417</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 45.

negativa, quando se referiu a uma região próxima a São Luís, fora dos sertões de Pastos Bons, cujos habitantes eram “inimigos do trabalho”, nada produzindo além de farinha de mandioca e tudo de que necessitavam vinha da capital.<sup>418</sup> Essa falta de “indústria”, afirmou, era o principal motivo para que tivessem uma vida tão pobre, pois ainda que habitassem em áreas férteis, próximas ao mar e rios, restringiam suas atividades à extração do mínimo para a sobrevivência.

Em relação aos habitantes não indígenas, de Pastos Bons, ele os via como pessoas mais próximas do estado de natureza que da civilização, contudo eram capazes de fazer funcionar toda a engrenagem pecuária da colonização sertaneja. Assim Ribeiro resumiu a maneira de ser dos sertanejos: “muitos, ainda mesmo dos mais ricos, não deixam de andar quase nus sem camisa e ceroulas de algodão grosso, e de comer ou dormir no chão sobre a pele seca de um boi”.<sup>419</sup> Por outro lado, ele os delineava como pessoas que acolhiam bem aqueles que passavam em suas terras, ofereciam hospedagem e faziam o possível para deixar suas visitas bem amparadas, com “aquele agrado próprio sim da sua rusticidade, porém sincero e de boa fé”, relatou.<sup>420</sup> Com base nisso, Paula Ribeiro afirmou que, entre os sertanejos que conhecera, o maranhense era o “menos desumano”.<sup>421</sup> O termo não é desprezioso, pois apesar da intenção do elogio, de fato ele os enxergava numa condição de sub-humanidade, por estarem culturalmente mais próximos do indígena que do europeu. Para além disso, no entanto, mais uma vez a questão terminava num dilema político de ações externas aos próprios habitantes, pois, de acordo com ele:

[...] Seria assaz louvável pela face que apresenta uma educação ágil e robusta, que ao mesmo tempo incluísse as outras partes nobres de uma educação política e moral: porém não sucede entre estes assim, e antes pelo contrário não só as primeiras letras lhes são desconhecidas, pois que em tanta extensão povoada não se viu até hoje uma escola pública ou particular, mas até as mesmas artes mecânicas não são por estes exercidas, como que lhes fossem desnecessárias [...].<sup>422</sup>

Estava aí uma boa maneira de “civilizar” os sertões, por um processo educativo que levasse os homens além de seus instintos naturais. Abandonados por uma assistência governamental, não seria possível construir o desejado projeto colonizador com êxito duradouro. Ações educativas, pensava, poderiam agregar o que de melhor havia na cultura local e, ao mesmo tempo, potencializariam o desenvolvimento econômico, social e cultural.

<sup>418</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 48.

<sup>419</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 77.

<sup>420</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 66.

<sup>421</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 45.

<sup>422</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 77.

Assim foi o desejo e o empenho de Francisco de Paula Ribeiro, ainda que jamais tenha visto seu sonho se concretizar.

### **Percepções geográficas**

No que se refere à geografia sertaneja em si, sua natureza, tal como a cultura, também não foram muitas as descrições, nem por Paula Ribeiro, nem por outros viajantes que passaram pela capitania maranhense. No entanto, mais uma vez o português foi além dos demais nesse aspecto, e não por outro motivo, novamente ele se diferenciou, pois ninguém projetou, em seu tempo, impressões tão fortes sobre o lugar. O que une Ribeiro aos demais é a necessidade utilitarista para abordar aquela natureza, pois se estavam a serviço da metrópole, deveriam, como de fato o fizeram, apresentar as vantagens e desvantagens dos elementos naturais para um aproveitamento econômico na agricultura, comércio, produção de gado ou mesmo para as condições de vida para aqueles que iriam empreender o projeto colonizador. Mas nessa tarefa, os observadores externos, em especial o próprio Ribeiro, apresentaram algumas características para aquela natureza que vão além das descrições pragmáticas e alcançam um caráter subjetivo e, mesmo, poético. Tais aspectos foram posteriormente ressignificados, e uma concepção de natureza quase mítica ganhou, ao longo do tempo, força na construção identitária sertaneja maranhense. Beleza, saúde, abundância, entre outros elementos, adquiriram tonicidade em percepções posteriores, que resultaram, em parte, numa substituição de elementos culturais supostamente debilitados, porque pertencentes à cultura nativa ou mestiça.

Sebastião Belfort, um dos viajantes que percorreram a capitania maranhense, escreveu com detalhes estradas, fazendas, entre outros elementos, mas no que se refere a uma geografia poética, praticamente nada abordou. O termo poético, conforme se entende aqui, é algo que se relaciona a sentimentos - medo, alegria, solidão, estética, entre outros elementos - conforme se verá no decorrer deste texto. Seu objetivo foi atender a um propósito específico, o de mostrar como chegar ao Rio de Janeiro, partindo da capitania maranhense. Exatamente por esse motivo não é possível encontrar algo muito além de uma descrição como esta: “do arraial se encaminha para os distritos dos Olhos d’Água e Brejo, a qual se separa da Inhumana na fazenda das Cajazeiras; todas elas por campos, muito boas, povoadas até certa altura, e abundantes de belas águas”.<sup>423</sup> Sua característica militar o compelia a não ir muito além das

---

<sup>423</sup> BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. *Roteiro e mapa da viagem...* 1810, p. 16.

pretensas descrições “objetivas”, por isso a geografia maranhense, a seus olhos, não era mais do que um espaço que se deveria estar de passagem.

Xavier Machado é outro que se somou ao pequeno conjunto daqueles que ofereceram alguma informação sobre a geografia sertaneja. Em seu caráter não meramente pragmático, ele assegurou estarem enganados aqueles que afirmavam que o Maranhão padecia por falta de alimento e justificou com a garantia de que, diferentemente de outras regiões, detentoras de um clima mais severo e uma natureza menos rica, na capitania maranhense a situação era bem diferente. Sua justificativa tomou por base os imensos rebanhos bovinos que havia nos sertões de Pastos Bons. Além disso, as terras férteis ofereciam boas condições para a produção de hortaliças, bem como para uma boa variedade de frutos, “porque produz bons melões e melancias, uvas em todas as estações e meses do ano [...] ótimos ananases a que chamam abacaxis, bananas [...] laranjas, limas de duas qualidades, e limão, este é bom; jacas, abacates”.<sup>424</sup> A lista dos frutos se estende a várias outras espécies, sempre apresentadas como de boa qualidade. Nesse sentido, sua caracterização transcende o caráter estritamente informativo, de modo que expressou uma imagem de abundância, em uma terra cercada por outras que não tinham as mesmas vantagens naturais. Sua descrição, mesmo que de forma não deliberada, quase sugere que os sertões fossem um paraíso cercado de infernos.

A contribuição de Francisco dos Prazeres para essa geografia poética não foi muito diferente, exceto por ter sido mais detalhado no que diz respeito às espécies de frutos no sertão. Ele afirmou que todo o terreno maranhense era coberto por uma rica flora, responsável pela abundância na região. Além do aspecto prático de tal abundância em frutos da terra, o viajante descreveu a floresta de uma maneira quase mágica, em que a grandeza da natureza apequenava aqueles que nela se adentravam. Assim narrou: “O viajante, quando entra a primeira vez nestes bosques, tão cerrados que vedam a entrada dos raios do sol, e tão altos que parece demandam as nuvens; olhando para troncos de tanta corpulência e altura [...] vê-se acometido de uma espécie de arrepiamento”.<sup>425</sup>

O autor informou também que, na região, havia muitas plantas de propriedades medicinais e que muitas espécies provindas de outros lugares lá se desenvolveriam com facilidade. Aqui também se encontra, para a geografia sertaneja maranhense, um caráter que transcende o meramente utilitário. Ainda que não se encontre mais que isso, na sua descrição da paisagem, fica o indicativo de que, de algum modo, a maior parte dos viajantes percebeu

---

<sup>424</sup> MACHADO, Francisco Xavier. *Memória Relativa às capitânicas do Piauí...* 1854, p. 67.

<sup>425</sup> PRAZERES, Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense...* 1891, p. 141.

algo maravilhoso naquela natureza. É possível que mesmo aqueles que nada disseram textualmente sobre a geografia sertaneja, tenham tido algum deslumbramento e, talvez por isso, uma parte de seus habitantes tenha se apropriado dessa natureza para elevar sua autoestima. Por ser diferenciada de outros lugares, certamente motivou Francisco dos Prazeres a expressar tais sentimentos antes de se ater ao seu metódico trabalho, o de inventariar as dezenas de espécies de frutos da região sertaneja.

Os românticos Spix e Martius poderiam ter dado uma contribuição maior para essa imagem poética, mas não o fizeram a não ser de uma maneira bem sucinta, pois, além do pouco tempo que permaneceram naqueles sertões, ficaram mais restritos à zona produtora de algodão, representada especialmente por Caxias. Praticamente sua abordagem está centrada nessa atividade econômica e pouco saiu disso. No aspecto geográfico, especialmente naquele que transcende as meras intensões da objetividade, quase nada se encontra nos alemães. Por falta de motivação, talvez pela doença de Spix durante a viagem, ou simplesmente porque não perceberam tal beleza que outros viram, os viajantes deixaram raras imagens daquela natureza. Uma delas se dá às margens do Rio Itapecuru, em que num tom aterrorizante falam de terríveis enxames de mosquitos.

Também há imagens positivas, pois não perceberam apenas o inferno. Em outro momento, o tom é paradisíaco, quando eles relatam que nem “o sol abrasador dos meses da seca consegue empalidecer o verde viçoso da vegetação [...] flores e frutos sucedem-se em ciclo quase regular, durante a maior parte do ano”.<sup>426</sup> Ainda que em uma ou duas menções, quase perdidas em meio aos escritos marcadamente econômicos, eles expressaram um pensamento comum a outros viajantes, uma natureza positiva, bela e quase mágica. Suas breves impressões tiveram a capacidade de mergulhar numa natureza que poderia ser também poesia.

Interessantes descrições daquela natureza foram feitas, talvez até de forma surpreendente, dado seu estilo mais pragmático, por Raimundo Gaioso. Suas circunscrições também foram poucas, mas falaram de como, em uma determinada região do Itapecuru, as grandes chuvas do período provocavam, de duas maneiras, transtornos aos moradores. A primeira seria de ordem material, quando muitos moradores tiveram que abandonar suas casas, em decorrência das enchentes, que alcançavam especialmente as mais próximas de suas margens. O outro problema era o que vinha em seguida, as febres, que, segundo ele, eram tão intensas “que causam um destroço considerável na sua povoação”.

---

<sup>426</sup> SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil...* 1976, p. 250.

O autor disse que em determinada época essas febres dizimaram muitas pessoas.<sup>427</sup> Por outro lado, apesar dessa imagem desoladora, ele ofereceu outras, mais belas sobre a natureza maranhense. Nelas, descreveu um clima equilibrado, e afirmou que, apesar de sua localização equatorial, o calor não se fazia insuportável “nem tão sensível como no norte, em que no mês de junho chega a prejudicar a falta de ar”.<sup>428</sup> Essas descrições estavam no contexto de oferecer um lugar favorável a atividades econômicas, especialmente à agricultura, mas isso não impediu que futuras releituras dessem novos significados.

O bom equilíbrio desse clima, em que o calor estava na medida certa e as catástrofes eram raras, favorecia, de acordo com Gaioso, a boa qualidade dos frutos da terra. Ele assegurou que, apesar de nem todos os frutos do velho continente vingarem nas terras maranhenses, os da própria terra eram de muito boa qualidade. Num tom excepcional, ele fez uma exposição comparativa, em que falou de frutos saborosos como o abacaxi, para ele, superior a muitas frutas da Europa. Citou uma variedade de bananas, também de boa qualidade, e nesse conjunto agregou a fruta do conde e o abacate, que, apesar de uma ter muitos caroços e o outro exigir açúcar para ser consumido, eram muito bons.<sup>429</sup>

Ainda que encontre um ou outro defeito em alguns desses frutos, o autor atribuiu muito valor a todos eles, por sua beleza e qualidade, dando a entender que a terra era um lugar rico, tanto pelo que tinha naturalmente, quanto pelo que poderia ter, no cultivo de outras culturas provindas do estrangeiro. Para Gaioso, a região produzia tão facilmente laranja e limão, que seus habitantes não davam valor, dada a sua corriqueira presença. A produção de hortaliças era também muito fácil de desenvolver, o que oferecia mais vantagens aos habitantes locais que em qualquer outro lugar. Para completar esse quadro positivo, o autor acrescentou ainda as riquezas da fauna, que se somavam às da flora, não apenas do ponto de vista alimentar, como também medicinal. Ele falou de “infinitos tesouros” e, como exemplo, apresentou a jalapa, uma espécie vegetal comum na região, que, segundo ele, era útil para muitos males.<sup>430</sup>

Não é muito mas não deixa de se somar a outras impressões que, também poucas, se somam para formar uma imagem comum com outros viajantes. Umás mais poéticas que outras, todas expressavam uma imagem de abundância, beleza, um lugar de perenes riquezas, que sempre se renovavam e podiam se constituir num verdadeiro paraíso para aqueles que

<sup>427</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 100.

<sup>428</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 90.

<sup>429</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 202.

<sup>430</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político...* 1970, p. 215.

habitavam aquelas terras. Bastava para isso que se fizesse o trabalho necessário para o melhor aproveitamento, em atividades econômicas de grande porte ou, simplesmente, pequenas ações familiares. Assim, essas riquezas estariam ao alcance de todos.

Não é demais lembrar que mais uma vez é Paula Ribeiro quem dá passos mais largos e mesmo que pouco tenha falado sobre o sertão em termos paisagísticos, é o que descreve com mais profundidade nos detalhes. Da mesma maneira, foi o que o fez com traços mais poéticos. Talvez essa diferença entre Ribeiro e os demais esteja novamente no fato de ele ter sido um habitante de longa data na região. Há indícios de que sua pretensão era permanecer por tempo indeterminado, talvez até o fim da carreira militar, que ainda teria mais postos a serem galgados. Nesse sentido, ao valorizar as terras sertanejas, ele também estava dizendo, mesmo sem se dar conta disso, de sua satisfação em habitar um lugar visivelmente promissor. Além disso, parecia disposto a contribuir com a metrópole para aproveitar aquelas riquezas da melhor maneira possível.

Ele também expressou pontos negativos sobre a natureza sertaneja e talvez a melhor maneira de começar suas impressões sobre o assunto seja por eles, já que são exceção em suas descrições. Na época em que fez o trabalho de demarcação da fronteira entre as capitânicas goiana e maranhense, ele demorou cerca de três meses para percorrer o caminho entre São Luís a São Pedro de Alcântara, povoação em questão. Aos 23 de fevereiro de 1815, partiu e, durante esse percurso, fez observações durante a jornada, dos caminhos, das fazendas e da natureza que o cercava. Uma porção de pequenas exposições sobre a geografia vai formando um conjunto significativo que, apesar de pontos comuns com outros viajantes, suas impressões ganham cunho próprio, singular.

Com pouco mais de uma semana de viagem, descreveu um trecho de sua viagem em que a estrada era de boa qualidade, mas se tratava de um lugar solitário, pela ausência de moradores, também provocada pela falta de água.<sup>431</sup> Pouco tempo depois, ele faria a mesma observação, pois, depois de cerca de 40 quilômetros, ele escalou uma serra e lá permaneceu durante a noite. Lá, afirma que passou sede, juntamente com toda a sua comitiva, porque apesar de bom, o caminho oferecia dificuldades: “o caminho foi bom e por campos desafogados, porém muito solitários e faltos de água no verão”.<sup>432</sup> Apesar de sua beleza, o sertão, em seus primeiros momentos dessa viagem, era um lugar com dificuldades nos recursos hídricos. Talvez tenha se atido a esses aspectos porque conhecia o potencial

---

<sup>431</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 90.

<sup>432</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 12.

hidrográfico da capitania e não esperava enfrentar esse tipo de problema em uma viagem como aquela.

O percurso continuaria com as mesmas dificuldades, pela falta de água, numa área situada nos “limites antigos entre os termos de Pastos Bons e Caxias”. Esse percurso, de várias léguas, apresentou a mesma característica: estrada boa, mas precária de água, o que tornava o trajeto difícil de ser percorrido. Até então, ainda não havia se distanciado o bastante da região de Caxias, que tinha essa característica. Mesmo quando a falta de água cessou, o percurso continuou difícil, pois passou a sofrer com o excesso de água. De um dia para o outro, a geografia mudou completamente, mas os obstáculos continuavam. O militar relatou que sua comitiva atravessou uma grande porção de terras alagadas. Na ocasião, escolheu outra estrada, que, embora também tivesse muita água, permitia a travessia. Nesse trecho, ele falou de algumas fazendas abandonadas por causa do gentio, de modo a fazer daquelas terras percorridas uma região solitária. Em um daqueles fins de tardes, relatou ter encontrado cerca de 500 indígenas, a caminho de Caxias. Embora ele não tenha sugerido textualmente, pode-se vislumbrar naquela cena os nativos fazendo parte da geografia, diluindo-se na sua paisagem. Os povos indígenas também eram, para ele, natureza e, por isso, completavam aquele cenário natural com secas, enchentes, solidão, sentimentos que se alimentavam das estradas silenciosas e ausentes de colonos.

Depois daqueles primeiros momentos de mas dificuldades, tanto pela falta de água, quanto pelo seu excesso, a imagem se transformou, de maneira gradual, positivamente. Nos altos sertões, a hidrografia ganhou uma conotação positiva, tanto de um ponto de vista utilitário, quanto contemplativo e, nesse sentido, Ribeiro descreveu alguns momentos interessantes. Após percorrer sete léguas e subir a serra do Itapecuru, alcançou uma fazenda, na qual havia um riacho, que ele afirmou ser propício para a lavoura e a criação de gados. Nesse momento, tem-se um aspecto óbvio da geografia sertaneja, que é a da sua funcionalidade para a colonização, além da sua inegável beleza.

Nesse mesmo sentido, poucos dias depois, encontrou situação semelhante, próximo aos Rios Balsas e Neves. Afirmou ter encontrado boa estrada e boas águas, que afiançou serem propícias à criação de animais, pois se tratava dos “mais excelentes e desembaraçados campos para criar gado”.<sup>433</sup> Paula Ribeiro diz que, apesar de esses gados estarem numa área de agreste, áreas mais secas, os rebanhos daquela região cresciam fortes e saudáveis, e isso lhes rendia um melhor preço em relação aos animais do Piauí, disse. Os pastos, na sua

---

<sup>433</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 11.



qualidade e quantidade, bem como as águas da região eram decisivos para tal sucesso. Na mesma semana, ainda não muito distante da área descrita, disse ter encontrado outra área, com as mesmas características, e assim descreveu: “viajei duas léguas até o riacho apelidado faca, caminho plano sobre largos campos agradáveis cobertos espaçosamente de muitos viçosos arvoredos, e com notável abundância de boas águas; porém espaço todo este muito falto de comunicação”.<sup>434</sup>

Ao se deparar com o Rio Alpercatas, exaltou a qualidade de suas águas, pois aos poucos se envolvia com a paisagem. De acordo com algumas descrições sobre o rio, suas águas elas límpidas e puras, de maneira a permitir enxergar os peixes no fundo das águas. De acordo com a mesma afirmação, as águas corriam por largos campos até receber as turvas águas do Itapecuru, que lhe tirava a beleza, sem no entanto tirar-lhe a importância. Em seus últimos escritos, Paula Ribeiro falou de determinada região do Itapecuru detentora de um bom equilíbrio no que se refere ao clima e à fertilidade das terras, propícias a vários tipos de cultivo. Ele assegurou que, além da produção local ordinária, como a farinha de mandioca, cana-de-açúcar, hortaliças, entre outros produtos, poderiam ser cultivados diversos outros gêneros para o consumo de seus habitantes e para uma produção comercial. Seria um lugar de riquezas naturais e poderia ser transformado em riqueza econômica, pois essa seria a finalidade última daqueles sertões para a metrópole. Já em relação ao Rio Balsas, seu relato afirma: “Suas águas são saborosíssimas, puras e saudáveis, em quanto ele se demora pelos terrenos de Pastos Bons até receber as do Gurgueia [...] e as do Poti [...] que, péssimas umas, e outras grossas e barrentas, tornam aquelas em uma qualidade tal que as fazem epidêmicas”.<sup>435</sup>

Além do caráter maravilhoso de suas águas, há uma clara distinção com as águas vindas do Piauí, com qualidades opostas. Isso cria uma imagem de uma terra exclusiva, cercada por outras, repletas de desvantagens naturais, perigos, escassez, entre outros fatores, de modo a singularizar positivamente as terras sertanejas. Com esse mesmo intuito, falou de uma estrada para Pernambuco, que passava pelo Piauí, e no percurso detalhava povoações e suas distâncias. Em determinado momento, narrou uma imagem oposta à realidade do Maranhão. Ele relatou haver nesses caminhos trechos “áridos e secos, especialmente nos sertões de Pernambuco, onde é tão trivial e sensível a falta de chuvas, que tem por muitas vezes feito os últimos estragos nos seus próprios habitantes, tirando a vida àqueles que logo imediatamente se não retiram”.<sup>436</sup> Para ele, o destino dos que insistiam em ficar era se tornar

<sup>434</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 12.

<sup>435</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 29.

<sup>436</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 56.

“mortos insepultos”. Com isso também mostrava quão bondosa era a natureza maranhense, pois ela não conhecia tais flagelos. Além disso, tudo nos sertões de Pastos Bons era em abundância, numa perene fonte de riquezas naturais. Essa impressão de abundância era reforçada ao longo de suas narrativas sobre aquelas terras.

Talvez a primeira virtude daquela natureza, na visão ribeiriana, fosse seu equilíbrio. Essa noção, todo o tempo, permeia suas impressões e nela ele encontrava a explicação para o resultado de sua fatura. Seja o equilíbrio nas águas, na fertilidade ou no clima, esses elementos convergem para aquela especificidade positiva. Tais impressões variavam constantemente entre o utilitário e o contemplativo, de maneira que nessa combinação se compunha o seu próprio olhar. Em relação a esse aspecto natural dos sertões maranhenses, assim se expressou:

O clima do país, não só amigo do seu habitador, tanto que em toda a capitania encontrei homens tão velhos, sendo trivial entre eles a idade de cem anos, mas também de toda a natureza, presta tais auxílios à sua fecundidade em geral, que ainda não lembra sentisse uma só vez os efeitos daquela esterilidade própria dos outros sertões seus confinantes.<sup>437</sup>

Percebe-se claramente uma valorização que transcendia as meras intensões de apresentar pontos positivos de uma geografia aos interesses de um governo, pois alcançava outros compartimentos da alma ribeiriana. Ainda que a regra fosse a utilidade, mesmo na sua perspectiva, tal como mostram seus próprios escritos, em alguns momentos não era possível conter certos impulsos poéticos que a própria natureza lhe impunha, ao cercá-lo de uma paisagem singular e bela, talvez jamais experimentada antes.

O clima sertanejo é excepcionalmente favorável, especialmente porque, segundo ele, no inverno o frio não era intenso, da mesma maneira que não era muito quente o verão. As chuvas seguem esse mesmo ritmo, pois caem na medida certa para dar vida à vegetação, com destaque para suas pastagens naturais. Essa harmonia mantém a vida no sertão intensa, perene e bela, o que fazia da região um lugar propício também para seus habitantes viverem bem e desenvolver suas atividades produtivas, de acordo com a predisposição de cada local. “Esse [é] o motivo por que os rigores da seca não fazem sentir aqui seus efeitos”,<sup>438</sup> justifica mais uma vez, pois para ele as terras maranhenses eram um tesouro, não apenas para a metrópole, como para seus próprios moradores e talvez para ele mesmo, Paula Ribeiro, que já habitava a naquelas terras há muitos anos.

---

<sup>437</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 67.

<sup>438</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 68.

Das águas sertanejas, além de sua necessidade para a economia e para a própria vida no sertão, Ribeiro mostrou também suas qualidades que vão além do útil, pois “conservam-se permanentes, por isso quase todas as deste sertão, são saborosas e doces na maior parte, logo que desvizinham do Itapecuru”.<sup>439</sup> Doces e saudáveis seriam aquelas águas, além de abundantes. Por isso, em nenhum outro sertão haveria os mesmos recursos na mesma medida. A maior parte dos sertões, especialmente no nordeste, padecia, em alguma medida, com a falta de água, com o calor excessivo, com a falta de vegetação verde, decorrente dos outros fatores, e tudo isso dava um tom desolador àquelas terras. Ribeiro tentou mostrar que no Maranhão se podia encontrar uma terra completamente diferente, pela sua beleza, fartura até mesmo por um caráter quase mágico.

Disse que as águas do Rio Parnaíba, situadas em Pastos Bons, na fronteira com o Piauí, tinham uma estranha propriedade de petrificar madeiras, ele se referindo a uma árvore inteira petrificada pela ação das águas, em que “tão dura pedra de fogo como as próprias pederneiras, o que, com efeito, nos causou espanto”.<sup>440</sup> As limitações científicas da época facilitavam especulações que hoje parecem absurdas. Além disso, parece que o militar, tomado pelas propriedades míticas daquele lugar, estava mais propenso a enxergar fenômenos extraordinários. Acreditava se tratar de um lugar ainda por se revelar, porque lá poderia haver muitos tesouros a serem descobertos, em diferentes aspectos. Não por acaso, muitas vezes, se sentia à beira de grandes achados. Talvez por isso observasse mais atentamente qualquer descoberta diferente, capaz de revelar algum grande segredo.

Nesse sentido, até a possibilidade de descoberta de ouro, algumas vezes cogitada, poderia ser também um sintoma dessa perspectiva. O lugar seria rico, não apenas pela sua natureza contemplativa ou potencial, como também em tesouros, tal como nos paraísos perdidos que muitos viajantes de seu tempo acreditavam existir. Por mais banal que pareça, naquele momento, a ideia fazia sentido, e o entusiasmo era proporcional à sua crença em um lugar pleno de variadas riquezas. Talvez por isso nunca tenha deixado de crer em tais descobertas, mesmo sem jamais ter encontrado algo substancial.

Aquele solo, afirmou, era capaz de produzir um salitre que alimentava rebanhos por dias. Também brotava uma planta da qual seus habitantes produziam tinta para escrever,<sup>441</sup> por isso não parecia absurdo encontrar outros elementos úteis, inclusive ouro e prata, como ocorrido em outras regiões. A imensa quantidade de rios e riachos existente nos sertões era

---

<sup>439</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 68.

<sup>440</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 48.

<sup>441</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 69.

um sinal da possibilidade de encontrar metais preciosos e talvez até descobrir muitos outros produtos capazes de oferecer vantagens ao reino e aos habitantes do sertão.

Juntamente com a riqueza das águas, das florestas, com seus frutos, havia uma variedade de animais silvestres. De acordo com Paula Ribeiro, era o principal recurso dos mais pobres do sertão. Um dos motivos para isso era a constante dificuldade, pelo aumento de preço, na aquisição de carne bovina. Com o aumento da demanda por carne em outras regiões, seu preço se elevava e quando, por algum motivo, sua produção diminuía, quase sempre eram os mais pobres que mais sofriam com as variações. Contrariamente se dava com os animais silvestres, sempre disponíveis, a qualquer um que quisesse ou tivesse habilidade para caçá-los. Além de muito importantes na vida dos moradores, eles também serviam para embelezar a paisagem sertaneja, porque davam um tom maravilhoso ao lugar. Por outro lado, nem todos os animais silvestres eram benéficos, pois havia aqueles que poderiam destruir os rebanhos ou findar a vida das pessoas. Mais uma vez ele lembrou que sem o trabalho, a natureza, por si só, não daria seus tesouros, era necessária a ação do homem para domá-la, adestrá-la, torná-la útil. Nesse sentido, ele fez um relato em que alertava para seus riscos:

Feras que saem dali para devorar as criações, principalmente na travessia da fazenda Vereda Grande para a da Serra Vermelha; e nas lapas ou gretas das mesmas penedias se criam imensos morcegos, que chupando de noite nos campos o sangue dos gados, os enfraquecem até expiar. Acham-se também grande número de serpentes venenosas, cuja picada incurável tira em poucas horas a vida; e em quase todos os rios que nomeei, maiormente nos do Tocantins e Araguaia, se encontram tão formidáveis, que de um só golpe devoram inteiro um boi.<sup>442</sup>

Havia ainda outros perigos, a exemplo dos fortes ventos, de maio e junho, acompanhados de trovoadas, em que grandes árvores eram arrancadas, como o próprio Ribeiro assegura ter presenciado. Ele comparou os trovões à artilharia pesada, e mesmo sem estragos aos moradores, fez questão de destacar um outro lado daquela natureza, quase sempre amistosa, mas poderia também oferecer seus perigos, especialmente àqueles sem conhecimento. Tal imagem juntamente com outras são uma exceção, sendo penas para lembrar que a natureza cobrava um preço e que era necessário o protagonismo humano para alcançar os benefícios. De acordo com sua perspectiva, quem estivesse disposto a transformá-la poderia auferir riquezas infinitas e se esse trabalho fosse coletivo, como um projeto de colonização, então em vigor, seus benefícios também seriam em grande escala para a metrópole e também para a própria capitania.

---

<sup>442</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. *Roteiro da viagem...* p. 70; RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 51.

Certamente um dos elementos mais marcantes da natureza sertaneja, associada a um lugar maravilhoso, eram suas florestas, seus frutos e suas pastagens naturais, capazes de exercer em Paula Ribeiro, assim como em outros, antes e depois dele, uma significativa força simbólica. Aquela vegetação se constituiu como um dos principais símbolos do lugar e, não por outro motivo, ela se arraigou na constituição da identidade regional, a começar pelo próprio nome, Pastos Bons, em alusão às suas perenes pastagens naturais. De seus frutos, comentou, no seguinte tom: “É abundante de muitas frutas silvestres substanciais, outro recurso da sua pobreza, das quais as mais deliciosas são as mangabas e as guabiobas, dignas as primeiras até da mesa de um príncipe”.<sup>443</sup>

Na flora da região, de acordo com suas informações, encontravam-se comumente “excelentes madeiras finas”, aquelas aproveitadas na construção de casas, currais, móveis, entre uma série de outras finalidades. Das espécies citadas, encontram-se a aroeira, o angico, pau marfim, pau roxo e muitas outras, que, além da utilidade, poderiam oferecer frutos de boa qualidade e medicamentos. Poucas eram aquelas espécies de plantas sem as propriedades de curar doenças, afirmou, motivo pelo qual demandava maior necessidade de exploração daquelas terras para melhor conhecê-la e aproveitar suas potencialidades. As abundantes plantas davam frutos saborosos e como “árvores da vida” também poderiam servir para curar doenças, algo talvez exclusivo daquelas terras. O último exemplo da importância dessa natureza sertaneja por ser resumido da seguinte maneira: “Os seus campos nutritivos, o seu ar cômodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao menor cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circunstâncias que faz com que este país seja o mais abundante e delicioso”.<sup>444</sup>

Aquelas terras chamadas sertões, com seus rios, fauna, flora, pastagens e frutos saborosos, além de medicinais, não eram apenas úteis, como também belas. Por isso, deram um significado de vigor e prosperidade, dissolvido na própria identidade regional. Esses elementos naturais ganharam, conforme já se viu neste trabalho, contornos de uma geografia poética, por isso, também, contribuíram para uma imagem dos habitantes do lugar, num prisma singular. Como vertente dessa perspectiva simbólica, nasceu um sentimento de reivindicação de um lugar único, livre, belo e autônomo. Esses elementos apresentados por Ribeiro ganharam novos significados, tendo os habitantes do maravilhoso sertão reivindicado um lugar merecido no mundo real.

---

<sup>443</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 53.

<sup>444</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. *Descrição do território dos Pastos Bons...* p. 44.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### A RESSIGNIFICAÇÃO DAS PERCEPÇÕES RIBEIRIANAS E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SERTÃO

Certamente os textos de Paula Ribeiro não teriam o mesmo efeito criador sobre gerações posteriores de intelectuais maranhenses e de outras regiões se não estivesse disponível a um público leitor, de maneira relativamente fácil. Da mesma maneira, pode-se afirmar que não poderia haver melhor espaço institucional que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB para serem divulgadas tais obras no Brasil. Essa instituição se constituiu como o mais sólido meio de divulgação e discussão de temas historiográficos sobre a nascente nação brasileira, na primeira metade do século XIX. Isso não ocorreu por acaso, pois, a partir da chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808, de acordo com o já indicado neste trabalho, surgiram investimentos na arte, ciência, cultura, entre outros ramos, visto que a Corte queria viver num espaço semelhante ao europeu.

À medida que as elites nacionais ganhavam força política e caminhavam para a independência, surgira, simultaneamente, a necessidade de se ter uma história própria, ainda que não completamente desvinculada de Portugal. Em 1838, um grupo de homens provindos da elite econômica e política do Império fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, resumido por Sérgio Campos Gonçalves da seguinte maneira: “a partir da Regência e durante o Segundo Reinado, os membros do IHGB criaram um projeto historiográfico em que o sentido da experiência de tempo se orientou pela intenção de afirmar o Estado monárquico brasileiro como espelho da civilização”.<sup>445</sup>

Começava-se a escrever uma história para o Brasil, e a melhor forma que encontraram naquele momento foi a continuidade ao passado colonial, orientada pela tradição vigente de progresso iluminista, de uma narrativa linear e progressiva. Para Karvat, o Instituto fundiu elementos distintos para estabelecer uma história brasileira, “uma história que não questionava o passado, mas, acima de tudo, apontava as possibilidades para o devir”.<sup>446</sup> Os objetivos eram claros e convenientes aos interesses daqueles grupos, que sentiam a necessidade de dar sentido à nova nação. Tratava-se de um grande projeto que foi, pelo menos

---

<sup>445</sup> GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da História do Brasil: o Pensamento Civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *4º Seminário Nacional de História da Historiografia*. Tempo presente & usos do passado, 2010, Mariana, MG. Universidade Federal de Ouro Preto, 2010. v. 1. p. 1-12, p. 1.

<sup>446</sup> KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um *Programma* Histórico. *Revista de História Regional*, v. 10, p. 47-70, 2005, p. 68.

em parte, alcançado<sup>447</sup>, e isso mostra a importância do IHGB naquele momento para o Brasil. Era um espaço de intelectuais, um dos *locus* mais importante para discussões sobre a nação, a cultura brasileira, a literatura, entre outros assuntos relacionados. Dada a importância da instituição, é difícil imaginar que os homens de letras ou ciências não acompanhassem as ações da entidade durante o século de sua fundação e até o posterior.

Ainda que nem todos concordassem com tudo que vinha do IHGB, é inegável sua hegemonia no país, especialmente no que se refere aos temas relacionados à história, geografia, literatura, entre outros. Com base numa visão iluminista do mundo, especialmente o de vertente católica portuguesa,<sup>448</sup> a entidade pensava no desenvolvimento do Brasil tendo como referência a indústria, que teria por suporte os recursos naturais da nação. Ao mesmo tempo buscava conhecer o passado em busca de significados para a nação. Essa proposta visava a dar singularidade ao desenvolvimento brasileiro, bem como de sua própria história, sem perder de vista os vínculos com a Europa, porque, na concepção daqueles intelectuais do Instituto, não poderia haver uma “grande história” só com negros e índios. A presença portuguesa era fundamental para vincular o país ao velho continente.

Para Sousa, o projeto de construção da Nação não foi desvinculado da necessidade de pensar o novo e isso significava “a construção do Brasil por uma *cor local* e com referências próprias”.<sup>449</sup> Não se poderia fazer uma história brasileira sem conhecer intimamente seu território, sua cultura, suas especificidades, visto que somente com isso se poderia transformá-la em uma grande nação, com base no modelo metropolitano. Nesse sentido, de acordo com Manoel Luís Salgado Guimarães, 73% das publicações do IHGB estavam relacionadas a três problemáticas: os indígenas, as viagens de exploração científicas e a história regional.<sup>450</sup> Com isso, reforça-se a ideia de que, mesmo com o anseio de refletir a Europa, a instituição compreendia que era fundamental um olhar interno para descobrir um novo Brasil. E entendê-lo melhor seria uma boa maneira de encontrar suas especificidades e torná-lo uma importante nação.

A grande empreitada que se dispôs a enfrentar mostra a importância do Instituto para os intelectuais brasileiros. Ainda que Sousa relativize a importância desse órgão,

---

<sup>447</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico... p. 93.

<sup>448</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, Estudos Históricos 1(1) 1988, P.5-27, p. 14.

<sup>449</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012, p. 12.

<sup>450</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos... 1988, P.5-27, p. 20.

especialmente no aspecto político,<sup>451</sup> não se pode negar que era uma das mais importantes agremiações de estudiosos da nação. Assim como o Brasil se espelhou em iniciativas da França, Inglaterra e Alemanha, para a fundação da entidade em seu território, a que se instalou no Rio de Janeiro serviu de modelo para as filiais regionais. Ainda que na prática poucos institutos tenham efetivamente funcionado, no sentido de criar uma discussão acerca dos problemas locais, alguns se sobressaíram no intuito de dar relevo nacional à sua região.

De acordo com Ana Ládía da Conceição Silva,<sup>452</sup> o pioneiro dos Institutos regionais foi o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, fundado em 1862. Entre os seus propósitos, estava o de dar significado e importância às decadentes elites pernambucanas, então superadas por novos grupos em outras regiões, especialmente no Sudeste. Ainda de acordo com a autora, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP teve o objetivo de colocar a região na história nacional. Para isso, reinventou uma narrativa histórica brasileira com o protagonismo dos bandeirantes.

Na Bahia, conforme Aldo José Morais Silva,<sup>453</sup> o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, fundado em 1894, portanto, na mesma época do de São Paulo, assumiu posição importante no cenário intelectual baiano, mesmo depois do surgimento da Universidade na região. O Instituto se debruçou, entre outros temas, sobre os problemas da raça: “a exemplo das demais regiões brasileiras, a questão racial vinha sendo abordada na Bahia desde os tempos do Império”.<sup>454</sup> Sem dúvida, essa seria uma das principais pautas dos intelectuais baianos, especialmente nas primeiras décadas de existência da entidade.

No Maranhão, a situação foi diferente. Praticamente não há estudos sobre a temática, de modo que se encontrou apenas uma dissertação que trata da Academia Maranhense de Letras – AML e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM. Mesmo diante da falta de informações, é possível aferir algumas conjecturas sobre a entidade maranhense. Parece que a Academia de Letras alcançou mais prestígio, interna e externamente, que o Instituto Histórico. Num tempo de grande crescimento agrícola no Maranhão, no século XIX, houve o envio de muitos dos filhos da elite local para estudar na Europa e, como resultado, “as produções literárias passaram a ser a pedra de toque da atividade intelectual”.<sup>455</sup>

<sup>451</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta...*p. 20.

<sup>452</sup> SILVA, Ana Ládía da Conceição. *Falas da decadência, moralidade e ordem*: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – USP, 2008, p. 39.

<sup>453</sup> SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930). Tese de Doutorado em história. Universidade Federal da Bahia, 2007, p. 25.

<sup>454</sup> SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia...* 2007, p. 162.

<sup>455</sup> SILVA, Ana Ládía da Conceição. *Falas da decadência, moralidade e ordem...* 2008, p. 24.



De acordo com Silva,<sup>456</sup> a AML foi fundada ainda em 1908, com o propósito de conservar as tradições literárias locais, bem como manter uma troca de ideias no país e até no exterior. Entre seus membros fundadores, há pessoas de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo de historiadores, geógrafos, médicos e juristas. Depois de um tempo de sucesso, a instituição começou a entrar numa fase de encolhimento, no que se refere à sua importância intelectual. Para Ana Carolina Neves Castro<sup>457</sup>, o modernismo pode ter sido o principal responsável pelo enfraquecimento de instituições como a Academia de Letras, não apenas no Maranhão, mas em todo o país. A própria Academia brasileira teria passado por esse processo. Como base nisso, considerando a contestação de todas as tradições, as Academias se tornaram alvo do movimento e, nesse contexto, a instituição maranhense perdeu parte de sua importância. Ainda assim, continuou a exercer alguma influência em âmbito local, proveniente de publicações, discussões, organização de eventos, concentrados praticamente em São Luís. Entre as contribuições da AML, pode-se, mesmo de forma indireta, mencionar a própria fundação do IHGM, pois alguns de seus sócios fundadores também participaram do alicerce do Instituto, no ano de 1925, mas com a atuação da primeira diretoria no ano seguinte. Sua finalidade, nesse sentido, como já esperado, seria equivalente à da Academia, que tinha entre seus objetivos o intuito de dar continuidade à divulgação de uma imagem positiva do estado e de seu povo, especialmente dos intelectuais.

Tal como na AML, o grupo fundador do IHGM foi composto por pessoas de diferentes áreas do conhecimento, entre os quais, além de historiadores e geógrafos, jornalistas, sociólogos, médicos, advogados, professores. Considerando que até 1940 não havia escola superior no Maranhão,<sup>458</sup> muitos desses intelectuais eram autodidatas, pois era preciso sair do estado ou do Brasil para se alcançar a formação superior, o que se configurava num procedimento caro e dificultoso. Muitas vezes, mesmo os que tinham condições financeiras para a realização não o faziam, dadas as dificuldades de outra natureza.

De acordo com Leopoldo Vaz,<sup>459</sup> as primeiras produções sobre a pré-história maranhense foram feitas por integrantes do IHGM. Estariam seguindo as diretrizes do regimento da instituição que afirma ser o Instituto “uma associação científica para o Estudo

---

<sup>456</sup> SILVA, Ana Ládía da Conceição. *Falas da decadência, moralidade e ordem...* 2008, p. 61.

<sup>457</sup> CASTRO, Ana Caroline Neres. *Academia Maranhense de Letras: um século inventando tradições (1908-2008)*. *Outros Tempos*, v. 5, p. 59-75, 2008, p. 72.

<sup>458</sup> REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano I, n. 1, 1926, p. 66.

<sup>459</sup> VAZ, Leopoldo. *Carta ao IHGM*. São Luís, 7 fev. 2012. Disponível em: <http://www.blogsoestado.com/leopoldovaz/2012/02/07/carta-ao-ihgm/>. Acesso em 05 mai. 2013.

da história, da geografia, da etnografia, da arqueologia”.<sup>460</sup> Contudo, apesar do impulso inicial, a entidade jamais ganhou vitalidade no que se refere à elaboração de um projeto cultural, social ou político para o Maranhão. Desde o início, houve problemas financeiros para manter a entidade. Num primeiro momento, contou-se com ajuda governamental, mas depois o auxílio foi retirado, e isso teria dificultado seu funcionamento.

Como resultado direto das dificuldades financeiras, apenas nos anos 1940, o Instituto conseguiu uma sede própria e entre a primeira e a segunda publicação houve um intervalo de 22 anos.<sup>461</sup> Isso mostra que não houve densidade suficiente para a elaboração de projetos intelectuais próprios, pois mesmo depois do segundo número da Revista, a entidade não se distinguiu em termos de produção historiográfica. No fim, praticamente permaneceu relegada a uma mera filial do IHGB do Rio de Janeiro. Como consequência, as obras mais importantes do Maranhão, em termos historiográficos, não foram vinculadas à instituição, mesmo com a participação de um ou outro autor no IHGM.

Mesmo que essa discussão não faça parte do cerne deste trabalho, é importante destacar o fato de o IHGB ser, naquela época, um dos principais *locus* de fala sobre o Brasil, e praticamente não ter tido concorrentes durante muito tempo. Então, a maior parte dos intelectuais brasileiros estava direta ou indiretamente vinculada a este lugar social de fala sobre a nação e também sobre suas regiões. Os intelectuais maranhenses aqui analisados - Parsondas de Carvalho, Carlota Carvalho e Dunshee de Abranches - certamente estavam atentos aos debates e leituras veiculados no Instituto. Mesmo concentrados nas questões regionais, em seus estudos não poderiam estar completamente fora de visões comuns com outros intelectuais. Os vínculos entre seus trabalhos e sua forma de abordagem com a produção ribeiriana, publicada no IHGB, mostra uma ligação entre a instituição carioca e os intelectuais maranhenses.

### **O olhar de Parsondas de Carvalho**

Hoje, João Parsondas de Carvalho é quase desconhecido do público em geral, especialmente dos mais jovens, mas, até por volta de meados do século XX, era um dos homens mais ilustres do Maranhão, sobretudo dos sertões. Era reconhecido tanto por seu trabalho intelectual, quanto por suas atuações pessoais na região. Habitante do lugar, tornou-se profundo conhecedor da geografia e da cultura regional, e o fez no contato direto com os

---

<sup>460</sup> REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano I, n. 1, 1926, p. 61.

<sup>461</sup> SILVA, Ana Ládía da Conceição. *Falas da decadência, moralidade e ordem...* 2008, p. 39-0.

lugares que percorreu, não apenas no próprio estado maranhense, como também em outros, a exemplo de Pará e Goiás, na parte que hoje pertence ao Tocantins.

Ele escreveu em jornais da região, assim como da então capital federal, Rio de Janeiro, na primeira década do século XX. Da mesma forma, escreveram sobre ele em alguns desses jornais, por isso se tornou uma influência para muitos de sua geração, bem como das seguintes. Entretanto, com o tempo, seu nome aos poucos desapareceu e restou apenas um eco daquela época de reconhecimento, de modo que sua influência continuou, mas de maneira indireta. Graças ao trabalho de Sálvio Dino, em meados dos anos 2000, os principais escritos parsondianos, a maioria jornalísticos, foram reunidos em um livro, com o título *Parsondas de Carvalho: um olhar sobre o sertão*, e postos ao alcance de um número maior de pessoas. Com isso, um conjunto de novos estudiosos passou a ter mais fácil acesso a seus trabalhos, bem como à sua atuação pessoal. Ele foi um dos intelectuais que ajudaram a perpetuar uma imagem positiva da região, iniciada com Paula Ribeiro.

Apesar da importante contribuição, Sálvio Dino, em sua pesquisa sobre *Parsondas de Carvalho*, se envolveu a tal ponto que perdeu de vista a fronteira entre o estudioso e o admirador, pois, em determinados momentos, supervaloriza as ações de seu autor. Esse gesto faz do homem objeto de estudo não apenas um intelectual de seu próprio tempo, mas um verdadeiro herói, mesclado a um misticismo sertanejo. Dino considera ter encontrado vestígios de uma possível prova da autoria de *Parsondas de Carvalho* a uma das maiores obras sobre o Maranhão profundo, intitulada *O sertão*, assinada por sua irmã, Carlota Carvalho. João Renôr Ferreira de Carvalho e Alan Kardec Pacheco Filho atribuem a essa declaração um machismo que não aceita uma mulher ter sido uma das intelectuais mais importantes do estado. Para João Renôr, “Carlota tem estilo único, inconfundível, visível e demonstrável em todo o conjunto do seu livro”.<sup>462</sup> Alan Kardec se refere a Dino como alguém grosseiro em não reconhecer o talento da autora e apresenta, em anexo, páginas do livro em questão, com anotações escritas à mão pela autora quando da correção da obra.<sup>463</sup> Não deixa de ser interessante a investigação de um fato histórico como este, mas é preciso ter cuidado para não fugir ao rigor metodológico que a historiografia exige. Em alguns momentos, a análise de Sálvio Dino toma forma de ofensa pessoal à autora. Para constituir sua hipótese, ele se vale de

---

<sup>462</sup> RENÔR, J. “Carlota Carvalho, a mulher e o estilo”. In: COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005. p. 55.

<sup>463</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos: sociedade e navegação no vale do rio Grajaú*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 260.

alguns depoimentos de contemporâneos dos irmãos Carvalho, assim como de argumentos morais, que envolvem um suposto caso incestuoso.

Soma-se a sua convicção, outro elemento, a saber, a falta de informações sobre Carlota, apesar de não ser muito diferente do próprio irmão. Parsondas é mais acessível em algumas fontes, mesmo assim, ainda restritas. Sálvio Dino se valeu de fontes orais, colheu depoimento de pessoas que tiveram algum contato com os irmãos, entretanto, percebe-se, nos próprios depoimentos, que nenhum deles teve convivência intensa com o casal, pois eles, especialmente Carlota, mantinham restritos contatos com vizinhos e pessoas em geral. De acordo com informações de um de seus entrevistados, os irmãos tinham um relacionamento incestuoso, pois moravam na mesma casa e nenhum dos dois jamais teve relacionamentos amorosos conhecidos. Para Dino, essa conduta diminui Carlota, mas não Parsondas. No decorrer de sua narrativa, ele apresenta a autora como alguém oportunista, ladra de um tesouro do irmão. Ele não relativiza o fato de mesmo se a afirmativa fosse verdadeira, seria de livre consentimento do irmão:

Trazemos à superfície, num rigoroso exercício de transparência, pedaços de vida de uma exótica mulher que assumiu consigo mesma o compromisso de não revelar o menor fio de vertente de sua existência terrena. Não existem, com ou sem riqueza de detalhes, em termos de biografia, dados pessoais ou qualquer outra informação ao alcance da pesquisa, capazes de nos levar às primeiras fraldas da solteirona que viveu anos e mais anos inteiramente confinada à sombra do iluminado irmão, escritor festejado, autêntico guardião da cultura dos nossos sertões.<sup>464</sup>

Percebe-se que os depoentes de Dino levam em consideração a timidez da autora para considerá-la incapaz de ser uma intelectual do nível do irmão, que era extrovertido e participava de diferentes grupos onde morava. Ainda que nunca houvesse contestação pública sobre a obra em questão, publicada pela primeira vez em 1924, Sálvio Dino acredita se tratar de uma usurpação. A suposta relação incestuosa, que pesava negativamente apenas contra Carlota, pode ter sido um dos elementos de antipatia à intelectual sertaneja para com alguns de seus contemporâneos. De acordo com Dino, um dos vizinhos dos irmãos, por volta de 1925, afirma que ela não tinha muita proximidade com as pessoas, “parecia ser uma mulher viajada, mas não demonstrava ser de muitos saberes. O seu Parsondas era falador pelos cotovelos. Gostava de uma pinga, bem dosada”.<sup>465</sup> A testemunha afirma ainda que Parsondas gostava de debates, sempre andava acompanhado de livros e que, apesar de ser muito conversador, extrovertido, ninguém frequentava sua casa, na qual morava com Carlota.

<sup>464</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007, p. 56.

<sup>465</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 57-8.

Ainda de acordo com esse depoente, o comentário sobre a relação incestuosa era geral. “Ele quando metia umas [...] gostava de contar uma história que falava de dois pombinhos que ensinavam um ao outro o jeito de fazer de dois bicos um só bico”.<sup>466</sup> Outro entrevistado também teria falado da “estranha” relação entre os irmãos, ele afirma que Parsondas escrevia bem, ao contrário de sua irmã, “analfabeta de pai e mãe”.<sup>467</sup> Na publicação de *O sertão*, afirmou que os irmãos não procuraram os escritores Coelho Neto, Humberto de Campos ou Dunshee de Abranches com vergonha de passar algum constrangimento, sugerindo que eles saberiam quem era o verdadeiro autor da obra.<sup>468</sup>

Na obtenção dos relatos de moradores sertanejos, Sálvio Dino tentou trazer informações sobre Parsondas de Carvalho e para isso se alimentou de diversas narrativas. Algumas delas, protagonizadas pelo ilustre sertanejo, ainda hoje sobrevivem na memória local. Entre os relatos, um diz de uma das rodas de conversas, acompanhadas geralmente de uma cachaça da região, na qual o ilustre sertanejo afirmou se sentir culpado de algo muito errado e, com isso, ele sentia um medo inexplicável, “um medo de castigo, vindo não sabendo de onde”. Embora não soubesse ou não quisesse revelar a origem do medo, pode-se pensar numa relação proibida e para isso haveria explicação na sua carência: “a falta de um carinho familiar protetor, pois sempre vivera sem o calor de mãe ou de uma carinhosa esposa”.<sup>469</sup>

Outro relato fala de um dos encontros de Parsondas com seus amigos, na ocasião alguém teria perguntado sobre sua vida de solteiro, morando com a irmã. De acordo com a testemunha, ele teria, num primeiro momento, se furtado a responder a tal questionamento, mas depois, em lugar reservado, afirmara, na relação com a irmã, serem como “dois pombinhos no ninho”, pois teriam nascido um para o outro.<sup>470</sup> Pela coleta de informações de Sálvio Dino, ainda sobrevive, na memória dos contemporâneos de Parsondas, essa suposta relação incestuosa. Ela tende a ganhar força no fato de os irmãos terem vivido juntos até o fim da vida do irmão, sem vínculos sólidos com outras pessoas.

Outra informação sobre os irmãos pode ser destacada, indo de encontro aos relatos colhidos por Sálvio Dino, portanto, só aumenta a aura de incertezas que paira sobre a biografia de Parsondas e Carlota Carvalho. O professor João Renôr<sup>471</sup> apresenta outra narrativa, com respaldo em relatos de seu padrinho Raimundo Braúna, que teria chegado aos

<sup>466</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 58.

<sup>467</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 66.

<sup>468</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 65-6.

<sup>469</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 103.

<sup>470</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 105.

<sup>471</sup> Breve entrevista com o professor João Renôr em agosto de 2014.

27 anos de idade em Fortaleza dos Nogueiras como professor. Posteriormente, ingressou na política e tornou-se o primeiro prefeito da cidade no início dos anos 1960. De acordo com Renôr, em 1929, Braúna teria hospedado Carlota em sua casa, já na vizinha cidade de Riachão, quando a professora esteve de passagem. A impressão que o político tinha da autora era de uma mulher inteligente, mas retraída, não falava muito. O prefeito teria conhecido Arthur Coutinho, ex-aluno de Carlota, que também a via como uma mulher de destacado saber, “uma ótima professora”.

No aspecto pessoal, o aluno teria contado que sua professora tinha sempre uma aluna preferida na sala e quando ela ia ao rio lavar roupa, muitas vezes, era acompanhada por sua “pupila”, e só voltavam do rio quando todos partiam para elas ficarem a sós. Em todas as turmas, costumava haver uma preferida, mas sempre com muita discrição. Nesse sentido, o professor João Renôr entende que os irmãos moravam juntos para esconder a sexualidade proibida, pois ambos teriam a mesma condição, embora não haja relatos de casos envolvendo o irmão. Para eles, diante da sociedade, o incesto seria menos rejeitado que a homossexualidade e por isso teriam “facilitado” tal imagem. Nada disso foi provado até o momento, mas serve para indicar como há diferentes histórias sobre os irmãos pelos sertões maranhenses ainda vivas na memória coletiva.

Um dos equívocos do pesquisador Sálvio Dino da vida de Parsondas é não considerar que os depoimentos não podem ser tidos como verdade, sem o cruzamento com outras fontes. Por mais que os depoentes sejam de boa-fé, isso não os impede de cometer erros, nem os livra das mudanças nas impressões que, necessariamente, mudam com o tempo, de forma consciente ou não. É com base nesse equívoco que ele afirma pretender “provar, através da memória oral, de textos de alto valor histórico, de depoimentos idôneos, colhidos em fontes fidedignas, quem é, de fato, o autor do livro”.<sup>472</sup> A boa intenção das pessoas não serve de prova, elas somam e, na intersecção com outras fontes, pode-se chegar a uma veracidade. Contudo, apesar da contestação metodológica, não é objetivo deste trabalho provar quem foi o verdadeiro autor de *O sertão*, pois o mais importante aqui é a obra, não quem a escreveu. Talvez outros se sintam provocados e busquem meios para esclarecer melhor a questão. Com base no que se apurou aqui, no entanto, este trabalho não atribuirá a autoria do livro a Carlota Carvalho, o que não diminui o protagonismo do irmão na história maranhense.

As informações acerca de Parsondas, apesar de alguns esforços em apresentar o intelectual sertanejo ao público em geral, são rarefeitas, de modo que se torna difícil fazer um

---

<sup>472</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 18.

relato mais detalhado. Ele parecia evitar expor informações pessoais nos trabalhos e conferências ministrados no Maranhão e fora do estado. De acordo com alguns dados, a família dos Carvalho, Parsondas, Carlota e o desconhecido Emídio teriam vindo da Bahia para o sertão de Pastos Bons, ainda em 1827, numa migração conduzida pelo avô paterno. Ele teria fundado uma fazenda na região que hoje é próxima ao município de Grajaú.<sup>473</sup> Conta-se que, no mesmo momento, fundou uma escola para os próprios filhos e para as outras crianças do lugar, o que mostra a vocação da família pelas letras desde cedo. O gosto pela leitura nos Carvalhos foi herdado e mantido pelas gerações posteriores. O pai dos irmãos, Miguel Olímpio de Carvalho, teria feito parte de um grupo de destacados letrados sertanejos em Grajaú, denominado *Roda de amigos*, composto por poetas, escritores, juristas, bem como outros letrados.<sup>474</sup> Ele também se destacou por ser um grande conhecedor do sertão, tendo inclusive sido responsável pela abertura de uma importante estrada que ligava duas áreas do interior maranhense.<sup>475</sup> Carlota lembra que esse feito teve destaque no famoso Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão.

Quanto ao local de nascimento de Parsondas de Carvalho, há algumas informações em um processo crime contra ele por desacato à autoridade, na cidade de Imperatriz, em 1911. No documento, curiosamente não consta o nome de sua mãe, apenas do pai, assim como o local de nascimento, Riachão, e sua idade, 55 anos, o que leva sua origem ao ano de 1856.<sup>476</sup> Hoje, fora dos relatos dos mais antigos, quase nada se tem sobre esse lendário personagem sertanejo de algumas décadas atrás. No que diz respeito à sua infância e adolescência, até o momento nada se sabe. Ele só começa a aparecer na fase adulta, já inserido num conflito político por liberdade de expressão no Pará.

Talvez seu primeiro grande conflito político e pessoal tenha ocorrido nessa região, quando trabalhava em um jornal daquele estado. O governo proibiu uma manifestação do Partido Operário, programada para o dia primeiro de maio de 1892. O jornal *Tribuna Operária*, além de ser sede das reuniões do Partido, teria a função de imprimir material de divulgação do ato. O resultado foi a invasão do boletim pela polícia e a prisão de seus funcionários.<sup>477</sup> Parsondas, que trabalhava em outro periódico, denunciou a ação da polícia e isso desagradou o governo. Nesse conflito, de acordo com Pachêco Filho, o jornalista deixou

<sup>473</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 18.

<sup>474</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 2 ed. Imperatriz, MA: Ética, 2000, p. 143-4.

<sup>475</sup> MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Farias, 1870. 3 vol, p. 135.

<sup>476</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 389.

<sup>477</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 76-7.

o Pará para trabalhar no Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, ao lado do ilustre Rui Barbosa.<sup>478</sup> É a partir daí que Parsondas de Carvalho ganha notoriedade fora da região. Na capital federal, teve contato com diversos intelectuais brasileiros e leitura de pensadores europeus. Provavelmente foi quando teve o primeiro contato com Paula Ribeiro. Lá também ministrou conferências sobre o sertão, além de fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e da Sociedade Brasileira de Geografia.

De acordo com informações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, ele não alcançou instrução acadêmica formal. Não o teria feito por falta de condições financeiras.<sup>479</sup> Por outro lado, se engajou nos estudos por conta própria, tendo se destacado como jornalista e geógrafo, além de ter atuado em diversas outras áreas, a exemplo de advogado e professor. Sempre esteve envolvido, de maneira informal, em estudos na área das ciências humanas com foco na sociologia e história. Sua formação o conduziu a uma postura política convergente com ideias republicanas, pautadas na liberdade e emancipação dos povos e regiões. Por conta disso, atuou em jornais socialistas e se engajou na defesa dos sertanejos. Atuou, inclusive, em favor dos indígenas, na fundação de um Instituto de proteção aos nativos.<sup>480</sup> Da mesma forma, contribuiu na fundação de escolas no interior maranhense, por isso, em suas conferências e artigos de jornal, no Maranhão e no Rio de Janeiro, sempre se colocava em defesa do sertão e de seu povo, especialmente dos mestiços.

Acostumado a percorrer grandes distâncias no sertão maranhense e mesmo em estados vizinhos, consta na revista do IHGM, em nota de falecimento de Parsondas de Carvalho, que “metera-se pela Bahia, por Goiás e pelo Pará; na trilha dos boiadeiros [...] ou com os canoeiros do Tocantins, Araguaia, Xingu, Balsas, Parnaíba, Rio do Sono e São Francisco”.<sup>481</sup> Nessas andanças, ainda de acordo com a nota, o sertanejo estava sempre engajado em benefícios para sua região, pois sua atuação pessoal e profissional estava permeada por essa tarefa. Com base nisso, afirmou a revista, ele passara sua vida a sonhar com melhoramentos para a região, o que incluía, entre outros elementos, o avanço no sistema de transporte como estradas de ferro e melhor navegação pelos rios.

---

<sup>478</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos...* 2011, p. 60.

<sup>479</sup> REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. *Notas várias*: Parsondas de Carvalho. Ano I, n. 1, 1926, p. 65.

<sup>480</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 400.

<sup>481</sup> REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão... 1926, p. 66.



Dino descreve o sertanejo como um andarilho dos sertões e, pelo intenso ir e vir por aquelas terras, sempre carregava o aspecto rústico de um vaqueiro, a começar pelas vestimentas e a barba por fazer. Quando na região, sua rotina se resumia “ora tangendo gado, ora tropa de burros, ora navegando de canoa ou de barco. Nessas viagens, sempre carregava em umas malas de couro, seus livros e manuscritos”.<sup>482</sup> Certamente isso ajudou para o que talvez tenha sido sua maior viagem, a de sair do interior maranhense, a cavalo, para o Rio de Janeiro. Na época, as disputas políticas entre liberais e conservadores nos sertões maranhenses culminaram num conflito que resultou em perseguições e mortes. Parsondas foi aos jornais das capitais maranhense e federal denunciar os crimes cometidos pelos conservadores contra os liberais. Seu objetivo, naquele momento, foi “obter da opinião pública a condenação dos crimes que ensanguentavam o sertão”.<sup>483</sup>

Teve uma vida bastante agitada, ele se via como um Paula Ribeiro, por isso, além de estudioso, foi um conhecedor *in loco* da realidade sertaneja maranhense. Além de habitante, visitou pessoalmente os lugares mais distantes e vivenciou intensamente a cultura local. Por sua atuação política na defesa da justiça, sofreu perseguições no Pará e no Maranhão. Suas preocupações políticas prevaleceram em seus escritos. As forças liberais e conservadoras estavam em constantes e intensas disputas no Grajaú. O resultado desse conflito levou Parsondas a denunciar, em São Luís e no Rio de Janeiro, “os crimes do governo”, como ele os intitulara. Seu intuito era dar ampla divulgação aos acontecimentos para tentar inibir tais ações. No decorrer de sua narrativa, ele revela um sertão mergulhado em atrocidades, mas que no fim, num otimismo tipicamente ribeiriano, prevalece a esperança de dias melhores.

Conforme já visto, em alguns momentos, Paula Ribeiro mostrou o sertão distante dos poderes governamentais, e tal distanciamento resultava em problemas de natureza diversa. Entre os entraves, incluíam-se a desorganização e a violência. Parsondas de Carvalho também fará essa leitura em que a falta do poder público ou de sua legitimidade resulta em várias consequências negativas, especialmente relacionadas à violência e à injustiça. Há, no entanto, algumas diferenças marcantes entre ambos, porque para o jornalista os indígenas não estão no centro da narrativa dos conflitos. Outra peculiaridade é a própria noção de poder público, que em Parsondas, não deveria ser de fora da própria região, tal como pensava o militar português. Por isso, o caótico quadro político expresso pelo sertanejo é real e próprio daquele momento, mas é lido, ao menos em parte, no contexto de uma influência que tem como uma de suas

---

<sup>482</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 104.

<sup>483</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 93.

premissas a reivindicação do controle governamental na região. Aqui há um elo entre ambos, ainda que em situações e relatos diferentes.

No que se refere à atuação intelectual, ele participou de diversas entidades científicas, como o IHGB, e da fundação da filial maranhense, o IHGM. Foi também membro, entre outras entidades, da Sociedade Geográfica Brasileira, além de proferir conferências no Maranhão e na capital federal. Até o fim de sua vida, consta que ele foi ativo em suas empreitadas. De acordo com relatos de contemporâneos colhidos por Sálvio Dino, a vida de Parsondas teve fim após uma de suas viagens pelo sertão. Chegara com febre e dor de cabeça, no dia 26 de julho de 1926, aos 70 anos de idade, falecendo um dos mais ilustres sertanejos da época.<sup>484</sup> Há, na memória local, lembranças desse dia: “segundo uma tradição, ele teria murmurado na noite que precedeu sua morte: ‘Espero que alguém dê maior divulgação de minhas obras sobre o sertão. É a história fiel de um povo digno de melhor lugar ao sol’”.<sup>485</sup> A revista do IHGM anunciou sua morte com pesar e informou ter fechado suas portas em luto pela terrível morte. Enviaram um telegrama à sua irmã Carlota, com quem morava na região de Montes Altos, próximo a Imperatriz.<sup>486</sup>

No que se refere aos trabalhos parsondianos, poucos sobreviveram ao tempo, entre eles, o conjunto de artigos de jornal sobre os conflitos no Grajaú, posteriormente conhecidos por “Guerra do Leda”. Tais artigos foram publicados na capital maranhense, entre janeiro de 1902 e fevereiro do ano seguinte, no jornal *A Pacotilha*, bem como no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, com o título *O Grajaú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX*. Também há duas conferências publicadas na revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1903, com os seguintes títulos: *Amazônia, do Tartarugal ao Gurupi e do Gurupi ao Balsas*; uma apresentação de trabalho no centro republicano português, em São Luís, sobre Sílvia Romero; e uma conferência também na capital maranhense sobre democracia, ambas publicadas no jornal *A Pacotilha*, em 1919. De acordo com Dino, ainda há duas obras, não localizadas, porque jamais foram publicadas ou tiveram seus exemplares perdidos, no decorrer do tempo. Seriam elas, *Estudos Filosóficos e Fatos e Contos*<sup>487</sup>, esta última obra é atribuída a Carlota Carvalho, por Manoel Nogueira da Silva, no livro *O sertão*.

<sup>484</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 108-9.

<sup>485</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 109.

<sup>486</sup> REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão... 1926, p. 67.

<sup>487</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 40.

No que se refere à análise de sua narrativa, sabe-se que ele estava mergulhado nos conflitos políticos da região, talvez por isso tenha dado menos evidência a outros elementos sobre o sertão. Sua obra é abreviada, em razão também da intensa atuação profissional e política. Como resultado, praticamente nada escreveu sobre assuntos econômicos relacionados à sua própria terra. Entretanto, no decorrer de suas abordagens, encontram-se alguns *insights* de sua ideia econômica para a região, por sinal, parecidas com as impressões ribeirianas. Em uma de suas conferências, falou sobre o sertão dos primeiros tempos da colonização e exaltou as ações dos colonizadores iniciais, que se estabeleceram de maneira precária, mas num movimento ininterrupto. Disse que aqueles colonos ambicionavam apenas os campos para a criação de gado e produção agrícola para o sustento.<sup>488</sup> Da mesma forma também falou, em outro momento, que a oeste do Parnaíba, as terras eram muito férteis, com grande potencial para o comércio, em especial com os frutos abundantes da região, a exemplo do bacuri, pequi e bacaba.<sup>489</sup> Basicamente, nesse aspecto, Parsondas endossa informações provindas de Paula Ribeiro, ainda que jamais tenha feito uma citação direta ao viajante. Talvez haja, também, um motivo de ordem política, pelo fato de o militar ser português e ter lutado contra a independência do Maranhão.

De acordo com Parsondas, a colonização maranhense só teve êxito devido ao fato de suas terras serem favoráveis às atividades econômicas, relacionadas à criação de gado e à agricultura. Nesse quadro, ele citou a fundação de São Pedro de Alcântara, em favor da província de Goiás, e suas vantagens para essas duas atividades,<sup>490</sup> depois incorporada ao Maranhão, graças aos trabalhos de Paula Ribeiro. Em outro momento, descreveu como se fazia o comércio pelos rios da região, por meio de balsas feitas de buriti, também conhecidas por jangadas: “Sobre ela é armada uma cobertura de palha de palmeira (pindoba) e, depois de arrumada a carga, comerciantes e passageiros embarcam, atam suas redes de dormir e, nelas deixados, fumando ou jogando, infelizmente não é lendo, deixam que a corrente os conduza”.<sup>491</sup> Ele acreditava que o conhecimento científico fosse vital para o desenvolvimento econômico e social do sertão. Da mesma maneira, tal como Ribeiro, dizia que o conhecimento sobre o lugar, por parte das autoridades, seria de grande importância para o aproveitamento de

---

<sup>488</sup> CARVALHO, Parsondas. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo XVI, ano de 1903. In: DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007, p. 131.

<sup>489</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda (O Grajaú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX). São Luís: A Pacotilha, 1902-3. In: DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007, p. 341.

<sup>490</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 307-8.

<sup>491</sup> CARVALHO, Parsondas. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas. ... 2007, p. 139-0.

suas riquezas naturais. O sertanejo reclamou dos governos que priorizavam o norte da capitania, em detrimento do sul, e da seguinte maneira expressou o “descaso” das autoridades:

Na primeira vez que nos dignastes conceder-me a mercê de ouvir-me, eu deplorei a desgraça dos que nos governam não conhecem o interior do país para poderem aproveitar as suas grandes riquezas naturais, cuja utilização depende do conhecimento pessoal, único que habilita a julgar, e nos mostrar que o trânsito dos representantes da Nação só se faz por mar....<sup>492</sup>

Em termos econômicos, na abordagem de Parsondas de Carvalho, o que há de novo, em relação a Paula Ribeiro, é a ideia de integração sertaneja com o uso das novas tecnologias. Pelos rios, as embarcações a vapor deveriam ser mais constantes e por terra, através de linhas férreas.<sup>493</sup> Parsondas não alcançou tais benefícios como gostaria, mesmo assim não deixou de expressar seus anseios, em suas palestras ou, simplesmente, quando proseava com habitantes locais ou de outros lugares.

Não há dúvida de que foi o aspecto político que mais consumiu os esforços parsondianos, pois ele acompanhou, na região do Grajaú, também conhecida por Chapada, um tempo de graves conflitos, perseguições e mortes. De uma maneira geral, pode-se afirmar que a desordem na região estava condicionada à disputa de poder entre liberais e conservadores ou republicanos e monarquistas. Ele, simpático aos liberais, empenhou-se em denunciar os crimes cometidos pelos conservadores. O conjunto de textos jornalísticos sobre a sangrenta agitação política no Grajaú e região ficou, posteriormente, conhecido por *Guerra do Leda*, em que ele tentou mostrar um sertão sufocado por crimes impunes, pela ausência de um poder público que agisse a favor de todos.

De acordo com Parsondas de Carvalho, entre 1868 a 1889, os Moreiras eram chefes do partido liberal em Grajaú, e que em 1887 Leão Leda, protagonista na história de Grajaú, chegou à chefia do partido ainda jovem, mas que, apesar disso, tinha virtudes acentuadas. Para o jornalista, quando o partido liberal chegou ao poder, mesmo tendo sido perseguido pelos conservadores, Leão teria se portado com “louvável moderação para com o seu adversário”,<sup>494</sup> pois teria deixado de lado as perseguições em nome de um governo pacífico. Posteriormente, mais uma vez, o poder mudou de lado, como frequentemente acontecia naquele contexto político. Os conservadores no poder começariam um ciclo de perseguições a Leão Leda e a todos aqueles que, de alguma maneira, estavam ligados a ele.

<sup>492</sup> CARVALHO, Parsondas. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas. ... 2007, p. 137-8.

<sup>493</sup> CARVALHO, Parsondas. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas. ... 2007, p. 138.

<sup>494</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 150.

Do ponto de vista legal, havia contra Leão o crime por ter tirado da cadeia um correligionário político, numa prisão supostamente arbitrária.<sup>495</sup> Haveria outra acusação, mais grave ainda, a de cumplicidade no assassinato do Promotor de Justiça de Grajaú. Além disso, teria resistido à prisão, o que gerou um conjunto de medidas legais contra ele.<sup>496</sup> A partir daí, começa a história narrada por Parsondas de Carvalho nos sertões da Chapada. Um homem de nome Francisco Cerqueira, morador da Serra da Sinta e qualificado por Parsondas como “chefe de um grupo de facínoras”,<sup>497</sup> foi encarregado de conter uma suposta sedição de Leão Leda. De acordo com o jornalista, o chefe de polícia tinha contra si uma série de crimes, entre os quais roubos e homicídios, mas que teria a proteção do influente senador Benedito Leite, correligionário de Partido. Com isso, Cerqueira tinha amplos poderes para perseguir seus inimigos ou desafetos, como de fato teria feito, conforme informações de Parsondas. Essas ações teriam chegado ao ponto de prenderem e espancarem liberais, apenas por divertimento.<sup>498</sup>

As perseguições se ampliaram e qualquer sinal de rebeldia seria o ponto de partida para o massacre dos inimigos. Os conservadores esperavam apenas um tiro que presumisse resistência, para proceder à eliminação de todos os aliados de Leão Leda, contou o jornalista.<sup>499</sup> A saída para o líder político foi se retirar com sua família para Barra do Corda, cidade a mais de cem quilômetros de Grajaú,<sup>500</sup> dessa maneira, esperava acalmar os ânimos dos conservadores. Contudo, o efeito não foi o esperado, pois tal evasão deu início a perseguições e mortes de aliados ou suspeitos de terem algum envolvimento com Leda. A pretexto de fazer a averiguação, conta o jornalista, bandos armados se espalharam pelo sertão para punir os jagunços, como eram designados os liberais pelos conservadores em Grajaú.<sup>501</sup> Assim ele começou sua narrativa, sobre os crimes na Chapada:

Antes de apresentar o quadro dantesco, lúgubre, onde os estertores da agonia dos que morreram e os gritos de dor dos que são sangrados se confundem com o choro das crianças e as súplicas das mulheres, onde Nicolau, o desertor, se deleita nas violências contra meninas de nove anos, o soldado da polícia corta, para não correr de outra vez, o jarrete das donzelas que tentam fugir à lubrígua orgia e Raimundo Ema, o Juiz, caça com cães os esconderijos dos que se asilam nos matos, vou conduzir o leitor ao sertão onde todas estas cenas se passaram alumiadas pelo rubro clarão do incêndio das casas.<sup>502</sup>

<sup>495</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 149.

<sup>496</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 162.

<sup>497</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 158.

<sup>498</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 149.

<sup>499</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 179.

<sup>500</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 193.

<sup>501</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 203.

<sup>502</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 197.

O jornalista relatou que dois homens foram executados por sangramento, e o motivo seria a punição por terem oferecido acolhida a um viajante, correligionário de Leão Leda. Depois de executados, Manoel Moreira e Raimundo Moreira tiveram suas casas saqueadas e, por fim, incendiadas.<sup>503</sup> Um crime desse nível foi cometido contra um idoso, que, depois de torturado, os carrascos o fizeram se recuperar do tormento. Após deixarem o senhor repousar, alimentaram-no só para depois executá-lo, e o motivo do bom tratamento foi para que, saudável, o homem sentisse a morte.<sup>504</sup> Entre outros, há relatos de dois homens que, depois de executados, tiveram seus corpos devorados por cães, que disputavam seus pedaços com abutres.<sup>505</sup> Consta também que comerciantes de Boa Vista, que levavam sal para Barra do Corda, na volta, traziam outros produtos. Na passagem de um riacho, depararam-se com meia dúzia de corpos recentemente executados. Não havia dúvidas de que as forças policiais haviam passado por ali.<sup>506</sup> De acordo com a narrativa parsondiana, os números aumentavam cada vez mais, chegando a muitas dezenas de casas saqueadas e incendiadas. Igualmente era o número de presos, com a alegação de conspirarem contra o governo, dezenas foram brutalmente assassinados. O sangramento era a forma mais comum, depois os corpos eram entregues aos abutres ou aos peixes, a depender do local do morticínio.<sup>507</sup>

Parecia uma marcha imparável, assim se expressava o jornalista, porque em grupo ou individualmente, a morte pairava na região da Chapada. Ele relatou outra infeliz história de uma mulher que, impotente diante de homens armados, apenas assistia, em estado de choque, ao sacrifício de mais uma vítima, seu esposo, que ocorria nos últimos dias do século XIX.<sup>508</sup> Nesse tempo, ele relata que por todos os lados se ouviam gritos de desespero ou a triste entonação das rezas em favor dos mortos. Nem mesmo indefesas rezadeiras escaparam da fúria dos soldados do governo. Conta o jornalista sertanejo que, certa vez, os soldados ouviram o coro de um pequeno grupo de mulheres que faziam preces. Embriagados, os homens se aproximaram das mulheres, lá supuseram que as orações fossem para Leão Leda e, a partir dessa conclusão, não houve outro resultado que não a degola das consortes, as jagunças como chamavam.<sup>509</sup> Em outro momento, soldados encontraram um grupo de agricultoras que, pela ausência dos homens, se assustaram com os policiais e fugiram. Tentaram se ocultar no mato, mas os homens as perseguiram, uma parte conseguiu escapar,

<sup>503</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 217.

<sup>504</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 259.

<sup>505</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 271.

<sup>506</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 288.

<sup>507</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 347.

<sup>508</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 213.

<sup>509</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 220.

mas as que foram capturadas tiveram como primeira punição os estupros, depois os pés decepados “para que não corresse outra vez”, teria afirmado o comandante.<sup>510</sup>

Parsondas relatou que o número de mortos na região só não foi maior pela grande quantidade dos que fugiram para outras terras, a fim de não terem o mesmo destino. Um exemplo, nesse movimento dos habitantes, foi a povoação da Serra Negra, que teria, em quase sua totalidade, fugido do lugar.<sup>511</sup> Há um relato que depois de um ano, pessoas de uma determinada povoação retornaram ao local de origem para fazer o sepultamento dos que haviam ficado. Tiveram que juntar os ossos dispersos pelos urubus e, ao completarem os esqueletos, realizavam o funeral.<sup>512</sup>

No último dia do Século XIX, haveria mais assassinatos. Parsondas falou de duas vítimas de nome Teotônio e Raimundo, eram presos conduzidos para a cadeia, mas foram conduzidos para a morte. Quando o sol de 1900 brilhou pela primeira vez, estavam lá dois corpos que emergiram da escuridão, que, pouco a pouco, se revelavam na luz de uma manhã bela e triste. Diz o relato que eles estavam com os lábios contraídos, de maneira que pareciam sorrir, no que o jornalista chamou de “riso sarcástico da morte”, porque seria o “riso do escárnio à civilização do século XIX.”<sup>513</sup> O mês de janeiro teria chegado chuvoso, mas que de costume, o motivo seria que a natureza estava horrorizada e queria tirar o sangue da terra para purificá-la novamente da barbaridade humana.<sup>514</sup>

No fim, conta o jornalista que restou o saldo negativo para os sertões, com dezenas de mortes, casas saqueadas e incendiadas, estimativa que poderia ser revisada para cima, pois ele não teria tido condições de colher os depoimentos de todos os participantes daqueles acontecimentos. Afirmou que nem a justiça medieval exigia que criminosos não tivessem amigos, referindo-se aos que foram punidos por terem alguma relação com Leão Leda. Assim se referiu: “Este pedaço de costumes sociais ficou reservado para o fim do século XIX e devia marcar na história da civilização o período brilhante em que o senador Benedito Leite governou discriciosamente o Maranhão”.<sup>515</sup> Por esse motivo, conclamava ao estudo do passado sertanejo, para que ninguém esquecesse que aquela bela terra, antes, cheia de poetas, entre eles seu pai, um dia teria sido banhada por sangue humano.<sup>516</sup> Parsondas lamentou que a

---

<sup>510</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 221.

<sup>511</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 220.

<sup>512</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 216.

<sup>513</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 288-90.

<sup>514</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 326.

<sup>515</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 223.

<sup>516</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 146.

Constituição Federal não desse garantias ao povo contra possíveis excessos dos políticos, por isso dizia: “A União dá toda garantia aos governadores contra o povo e nem uma a estes contra a violência daqueles.”<sup>517</sup> Embora Benedito Leite não fosse o governador naquele momento, pelas queixas quase sempre dirigidas a ele, percebe-se que o senador era uma espécie de governador não oficial.

Parsondas, homem de ideias ilustradas, era admirador da nação norte-americana por seus avanços tecnológicos, sociais e políticos, por isso sempre citava aquele país como exemplo a ser seguido, por isso dizia que a polícia no Maranhão era muito diferente da polícia dos Estados Unidos. Nesse tempo, em cada povoação maranhense mais expressiva, havia um destacamento policial, que, segundo o jornalista, dava amplos poderes ao comandante e, na maioria das vezes, impunidade aos seus excessos contra os acusados. Para ele, era comum o julgamento sem processo, e a decisão era tomada de acordo com a vontade do chefe de polícia. O resultado é que “para esses delegados de polícia, não há inviolabilidade de domicílio nem necessidade de formalidades legais, coisas que não sabem o que seja”.<sup>518</sup>

Na condição de advogado, profissão que exerceu sem diploma, estava sempre atento aos deslizos jurídicos que ocorriam naquelas terras. Como resultado, afirmou que as ruas eram preenchidas pelo silêncio dos poucos moradores que por lá circulavam. A finalidade seria evitar qualquer ação ou palavra que pudesse ser interpretada por rebeldia.<sup>519</sup> Nesse contexto, a polícia era a lei e não havia um limite claro para suas ações, nem critérios palpáveis. Portanto, qualquer um, a qualquer momento, poderia pagar por algo não feito, e a punição variava desde confisco de mercadorias, bens ou com a própria vida. Parsondas se referiu àquela população como inconsciente, porque se deixou matar como “sapos”, sem esboçar qualquer reação, pela falta de coragem para se defender. Um a um iam perdendo a casa, a família e a vida, um povo injustamente chamado de revoltoso, ressaltou.<sup>520</sup> Para o jornalista, aquele não era um povo revoltoso, mas alegre antes das atrocidades: “a tristeza, o medo, o pavor geraram um misticismo que buscava consolo e alívio nas rezas”.<sup>521</sup>

Diferentemente do que sugere em outros momentos, Parsondas diz que, apesar do “progresso econômico” em Grajaú, isso não interferiu nos costumes sociais e por isso a região, apesar de ser uma das mais bem-sucedidas, era, naquele momento, também uma das

---

<sup>517</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 195.

<sup>518</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 313.

<sup>519</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 318.

<sup>520</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 274.

<sup>521</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 220.



mais familiarizadas com o horror e a decadência moral e política.<sup>522</sup> Sua explicação mais profunda para aquela realidade estava na própria formação histórica brasileira, pois tentava encontrar nos portugueses a culpa para o caos político que vivia o sertão naquele fim de século. Para ele, diferentemente de norte-americanos e ingleses, os portugueses não vieram em busca de liberdade e, por isso, não ensinaram sobre esse bem, nem legaram aos brasileiros a ciência, elemento fundamental para se construir uma grande sociedade. Para o intelectual, restou a herança da obediência cega, pois nenhuma “aspiração liberal, rebentando acaso sob a influência do meio físico em que se geravam as sociedades do Novo Mundo, conseguiu vingar. A espada cortou as cercas, e nossa história não apresenta um único exemplo de triunfo popular em que ao menos o povo tenha tomado parte”.<sup>523</sup>

Afirmou ainda que no Maranhão não houve partido republicano organizado, com exceção de Carolina, talvez pelas suas destacadas qualidades climáticas, pensaria o letrado. Depois da república, os partidos se misturaram e assumiram as mais diversas posturas. Apenas em Carolina, os fazendeiros e comerciantes teriam criado um Clube Republicano exitoso. Assim, foi em todo o Brasil o único lugar em que um grupo antimonarquista conseguiu organizar um partido e vencer as eleições.<sup>524</sup> Parsondas se colocava, diante daqueles perversos conflitos, como um observador imparcial, tal como pregava o positivismo, por isso assim se referia à sua missão: “só temos de registrar os fatos do presente para a admiração das gerações futuras. É o que fiz”.<sup>525</sup> Ele fez mais que isso, mostrou claramente a reivindicação de autonomia política para a região. Igualmente procedeu Ribeiro, que pautou os danos de um vácuo governamental na região, mas contrário a ele, disse que esse vazio só poderia ser preenchido por pessoas do próprio lugar, nunca de fora. Sua tarefa de denunciar aqueles acontecimentos em São Luís e no Rio de Janeiro pode não ter surtido o efeito esperado naquele momento, mas, certamente, seus relatos foram de grande importância para a história do Maranhão e do Brasil.

No que se refere aos aspectos culturais, como já se poderia esperar, o olhar de Parsondas de Carvalho está em sintonia com percepções anteriores, especialmente as de Paula Ribeiro. Com isso, não se quer afirmar que elas fossem iguais, pelo contrário, às vezes eram muito diferentes. Entretanto, apesar das especificidades de cada um, há um cruzamento nas

---

<sup>522</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 209.

<sup>523</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 367.

<sup>524</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 308.

<sup>525</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 367.

descrições sobre o povo sertanejo que abarca seus costumes e idiossincrasias, de modo a caracterizá-lo, entre outros aspectos positivos, como um povo alegre e acolhedor.

Sálvio Dino afirma que Parsondas teve contato, quando no Rio de Janeiro, com intelectuais estrangeiros que propagavam as modernas teorias sociais, em especial as que associavam a cultura ao meio ambiente.<sup>526</sup> De fato, percebe-se esse traço em seus escritos e, talvez, por ser autodidata, numa formação dispersa, não sistematizou um pensamento coerente com uma determinada teoria em especial, mas juntou diferentes ideias, muitas vezes até incoerentes entre si. A simpatia pelo socialismo o levava à defesa dos mais pobres, enquanto a afinidade republicana, a certa repulsa contra estrangeiros. Já a afinidade com as concepções de Cesare Lombroso, o psiquiatra italiano que acreditava na relação entre características físicas e predisposições comportamentais, o conduzia a uma relação direta entre traços físicos, meio ambiente e comportamento dos indivíduos. Da mesma forma, cultivava simpatia com a opinião de que havia raças essencialmente beneficiadas pela natureza, o que o leva, em alguns momentos, à crítica e, em outros, à exaltação dessas diferenças.

Nesse sentido, Parsondas falou com euforia sobre a empreitada dos bandeirantes quando poderia falar de Ribeiro, por ter enfrentado os perigos da natureza selvagem em nome do progresso civilizatório. Seriam esses “intrépidos exploradores” responsáveis pelo avanço da nação brasileira, pois ao explorar novas terras e dizimarem nações indígenas, levariam o “desenvolvimento” aos mais distantes recantos do vasto território brasileiro. Com outra perspectiva, se referiu ao grupo de exploradores que chegou ao sul do Maranhão: “Enquanto a população proveniente de São Paulo se localizava nos terrenos auríferos [...] outra população menos arrojada, a baiana e sua descendência, avançava para noroeste, chegava às cabeceiras do Itapecuru, fundava as vilas de Pastos Bons e Riachão”.<sup>527</sup> Mas, apesar da visão negativa sobre os baianos, ele compensou isso ao reclamar do fato de, naquela época, eles não aparecerem nos compêndios, já que também foram parte da história do Brasil. Ainda que tivessem um papel secundário, deveriam ter seu reconhecimento.

Parsondas, assim como Ribeiro, identificou uma série de problemas sociais na região, e um deles foi o educacional. Afirmou que houve um tempo, não muito anterior àquele final de século XIX, em que as escolas funcionavam em melhores condições pedagógicas e infraestruturais, de maneira que havia, segundo ele, “gosto pela leitura”. Em consequência disso, alegou que, antes, Grajaú era uma cidade afeiçoada à arte e à cultura, por isso, seria

---

<sup>526</sup> DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho...* 2007, p. 50.

<sup>527</sup> CARVALHO, Parsondas. *A Amazônia: do Gurupi ao Balsas. ...* 2007, p. 131.

incapaz de “consentir os horrores” daquele momento.<sup>528</sup> Ainda que tal afirmação não seja necessariamente verdadeira, é clara, em Parsondas, a relação indissociável entre política e educação, no sentido de indicar que no presente a situação ia mal porque a política dos conservadores contribuía para isso. Assim se expressou:

Na atualidade, os diretores do espírito público no Grajaú não possuem, não querem, não têm livros; a conversação não tira assunto senão das intrigas locais, e o ensino tem por professores pessoas às quais o partidarismo remunera os seus serviços políticos com o cargo para o qual não possuem a mínima habilitação. E a sociedade desceu, caiu [...].<sup>529</sup>

Entretanto, apesar dos supostos prejuízos educacionais, decorrentes da política, havia um outro aspecto que permanecia intacto, pois nem as más ações políticas poderiam interferir naquilo. Tal aspecto, que já havia sido ressaltado por Paula Ribeiro, de acordo também com o entendimento parsondiano, teria raízes em um elemento mais profundo e duradouro, pois teria nexos com a própria alma sertaneja: a hospitalidade dos habitantes. De acordo com Parsondas, essa receptividade tinha um sentido de dever, ele lembra que ao construir sua morada, o sertanejo já planejava um lugar para receber suas visitas, em especial os viajantes. “É uma hospitalidade desprestenciosa, que não reclama agradecimentos e nem visa à sordidez do interesse”.<sup>530</sup> Nesse contexto, um dos maiores prazeres do sertanejo, afirma, é ver bem acolhido aquele que passava por suas terras. Sentia-se constrangido com a possibilidade de algo não agradar o hóspede. Ele citou, em outra ocasião, que o dono da casa cedia o melhor espaço da morada ao visitante, muitas vezes, desconhecido.<sup>531</sup> Assim, descreveu os habitantes dos sertões como pessoas atenciosas, solidárias e humildes, que davam o melhor de si para ver bem acolhidas suas visitas.

Parsondas de Carvalho, tanto por sua visão política, quanto por sua própria vivência, tinha maior apreço pelas pessoas com menos condições financeiras e, ao que parece, transitava em diferentes grupos sociais. Em uma de suas palestras, afirmou que, às vezes, os que menos possuem agradam mais que os abastados, pois ofereciam o que tinham de bom grado, de forma desprestenciosa e sincera. Dessa maneira, expressou seu pensamento em relação aos habitantes dos sertões, indígenas ou mestiços:

O Timbira que nos oferece em cuias a sua bacaba e o pobre que nos dá em grosseiro vaso o leite de sua vaca com a saborosa farinha de puba agradam-nos mais com esta desprestenciosa e ingênua simplicidade, do que o rico que

<sup>528</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 209.

<sup>529</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 209.

<sup>530</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 283.

<sup>531</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 341.

nos ofereça a sua mesa com visível e vaidosa ostentação de luxo, maçando-nos e aborrecendo-nos com formalidades e etiquetas.<sup>532</sup>

Parsondas tinha uma ideia de que as coisas naturais eram melhores que as artificiais e com uma metáfora dizia que a água que se gela é pior do que a que já vem fria da fonte. Com isso queria dizer que odiava os europeus e suas mentiras.<sup>533</sup> Talvez por isso, jamais tenha citado Francisco de Paula Ribeiro, que tanto o influenciara. Para ele, o sertanejo e o indígena por serem “naturais” seriam pessoas melhores que os homens brancos. Chegou a afirmar que a colonização sul maranhense deveria ser feita com “as nações indígenas, verdadeiras, dignas de melhor sorte”.<sup>534</sup> Na sua má fortuna, estaria o longo processo de exploração e traição dos brancos para com eles. Contudo, apesar de Parsondas defender os nativos textualmente e até na prática, no conjunto de sua narrativa o que prevalece é o tema sertanejo, o mestiço que habita o sertão, aqueles que estavam diretamente envolvidos não apenas na criação de gado e agricultura, mas também nas lutas políticas e sociais de seu tempo.

Para o jornalista, os bons sentimentos de acolhida que os sertanejos tinham, estavam diretamente relacionados às próprias condições ambientais da região, concepção bastante aceita naquele momento, por boa parte de muitos intelectuais. Ele afirmou que o habitante de Carolina era risonho e amável como a própria natureza que o cercava.<sup>535</sup> Também disse que lá os habitantes eram acolhedores, hospitaleiros, pois tinham muito prazer em receber estranhos. Para Parsondas, esse comportamento se dava por causa também do clima do lugar, que estava diretamente relacionado à boa índole do habitante. Naquela região, como nos sertões de maneira geral, o clima não ia aos extremos, de altas ou baixas temperaturas, o que “isenta o homem de males provenientes das grandes variações”.<sup>536</sup> Dessa maneira, tentava explicar as virtudes de seus habitantes pelo próprio valor de seu clima e paisagem.

Um dos aspectos mais originais e, ao mesmo tempo, mais próximos de Francisco de Paula Ribeiro era a abordagem de Parsondas de Carvalho sobre a natureza maranhense, no sentido de fazer dela um elemento constituidor da própria identidade. Ainda que não o tenha feito de maneira deliberada, seu conjunto explicativo sobre os sertões o leva a isso. Parsondas, assim como Ribeiro, foi um grande conhecedor da geografia regional, fruto de leituras e vivências no território maranhense e fora dele. Naquele momento, muitas informações sobre relevo, vegetação, clima bem como outros aspectos eram imprecisas nas

<sup>532</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 283.

<sup>533</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 283.

<sup>534</sup> CARVALHO, Parsondas. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas... 2007, p. 134.

<sup>535</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 308.

<sup>536</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 341.

regiões mais distantes. Ele dizia que a geografia não poderia ser fruto da imaginação e por isso defendia a pesquisa *in loco* para o maior conhecimento. Em determinados momentos, fez correções em livros de geografia, como no caso da serra da Desordem,<sup>537</sup> que afirmou estar fora de lugar nos mapas. Era um momento em que se ampliava o conhecimento da distante geografia regional.

Ele também falou de uma determinada região em que a fertilidade do solo se destacava, em especial para o cultivo de cana-de-açúcar em que com um mínimo de trabalho se produzia em grande quantidade e qualidade. Da mesma maneira, o café e o algodão prosperariam com igual facilidade, mesmo com as tecnologias mais rudimentares. Basicamente, de acordo com suas informações, todo o sertão maranhense teria tal privilégio, pois segundo ele “é nestas favoráveis condições [abundância de mananciais] que se passa a vida do homem no território que se dilata do Parnaíba ao Araguaia”.<sup>538</sup> Após fazer um balanço das diferenças geológicas brasileiras, afirmou que em muitos lugares faltavam a beleza e a fertilidade própria da região maranhense e nesse sentido atribuiu valor singular aos sertões maranhenses, em termos não apenas econômicos, como também estéticos.

Não por acaso, tal como outros que percorreram aquela paisagem anteriormente, especialmente Paula Ribeiro, Parsondas cedeu a impulsos poéticos, quase mágicos da natureza. Num previsível caminho, ele percorreu um misto de utilidade e beleza dessa geografia, na tentativa de torná-la especial, única. Em uma de suas narrativas, apresentou uma variedade de espécies vegetais dos sertões para atestar sua incomparável riqueza natural. Nesse contexto, citou, entre outras, espécies como a copaíba, cumaru e cravo, num conjunto que, segundo ele, compunha riquezas ainda não conhecidas.<sup>539</sup> Nessa descrição, ele falou de uma grande área fértil, que incluía desde o Pará até as proximidades de Caxias, trajeto que provavelmente percorreu muitas vezes, a pé ou a cavalo. Parsondas de Carvalho, tal como Paula Ribeiro, queria ser um explorador, igualmente, ele era um grande conhecedor e apreciador das riquezas sertanejas.

Mesmo em regiões em que há prejuízo com a ação da natureza, ele encontrou uma maneira de justificar os benefícios da terra. É o caso de uma área que abarcava as povoações de São Bento, Cajapió e Viana, em uma das margens do Pindaré. Aquela região passava por constantes enchentes, o que trazia alguns prejuízos à criação de gado. Quando as inundações

<sup>537</sup> CARVALHO, Parsondas. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas... 2007, p. 137.

<sup>538</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 341.

<sup>539</sup> CARVALHO, Parsondas. A Silvio Romero (Conferência no Centro Republicano Português). São Luís, 1919. In: DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007, 120.

cessavam, a savana prevalecia, era nessa estação que a criação mais se favorecia com as pastagens de boa qualidade. O resultado dessa combinação, de acordo com Parsondas, era que aquelas localidades eram “afamadas pela abundância de leite e queijos”.<sup>540</sup>

Em determinados lugares, nos quais os rios aumentavam seu volume na estação das chuvas, sobravam terrenos argilosos que tornavam as estradas muito difíceis de serem percorridas. Isso se dava também devido aos acidentes geográficos que prevaleciam, as chamadas “grotas”. Mas, como uma espécie de compensação, as pastagens naquela região eram de boa qualidade para a criação de gado.<sup>541</sup> Nas proximidades do Rio Farinha com o Manoel Alves Grandes, há uma ilha que, segundo o jornalista, era notável pela qualidade de seu pasto, que se traduzia numa boa produção de leite, bem como no cultivo agrícola.<sup>542</sup> Por todos os lados, tal como fez Paula Ribeiro, Parsondas de Carvalho encontra terras férteis nos sertões maranhenses, o que faz do lugar uma espécie de paraíso. Referindo-se a determinada localidade, assim se expressou:

Dessas quebradas, brotam interessantes riachinhos que dão água em abundância para a rega dos terrenos plantados de capim e cana e de hortaliças. Produz com abundância abacates, laranjas, limas e todas as mais frutas próprias dos climas quentes. São admiráveis os jardins deste lado.<sup>543</sup>

Por todos os diversos lugares dos sertões por onde andou, encontrava beleza e utilidade para o povo sertanejo. Em uma de suas conferências, ele descreveu um pequeno conjunto das principais árvores que compõem a flora do sertão e, com isso, pretendeu mostrar que sua variedade é imensa, bem como sua importância para os habitantes do lugar. Entre as espécies, ele citou o cumaru, a copaíba, caucho, andiroba, seringa, castanha cravo, baunilha, todas com propriedades medicinais, econômicas e estéticas.<sup>544</sup> Disse que o cumaru se destacava, tanto pelo seu avantajado porte, quanto por sua madeira de boa qualidade para diversas serventias na construção de casas ou produtos de utilidade doméstica. Soma-se a essas qualidades, um importante óleo extraído de sua fava que, por seu agradável odor, era utilizado para perfumar e embelezar o cabelo das sertanejas.

Parsondas também pôs em relevo a carnaúba, por causa de seus diversos proveitos, entre os quais “dá aos habitantes madeira para construções, palha para cobrir casas e para tecidos diversos, sendo um desses o chapéu, e a cera com que fabricavam velas, madeira,

---

<sup>540</sup> CARVALHO, Parsondas. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas... 2007, p. 129.

<sup>541</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 198.

<sup>542</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 303-4.

<sup>543</sup> CARVALHO, Parsondas. A guerra do Leda ... 2007, p. 208-9.

<sup>544</sup> CARVALHO, Parsondas. A Amazônia: do Gurupi ao Balsas... 2007, p. 132.

palha e luz!”<sup>545</sup> Por todos os lados, no sertão, conforme já visto nos textos ribeirianos, há condições naturais favoráveis à existência das famílias, com suas atividades de criação e cultivo agrícola, o que faz do lugar um dos melhores para se viver no território brasileiro. Parsondas soube reconhecer o que outros já haviam feito antes dele, pois afirmou que assim como o pinheiro era a árvore do suíço, por suas afinidades, o bacuri seria a do sertanejo.<sup>546</sup> Com essa metáfora, ele associou o povo e sua cultura à própria paisagem do lugar.

Além do aspecto utilitário, ele perpassa à fronteira do estético e é por isso que utiliza expressões como “verde e viçoso mato”. Em determinado local, falou das “mais altas e bonitas cascatas”, que, além de belas, tinham solo rico para o pasto e para o café, desprezado, segundo ele, pois “nessa terra onde não se conhece a geada e onde o cafezinho dura a vida de muitas gerações”.<sup>547</sup> Ele falou do “soberbo morro do Chapel”, que de lá se vê a serra da lua, “azulando-se no espaço; a seus pés, plácido e sossegado, o rio, largo, correndo entre praias de alvas e nítida areia; por cima, o infinito de um céu sem nuvens, adorando a noite de miríades de estrelas”.<sup>548</sup> O rio em questão é o Tocantins, mais importante da região, que separa o Maranhão do que é hoje o estado de mesmo nome. Em lugares belos como este, Parsondas afirmou que, ao contemplar a beleza da paisagem, se perdia em um “turbilhão de raciocínio”.<sup>549</sup>

Praticamente em todos os lugares do sertão, como certo militar português, descreveu os ambientes carregados de valor estético e utilitário, mas também simbólico, que conduzia a um sertão paraíso, pela sua beleza e abundância de recursos naturais. Ele tinha tanto apego à paisagem sertaneja que, mesmo numa época em que poucos falavam em desmatamento, levantava essa questão como sendo de muita importância. Nesse aspecto, é bastante original, pois tanto defendia a preservação da natureza, como dos povos nativos. Contudo, apesar da defesa aos indígenas, nos poucos momentos em que se referiu a eles, não os atribuiu mais que um papel secundário na construção histórica dos sertões, porque os verdadeiros protagonistas seriam os mestiços, agricultores e criadores de gado, assim como ele, conforme preconizara Ribeiro.

Parsondas apontou a destruição provocada pelo machado do agricultor, que devastava as florestas e provocava a transformação da bela paisagem em deserto. Ele relatou o exemplo

---

<sup>545</sup> CARVALHO, Parsondas. *A Amazônia: do Gurupi ao Balsas...* 2007, p. 130.

<sup>546</sup> CARVALHO, Parsondas. *A Amazônia: do Gurupi ao Balsas...* 2007, p. 140.

<sup>547</sup> CARVALHO, Parsondas. *A guerra do Leda ...* 2007, p. 304.

<sup>548</sup> CARVALHO, Parsondas. *A guerra do Leda ...* 2007, p. 307.

<sup>549</sup> CARVALHO, Parsondas. *A guerra do Leda ...* 2007, p. 236.

de riachos, antes perenes, que secaram, pois muitas nascentes teriam desaparecido. Afirmou que tal prática era fruto da ignorância, pois muito diferentemente se dava nos Estados Unidos, em que processos modernos de adubação e irrigação já eram utilizados. Lá, afirmava, a ciência estaria a serviço da população, algo completamente desconhecido do sertanejo.<sup>550</sup> Talvez uma de suas maiores preocupações fosse que aquele arcaico e desenfreado processo de devastação não mais permitisse, no futuro, às pessoas poder contemplar o belo e suave céu sertanejo e respirar o ar fresco daqueles campos. Com isso, parece claro que a afinidade de Parsondas com a paisagem sertaneja ia muito além do aspecto utilitário ou mesmo contemplativo, pois parecia haver uma relação de profundo afeto com aquela natureza, algo além das influências ribeirianas.

### **O olhar de Carlota de Carvalho**

Chega a ser surpreendente a falta de informações sobre a vida de Carlota Carvalho. Assim como seu irmão, praticamente ela não falou sobre sua vida pessoal e, talvez, por ser mulher, em um tempo e espaço dominados por homens, também não se encontram muitas referências à autora por outros intelectuais. Seu destino é semelhante ao de sua própria obra, *O sertão*, que enfrentou muitas dificuldades para ser publicada no ano de 1924. Para isso, ela teve que deixar as terras maranhenses para materializar suas pretensões e, quando o fez, poucos em sua própria terra a celebraram. Apesar dos esforços e do êxito, a autora não conseguiu uma segunda edição, de modo que o livro caiu no esquecimento dos leitores maranhenses. Mas um dia, por acaso, foi encontrado um exemplar em um sebo no estado do Pará.<sup>551</sup> Com isso, foi possível o lançamento da desejada segunda edição, ainda que 76 anos depois da primeira.

Desde então, a obra tornou-se bastante conhecida, não apenas no Maranhão, como também por pesquisadores do tema em diferentes regiões do país e até do exterior. Aos poucos, surgem pessoas interessadas na biografia da autora, mas a falta de fontes dificulta sobremaneira um trabalho com profundidade. Talvez ainda surja um conjunto de documentos que expresse, de maneira mais clara, o perfil desta importante letrada maranhense. Por enquanto, o que se tem são apenas indícios de uma vida recatada, mas não pouco produtiva, intelectualmente.

---

<sup>550</sup> CARVALHO, Parsondas. A Silvio Romero... 2007, p. 120.

<sup>551</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão*: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2 ed. Imperatriz, MA: Ética, 2000, p. 299.



Até mesmo informações básicas como local de nascimento e data não são palpáveis. Seu pai se tornou conhecido, pois tanto ela, quanto seu irmão Parsondas revelaram, em determinados momentos, sua existência. Contrariamente se dá com sua mãe, que, aparentemente, foi deliberadamente ocultada por motivos ainda não conhecidos. Por outro lado, na obra *O sertão*, Carlota relatou sua descendência mais distante, afirmou ser bisneta de uma francesa chamada Paula de Rochambeau, que teria vindo à Bahia em uma fuga da França, no início da década de 1790.<sup>552</sup> A nobre francesa teria conhecido um português de nome José Marques de Carvalho, com o qual, mesmo sem um casamento religioso, tiveram três filhos. O matrimônio não teria ocorrido pela falta de nobreza do português e, em determinado momento, a francesa, “imbuída de preconceitos da nobreza”, abandonou o pai de seus filhos para se dedicar à vida de professora. José Marques, a conselho da própria esposa que o abandonara, procurou outra companheira, então se casou com uma indígena de nome Messias, criada por uma família branca e rica. Esse é o resultado da descendência de Carlota Carvalho, abreviado por ela própria da seguinte maneira: “É assim que descendo de uma francesa inteligentíssima, possuidora de cultura intelectual [...]; de um português ignorante, mas dotado de boa índole, trabalhador e econômico, e de uma autóctone nervosa e quase intolerável”.<sup>553</sup>

Sobre a mãe, não há comentário, mas pode-se deduzir sua origem. De acordo com Pachêco Filho, a autora teria nascido na mesma cidade do irmão Parsondas, Riachão, por volta de 1866.<sup>554</sup> Em determinado momento, ela afirma que seu pai teria trazido para casa uma menina da tribo Guajajara, de nome Sabina para servir de “aia” e esta teria sido, em suas palavras, fiel e dedicada.<sup>555</sup> Isso pode indicar que a mãe de Carlota não esteve presente desde muito cedo na vida dos irmãos Carvalho, como o próprio Parsondas já teria afirmado. Sabe-se que seu pai trabalhou na abertura de uma estrada na região do Pindaré, o preço e a qualidade da estrada tiveram destaque no Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão, de César Marques.<sup>556</sup> Carlota afirmou que o trabalho foi realizado em três meses e o caminho, de 60 léguas, que estava pronto no fim de agosto de 1866, foi entregue. Conta a autora que o serviço foi desempenhado apenas com a mão de obra dos indígenas Guajajara.<sup>557</sup> Nesse contexto, não seria absurdo pensar que Carlota, assim como seus irmãos, fossem filhos de uma nativa dessa

<sup>552</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 271.

<sup>553</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 272.

<sup>554</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos...* 2011, p. 65.

<sup>555</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 212.

<sup>556</sup> MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico...* 1870. 3 vol, p. 135.

<sup>557</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 209.

nação. O pai deles mostrava ter boas relações com aqueles povos e talvez, por isso, nunca tenham mencionado a mãe em seus escritos. Não se tem nenhuma informação sobre o irmão Emídio de Carvalho, mas os traços físicos de Parsondas e de Carlota, com base em duas fotos disponíveis, indicam esse parentesco, que pode ser da bisavó, mas também da própria mãe, com a qual nunca teriam convivido.

Em relação à morte da sertaneja Carlota, diferentemente do irmão, que fazia parte de diversos grupos, de caráter político, literário e científico, não se conhece, até o momento, nenhuma menção a seu falecimento e, como resultado, o ano em que sua vida teve fim é desconhecido, assim como o próprio local. O professor João Renôr tem um palpite, que ela pode ter sido enterrada em alguma comunidade de negros, na região de Montes Altos, em que pertencia sua ex-escrava, depois fiel acompanhante. Para ele os laços entre as duas perdurou por toda a vida da autora e na aurora de seus dias, sem nenhum parente, teria ido para o convívio dos parentes de sua companheira. Porém, tudo permanece por descobrir sobre a vida desta mulher. Talvez não tenha vivido muito, após a perda do irmão, já que se encontram poucas evidências sobre ela na memória local. Só uma pesquisa mais profícua e sem preconceitos poderia revelar informações valiosas a esse respeito.

No que se refere à sua trajetória intelectual, podem ser elencados alguns elementos, para traçar um perfil condizente com sua própria obra. Em termos de formação acadêmica, parece claro que foi autodidata como o irmão, mas diferentemente dele, teve um caminho mais solitário. Ao que parece, não escrevia em jornais, nem participava de partidos políticos ou mesmo de grupos literários. Pelo menos ainda não há registros de que tenha participado. De acordo com alguns depoimentos colhidos por Dino, Carlota era uma mulher reservada, de pouca conversa com os vizinhos, mas talvez o principal motivo de sua falta de participação nos grupos fosse a própria ausência de espaço, praticamente inexistente para mulheres. Mesmo os intelectuais mais esclarecidos não fugiam muito à visão convencional de que o lugar das mulheres não era nas academias, jornais ou escolas. Como resultado disso, não se encontra atuação feminina nessas instituições maranhenses, dirigidas por homens.

Apesar disso, ainda muito jovem, a autora foi agraciada com uma das cadeiras de professora primária na comarca de Macapá, no ano de 1887, a outra ficou para seu irmão Emídio de Carvalho. Ela disse, com orgulho: “fomos os primeiros professores que o Brasil enviou à terra em que só tinham terçado armas, guerreiros portugueses, holandeses e ingleses

no século XVII”.<sup>558</sup> Não se sabe o tempo que eles permaneceram nesse trabalho, mas durante sua estada, ela fez algumas descrições diversas sobre a região, as quais agregaria à sua futura obra.

Carlota vem de uma descendência de intelectuais autodidatas, poetas e agentes políticos de orientação liberal. Seu avô teria chegado à região de Pastos Bons em fuga das perseguições resultantes da Confederação do Equador. Ao chegar aos sertões maranhenses, conforme já dito aqui anteriormente, fundou uma escola para as crianças da região.<sup>559</sup> Do famoso grupo “Rodas de Amigos”, que reunia os maiores intelectuais da Chapada, seu pai foi participante e, de acordo com Kardec, esse mesmo grupo teria, posteriormente, fundado o partido liberal do Maranhão, denominado Bem-te-vi.<sup>560</sup>

Sabe-se que em 1907 Carlota esteve no Rio de Janeiro,<sup>561</sup> pode ter sido lá que teve acesso à maioria das obras que a influenciaram, inclusive as de caráter liberal republicanas. Ela tinha conhecimento de francês, como mostra em seu livro, com o uso de citação nessa língua e também em inglês.<sup>562</sup> Demonstrava conhecer ainda diversos assuntos, diretamente abordados no *O sertão* - geografia, economia, política, entre outros temas - tão comuns entre os intelectuais de sua geração, que buscavam uma formação enciclopédica. O próprio estilo de sua obra, que busca uma síntese histórica da região sertaneja, vai ao encontro disso. Em outra viagem à capital federal, em 1919, já para a publicação do livro, fez um diário em que destacou algumas pessoas e acontecimentos. Entre os viajantes em relevo, estava um agricultor de influência socialista, Manoel Ribeiro da Cruz, que portava alguns livros a bordo. Seriam essas obras, de acordo com Carlota, *A próxima revolução* e *O sindicalismo*. Assim a autora se referiu ao colega de viagem: “abraçando essas ideias, ele é o primeiro a pôr em prática, no Maranhão, a socialização no trabalho, substituindo o salário, que humilha o trabalhador, pelo interesse no lucro, o que equipara os indivíduos”.<sup>563</sup>

## **Ir ao encontro de significa ir a favor, ir de encontro a significa ir contra.**

Ao se referir aos conflitos políticos no Brasil, ela comparou a ação de Duque de Caxias, que no Maranhão massacrava revoltosos e no Sul os anistiou. O movimento no sertão

<sup>558</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 225.

<sup>559</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 111.

<sup>560</sup> PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos...* 2011, p. 66.

<sup>561</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 262.

<sup>562</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 278.

<sup>563</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 275-6.

maranhense, posteriormente conhecido por Balaiada, em alusão aos integrantes fabricantes de balaios, se iniciou na Vila da Manga, com a soltura de presos da cadeia pelo vaqueiro Raimundo Gomes Vieira. Carlota nomeou um dos tópicos do seu livro sobre o assunto por “fase heroica”,<sup>564</sup> o que claramente denota sua simpatia pelo movimento e pelo partido Bem-te-vi, que esteve à frente da rebelião, composta por vaqueiros, agricultores, escravos, entre outros. Nesse sentido, o vaqueiro é visto como uma espécie de herói libertador dos sertões, conforme trecho seguinte: “Na memória dos vindouros, perdurará o exemplo. E naquele sertão, nas noites levosas, nos ruídos das tempestades, ao clarão fugaz dos relâmpagos, supõem ouvir o tropel do cavalo do destemido vaqueiro”.<sup>565</sup>

Ainda que seu pai tenha sido proprietário de escravos e ela mesma também o tivesse, ao menos quando professora no Amapá,<sup>566</sup> disse, com certa convicção, que todos os homens são iguais, independentemente da raça e da condição social e, com isso, sugere que deveria a humanidade viver em harmonia.<sup>567</sup> Se nos aspectos geográficos, por exemplo, o elo entre Carlota e Paula Ribeiro é direto e evidente, no que se refere à política, há um claro distanciamento, pelo próprio momento histórico de cada um, mesmo que não haja perda completa da ligação. É com o liberalismo inglês, implantado nas colônias da América do Norte, que a autora mais se identifica. No decorrer de sua narrativa, as referências, em sua maior parte, são no sentido de mostrar que nos Estados Unidos há um modelo político e social justo, com base na ciência, o que fazia daquela sociedade um exemplo para o mundo. Bem diferente do que aconteceu na América do Sul, com o “fracassado” modelo português de colonização, conforme ainda será abordado neste trabalho.

Com essa visão liberal, um pouco socialista, republicana, Carlota escreveu sua obra e, diferentemente de Parsondas, que foi mais um ativista que um intelectual, ela preenche melhor esse requisito no sentido mais profundo do termo. Do ponto de vista intelectual, seu irmão se dedicou ao conhecimento do sertão e à denúncia de crimes ocorridos por perseguições políticas no fim do século XIX e início do XX, com isso mostrava a necessidade da presença de um poder público eficiente na região. Ela, além do conhecimento sobre o sertão, em seus múltiplos aspectos, se propôs a reescrever a história do Maranhão sertanejo e, em parte, do Brasil. Percebe-se um esforço para se distanciar da narrativa ribeiriana ao negar a colonização portuguesa e tudo que ela trouxe. Um de seus intentos parece ser a

<sup>564</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 132.

<sup>565</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 120.

<sup>566</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 237.

<sup>567</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 237.

originalidade, mesmo assim, não conseguiu fugir a alguns aspectos pautados pelo militar português, conforme se verá.

Um de seus objetivos é dar visibilidade a grupos que comumente eram suprimidos das páginas dos livros de história naquele momento. Um exemplo disso é a própria *Balaiada*, em que ela pretendia reverter o protagonismo dos agentes, com ênfase não nas tropas do governo, com especial atenção a Duque de Caxias, mas nas camadas populares, da mesma maneira com que fez com alguns personagens da independência brasileira. Em alguma medida, pode-se dizer que ela conseguiu seu desígnio.

Apesar da tentativa de Sálvio Dino em atribuir a obra *O sertão* a Parsondas de Carvalho, há uma clara diferença estilística entre esse livro e os textos do irmão, pois Carlota tem um refinamento mais evidente. Em favor de sua autoria, além dos detalhes no diário de viagem e das muitas peculiaridades na abordagem, sua empreitada intelectual é mais expressiva ao propor uma nova leitura historiográfica para o Brasil e para o Maranhão. A metodologia também se diferencia, o irmão faz uso de autores, alguns estrangeiros, apenas para dar autoridade ao seu próprio discurso, sem propriamente dialogar com suas ideias ou conceitos. Carlota, apesar de também não ter formação acadêmica, vai além nesse aspecto, e trabalha em maior sintonia com as ideias, pois mostra mais profundidade intelectual em todo processo de escrita. Ainda que *O sertão* não seja uma obra historiográfica, no sentido mais estrito do termo, e sim um trabalho memorialístico refinado, isso não tira em nada seu mérito, nem a importância para a compreensão histórica do sertão maranhense.

Assim como os escritos ribeirianos e parsondianos dão foco, em alguma medida, aos aspectos econômicos, políticos, culturais e geográficos, não foi diferente com Carlota Carvalho. Sua narrativa sobre o sertão não deixou de apreciar, em medida diferente, esses aspectos. A economia, mesmo um assunto tangencial, entrou em sua análise e, de maneira geral, as abordagens são idênticas às de Paula Ribeiro, pois tem como base a pecuária, a agricultura e o comércio. De forma até previsível, a autora exaltou as qualidades da geografia para seu aproveitamento econômico. Citou Boa Vista do Tocantins, às margens do rio de mesmo nome, do lado goiano, mas povoada por maranhenses que, segundo a autora, era um lugar privilegiado pela natureza. No que diz respeito às condições naturais de clima, vegetação e hidrografia, seria um bom lugar para desenvolver atividades econômicas ligadas à criação de gado. Para somar a essas qualidades, a autora destacou ainda seus campos naturais para a pecuária, pois a qualidade dos pastos daquela região era, de acordo com ela,

inigualável, pois fazia com que os animais rapidamente melhorassem seu porte físico e saúde.<sup>568</sup>

Outra região a que ela deu relevo, foi Grajaú, com a rápida prosperidade do lugar. Suas vantagens se davam tanto pelo aspecto da criação de gado quanto pelo comércio. Nessa região, por via fluvial, iniciou-se o comércio entre o norte e o sul da capitania. Além disso, ressaltou Carlota, houve uma interligação política, pois pessoas fugiram de perseguições, na capital ou em outras regiões do Brasil.<sup>569</sup> Esse fluxo de pessoas contribuiu para o desenvolvimento de uma produção agrícola e pecuária, e fez dessa região, no decorrer do tempo, uma das mais importantes do interior do Maranhão. Mesmo a cidade de Imperatriz, pela qual Carlota não mostrava nenhuma simpatia, tinha a virtude de ter um bom comércio, porque está situada à beira do Rio Tocantins. Ela descreveu essa cidade de uma maneira pouco agradável, em decorrência da grande quantidade de lama e mato. Para aumentar o infortúnio, havia pragas como carrapatos e muriçocas ou pernilongos. Ela, apesar disso, lembrou que seus habitantes eram bons.<sup>570</sup>

Não por acaso, as condições naturais privilegiadas fizeram dos sertões, de modo geral, um bom local para a criação de animais, bem como de produtos agrícolas, que abasteciam parte da própria região e chegava a outras regiões pelo comércio.<sup>571</sup> Contudo, tal como fez Paula Ribeiro, Carlota Carvalho não apresentaria essas vantagens ofertadas pela natureza sem também apresentar alguns gargalos que impediam a capitania de ser uma das mais prósperas do Brasil. Um deles, era a própria mentalidade, herdada dos primeiros colonizadores. Da mesma forma que o militar português reclamava de uma falta de mentalidade mais “empreendedora” dos criadores de gado, ela o fez em outra circunstância. Na ocasião, citou, mais uma vez, a cidade de Imperatriz, em um momento específico: “Se outra fosse a nossa educação colonial, outra seria a orientação do governo municipal: menos impostos, maior escrúpulo, menos vexame no povo, maiores benefícios [...] teria calçado as ruas e calçado de pedra os 19 quilômetros de lama nesse áureo período”.<sup>572</sup>

Tal como fez Ribeiro, ao reclamar da falta de organização e empenho daqueles que estavam a serviço do Reino, para melhorar a região, ela falou de coisas simples que poderiam ser facilmente evitadas, com um mínimo de boa vontade. É o caso de uma estrada de ferro

---

<sup>568</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 87.

<sup>569</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 101.

<sup>570</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 167.

<sup>571</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 207.

<sup>572</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 167.

construída à margem do Itapecuru. Apesar do conhecido ciclo de enchentes do rio, lá colocaram a ferrovia, e todas as vezes que chegava o período das cheias, a estrada era interrompida. Como este exemplo, citou outros em que se gastava muito dinheiro em obras desnecessárias ou sobrevalorizadas, pois o interesse dos políticos, segundo ela, estava mais em se aproveitar do dinheiro público que levar benefício às populações sertanejas.

Como exemplo a ser seguido, citou uma estrada aberta por seu pai, que cobrou metade do preço e, mesmo assim, ao fim do trabalho, obteve lucro, pois teria recebido 14 mil contos de réis, com uma despesa inferior a 10 mil com o serviço.<sup>573</sup> Para Carlota, acostumou-se a gastar dinheiro de forma desnecessária, e isso dificultava bastante o desenvolvimento da região. Para ela, o processo colonizador no Brasil criou hábitos negativos e, como resultado direto disso, não se criou um povo consciente de seus direitos, capaz de reivindicar ações coletivas em benefício do conjunto da sociedade.<sup>574</sup> Nesse sentido, o que havia, por todos os lados, eram obras inacabadas ou que não visavam ao interesse coletivo, mas, especialmente, daqueles que estavam envolvidos no processo, para proveito próprio.

Como um sintoma dessa falta de vontade política, a autora lembra o potencial do Rio Tocantins e sua falta de aproveitamento adequado. Para ela, talvez o mais belo rio do mundo, além de ser um dos maiores, era impedido de ser uma rota de intenso comércio “para importação de mercadorias manufaturadas fora do país e para a exportação das riquezas naturais do vasto sertão de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, geograficamente uno”.<sup>575</sup> Por falta desse aproveitamento, a maior parte do comércio ou mesmo transporte de pessoas se dava em lombo de animais, o que resultava numa locomoção mais lenta e menos eficiente, além de cara.<sup>576</sup> Tal reivindicação, conforme se viu neste texto, aparece algumas vezes em Ribeiro, pois para ele os rios eram vitais para o desenvolvimento da região.

O resultado dessa prática não poderia ser outro, mas a questão de fundo, para Carlota, era o próprio mal da colonização em si. Ela teria deixado no Brasil uma cultura de vícios, com diferentes consequências negativas. A produção de gado abasteceria o mundo, afirma, se os primeiros colonizadores conhecessem processos científicos capazes de aperfeiçoar os processos produtivos, além disso, se fossem capazes de conservar a vegetação natural, cultivar os pastos, as nascentes dos rios e aperfeiçoar o processo de criação de animais.<sup>577</sup> Não houve,

---

<sup>573</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 209.

<sup>574</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 156.

<sup>575</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 155.

<sup>576</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 156.

<sup>577</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 208.

para ela, a junção entre ciência e economia, que deram grandes impulsos às colônias do Norte. Nossos avós, como se referia aos primeiros conquistadores portugueses, “não eram espíritos cultos como os colonizadores da nova Inglaterra: não tinham noções teóricas de fisiocracia”.<sup>578</sup> Tal mentalidade negativa estava impregnada nos políticos e, por isso, a região de Pastos Bons não prosperou economicamente como deveria, apesar do sucesso da criação de gado e agricultura. O êxito dos sertões não seria possível, no sentido mais estrito do termo, sem os benefícios da ciência ou do saber formal; em resumo, de uma consciência ilustrada, que pudesse fazer a região prosperar, com seus empreendimentos socioeconômicos. Carlota citou alguns exemplos negativos, provenientes da cultura local e, com isso, como fez Paula Ribeiro, tentou justificar o baixo desempenho econômico da região.

A autora citou uma povoação em que havia uns moradores provenientes do Ceará, muito trabalhadores, mas que, por falta de conhecimento, destruíram as matas desnecessariamente e com isso faziam secar as nascentes. Carlota afirmou que não havia dolo nas ações daqueles moradores, pois seria fruto de “crassa ignorância”.<sup>579</sup> Não era diferente em outras regiões do Grajaú e Mearim, com um grande potencial para a criação de gado e produção agrícola. Para ela, as causas de problemas que resultavam na falta de aproveitamento das terras provinham especialmente do seguinte motivo: “Faltas de instrução literária, sem noção de física, botânica, biologia e fisiologia vegetal, os colonizadores e população deles originada não conservam as boas e abundantes pastagens naturais”.<sup>580</sup> Em síntese, reclamava, como fez o militar português, da falta de “luz” de uma parte desses habitantes, pois era preciso ter uma mentalidade “moderna”.

Nessa linha, Carlota citou exemplos que reforçavam sua afirmação, a de que o fazendeiro maranhense era indiferente às mudanças negativas no meio ambiente. Os pastos se perdiam, outras plantas não bem-vindas à criação tomavam seu lugar, e nenhuma providência significativa era tomada. Da mesma maneira se dava com o rebanho, pois não havia intenções de melhoramento sistemático das criações, tudo se dava ao capricho da natureza. Por sorte, apesar de todo descaso, pela falta de conhecimento, os sertões ainda conseguiam apresentar um bom desempenho no âmbito regional. O que ela tentou mostrar foi que se houvesse uma produção assistida por meios adequados, com trabalho técnico, empreendedor, a região seria mais que um destaque regional, certamente se alargaria por todo o país e, talvez, fora dele.<sup>581</sup>

---

<sup>578</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 208.

<sup>579</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 112.

<sup>580</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 154.

<sup>581</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 154.



Paula Ribeiro, conforme já visto, chamou a atenção para várias práticas negativas dos habitantes sertanejos, entre elas, a diminuição dos rebanhos pelo abatimento de vacas paridas e para a troca de animais por mercadorias de pouco valor, o que deixou muitos criadores na miséria.<sup>582</sup> Carlota também se referiu a algo parecido, quando falou dos rebanhos bovinos e das muitas perdas de recém-nascidos, mas mesmo assim os produtores não procuravam saber a causa para evitar repetições desnecessárias. Somando-se a isso, para ela, a produção leiteira, com base no porte dos rebanhos, era irrisória, e o resultado disso incidia diretamente na produção de queijo e manteiga, sobre os quais os fazendeiros sertanejos sequer falavam.<sup>583</sup>

Apesar do potencial para exportação, esse produto vinha de outras regiões. Tal como Ribeiro analisou, Carlota Carvalho enfatizou que, apesar da riqueza geográfica da região, em termos de clima, hidrografia, vegetação, entre outros fatores, não havia ações práticas, capazes de otimizar os empreendimentos socioeconômicos dos sertões, nem em nível governamental, nem pelos próprios fazendeiros. Somando-se a esse conjunto de más ações, por falta de práticas conscientes, o que restava era uma produção menos eficiente, que resultava na cadeia produtiva da pecuária maranhense permeada por problemas.

Ela observou também, de forma bem original, que a própria relação entre o homem e os animais era marcada por maus tratos e isso contribuía para a baixa nos rendimentos da atividade. Com base nisso, enfatizou a truculência no trato com os animais e justificou que esses maus tratos substituíam um processo educativo mais brando para os animais, o que tornava o rebanho mais arreado. A justificativa que os criadores davam para o violento tratamento, explicou a autora, era que por não serem batizados, os animais não sentiam dor. Ou ainda, que, por não serem batizados, não mereciam piedade. Segundo ela, “para modificar esses costumes só há um meio: a difusão de conhecimentos úteis, a generalização da instrução de um modo verdadeiro, real, sério”.<sup>584</sup> O homem dotado de conhecimento científico, afirmava, não era capaz de praticar tais ações, somente aqueles envolvidos no véu da ignorância o faziam.

Na agricultura, era praticamente o mesmo princípio que norteava todo o processo: a falta de conhecimento. Dizia que o agricultor maranhense sequer sabia ler e, diferentemente de outros fora do Brasil, não tinha contato, através de revistas científicas, com técnicas inovadoras e, por isso, nem seleção de sementes havia. No geral, o agricultor fazia sua lavoura de maneira predatória, com a destruição da floresta, “secando nascentes, esterilizando

---

<sup>582</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons... p. 75.

<sup>583</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 154.

<sup>584</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 155.

a terra e provocando a seca”.<sup>585</sup> Com todo o potencial que a região tem, poderia ser um bom exemplo de produtividade e bem-estar para sua população. Nesse caso, ela citou Minas Gerais como um bom exemplo de modelo agropecuário, e apesar de não aprofundar nas informações sobre a região mineira, destacou que lá os fazendeiros se empenhavam em processos mais inovadores, que envolviam a produção, e isso resultava numa pecuária e agricultura mais eficientes que a maranhense.<sup>586</sup> No aspecto econômico, centrou-se em dois pontos ribeirianos: o primeiro foi a grande potencialidade natural que os sertões maranhenses ofereciam e o segundo, a falta de uma mentalidade “ilustrada”. Para ela, talvez ainda não chegara o momento de a rica terra sertaneja desenvolver seu verdadeiro potencial.

Assim como no aspecto econômico, os políticos, na visão de Carlota Carvalho, também estavam diretamente relacionados ao modelo de colonização protagonizado pelos portugueses. Sua geração estava relativamente próxima do processo de independência política do Brasil e, como muitos em seu tempo, ela parecia ter uma clara antipatia pelos antigos tutores da colônia. Isso a leva a inferiorizar os ibéricos diante de outras nações europeias, especialmente a inglesa, como se na própria essência houvesse uma mentalidade portuguesa ou britânica e, como fruto disso, decorresse o processo de colonização. Em consequência, o espírito negativo do colonizador teria sido passado para os colonos e essa seria a causa das diferenças. Certamente um de seus propósitos, em sua obra de mais de vinte capítulos, era reescrever essa história política maranhense e nacional no que se refere a alguns aspectos específicos. O capítulo sobre a política é o maior e o que mais traz novas ideias, apesar disso, é possível encontrar alguns nexos com a narrativa ribeiriana, conforme se observará mais adiante.

O processo de colonização do sul do Maranhão começara muito antes, mas a partir dos últimos anos do século XVIII, ele teve uma espécie de divisor de águas. Foi quando houve um expressivo incentivo governamental para que os colonos adentrassem o território com pastos boenses. Para tanto, foi preciso que “organizassem expedições em direção ao Rio Tocantins com o fim de aí povoar de gente branca e estabelecer fazendas de gado”.<sup>587</sup> Para a autora, o grupo que liderou essas entradas ao interior foi uma vanguarda no desbravamento de caráter governamental, mas também eram usurpadores das terras indígenas.<sup>588</sup>

---

<sup>585</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 155.

<sup>586</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 154.

<sup>587</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. XVI.

<sup>588</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. XVII.

Tal como fez Paula Ribeiro, Carlota denunciou o modelo de colonização sul maranhense em que a violência contra os nativos, o saque e a morte foram uma das principais características, quando deveria ser de outra maneira. Tais ações foram ainda mais injustificáveis quando se considera a colaboração voluntária dos nativos. A autora ressaltou que eles, além de ajudar diretamente com oferta de mão de obra, forneciam alimentos aos colonizadores e isso foi decisivo para o sucesso inicial do empreendimento. Sem a disponibilidade de alimentos, tais como a farinha de mandioca, milho, batata, entre outros gêneros alimentícios, o sucesso operacional dos colonizadores teria outra configuração.<sup>589</sup>

Ainda que inicialmente harmônica a relação entre indígenas e colonos, a autora afirma que logo sentiram a necessidade de escravos. Ela lembra que já em 1723, quando dos primeiros momentos da colonização sertaneja, já havia escravização dos nativos, pois sua venda para o trabalho nas fazendas ou na agricultura era um comércio vantajoso. Era um negócio relativamente fácil, proveniente da falta de caráter dos colonos que, frequentemente, quebravam acordos de paz e capturavam traiçoeiramente os próprios aliados. Isso acontecia, de acordo com Carlota, porque o colonizador português “não conhecia leis de humanidade, não possuía noção de justiça e de filantropia, não sentia remorso das crueldades que praticava”.<sup>590</sup> Desse modo, com o tempo, as práticas só se intensificavam, e a colonização se espalhou por todo o território de Pastos Bons.

Com apenas um posto militar, os colonizadores foram capazes de avançar velozmente, não apenas pela força bélica, mas pelas capciosas relações que estabeleceram com os indígenas algumas vezes relatadas por Ribeiro. Traíam um grupo por vez, e isso facilitou que avançassem sem parar num campo povoado por centenas de grupos indígenas, de boa-fé. “Atraídos pela paz, ilaqueada a confiança, invalidados por bebidas alcoólicas, premeditadamente dadas em demasia, os autóctones eram deslealmente assassinados e expostos no campo, em montes, para repasto dos urubus”.<sup>591</sup> Os avanços, afirmou, se deram em todas as direções dos sertões,<sup>592</sup> e graças a esses sucessos militares, a geografia populacional foi readequada de modo que os nativos hostis à colonização foram expulsos para áreas cada vez mais distantes, enquanto as populações brancas ou mestiças se estabeleceram nas cidades que cresciam ininterruptamente.

---

<sup>589</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 68.

<sup>590</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 216.

<sup>591</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 83.

<sup>592</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 77.

Um desses grupos, no início da segunda década do século XIX, seguindo o rio, fundou o povoado de Porto da Chapada, depois chamado de Grajaú.<sup>593</sup> Tratava-se de uma importante povoação estratégica para o governo, tanto do ponto de vista econômico, quanto geopolítico, pois a chapada se tornaria uma das mais importantes regiões dos sertões maranhenses. Não muito tempo depois, fundaram outro lugar que depois teria o nome de Barra do Corda. Diz a autora, que dada sua distância, era um lugar de constantes injustiças e crimes, muitas vezes sequer descobertos. Por isso, o lugar teria servido de esconderijo aos perseguidos pela revolta dos Bem-te-vis.<sup>594</sup> Nesse caso, ela apresentava uma face positiva, outra negativa, ambas sustentadas pela distância. Paula Ribeiro chamou a atenção ao fato de que muitos vieram de outras capitanias e no Maranhão se tornaram criminosos.

Aquelas Entradas devassaram praticamente todo o sertão, de modo que em 1841, de acordo com Carlota Carvalho, uma lei provincial dividiu o território de Pastos Bons em duas comarcas, uma foi a da Chapada, já muito importante em vários aspectos, e o município de Riachão.<sup>595</sup> O sertão ganhava contornos sociais e políticos governamentais. Não se tratava exatamente de um controle intensivo do território, mas era uma relevante diferença em relação aos primeiros tempos da colonização. Lembrou a autora que sem a ajuda dos missionários, o processo não teria a mesma força. Apesar de ter assumido um apego à religião quando esteve doente no Rio de Janeiro por vários meses,<sup>596</sup> ela tem uma impressão negativa do processo evangelizador que ocorreu no Brasil e no Maranhão. Para ela:

Em 1813, poderosa bandeira veio de Pastos Bons tomar o derradeiro pedaço de terra dos infiéis, matar os homens e as mulheres, roubar as roças e escravizar filhos para a glória de uma fé que, erigindo-se em antagonismo e contraste a todos os ideais do cristianismo, herdou do judaísmo a devoção do extermínio, que pedia a Jeová ‘parasse o sol para continuar a matança’.<sup>597</sup>

Defensora de um mundo governado por homens de ciência, Carlota fez duras críticas à religião, pois compreendia que ela não faria o mundo melhor, nem mais justo, ao contrário, tenderia a levá-lo mais às trevas que à luz. Sua justificativa era de que a fé não estava associada à civilização e dizia que o mais ignorante dos homens poderia ser um crente fervoroso. A religião não ensina ciências, afirmou, e, com isso, queria dizer que sua importância era nula para o mundo, que pretendia se aperfeiçoar nas relações humanas, econômicas, sociais, políticas ou culturais. A contribuição religiosa só podia ser negativa, pois a própria negação da ciência a levava para um caminho sem volta, rumo a um abismo de

<sup>593</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 80.

<sup>594</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 101.

<sup>595</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 101.

<sup>596</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 55.

<sup>597</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 82.

coisas negativas. A relação era clara, quanto mais o espírito se agarrava à religião, mais distante estaria da ciência e das luzes, que iluminam o mundo moderno. Ela se referiu à catequese como um processo de destruição, que capciosamente prometia levar à civilização, mas só levou à escravidão e à morte.<sup>598</sup> Nesse sentido, ela foi além de Paula Ribeiro que, por não valorizar a religião no processo colonizador, simplesmente se omitiu em falar sobre o tema. Carlota quis aprofundar pontos tocados pelo militar, por isso, aqui explicou por que a fé era desnecessária.

Carlota Carvalho acreditava no processo evolutivo da humanidade, tal qual pregavam as teorias evolucionistas de seu tempo.<sup>599</sup> Assim, indubitavelmente, os grupos humanos passariam de estágios primitivos para outros mais avançados, em que o século XX seria o último desses degraus evolutivos. Nesse ponto, a humanidade deveria ter o domínio da razão e da ciência, ainda que houvesse resquícios de mentalidades arcaicas. Em determinado momento de seu livro, ela situa o leitor de sua posição “científico-ideológica” acerca dessa percepção sobre a progresso. Sua definição diz que a civilização é um acúmulo milenar de conhecimento, com base nisso, os povos estariam divididos entre selvagens: os que não detêm a ciência, nem a escrita, para transmitir conhecimentos, a exemplo dos indígenas; e os bárbaros, num grau adiante, por terem a escrita, mas por serem propensos à guerra, não tinham a razão como o bem mais precioso. Estes últimos seriam os europeus antes de organizarem seus estados nacionais, que viviam basicamente em tribos, umas em guerra contra as outras. Por fim os civilizados, que teriam superado os selvagens na escrita e os bárbaros na brutalidade, porque seriam guiados pela razão como principal virtude.<sup>600</sup>

Para Carlota, o processo colonizador do Brasil e do Maranhão, tal como para Ribeiro, deveria se dar de modo a “civilizar” os povos nativos, não apenas para explorá-los, mas também para fazê-los úteis ao Estado. Essa oportunidade, ao menos em parte, foi perdida, conta a autora, pois “acabou essa ocasião de um aproveitamento útil”.<sup>601</sup> O processo colonizador foi o pior possível, não apenas para os nativos, que foram exterminados em sua maioria, como também para o próprio governo português e depois brasileiro, que poderiam contar com um procedimento pacífico, útil e menos oneroso a todos.

Na linha ribeiriana de pensamento, a autora retomou o tema da injustiça e violência contra os nativos e mais uma vez tentou ir além, aprofundá-lo. Para isso, justificou e até

<sup>598</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 216.

<sup>599</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 72.

<sup>600</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 191.

<sup>601</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 193.

exaltou os momentos de rebeldia dos indígenas para com os brancos, momentos esses que resultaram na morte de muitos carrascos, transformados em vítimas. Uma delas foi a ocorrida em 1813, em que os nativos expulsaram os colonos de Porto da Chapada que, para ela, foi uma justa revolta, ainda que tenha custado vidas. A autora também destacou a rebelião que deu o nome à Serra da Desordem, “merecedora de cantos homéricos foi a resistência oposta por esta confederação de tabas Timbira durante trinta e sete anos”.<sup>602</sup>

Só num desses conflitos, entre colonos e nativos, afirmou, quase noventa bandeirantes teriam sido assassinados a golpes de tacapes. Nesse confronto, os que não morreram se feriram na fuga, ao despencar do alto da serra e fraturar braços e pernas. Foi a “desordem acontecida” que mostrou a força dos nativos. Para a ela, assim como para Ribeiro, em determinados momentos, foram conflitos desnecessários, pois havia melhor maneira de realizar a conquista, com base no trabalho e parceria. Dessa forma, todos seriam beneficiados e não haveria mancha de sangue na história da colonização maranhense.

Para Carlota, aquele modelo de conquista deveria ser, ao menos em parte, como o preconizado por Ribeiro, com organização e controle governamentais. Ela procurou referências no modelo inglês, por isso citou alguns exemplos daquela colonização, em paralelo com a portuguesa, sempre vista como um mau exemplo. Na Filadélfia, afirmou, os *Quakers* eram como os primeiros cristãos e lá praticavam a fraternidade em seu maior grau. Lá ajudaram os nativos, ao invés promover maus tratos, escravidão e morte. Afirma também que “para eles o selvagem era um homem que carecia de civilização”.<sup>603</sup> Lá praticavam o comunismo, a paz e a fraternidade, a tolerância, além de “detestarem o luxo, a vaidade e o serviço militar”.<sup>604</sup> A autora foi enfática ao afirmar que os *Quakers* eram um exemplo de humanidade pela defesa do bem-estar dos nativos.

Com isso, queria dizer que, na península ibérica, os povos não tinham a mesma educação que os ingleses e por isso nosso processo teria sido diferente. Assegurou também que, para a América, só puderam mandar pessoas de baixo nível cultural.<sup>605</sup> Em *Rhode Island*, outra colônia inglesa, os colonos firmaram aliança de paz com os nativos, e que lá havia liberdade de pensamento para todos - nativos e colonos. Ela afirmou que os ingleses não interferiram no processo interno da colonização. As práticas religiosas eram livres, assim como as econômicas. Por conta da liberdade, a imprensa teria sido ativa e produtiva, porque o

---

<sup>602</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 82.

<sup>603</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 81.

<sup>604</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 246.

<sup>605</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 81.

que era mais importante para o governo inglês, segundo Carlota, era o lucro para a nação.<sup>606</sup> Nesse sentido, os benefícios foram para os dois lados do oceano e para todos os grupos envolvidos no processo.

Muito diferente foi no Brasil, afirma Carlota, em todos os sentidos, primeiro porque o português nunca se preocupou em beneficiar a população nativa, pensou apenas no ganho imediato e, com isso, perdeu uma oportunidade de promover uma transformação positiva no mundo, “civilizando-a e aproveitando-a para a sociedade humana, como fizeram os fenícios na ibéria em tempo antiquíssimo e como em nossa era hão feito anglo-saxões ou bretões na América do Norte”.<sup>607</sup> A autora falou na fama dos portugueses entre os romanos, a de serem um povo temido por sua valentia e na conquista do novo mundo, combateram ingleses, holandeses, franceses e espanhóis.

Foram os mais valentes dos povos, afirma, por isso, teriam ganho o que ela chamou de “maior e melhor porção da América do Sul”.<sup>608</sup> Por outro lado, não desenvolveram o espírito da tolerância e generosidade, a crueldade foi sua marca. Como resultado, as colônias sul-americanas poderiam ter tido um sistema diferente, mais humano e mais eficiente. Por conta dessa suposta idiossincrática mentalidade bélica, os lusos jamais pensaram em beneficiar os nativos da América, nunca tiveram o verdadeiro intento de “civilizar”. Em suas críticas aos portugueses, eles foram vistos praticamente como saqueadores, matadores, e por onde passavam, deixavam um rastro de destruição. Apesar de sua descendência lusa, Carlota Carvalho assim resume o processo de colonização da América do Sul:

Na América, a colonização portuguesa foi o extermínio e a escravidão da população autóctone, realizados sem escrúpulos nos meios, sem hesitação nos processos mais pérfidos e mais cruéis. Não foram mais leais à nação aliada, à qual deviam o triunfo, e todo pacto conduziu à traição.<sup>609</sup>

Mais uma vez ela recorre à sua ideia central, a de que o espírito português não era dotado de virtude como outros povos e, em consequência disso, uma colônia portuguesa nunca teria sido equivalente a uma inglesa, em diversos aspectos, entre os quais, a liberdade e instrução de seu povo.<sup>610</sup> Para ela, até os franceses tiveram um tratamento mais humano para com os nativos do que os portugueses, pois eles eram considerados povos livres por aqueles colonizadores. O artifício utilizado pelos franceses para atrair os indígenas eram o convencimento e os acordos de paz, que realmente eram cumpridos, dizia. De acordo com a

<sup>606</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 247.

<sup>607</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 216.

<sup>608</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 253.

<sup>609</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 253.

<sup>610</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 151.

intelectual sertaneja, esses colonizadores não praticaram atos de extermínio ou saque, tal qual fizeram os lusos, e sempre tentaram civilizar os nativos por meios pacíficos e humanos.<sup>611</sup>

Carlota parece crente de que se a conquista francesa tivesse continuado, o destino dos maranhenses teria sido diferente e melhor. Sua antipatia pelos colonizadores do Brasil a fez desconsiderar aspectos importantes desse processo, e um deles é o fato de que outros povos tiveram intervenção francesa e não tiveram o mesmo destino da América do Norte. Outro elemento é em relação ao modelo inglês, ela desconsiderou que, em termos de convivência com os nativos, o que prevaleceu foi o extermínio daquelas populações. Ainda que houvesse exemplos positivos, os primeiros habitantes dos Estados Unidos não conseguiram sobreviver, apenas aqueles que ficaram confinados em pequenas e distantes áreas. Dessa forma, a autora fez uma análise política e moral do processo colonizador em que uns povos seriam, essencialmente, mais humanos que outros. Por isso, não considerou que apenas eram social, política e economicamente diferentes. Como resultado disso, foram formados grupos com diferentes interesses e recursos materiais para fazê-lo.

A independência política do Brasil poderia ser um momento de ruptura, mas não o foi, a suposta mentalidade dos portugueses teria impedido um grande triunfo para a história brasileira. Segundo Carlota, em certo sentido, houve até retrocessos, pois D. Pedro I quis governar o Brasil com os mesmos princípios de sempre, o que sugere, já em seu nascedouro, uma ideia de fracasso. Ela é categórica em afirmar que nenhum sentimento nobre acompanhava o imperador, não havia sentimento de solidariedade aos brasileiros,<sup>612</sup> tratava-se de um mero arranjo político para manter o poder. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que os resultados foram satisfatórios para o imperador, mas não para o povo brasileiro.

Ao homem responsável pela independência da província maranhense, um ano mais tarde, ela se referiu como um mercenário, e disse que a tarefa de Lorde Cochrane era apenas impor a independência ao jugo de D. Pedro I, nada mais, além disso. Tanto que após o ato consumado, teria ordenado a dissolução dos grupos voluntários pró-independência, com o desarmamento dos liberais.<sup>613</sup> Aqueles que depositaram esperanças no novo regime, especialmente grupos populares mais desfavorecidos no anterior modelo político, se frustraram ao ver a continuidade das mesmas estruturas que beneficiavam os mesmos grupos.

---

<sup>611</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 248.

<sup>612</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 248.

<sup>613</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 109.



De acordo com Carlota Carvalho, um dos maiores ícones da injustiça, na história brasileira, foi José Bonifácio, que nunca teria sido a favor da independência. Sempre foi um fiel servidor dos Bragança, disse a autora e, como resultado, colheu frutos dessa dedicação, com cargos importantes em Portugal e no Brasil. Com base nisso, ela afirmou que os benefícios ao político não foram apenas financeiros, pois também foi reconhecido por ter protagonizado a independência, mesmo sem nada ter feito por ela.<sup>614</sup> Nessa linha, assegurou ainda, de maneira taxativa, que os verdadeiros protagonistas do movimento foram esquecidos.<sup>615</sup> Tal injustiça teria se dado na capital do Brasil e em boa parte de suas províncias, em que os revolucionários foram podados em suas pretensões de mudanças profundas para o país.

Mais uma vez, em uma de suas muitas comparações com a América do Norte, disse que bem diferente teria sido lá, pois aqui não se teve uma constituição que expressasse os sentimentos do povo, nem equilíbrio de poderes para evitar excessos e caprichos pessoais.<sup>616</sup> No Brasil, todo o poder estava nas mãos do Imperador, que só obedecia as leis se assim quisesse, à revelia de uma assembleia legítima, que representasse os interesses da maioria. Eram os mesmos vícios da cultura política portuguesa que sobreviviam a mais um momento na história, de acordo com a síntese das análises de Carlota. Ela afirmou que o liberalismo, tal qual se deu na Europa, não vingou nas terras sul americanas,<sup>617</sup> mesmo assim, com influência das novas ideias, nas províncias cresciam movimentos que reivindicavam uma mudança de comportamento na política nacional, com inclinação para a liberdade das províncias. Nesse contexto, conta, muitos daqueles que lutaram contra os monarquistas passaram a ser perseguidos por um governo que eles próprios ajudaram a estabelecer.

Ela afirmou que logo após a adesão maranhense à independência, liberais foram perseguidos em outras capitânicas, a exemplo de Ceará, Paraíba e Pernambuco, integrantes da Confederação do Equador. No ano seguinte à adesão, vieram se esconder nos sertões de Pastos Bons.<sup>618</sup> Certamente algumas mudanças, em especial no âmbito político, não poderiam deixar de acontecer, especialmente porque esse processo de desterro ocorreu também no âmbito interno. Diz a autora que foram desterrados da capital maranhense para o interior seus letrados liberais, “os homens de melhor cultura intelectual, mais conscientes, mais altruístas e

---

<sup>614</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 114.

<sup>615</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 115.

<sup>616</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 115.

<sup>617</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 106.

<sup>618</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 110-1.

mais amigos da liberdade”.<sup>619</sup> Não por coincidência, Pastos Bons e Chapada foram o lar de muitos desses homens, que levaram consigo o saber e o conflito. Os sertões se tornariam um ponto de ebulição nativista.<sup>620</sup> No calor das inquietações políticas de cunho liberal, todos os grupos sociais participaram daquelas transformações que pareciam surgir no horizonte sertanejo, pois ricos e pobres, livres e escravos protagonizaram mudanças.<sup>621</sup> Uma parte daqueles grupos formaria, num futuro não muito distante, o partido Bem-te-vi, suposto representante dos ideais de uma política renovada, de caráter liberal.

Com o tempo, gerou-se um acúmulo, culminando numa síntese de descontentamento social e político no Maranhão, em que a reação foi o confronto com o poder estabelecido. O estopim foi quando o vaqueiro Raimundo Gomes Vieira soltou presos da cadeia de Caxias, no que Carlota nomeou como a utilização de um direito concedido pela natureza, uma reação ao despotismo.<sup>622</sup> Naquele momento, começou a ser desencadeada uma série de acontecimentos de proporções expressivas, que mudariam para sempre a história do Maranhão. A rebelião logo cresceu e fugiu ao controle das forças governamentais. Tomaram a cidade de Caxias, era um grupo composto, segundo ela, de homens trabalhadores e honestos, a maioria vinda das classes populares, pois havia agricultores, fazendeiros, vaqueiros e até escravos.

Conta a autora que quando tomaram a cidade, não fizeram uso de ações excessivas e que poucos foram os presos, porque a maioria foi agraciada com a liberdade. Apesar de terem imposto penas financeiras aos mais ricos, não cometeram assassinatos, nem fizeram perseguições políticas aos adversários.<sup>623</sup> Organizaram um governo provisório com pessoas de diferentes condições sociais e políticas, mas à medida que o tempo passava, o movimento expunha suas fraquezas, entre as quais as mais evidentes eram a falta de um comando efetivo e sistemático. Para Carlota, após a deposição de políticos e funcionários públicos, boa parte portugueses, os integrantes do movimento não sabiam mais o que fazer. Sua descrição é que havia um grupo de homens que vagavam eufóricos pelos sertões, com laços de fita amarela nos chapéus, sem entender realmente o que acontecia. Não eram soldados, mas apenas trabalhadores bem intencionados que, arrebatados por um sentimento de justiça, se contrapuseram ao que ela chamou de despotismo dos prefeitos, traduzido em injustiças sociais dos mais diversos matizes.<sup>624</sup>

---

<sup>619</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 106.

<sup>620</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 107.

<sup>621</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 108.

<sup>622</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 120.

<sup>623</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 122-3.

<sup>624</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 135-6.

Mesmo com todo esforço, não tinham a real noção do perigo ao qual estavam expostos. Para a autora, a falta de um comando capaz de materializar os anseios da maioria enfraquecia o movimento. Por diferentes razões, os ânimos se empalideciam, muitas pessoas que não compartilhavam dos ideais do grupo entraram com o intuito de tirar proveito: “movimentados pelo interesse da pilhagem, que aproveitaram a desordem para exercitar seus maus instintos, os quais praticavam ações que desonravam a Revolução como, mais tarde, os legais desonraram a Humanidade”.<sup>625</sup>

Diante das tropas militares, os rebeldes não tinham disciplina militar, nem rigor na escolha dos aliados que queriam fazer parte do grupo e logo começaram as fissuras por todos os lados, disputas internas e falta de entendimento na condução do processo. Essa falta de sintonia teria sido decisiva para seu rápido fracasso. O governo reagiu e organizou tropas, que chegaram de Pernambuco, Ceará, Pará e Piauí. O comando instituiu, em 1839, a lei marcial, que, entre seus pontos, estava o de “tratar como feras” não apenas os insurretos propriamente ditos, como também aqueles que foram neutros ou indiferentes ao movimento. Quem não combateu os rebeldes foi considerado inimigo e como punição havia o confisco de bens e prisões, pois estes seriam “inimigos da pátria”.<sup>626</sup> Para Carlota, as forças governistas não tiveram trabalho em esmagar um movimento que vinha sendo minado por dentro, e com a vitória governista, “o saque foi impiedosamente praticado”. Ela fala em tortura de crianças e de famílias que fugiam, às centenas, deixando tudo que possuíam para não morrer.<sup>627</sup> Qualquer um poderia ser considerado inimigo se não provasse ter combatido os insurretos.

Quem orquestrou a vitória governista, bem como os abusos decorrentes dela, foi Francisco de Lima e Silva, posteriormente conhecido por Duque de Caxias.<sup>628</sup> Carlota descreveu a diferença do comportamento do militar quando atuou no Maranhão e no Rio Grande do Sul. Disse que o Duque de Caxias só viu rebeldes e foras da lei nos sertões maranhenses, por isso teria massacrado sem piedade.<sup>629</sup> No sul do Brasil, viu brasileiros, por isso lá teria dado um abraço fraternal e anistia a todos. Certamente a autora tinha consciência de que o coronel cumpria ordens superiores no que se refere ao propósito do combate, mesmo assim tomou sua figura como símbolo da injustiça governamental contra as diferentes regiões do Brasil. Nessa perspectiva, a cidade de Caxias, no Maranhão, foi a prova viva de que o povo estava longe de ter alcançado o mínimo de dignidade.

---

<sup>625</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 136.

<sup>626</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 134.

<sup>627</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 137-8.

<sup>628</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 138.

<sup>629</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 138-9.

Carlota Carvalho, outra vez, retomou sua ideia, a de que o Brasil herdara um costume português negativo. Ela afirmou que nas colônias inglesas os homens conheciam seus direitos e deveres, assim como os próprios representantes políticos. Aqui, os portugueses não ensinaram esses valores e por isso seria “muito natural, pois, que esses bem-te-vis não tivessem noção alguma de política e governo nem intuições do que deviam fazer”.<sup>630</sup> O resultado foi o fracasso de um projeto grandioso, que poderia ter incluído o povo, num processo que envolvesse liberdade de pensamento e melhores condições de vida para a sociedade sertaneja maranhense.

A autora narrou esses acontecimentos com certa frustração, não apenas por suas convicções políticas, mas também porque seus parentes foram vítimas de perseguições quando esses acontecimentos se passaram. Como muitos liberais, seus ascendentes acabaram por chegar aos lugares mais distantes dos sertões, em busca de uma vida melhor, afagados pela paz e beleza daquela natureza. Ela disse que, após a independência brasileira, até meados do século, seus avós, que vieram da Bahia para o sertão de Pastos Bons, presenciaram diversos acontecimentos importantes da história brasileira e maranhense. Essas histórias marcariam sua visão política e de mundo: “Dezenas de anos depois desses acontecimentos, no recesso do lar, eu ouvi colóquios de meu pai, tias e tios desenvolvendo recordações da guerra da independência e dos fatos a ela ligados por elos morais até a revolta dos bem-te-vis, 1838-1841”.<sup>631</sup> Ela afirma que o historiador deve ser imparcial e, na sua compreensão, os relatos dos parentes “verdadeiros” não fogem às influências das próprias convicções políticas, nem das predisposições resultantes da visão de mundo. Mas é sabido que “a memória coloniza o passado e organiza na base das concepções e emoções do presente”, tal como assinala Beatriz Sarlo.<sup>632</sup> Por desconsiderar essa premissa, aqueles testemunhos eram tidos por verdadeiros, porque eram dados no interior do grupo familiar, sem pretensões pessoais e, em consequência disso, resultavam em depoimentos incontestáveis.

Ainda que não tenha adentrado em profundidade o assunto sobre a República brasileira, sua análise se dá na mesma linha, conforme as poucas palavras que proferiu sobre o assunto. Ela afirmou que a República no Brasil não veio do povo, mas sim dos quartéis, com isso se deduz seu pessimismo em relação ao acontecimento. Na sua melancólica síntese,

<sup>630</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 136.

<sup>631</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 112.

<sup>632</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*; tradução Rosa Freire d’Aguilar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 66.

afirmou que “o espírito maranhense apagou-se, a hombridade desapareceu, a integridade sumiu-se, a autoridade do poder não teve mais limite”.<sup>633</sup>

Com isso, Carlota Carvalho pretendeu negar qualquer continuidade política, econômica e cultural com a Metrópole e para isso negou Paula Ribeiro. Contudo, ainda assim, há um elo em suas abordagens políticas: a necessidade da presença do poder governamental, não mais estrangeiro, como queria Ribeiro, e sim local e independente. Para tanto, seria necessária a verdadeira implementação de um projeto ilustrado para os sertões maranhenses. Na forma mais explícita de seu discurso, está uma mensagem clara, de um clamor por liberdade política. Foi assim que Carlota sonhou, como intelectual e cidadã, com uma região em que o poder público se fizesse presente, com eficiência e sem asfixiar a autonomia local, pois somente esse equilíbrio levaria os sertões a dias melhores.

No que toca aos aspectos culturais, ela não entrou nas minúcias do comportamento sertanejo, tal como fizeram Paula Ribeiro e Parsondas de Carvalho, talvez porque o irmão já teria feito. Então ela tentou continuar onde eles pararam, sem, no entanto, fugir à temática. Nesse aspecto, ela se restringiu a poucas informações sobre a região, ainda assim não desprezou por completo a temática, pois ainda que de passagem, ateu-se à importância do conhecimento laico, assim como à participação de intelectuais para a formação de um mundo melhor. Há, nela, uma relação direta entre o conhecimento formal e o melhoramento de um país. Nesse sentido, não há como um grupo social avançar, progredir sem a instrução, isso foi inclusive, como já mostrara algumas vezes, uma das principais causas para o atraso econômico do Brasil. Apesar de muitas vezes abordar a questão de uma maneira quase fatalista, ela deixa alguma esperança de mudança, com base na ação de homens e mulheres de ciência, comprometidos com o aperfeiçoamento da sociedade. Nesse aspecto, em uma relação com a difusão do conhecimento, vinda da escola, mas também dos jornais, seria possível uma mudança de cenário positiva para a sociedade.

A autora sertaneja lembrou que uma das primeiras ações de seu avô, quando partiu da Bahia rumo aos sertões do Maranhão, foi a difusão do conhecimento por meio da escola, em que se beneficiou seu próprio pai. A falta de saber, para ela, era uma das causas de fracassos para o país e, por isso, em todo seu livro evidencia essa fraqueza, como na Balaiada, que não conseguiu efetivar um projeto de sociedade. Apesar de ser um grupo de pessoas valorosas, do ponto de vista do saber, os balaios eram ignorantes, pois “não tinham a educação política que tiveram os colonos anglo-saxões e menos ainda a instrução literária destes, generalizada em

---

<sup>633</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 254.

todas as classes sociais”.<sup>634</sup> Esse era o mal do Brasil, conforme afirmou no mesmo trecho, nas colônias portuguesas não havia homens instruídos para criar um projeto próprio de nação, com base na liberdade e no bem-estar de todos. O resultado foi o que a autora descreveu, ao mostrar o fim de um movimento virtuoso em seus princípios, mas incapaz de materializar os próprios sonhos, pelas claras limitações intelectuais da maioria dos seus integrantes.

Apesar de tudo, havia muitos intelectuais nos sertões maranhenses e a presença desses grupos fez a diferença na história sertaneja e mesmo brasileira. A autora afirmou, mais de uma vez, ser o partido Bem-te-vi o maior detentor de intelectuais, em diversas áreas do conhecimento, escritores, poetas, jornalistas, juristas, entre outros. Eram destacados como os maiores letrados da região e fora dela.<sup>635</sup> Para Carlota, uma das expressões desses intelectuais instalados no sertão foi a organização do grupo *Roda de Amigos*, liderado por Militão Bandeira, chefe do partido liberal em meados do século XIX, para ela “o homem de maior cultura intelectual” de seu tempo naquela região.<sup>636</sup> No grupo, eram discutidas política, literatura, história, geografia, entre outros assuntos pertinentes para a época. Lembra a autora que muitos anos após a morte do seu líder e a dissolução do grupo, seus antigos integrantes se destacavam por suas práticas intelectuais e pelo saber.

Apesar disso, o mesmo fim que teve o grupo, teve boa parte dos jornais criados em Grajaú e um deles levava o nome da cidade. Carlota Carvalho afirmou que a falta de leitores levou ao fim dos jornais, pois seria difícil numa população de analfabetos. Pior que a falta de leitores, afirmou, era a “falta de educação cívica”, resultante da educação portuguesa herdada no processo colonial. Num tempo em que o jornal tinha destacado papel no Brasil, ela lamentou a perda, porque a imprensa era responsável pela difusão de informações e conhecimento, o que se refletia “na ilustração do espírito, no amparo dos oprimidos, na defesa da liberdade”.<sup>637</sup>

Outro exemplo negativo, em termos culturais, teria se dado na cidade de Boa Vista do Tocantins. A história começa com um sapateiro, Manoel dos Santos, que também era mestre escola e fundara um colégio para meninos e meninas do lugar. Carlota o descreveu como alguém que tinha paixão pelo saber e que ensinava sem pretensão financeira, apenas pelo prazer em fazê-lo.<sup>638</sup> A cidade teria se tornado um foco de luz, até que a situação começou a

---

<sup>634</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 136.

<sup>635</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 142.

<sup>636</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 143.

<sup>637</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 151.

<sup>638</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 88.

mudar com a chegada de um frei, de nome Francisco do Monte de São Victor, que chegara em 1840 com a tarefa de catequizar os nativos da região, da nação Apinajé. De acordo com a autora, o frei desprezava essas populações nativas, de modo que, em menos de duas décadas de catequese, esses povos eram quase inexistentes.<sup>639</sup>

E não foram apenas os nativos que tiveram prejuízos com a chegada do religioso, pois ele mandara fechar as escolas, com a proibição da leitura de livros não religiosos, por serem hereges. A instrução religiosa foi a única aceita, e o cúmulo de sua intolerância se deu quando um morador do lugar teria sido apanhado com livros laicos. Suas obras foram destruídas numa fogueira e depois ele próprio teria tido o mesmo destino. Conta a autora que a população, apavorada com o fanatismo religioso, fugiu do lugar, e dos quatro mil habitantes no início dos anos 1820, restavam não mais que 300, no tempo do frei, “infelizes, sujos, imundos e moralmente degenerados”.<sup>640</sup>

Na mesma região, à margem direita do Rio Tocantins, estava a cidade de Carolina. Carlota morou por um tempo naquela cidade e de lá teve as melhores lembranças. Dizia que, no aspecto intelectual, a povoação era a mais importante do Maranhão, e destacou que na cidade “o amor às letras e ao útil desenvolvimento do raciocínio é comum a ambos os sexos”.<sup>641</sup> Citou vários nomes de intelectuais da música, da poesia e de outros saberes, inclusive com destaque para algumas mulheres. Carolina era, naquele momento, o que Grajaú fora em tempos anteriores. Seu oposto era a cidade de Imperatriz, para Carlota o lugar no Maranhão em que menos se amava as letras. Mesmo assim, ainda poderia haver uma saída para a cidade e para outras do sertão, isso iria depender de escolas e dos intelectuais. Desse modo, ele se perguntou quando um Militão chegaria a Imperatriz,<sup>642</sup> com isso queria supor que o destino da cidade poderia mudar para tempos melhores. Talvez não seja desnecessário lembrar que a relação entre o conhecimento sistemático, científico e o progresso é um dos temas ribeirianos. Na sua perspectiva, era algo vital para a potencialização da pecuária e da agricultura na região, bem como para a melhor organização social do lugar, conforme se viu em alguns momentos de sua narrativa. Carlota acrescentou novas ideias ao assunto, assim como novos valores, sem, no entanto, ser necessariamente original.

No que se refere ao aspecto natureza, paisagem, a autora, assim como os demais intelectuais em destaque aqui, se ateve com maior profundamente, e como Paula Ribeiro, teve

<sup>639</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 89.

<sup>640</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 89.

<sup>641</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 86.

<sup>642</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 168.

uma visão bastante positiva em relação à geografia sertaneja. A publicação de sua obra só foi possível graças ao apoio de membros da Associação de Imprensa, sediada no Rio de Janeiro. Uma das justificativas é o fato de ter importantes fatos históricos regionais e nacionais, bem como informações de outra natureza, “ainda não conhecidos ou suficientemente esclarecidos e informações geográficas e geológicas necessárias para a organização de um mapa que seja a verdade”.<sup>643</sup> De fato, Carlota, assim como seu irmão, já reivindicavam maior conhecimento geográfico da região, os compêndios de então não tinham critérios rígidos de abordagem sobre o assunto. Com isso, eram precisos em relação às regiões mais conhecidas, enquanto sobre as mais distantes, eram divulgadas informações vagas e, não raro, equivocadas. Ela falou com satisfação sobre a possível confecção de um mapa sobre a região de Grajaú, pois para a autora os trabalhos sobre o interior do Brasil “são produtos da imaginação, fantasiando o que não existe ou existe em diferente situação e conformação”. Nesse sentido, citou a Serra da Desordem, que teria mudado sua verdadeira localização pelo simples capricho do lápis daqueles que desconheciam a região.<sup>644</sup>

Outro exemplo, à época, foi o Jalapão, área bastante conhecida pelos sertanejos, mas ignorada por muitos em outras regiões. Carlota Carvalho disse que poucos tinham notícias dele, pois não estava no mapa do Brasil. A autora enfatizou que as condições naturais daquela região, que abarca, além do Maranhão e Goiás, hoje Tocantins, Piauí e Bahia. Lá seus campos eram propícios à criação de gado pelas suas condições naturais de clima, hidrografia e vegetação.<sup>645</sup> Logo nos primeiros capítulos de *O sertão*, ela inventariou seus rios com detalhes, o que mostra um conhecimento teórico, mas também prático. Falou dos principais rios maranhenses e suas conexões, e em relação às serras concluiu “que nessa região não há nem pode haver cordilheira. É pura fantasia o que se vê em mapas que são cópias de cópias de orografia imaginada”.<sup>646</sup>

Após destacar os rios, disse que a maior riqueza dos sertões maranhenses estava em sua flora.<sup>647</sup> Claro que nessa flora se incluíam os pastos naturais, por isso citou a região banhada pelo Rio Pindaré, que, apesar de suas enchentes periódicas, os campos se readequavam, de modo que produziam pastagens de boa qualidade. Não por acaso, aquela área se tornou uma das melhores para a produção agropecuária. Lá, de acordo com a autora,

---

<sup>643</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 55.

<sup>644</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 145.

<sup>645</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 149.

<sup>646</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 65.

<sup>647</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 153.



a pastagem engordava os animais rapidamente, com seu “capim mole, macio, succulento”.<sup>648</sup> Retirando informação de Paula Ribeiro, disse que a expressão “Pastos Bons” vinha dos colonizadores que aqui encontraram a rica e infindável pastagem “em que o bom sucedia o melhor”.<sup>649</sup> Com essa descrição, pretendeu caracterizar todo o sertão. Afirmou que os primeiros colonizadores encontraram um ambiente favorável em diversos aspectos, pois havia aqui: “a beleza dos campos, a suavidade do clima, a superabundância de nascentes de água corrente e perenes, e a grande quantidade de frutos naturais do país, saborosas como o bacuri, nutritivas como o pequi e bacaba”.<sup>650</sup>

Tal como fez Ribeiro, Carlota Carvalho apresentou várias faces desse sertão, em que congregou utilidade e beleza, mas também seus perigos. Os sertões maranhenses, na sua visão, eram capazes de produzir sentimentos diversos, inerentes à sua própria natureza. Ela fez uma abordagem também sobre as principais espécies vegetais da região e disse que espontaneamente nascem diversas espécies importantes para o consumo e para o aproveitamento de outras maneiras, entre elas o anil, a jalapa, a baunilha e o urucu.<sup>651</sup> Das árvores de grande porte, falou do jatobá, que tem uma resina muito importante para o sertanejo no uso medicinal. Da mesma forma que o angico, outra espécie que produz resina, citou o angelim, bem como outras, de propriedades curativas e econômicas. Maçaranduba, cedro, ipê e até as mangabeiras, quase extintas pela extração do leite, seriam enfeites do sertão.<sup>652</sup> Elas, juntamente com uma imensa quantidade de outras espécies, fazem parte das mais importantes para a região. Para a autora, além das quase míticas pastagens, a variedade da flora e suas utilidades expressavam as riquezas vegetais sertanejas.

Até os quintais ganharam relevo com Carlota, como sendo extensões da flora sertaneja, numa representação de beleza e fartura para os moradores. Citou o exemplo de Grajaú, em que destacou “os verdes laranjais, abacatais, jussarais e bananais, que enchem os quintais”.<sup>653</sup> Com essa descrição, é fácil associar os sertões a um mundo de perene abundância e beleza. Mesmo na pouco simpática Imperatriz, encontrou beleza, o Rio Tocantins, um dos mais belos do mundo. É nesse rio que se encontra um lugar chamado Poção, muito perigoso aos navegantes que passavam por lá. Conta que em nenhum outro lugar há contraste maior

<sup>648</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 210-1.

<sup>649</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 68.

<sup>650</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 67.

<sup>651</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 153.

<sup>652</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 95.

<sup>653</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 98.

entre o “belo e o horrível”.<sup>654</sup> O rio largo e sereno bruscamente se estreita e leva perigo aos navegantes, a que ela se refere como “verdadeiros filósofos”, pois quanto maior o perigo, mais eles se entregavam a versos românticos destinados às sertanejas. Disse que, diante da morte, os homens se rendiam a lembranças de olhos negros e cor morena.<sup>655</sup>

As informações sobre a natureza poética dos sertões não foram muitas, mas percebe-se seu apego ao lugar. Isso fica mais evidente quando da sua viagem ao Rio de Janeiro, em que afirmou ter tido a sensação, talvez por sua doença, de jamais voltar a ver a amada terra. Ela afirmou, com um sentimento de tristeza, que a nostalgia só não a fez chorar por causa do contágio da alegria dos oficiais do barco e de alguns passageiros, que a levaram ao Rio de Janeiro.<sup>656</sup> Seu receio era não poder sentar-se novamente à sombra do bacuri, ouvir o som do vento nas folhas de palmeiras e o canto dos pássaros. Num tom poético e melancólico, ela se expressou assim:

O que há no mundo tão bom e belo como o território entre o Parnaíba e o Araguaia? Que terra possui tantas nascentes de cristalinas e perenes águas, tantas espécies de frutas naturais saborosas e nutritivas, frondosas árvores, palmeirais imensos, aves canoras, clima suave como os “pastos bons” de outrora?<sup>657</sup>

Nesse tom, Carlota Carvalho deixou o sertão e, apesar do receio, retornara a terra. Injustamente seus intelectuais não a acolheram, como fizeram com outros filhos, e o fato de ser mulher pode ter sido decisivo para isso. Em seu estilo próprio, produziu a maior obra sobre o sertão em seu tempo. Ainda assim, percorreu trilhas deixadas por Ribeiro, que vieram reforçar imagens duradouras sobre esses sertões. O valor daquela natureza, bem como de seu povo, era de fundamental importância para a autora. E ainda que seu reconhecimento não tenha se dado em vida, sua influência é inegável em diversos trabalhos sobre a região, em diferentes áreas do conhecimento. Dificilmente, sem seu trabalho, em conjunto com outros, haveria um sertão com a mesma face que se conhece nos dias de hoje.

### **O olhar de Dunshee de Abranches**

Num primeiro momento, pode parecer improvável uma relação entre a narrativa de João Dunshee de Abranches Moura e a ribeiriana. Cabe, no entanto, observar que, em alguns momentos, o próprio autor cita os irmãos Carvalho e, mais que isso, suas abordagens são semelhantes em determinados aspectos, ainda que não muito recorrentes. Com base nessa

<sup>654</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 194.

<sup>655</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 200.

<sup>656</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 259.

<sup>657</sup> CARVALHO, Carlota. *O sertão...* 2000, p. 259.

primeira pista, é possível, mas não sem um esforço imaginativo, ir mais longe nessa correlação, a ponto de encontrar um elo entre as narrativas em questão. Abranches, como os irmãos Carlota e Parsondas, tem um estilo próprio, bem como uma temática específica. Com isso, as conexões não podem ser como a de um mestre e seus discípulos, numa relação clara e direta. Contudo, o fato de as ligações serem sutis não retira sua força, nem sua importância, pois não se trata de uma questão quantitativa, mas sim qualitativa.

Mais uma vez, cabe lembrar que a narrativa de Abranches versa sobre sua experiência como Promotor de Justiça e, posteriormente, militante político em Barra do Corda. O propósito de seu trabalho, realizado às vésperas da proclamação da República, deveria ser estritamente jurídico, sem o envolvimento partidário para nenhum dos lados em conflito. A finalidade seria a de levar ao presidente da província, José Moreira Alves da Silva, a causa dos conflitos nos sertões, especialmente em Grajaú. Com o tempo, ele se envolveu na política ao lado dos liberais e, com isso, participou da fundação de clubes republicanos na região, bem como de jornais que pregavam o fim da monarquia. Para além disso, em seu texto, há outras informações valiosas que contribuíram para a compreensão da identidade sertaneja maranhense. A parte tangencial de sua narrativa, aquilo que foi menos enfatizado pelo autor, revelará alguns pontos comuns com a narrativa de Paula Ribeiro. Com isso, pretende-se completar um conjunto significativo de impressões que ajudaram, ao longo do tempo, reforçar uma imagem própria da região interiorana do Maranhão.

O livro *A esfinge do Grajaú*, em análise neste trabalho, contém em sua nota explicativa uma informação sobre o conjunto da obra de Dunshee de Abranches, que alcança 150 escritos. No entanto, a maior parte desses trabalhos é desconhecida e parte significativa sequer chegou a ser publicada. As mais conhecidas, no momento, são as que formam uma trilogia composta por *A setembrada*, romance histórico que trata do movimento liberal nos sertões, no ano de 1831, publicado em 1933; *O cativo*, memórias publicadas em 1938, que versa sobre as lutas pela abolição da escravatura no seu tempo de moço; e *A esfinge do Grajaú*, também memórias do tempo em que esteve nos sertões, nos últimos meses do Império.<sup>658</sup> Este último trabalho só foi escrito em 1940, mais de 50 anos após os acontecimentos, portanto, com uma perspectiva diferente daquela vivida. Nesse sentido, o mais importante aqui não é o vivido, mas sim como ele contou, em meados do século XX, suas experiências de moço. Tais relatos são permeados por diversas leituras, entre as quais as

---

<sup>658</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*. 2 ed. São Luís: ALUMAR, 1993, p. 9.

ribeirianas, e isso dá uma conotação diferente para a sua rememoração. Acrescenta-se ainda que a obra não foi publicada no tempo da escrita, mas apenas em 1959.

Informações pessoais fora desses textos em que apresentou suas memórias não são muitas, mas é possível traçar um perfil com respaldo em tais notícias. O autor nasceu na mesma época dos irmãos Carvalho, em 1867, na capital maranhense e morreu no Rio de Janeiro, no mesmo ano em que escreveu *A esfinge do Grajaú*.<sup>659</sup> Proveio de uma prestigiada família, um comerciante português, Antônio da Silva Moura, e uma professora maranhense, também de família abastada, de nome Raimundo Emília de Abranches Moura.<sup>660</sup> Entrou na carreira política e tornou-se deputado estadual por um mandato, entre os anos 1904 e 1909, e federal por dois, de 1909 a 1922, motivo que o levou a morar na capital federal.<sup>661</sup>

Sua formação acadêmica foi em direito e tornou-se Promotor de Justiça em Barra do Corda, mas atuou também como jornalista, tendo trabalhado na divulgação e defesa das ideias republicanas. Desde cedo, Dunshee de Abranches se envolveu em lutas políticas, ao lado das novas ideias de então, pelo fim da escravidão e, depois, do Império. Também trabalhou com os indígenas do sertão, no cargo de Curador-Geral.<sup>662</sup> Chegou a fazer metade do curso de medicina, mas não explicou, no livro *A esfinge do Grajaú*, o que levou à desistência do curso, mas é fácil perceber que sua principal vocação profissional não era a saúde.

Ainda assim, chegou a ser comissário vacinador nos sertões e, por isso, teria sido multado por exercício irregular da profissão, com posterior anistia da multa pelo próprio presidente da província.<sup>663</sup> Para ele, a punição pelo exercício da medicina teria sido fruto de perseguições políticas, pois estava envolvido com a defesa da República, o que desagradava os conservadores da região. O quase médico relatou, com certo orgulho, ter ajudado as populações mais humildes do interior maranhense. De acordo com suas próprias palavras, assim se expressou: “Vacinei muitos moradores de povoados e caminhos flagelados pela epidemia; tratei dos enfermos; e acabei daí por diante sendo o médico da pobreza, pois os ricos e os remediados da terra tinham, há longo tempo, o seu clínico de confiança em um curandeiro”.<sup>664</sup>

<sup>659</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 10.

<sup>660</sup> SANTOS, S. R. R.; Elizabeth Sousa Abrantes. *Dunshee de Abranches: a esfinge do Grajaú e a alma nobre dos sertões*. In: João Batista Bitencourt; Marcelo Cheche Galves. (Org.). *Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café e Lápis, 2014, p. 103.

<sup>661</sup> VELOSO, Roberto. *A esfinge do Grajaú*. Disponível em: <http://jornalpequeno.com.br/edicao/2013/08/28/esfinge-grajau/>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

<sup>662</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 10.

<sup>663</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 10.

<sup>664</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 159.

Apesar de sua tendência política liberal republicana e, muitas vezes, do lado dos mais desfavorecidos socialmente, Abranches era um moralista, religioso e conservador no que se refere aos costumes. Conforme o trecho já citado, ele mostrava certo desprezo por religiões que não fossem a católica. Um exemplo que reforça essa posição é quando, em determinado momento, um correligionário político em Barra do Corda havia afirmado que a proclamação da República se daria em 15 de novembro. Alguns dias depois chegou a notícia que confirmava a assertiva. Ele relatou que muitos atribuíram o acerto do homem a poderes sobrenaturais, uma revelação espírita, “pois essa baixa doutrina possuía numerosos adeptos em todo o sertão.”<sup>665</sup>

Além disso, percebe-se, em outros momentos, que o intelectual fala em “raça pura” e mesmo quando cita Parsondas de Carvalho, por quem mostrava admiração, algumas vezes se referia a ele como um mestiço. De alguma maneira, percebe-se, nessa tônica, sua visão sobre o assunto. Apesar disso, Abranches se convenceu das virtudes pessoais dos habitantes dos sertões, mestiços em sua maioria. É este homem, intelectual de concepções políticas progressistas e costumes conservadores, que foi àquele interior atuar num dilema político conhecido por todos os homens públicos, dentro e fora dos sertões, que era a disputa entre grupos liberais e conservadores. Mesmo assim, o presidente da província teria afirmado que aquele seria o maior dilema político de sua carreira.

As percepções de Abranches apresentam algumas peculiaridades em relação aos irmãos Carvalho. Antes de qualquer coisa, havia a diferença entre eles na própria formação jurídica e atuação política, o que o faz ver os problemas de maneira diferente do que aqueles que tiveram outra vivência, pessoal e profissional. A outra, é o fato de sua escrita ter ocorrido muitos anos depois dos acontecimentos, mais de cinco décadas, portanto, numa situação diferente daquela que viveu quando ainda era jovem. Considera-se que a memória tem uma estreita relação com o presente, pois, de acordo com Massimo Mastrogregori, “o presente determina as condições para se enxergar o passado, por meio de condições sociais, políticas e culturais que balizam o olhar do presente em direção ao passado”.<sup>666</sup>

Nesse sentido, há uma clara via de mão dupla em sua narrativa, em que o passado dá significado ao presente, mas também o contrário. Além disso, Abranches escreveu suas memórias em outra terra, no fim da vida, na capital federal e, com isso, seu engajamento com as mudanças não era mais o mesmo. Sua narrativa foi ressignificada não apenas pela

<sup>665</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 194.

<sup>666</sup> MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: *A história escrita: teoria e história da historiografia*. MALERBA, Jurandir (Org.). São Paulo: Contexto, 2006, p. 7.

experiência de vida, mas também por suas leituras, entre as quais estão as obras de Paula Ribeiro, bem como a dos irmãos Carvalho. Ainda que não haja diálogo voluntário e explícito entre eles, em especial com o militar português, no decorrer de sua narrativa encontram-se pontos comuns. Essa comunhão é capaz de dar coerência a significados importantes para os sertões maranhenses, ainda nos dias de hoje.

Para seguir o roteiro de análise proposto aqui, adentra-se o texto pelos aspectos econômicos. Pouco se encontra na narrativa de Dunshee de Abranches em relação aos sertões, e o primeiro motivo é o próprio interesse do jurista, focado especialmente nos aspectos políticos, podendo ser mencionado um trabalho que citou em sua memória, escrito para a Associação Comercial do Maranhão. Com base em seu comentário sobre o texto, talvez seja possível abstrair um pouco da sua visão econômica para o Maranhão e, em consequência, para os sertões. Após a abolição, em que Abranches tanto se engajara, ele conta que a província maranhense se encontrava em situação complicada, uma vez que ela, especialmente nas áreas de lavoura do norte, deixou de contar com a mão de obra escrava. Tal mudança, conta, mergulhara a província na miséria, de modo que até mesmo na capital houve muitos problemas.<sup>667</sup> Muitos dos negros livres teriam sido seduzidos com promessas de bons salários nos seringais da Amazônia, que acabara de ganhar proporções notáveis. Contou ainda que lá a escravidão foi maior que a já existente.<sup>668</sup> Com essa mudança migratória, teria havido um sério problema de falta de força de trabalho no Maranhão, ocasionando muitos transtornos.

Diante da situação, teria surgido o interesse da Associação Comercial em apresentar soluções para o problema. A entidade lançou um concurso com significativo prêmio, em dinheiro, para a melhor memória, capaz de apresentar um projeto para a transição do trabalho escravo para o livre.<sup>669</sup> O texto de Dunshee de Abranches foi o vencedor, mas não ganhou o prêmio, por questões políticas, segundo ele. Seu trabalho versou sobre alguns pontos importantes para explicar o atraso do Maranhão em relação a outras regiões do Brasil. Um deles, contou, é que mesmo após mais de meio século da República os processos agrícolas da capitania continuavam arcaicos. Para ele, era absurdo a persistência das derrubadas de matas, roçados devastadores, culturas sem estudo prévio da natureza.<sup>670</sup>

---

<sup>667</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 10.

<sup>668</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 33.

<sup>669</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 34.

<sup>670</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 36.

Nesse ponto, residiria uma das principais causas da decadência da lavoura maranhense, com destaque para a cultura do arroz e do algodão. Outro fator de relevo seriam medidas para o “saneamento moral”, com enfrentamento ao analfabetismo, às práticas pagãs e à poligamia, elementos essenciais para o autor. A tais pontos, se referia como as três pragas que assolavam a vida no interior do Maranhão.<sup>671</sup> Portanto, para o futuro Promotor, havia uma estreita relação entre comportamentos morais e sucesso econômico-social. Em alguns momentos, ele abordou determinadas posturas éticas de habitantes nos sertões, com o propósito de qualificar negativamente algumas pessoas, prejudiciais ao lugar.

Talvez, o que mais chame a atenção nessas ideias econômicas seja o próprio fato de serem colocadas numa memória política sobre o sertão. Sua abordagem é genérica, mas pode ser, ao menos em parte, aplicada ao sertão. Parece claro que ao citar esse trabalho para a Associação Comercial, colocado quase arbitrariamente na obra, revela a necessidade de acompanhar, mesmo sem se dar conta disso, a narrativa ribeiriana, que começa por analisar aspectos econômicos dos sertões. O simples fato de destacar o assunto é sinal de uma influência, no momento em que o autor entende não ser possível falar da região sem falar de economia. Não mais que isso foi exposto para expressar seu pensamento econômico na obra *A esfinge do Grajaú*. Sua narrativa praticamente gira em torno da política, seja em sua atuação pessoal ou dos grupos em que se envolveu durante a estada nos sertões. Sua ida ao interior da capitania se deu num momento de uma tentativa de assassinato, envolvendo um juiz de direito, de nome Sousa Brito, em Grajaú. O presidente da província queria enviar alguém de confiança para saber a causa do atentado.

Havia chegado uma carta de Barra do Corda, cidade não muito distante de Grajaú, que informava ter o juiz, ligado aos liberais, saído à noite, às pressas de sua casa “em trajes de Adão”. Foi a única alternativa para escapar de um massacre, pois assaltantes invadiram sua residência, liderados por um sargento da polícia ligado aos conservadores.<sup>672</sup> A carta expressava a versão de Sousa Brito sobre o acontecido, mas o presidente José Moreira Alves da Silva não acreditou completamente na versão, com o argumento de que a mensagem revelava “um espírito mais de criança do que de magistrado”.<sup>673</sup> O presidente queria chegar a uma solução, porque temia derramamento de sangue na região, pois já havia um histórico conflito entre facções políticas do lugar. Segundo Abranches, o “governador” teria afirmado precisar dos serviços de alguém inteligente, discreto e que não tendesse para liberais nem

<sup>671</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 38.

<sup>672</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 45.

<sup>673</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 51.

conservadores e, para tal, ele seria o melhor.<sup>674</sup> Com base em suas informações, haveria condições para o presidente reestabelecer a tranquilidade na região. Para o sucesso da empreitada, o jovem jurista deveria agir da seguinte maneira:

Jogando assim com pau de dois bicos, esse novo chefe iria marombando e pescando adeptos nos dois grupos irreconciliáveis de Araújo Costa e Leão Leda até que, de posse de todas as posições oficiais, pudesse com o auxílio de um bom delegado militar e um forte destacamento, garantir ali de vez a ordem e o prestígio do governo dominante.<sup>675</sup>

Dunshee de Abranches teria indagado a José Moreira, em tom inseguro, se ele tão inexperiente daria conta de resolver tais problemas, sugerindo sua evidente dificuldade, e se ele seria útil na pacificação da “infeliz região sertaneja”. O presidente explicou-lhe uma vez mais e detalhou que sua tarefa consistia exclusivamente em observar, da maneira mais discreta possível, para fazer um inquérito secreto dos crimes que se passavam na região de Grajaú. Além disso, deveria informar sobre o comportamento das autoridades que lá atuavam em nome do governo, bem como dos líderes políticos.<sup>676</sup>

Ainda que a preocupação do presidente pareça um pouco excessiva, havia motivos para a inquietação, pois o atentado estava no contexto de históricos embates entre os grupos dominantes. Quando Abranches se encaminhou à região, consta que já havia pelo menos quatro décadas de conflitos intermitentes.<sup>677</sup> Com isso, era claro para todos que a disputa por poder estava no cerne da questão. Segundo o jovem magistrado, o presidente estaria preocupado com a situação, porque esses conflitos entre facções políticas já teriam saído da região de Grajaú e alcançado outras terras, inclusive no estado goiano, na fronteira com o Maranhão. A situação dava uma ideia de desordem generalizada, por isso o chefe da província afirmou, em relação aos conflitos, que “era uma vergonha para os foros civilizados do Maranhão, a chamada Atenas brasileira”.<sup>678</sup> Outras tentativas teriam sido ensaiadas para a inibição dos conflitos, mas nenhuma delas surtiu efetivo resultado. Quatro chefes de polícia, nos últimos seis anos, antes da ida do Promotor, teriam partido para a região com o propósito de trabalhar na pacificação do lugar, mas todos teriam logo se aliado a uma das partes em questão. Portanto, no fim, acabaram por contribuir para o aumento das divergências. Conta o

<sup>674</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 55-6.

<sup>675</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 52.

<sup>676</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 56.

<sup>677</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 56.

<sup>678</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 56-7.



jurista que todos teriam voltado sem resultado e com isso o presidente chegou à conclusão de que o uso da força só agravaria mais ainda os problemas.<sup>679</sup>

No dia seguinte à conversa com José Moreira, 18 de agosto de 1888, Dunshee de Abranches foi nomeado Promotor Público de Barra do Corda.<sup>680</sup> A afirmação do presidente era de que toda aquela situação de infundáveis conflitos era uma “esfinge” e, mais que isso, o seu maior dilema político a ser resolvido. Assim, o jovem jurista teria deixado a capital maranhense para adentrar a então estranha terra sertaneja. Deixara parentes e amigos apreensivos e, mesmo que não tenha mencionado, é possível que ele próprio, ao menos nos primeiros momentos, também teria ficado. Ao chegar à região, não demorou para que o Promotor descobrisse a causa do atentado contra o juiz. Não era um crime comum, tratava-se, na superfície, de um crime passional, e a causa era uma moça conhecida por Antoninha.<sup>681</sup> Ela tinha um caso com um militar, mas depois de deixá-lo por um magistrado, os problemas começaram, pois o abandonado, com ciúmes, quis se vingar do rival, ao tentar ceifar sua vida. Quando o processo judicial se instaurou para a apuração das causas, chegou-se à conclusão de razões mais profundas e, mais uma vez, era a política. Teria Araújo Costa incitado a confusão para se livrar de mais um liberal.<sup>682</sup> Apesar disso, o responsável conseguira um *habeas corpus* para si e para os outros acusados de seu partido.<sup>683</sup>

Não demorou para que o Promotor se aproximasse dos liberais e logo que chegou em Barra do Corda participou de reuniões com grupos de republicanos, entre os quais, se destacava Isaac Martins. O militante ter-lhe-ia falado sobre os sertões maranhenses e, em umas dessas ocasiões, lhe explicara que o movimento dos balaios teria deixado o sonho da liberdade vivo no coração dos sertanejos.<sup>684</sup> Com isso, se justificava a rebeldia dos habitantes do interior em relação ao poder público provindo da capital. O grupo de republicanos de que Abranches fez parte em Barra do Corda tinha integrantes fervorosos, mas a maioria era ligada às ideias de Quintino Bocaiúva e do jornal *O país*, para muitos, segundo o Promotor, um mantra.<sup>685</sup> Nesse grupo, havia diferentes tendências no sentido de defender a República pelos meios institucionais ou pelas armas. Para alguns integrantes, só o conflito armado poderia resultar no que diziam ser uma verdadeira República, enquanto para outros, apenas por meios pacíficos poder-se-ia conseguir tal intento.

<sup>679</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 57.

<sup>680</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 59.

<sup>681</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 124.

<sup>682</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 139.

<sup>683</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 150.

<sup>684</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 76.

<sup>685</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 79.

Assim que chegou ao posto de trabalho, encaminhou-se ao município de Grajaú, palco dos maiores conflitos. Antes de chegar à cidade, fez uma parada para descanso na fazenda de um integrante da família Leda, e lá encontrou, de passagem, seu maior líder. Na conversa com o professor Luís Leda, irmão de Leão, ouviu outra explicação sobre os conflitos regionais, com a versão de que eles eram antigos. Abranches, com a informação da troca de quatro chefes de polícia, falou em oito anos de conflito, quando foi interrompido por Luís que lhe explicara presenciar os embates e o sangue desde criança e que as autoridades da capital ignoravam as populações sertanejas.<sup>686</sup> Com a explicação do professor, Abranches foi informado de que os sertanejos viviam esquecidos pelo Governo e quando ele se fazia presente, era para sufocá-los, não para levar ajuda. Para os políticos da capital, disse o professor, os habitantes daquelas terras interioranas eram criaturas desumanas, “animais menos tratáveis e mais ferozes do que os índios que vegetavam mais ou menos domesticados”. Afirmou também que o Promotor teria possivelmente vindo com uma visão negativa dos sertões, pelas supostas calúnias ouvidas em São Luís. Os políticos de lá, disse, ignoravam as origens e tradições dos sertões. Por isso, viam seus habitantes como bandidos, foragidos da justiça, expulsos de outras regiões do país ou da própria região.<sup>687</sup>

A fala dos sertanejos liberais republicanos era afinada e Abranches, à medida que o tempo passava, se harmonizava cada vez mais com ela. Aqueles habitantes entendiam que a região estava abandonada e, ao mesmo tempo, desprovida de liberdade, uma liberdade que deveria ser construída no próprio sertão, para os sertanejos, não vinda de fora. A justificativa dos liberais para a violência era que: “como em geral não confiamos na justiça, somos forçados a reagir de armas na mão para defender as nossas propriedades e as nossas próprias vidas!”.<sup>688</sup> Para eles, mais uma vez, a causa primordial dos conflitos estava num fator venerado por aqueles habitantes, a liberdade, e na falta dela estaria a causa das angústias sertanejas.

Luís Leda afirmou serem honrados os homens do sertão, diferentemente do que diziam em São Luís, pois eles apenas lutavam contra o abuso. Para ele, “o sangue que nos corre nas veias foi, em boa parte, derramado na defesa da Independência e das grandes causas nacionais”.<sup>689</sup> De encontro à versão da vinda de bandidos de outras regiões, para causar tumultos no interior maranhense, como afirmou Paula Ribeiro, Luís apresentou outra, pois

<sup>686</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 98.

<sup>687</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 99.

<sup>688</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 98.

<sup>689</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 100.

para ele, conforme explicou Abranches, os Bem-te-vis no Maranhão estavam no mesmo nível dos inconfidentes mineiros e dos farroupilhas no Sul do Brasil, bem como outros grupos que lutaram por liberdade. Parte desses “sonhadores” veio para a região, e com isso engrandeceram as lutas sertanejas, afirmou.<sup>690</sup> Entre os refugiados, alguns ilustres, como o avô dos irmãos Carvalho, citado como um homem de bom caráter.

Dunshee de Abranches pouco revelou sobre a visão dos conservadores, logo ele os associaria aos aspectos negativos do sertão. Quando foi, informalmente, ao encontro do “Cristo do Grajaú”, o coronel ou major Araújo Costa, como o chamavam na região, parece já ter ido com opinião formada sobre o líder político e seu grupo. Ele conta que antes de chegar à casa do conservador, observou que Grajaú estava dividida entre cidade baixa e cidade alta, sendo que a parte superior era dominada pelos liberais e a inferior, por seus inimigos.<sup>691</sup> Na conversa com Araújo, descreveu um homem desconfiado, receoso de que o Promotor estivesse ali para persegui-lo, embora este explicasse sua tarefa de buscar a justiça, sem escolha política. O coronel disse em seu favor que muitos o acusavam injustamente por crimes não cometidos e que a tentativa de assassinato do juiz se dera pela divergência entre o militar e o juiz, porque a moça teria sido obrigada pelos liberais a deixar o soldado pelo magistrado. Com isso, teria ficado o rancor, mas que no dia do acontecido ele, o major, estaria em casa, dormindo, sem conhecimento de nada.<sup>692</sup> Após o amigável diálogo, Abranches saíra com a imagem formulada dos dois principais líderes políticos do Grajaú:

A impressão que me deixara o encontro com Araújo Costa fora bem triste. Rosto embaciado como que revestido de uma camada de estanho, olhar torvo e inexpressivo, barba grisalha e rala, mesmo quando procurava sorrir a sua fisionomia tinha algo de duro e mau. Ao contrário, Leão Leda, seu implacável inimigo, apesar de acusado também dos crimes dos mais crus, ruivo, de olhos claros, pequeno bigode hirsuto, irradiava simpatia no seu riso franco e nas suas maneiras democráticas e acolhedoras.<sup>693</sup>

Nesse ponto da narrativa do Promotor, ele já estaria convencido da verdade liberal e, mais que isso, já estava engajado na própria luta política republicana sertaneja. Após a conversa com Araújo Costa, liberais curiosos e preocupados teriam inquirido Abranches a respeito do conteúdo do diálogo. Este teria explicado se tratar de uma conversa apolítica, mas logo em seguida teria declarado aos irmãos Luís e Leão Leda que estaria com eles, porque os

<sup>690</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 101-2.

<sup>691</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 107.

<sup>692</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 124-5.

<sup>693</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 128.

liberais representavam o melhor da sociedade sertaneja.<sup>694</sup> Sua convivência se estreitava cada vez mais com os republicanos de Grajaú e Barra do Corda.

Em um dos capítulos do livro *A esfinge do Grajaú*, intitulado “uma noite entre vaqueiros”, Abranches relatou as notícias sobre um combate na Serra da Cinta. Ainda que o nível de brutalidade tenha sido de proporções expressivas, a narrativa do Promotor se dá num tom heroico, pois seu relato se mistura ao encanto de uma noite enluarada, cercado por vaqueiros poetas. No combate, teriam tombado, dos dois lados, mais de 120 homens, segundo informações de alguns dos “heróis”, que haviam participado do ato.<sup>695</sup> Contaram que após o mútuo cessar fogo, esperaram mais de um mês para que os grupos enterrassem seus mortos. A demora se deu pelo receio de novos ataques. “Rindo gostosamente”, contou um deles que foram enterrados juntos, amigos e inimigos, além dos animais que haviam participado do confronto.<sup>696</sup> O relato do Promotor, ainda que banhado de sangue, ganhou um tom quase mítico e, mais uma vez, atribuiu grande estima aos liberais.

Antes de se dar conta, Abranches já estava engajado no movimento republicano e participou da fundação do Jornal *A República*, em Barra do Corda.<sup>697</sup> Ele não explicou como ficou sua situação com o presidente da província, ao tomar partido do lado republicano, contrariando a orientação inicial, mas parece não ter havido nenhum infortúnio. Participou de uma Assembleia, também em Barra do Corda, em que elegeram o líder do Partido Republicano dos sertões do Maranhão.<sup>698</sup> Depois disso, teriam surgido diversos clubes e jornais, e a propaganda contra o fim da monarquia crescia cada vez mais e se espalhara por vários pontos do interior.<sup>699</sup> Por um momento as coisas iam bem para os republicanos, a empolgação era geral, os conservadores pareciam enfraquecidos. O próprio Araújo Costa, em Grajaú, teria se refugiado em sua fazenda por alguns meses.<sup>700</sup> Mas, segundo Abranches, quando sobreveio a República, tudo começara a mudar negativamente.

No capítulo que trata sobre o advento do novo regime, Abranches o intitulou por “República de mentira”. Contrário à expectativa da maioria dos republicanos no Maranhão, um deles afirmou que todos foram atingidos por um raio. O anúncio foi a constatação de que os republicanos ganharam mais não assumiram o poder. Havia uma expectativa de sensíveis

<sup>694</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 141.

<sup>695</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 131-2.

<sup>696</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 132.

<sup>697</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 95.

<sup>698</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 162.

<sup>699</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 187.

<sup>700</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*... 1993, p. 188.

mudanças, pensou-se que se “abriria uma era de liberdade, de paz e de justiça para todo o sertão, onde os régulos sanguinários e perversos não mais teriam guarida”.<sup>701</sup> Essa afirmação indica que os conservadores não deveriam ter mais espaço no novo cenário político. No entanto, eles continuaram no poder, não apenas no Maranhão como em outros lugares no Brasil.

Em reunião com correligionários republicanos, a conclusão foi que na maioria das províncias, inclusive no Maranhão, os republicanos eram inexpressivos, pois as ideias teriam ganho força no interior, não na capital. Com isso, justificou o autor, houve a inevitável participação dos grupos conservadores.<sup>702</sup> Além de São Paulo, Pernambuco teria, logo no início, caído nas mãos dos conservadores pelo mesmo problema, pois os defensores da velha política teriam mudado de partido para continuar no poder. Em tom de consolo, um membro do grupo de Abranches teria afirmado que os maranhenses não eram os únicos “cachorros sem dono” da República e que por todos os lados estavam os republicanos insatisfeitos.<sup>703</sup> Essa frustração teria dado mais força à ala belicosa do partido e, para ela, a única maneira de se construir uma “verdadeira república” seria pela força das armas. Ainda no início do engajamento do Promotor, ele havia dito a um colega estava na hora da República para o Maranhão viver dias melhores. Discordando, seu interlocutor afirmou haver grande risco de mudar os partidos, mas os mesmos grupos continuarem no poder. Se verdadeira, não seria construída com discursos, mas com armas.<sup>704</sup> Nessa perspectiva, para muitos deles, só havia duas saídas: “vencer ou morrer”.<sup>705</sup>

Abranches, no entanto, mais moderado, sugeriu um manifesto contra Deodoro, mas também não houve eco para sua proposta e, apesar da insatisfação generalizada, o resultado foi que “banira-se a Família Imperial e o resultado era o desgraçado Maranhão voltar a ser senzala [...] e vemos ressuscitar no seio destes infelizes sertões o Cristo do Grajaú e toda a sua caterva de assassinos e ladrões”.<sup>706</sup> Conta o Promotor que na capital também o grupo conservador escravocrata teria saído vitorioso. Sua frustração com a República o afastara, por um tempo, da política, período em que se dedicou a escrever em alguns jornais, até que retornara para se candidatar pelo partido católico.<sup>707</sup> Em 1890, partiu dos sertões para a capital, acompanhado de sua esposa. Ele fala de uma despedida comovente, em que muitas

<sup>701</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 201.

<sup>702</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 203.

<sup>703</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 204.

<sup>704</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 106.

<sup>705</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 186.

<sup>706</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 201.

<sup>707</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 208.

peças levantavam lenços em sinal de adeus, enquanto seu barco se afastava do porto. Dos sertões, disse ter levado uma saudade que jamais morreria, de um povo qualificado por ele, entre outros adjetivos, como bom e generoso.<sup>708</sup>

Apesar de não falar da reação do presidente da província, no seu parecer Abranches afirmou ter dito que era necessário entender a alma revolucionária sertaneja, ao invés de levar a força.<sup>709</sup> No fim das contas, o Promotor levava a mensagem dos liberais republicanos, em consequência disso, o teor era de ponderação para com os conflitos. Teria saído daquelas terras convencido de que o problema na região interiorana era a falta de compreensão das autoridades em relação aos sertanejos, que tinham “um amor exagerado à liberdade”, porque eram descendentes diretos dos que haviam lutado pela independência brasileira. Tal premissa daria aos sertanejos uma aversão ao controle externo, pois queriam a liberdade própria, autonomia política. Abranches assegurou que eles ficaram presos a um sonho não realizado, iniciado ainda em 1831.<sup>710</sup>

Para ele havia, sobre os sertões, uma ideia negativa comum em São Luís, inclusive ele mesmo, antes de conhecer as terras interioranas, comungava com tais percepções. Abranches disse que era falsa a ideia de que o sertão era habitado por bandos de assassinos e ladrões. Afirmou também que viajantes corriqueiramente percorriam aquelas terras, em segurança, sem sequer ouvir falar no caos que se pregava fora da região.<sup>711</sup> A depender do argumento e do propósito, o Promotor muda a imagem de grupos ou lugares, de maneira que ora se percebe um lugar conflituoso, agitado e perigoso, associado aos conservadores, ora o contrário, quando se trata dos liberais. De qualquer maneira, o maior problema estaria fora da região, na capital, pelo fato de as autoridades desprezarem o lugar: “Desgraçadamente, os homens públicos maranhenses, parlamentares, administradores, funcionários superiores, até mesmo apóstolos de Cristo, raramente tinham posto os pés ou permanecido algum tempo naquele solo longínquo e fecundo”.<sup>712</sup>

Mais uma vez, como os outros intelectuais maranhenses o fizeram, há uma premissa que liga essa narrativa política a aspectos levantados por Paula Ribeiro. Há a reivindicação da presença de um poder central capaz de levar a ordem e a paz social. Ribeiro reclamou esse poder para a metrópole gerir aquelas terras, os demais intelectuais o fizeram em nome do

---

<sup>708</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 206.

<sup>709</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 153.

<sup>710</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 153-4.

<sup>711</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 153.

<sup>712</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 154.

próprio sertão. O que une todos eles nesse ponto é o fato de não conceberem aqueles sertões sem controle político, apenas nas mãos de indígenas e vaqueiros, ainda que fossem vitais. O texto de Abranches é de meados do século XX, o que mostra uma configuração imagética bastante própria, no aspecto político, mas o desejo de autonomia alcança sua expressão máxima. Nesse sentido, ele não perde por completo o elo inicial com a narrativa ribeiriana.

O ex-Promotor Público de Barra do Corda relatou uma conversa com um amigo no Rio de Janeiro em que o interlocutor teria dito ao jurista que, apesar das conquistas políticas do Brasil, com a queda da monarquia, Abranches desprezava tais benefícios e preferia venerar os “cangaceiros do sertão”. Ele então retrucou com a afirmativa de que era nos sertões maranhenses que “estava a alma livre, a alma nobre e simples da nacionalidade brasileira”.<sup>713</sup> Parece que Abranches realmente levou essa admiração até o fim da vida e, embora não se tenham notícias de uma atuação parlamentar significativa em favor dos sertões, sua narrativa caminha no sentido de defender a liberdade política da região, porque sem a autonomia desejada por seus habitantes, não haveria a sonhada paz no lugar.

Praticamente tudo nos sertões, após o contato com a terra, ganhou novo significado para o Promotor. O sertanejo não só era amante da liberdade, mas também era uma espécie de amante da cultura. Nesse sentido, um dos personagens mais famosos daquelas terras, Militão Bandeira, ganhou destaque por ter lutado pela independência, assim como por ter criado escolas e até o famoso grêmio literário do Grajaú. Abranches falou da admiração do professor Melo e Albuquerque por esse intelectual. Disse o docente que, embora de “raça pura” e sempre distante dos homens de cor, não escondia admiração pelo intelectual mestiço.<sup>714</sup>

Parsondas de Carvalho, por seus méritos intelectuais, foi outro mestiço sertanejo destacado por Abranches. Em dois momentos, ele o citou: primeiro, quando recém-chegado ao Grajaú, na conversa com o professor Luís Leda, obteve a notícia de que Parsondas escapara da morte por assassinos ligados aos conservadores. Apesar disso, não desistiu do seu nobre ideal de escrever “a história dos crimes da Chapada a fim de ver se o Governo Geral se apiedara, enfim, da nossa negra sorte!”.<sup>715</sup> Nesse aspecto, o jornalista foi visto como alguém que levaria a verdade aos governantes e, dessa maneira, libertaria a região dos conservadores. Em outro momento, afirmou, em pouco mais de uma década longe do sertão, teria trocado carta com Leão Leda, que o recomendou receber Parsondas de Carvalho, pois Abranches já morava no Rio de Janeiro na condição de deputado federal. Na ocasião, o mestiço iria

<sup>713</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 213-4.

<sup>714</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 115-6.

<sup>715</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 100-1.

denunciar os crimes dos conservadores contra os liberais. O deputado se referiu aos escritos do jornalista como uma obra monumental, que versava sobre as tragédias políticas sertanejas. Expressou sua admiração da seguinte maneira:

O irmão de Carlota Carvalho, a incomparável autora do Sertão, possuía o dom de pintar as cenas ao vivo; e o cerco e a capitulação das forças federais, realizadas pelo caudilho liberal que jamais Araújo Costa pudera massacrar, assumiam pela sua pena as proporções de uma epopeia.<sup>716</sup>

Até mesmo os indígenas foram retratados na memória de Abranches, ainda que muito brevemente. Apesar de ter trabalhado com eles, é possível que a leitura e o contato com os irmãos Carvalho tenham influenciado sua visão sobre os nativos. Por outro lado, os indígenas entraram em sua narrativa muito mais para dar sentido a um espírito sertanejo de coragem, persistência e liberdade, que aos próprios nativos. Primeiramente, ele citou, numa conversa com um amigo nos sertões, as “sanguessedentas bandeiras”. O amigo teria afirmado que das bandeiras que partiram de Pastos Bons, apenas três tiveram resultados positivos, uma delas contou com a amizade dos indígenas locais, e resultou na fundação de Grajaú. Abranches disse, por meio do amigo, que na região em que se formou aquela povoação havia dois grupos nativos fortes, os Piscobiés e os Timbira, imortalizados nos versos de Gonçalves Dias pelo gênio guerreiro.<sup>717</sup>

Abranches, tal qual Paula Ribeiro e Carlota Carvalho, exaltou a resistência dos Timbira contra os colonizadores, disse que ela foi eficiente até meados do século XIX. Destino diferente tiveram os nativos menos belicosos, observou o promotor, que logo teriam sido aniquilados pelos “cruéis perseguidores”. Como um feito heroico em prol da liberdade e da opressão contra estrangeiros, também destacou a organização dos Timbira, reunidos numa “confederação de tabas”. A tática dos nativos era se organizar em pequenas fileiras, de modo a fazer esgotar a munição inimiga, para o combate corpo a corpo, mais vantajoso aos guerreiros.<sup>718</sup> Dunshee de Abranches os descreveu como se eles compusessem uma espécie de república indígena, em que havia um governo central, liderado por um cacique, mas com autonomia dos grupos. Nesse modelo de organização, teriam se mantido por mais de três décadas de paz e liberdade.<sup>719</sup> Tal sucesso foi descrito pelo Promotor, mesmo que de uma maneira não deliberada, como um ideal a ser alcançado pelos sertanejos. Da mesma forma que as bandeiras encontraram a resistência no “curioso estado federativo de silvícolas”, os

<sup>716</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 211.

<sup>717</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 113.

<sup>718</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 114.

<sup>719</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 113.



poderes arbitrários provindos dos conservadores do sertão e da capital, em algum momento, parariam diante da organização política dos sertanejos liberais.

Em relação aos aspectos culturais dos sertanejos, a narrativa de Abranches segue o mesmo percurso que a narrativa política, no sentido de positivar uma visão anteriormente negativa. Isso se deu à medida que o magistrado conhecia a região e seus habitantes. Antes mesmos de chegar aos sertões, em conversa com um sacerdote, teria sugerido a ida do religioso àquelas “miseráveis paragens”. O argumento era de que a região precisava mais de educadores que de soldados, por isso a Igreja deveria mandar missionários que não interferissem na política. Na ocasião, o sacerdote teria respondido que havia poucos missionários e que seria um risco ir para tão perigosa região, cheia de jagunços.<sup>720</sup>

Num primeiro momento, quando viajava para os sertões, o nomeado Promotor de Justiça não viu beleza na cultura local e seu estranhamento o levou a um ponto de vista em que as coisas eram bizarras. Três imagens mostram a negativa impressão inicial do lugar, primeiro, quando passou por uma povoação chamada Pau d’Arco, local em que comprara um chapéu para completar a indumentária sertaneja. Na parte da viagem a cavalo, passou por lugares em que a vegetação rasgava as roupas, por isso, fez uso da vestimenta local, com proteção de couro nas pernas e chapéu contra o sol. Na chegada ao povoado, deparou-se com uma celebração que perdurava duas semanas, em comemoração à Lei Áurea, de 13 maio. Ele se referiu ao som dos tambores como um “batuque infernal” em que os festeiros se saciavam com álcool, ato reprovado pelo Promotor.<sup>721</sup>

Em outra ocasião, na parte terrestre da viagem de ida, descreveu moradores do interior, curiosos em ver os viajantes. Tais pessoas se encontravam acoradas nas margens do rio, o que lhe deu uma “impressão da mais completa miséria física”.<sup>722</sup> Pior que as duas anteriores, é sua descrição de ter ouvido “lamentos surdos” vindos da mata que margeava o rio. Disse tratar-se de uma “colônia de morféticos”, pessoas abandonadas pelos poderes públicos. Em consequência disso, estavam exilados naqueles matos. Do interior da floresta, sem jamais saírem do refúgio, contou o guia de Abranches, eles obsequiavam alimentos, remédios e outros produtos.<sup>723</sup>

Durante a longa jornada, em determinado momento, antes de chegar a Barra do Corda, o grupo que acompanhava o Promotor de justiça fez uma parada para descanso. Os

<sup>720</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 30.

<sup>721</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 68.

<sup>722</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 65.

<sup>723</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 71.

habitantes ofereceram, em suas humildes moradas, lugar para dormir, mas o magistrado preferiu dormir ao relento, com a alegação de que suas “choças” eram imundas. Além disso, acrescentou sobre eles o seguinte comentário:

Estes infelizes representavam em geral o tipo tradicional dos vadios das baixadas contidas entre os cursos dos grandes rios do país. Roídos pelas verminoses, intoxicados pela malária, não conheciam o trabalho: viviam do que a natureza dos terrenos espontaneamente lhes fornecia, ou do que os viandantes lhes distribuía.<sup>724</sup>

Tais imagens sobre as pessoas e seu modo de vida não mudariam sem a convivência com os residentes dos sertões. Pode-se dizer o mesmo das leituras posteriores sobre o assunto, em que estão especialmente as narrativas ribeirianas e a dos irmãos Carvalho. As mulheres sertanejas também entraram nos relatos de Abranches. Diferentemente dos aspectos abordados por Paula Ribeiro e Carlota Carvalho, ele atribuiu uma dupla face à mulher. Um amigo teria dito que, nos sertões, a mulher não era apenas Eva, mas também serpente.<sup>725</sup> A própria ida do Promotor à região teve como estopim uma confusão protagonizada por uma mulher, Antoninha Passarinheira, como era conhecida. Ele descreveu de maneira negativa, mesmo assim capaz de levar turbulência por onde passava. Assim narrou: “uma mulher de 25 anos, magra, macilenta, cabelos mal tratados, fisionomia inexpressiva e humilde”.<sup>726</sup> Na conversa com Araújo Costa, em determinado momento, quando quis fugir de uma conversa, falou no alvoroço causado por Antoninha, mas o “Cristo” lhe explicara que a jovem não era de Grajaú, e que as mulheres do lugar, as Evas, “viviam e morriam pelo coração”.<sup>727</sup> Outro amigo lhe contara sobre as mulheres, quando da sua chegada a Barra do Corda. Ele teria falado das boas mulheres, mas também ressaltou que “nestes sertões, mais do que em qualquer outra parte, há uma casta de mulheres que se tornou a perdição dos magistrados e dos padres [...] não passam de armas insidiosas manejadas pelos caciques dos partidos”.<sup>728</sup>

No fim, a imagem de serpente prevaleceu nos relatos de Abranches. O juiz que escapara da morte teria chegado em Grajaú noivo, segundo informações de Araújo Costa.<sup>729</sup> O magistrado, descrito por Abranches como fino e culto, fora enfeitado por uma “desconsolada criatura”.<sup>730</sup> Pior ainda para ele, foi a situação de um chefe de polícia, que se perdera em “orgias e bacanais inomináveis”. Ele teria transformado a própria casa num

<sup>724</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 70.

<sup>725</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 80.

<sup>726</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 137.

<sup>727</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 125.

<sup>728</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 80.

<sup>729</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 127.

<sup>730</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 138.

bordel, e tais condutas morais provocaram a saída de famílias da região. Diante disso, Abranches achava que o governo deveria enviar pessoas acompanhadas dos familiares ou que estivessem predispostas a constituir uma família, como ele mesmo, que teria feito voto de castidade nos sertões.<sup>731</sup> Foi dessa maneira que ele diz ter conseguido se afastar das Evas e principalmente das serpentes.

À medida que o Promotor se estabelecia nos sertões e se aproximava dos liberais, a imagem do povo sertanejo e de sua própria cultura melhorava. Se num primeiro momento à emigração de pessoas de outras regiões em busca de melhores condições de vida desse um tom negativo, depois ganhara outra conotação. Um exemplo é o de cearenses que levaram para Barra do Corda as olarias, pequenas fábricas de telhas. Como resultado daquela atividade na região, afirmou que “Barra do Corda já tinha nessa época pretensões de ser um centro de cultura e atividade social”.<sup>732</sup> Além disso, foi graças aos migrantes que os sertões receberam muitos intelectuais que atuavam decisivamente na política regional.

O jurista afirmou que logo na sua chegada à cidade, em reunião com os jovens republicanos, teve uma boa impressão dos intelectuais locais. Ele se referiu aos jovens como sendo uma sociedade de “costumes simples, mas polidos, e de maneiras distintas e gentis”.<sup>733</sup> Um correligionário político teria dito que os membros de seu grupo sabiam ler e escrever, apesar de morarem numa terra de mestiços analfabetos.<sup>734</sup> O mesmo disse ao Promotor que ele deveria conhecer os sertões para constatar que as povoações eram repletas de uma elite intelectual liberal, que não ficaria aquém da “Atenas Brasileira”, como era conhecida a capital maranhense naquela época.<sup>735</sup> Abranches destacou algumas dessas cidades e deu ênfase à cidade de Carolina, onde teria sido fundado um importante partido republicano no Maranhão. Lá também foi organizado um grupo de intelectuais ligados à ciência, artes e letras, tal como dito por Carlota. Riachão, terra dos irmãos Carvalho, também se destacou, e o jurista lembrou de um de seus ilustres habitantes: “De Pastos Bons, em cartas de estilo primoroso, Parsondas de Carvalho, mestiço de apurada cultura, regozijava-se com a minha presença nos sertões”.<sup>736</sup>

Nesse contexto de valor ao sertanejo, até os mais simples habitantes ganharam relevo na narrativa de Dunshee de Abranches, ao relatar, com certo orgulho, ter passado uma noite na companhia dos vaqueiros. Disse ter sentido de perto “a doce poesia dos sertões e o

<sup>731</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 142.

<sup>732</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 72.

<sup>733</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 78.

<sup>734</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 98.

<sup>735</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 102.

<sup>736</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 155.

encantamento das lendas e novelas do coração da selva maranhense”.<sup>737</sup> Nesse dia, observou que até as canções dos cuidadores do gado tinham um tom patriótico. Em determinado momento, um deles pegou sua viola para recitar a seguinte canção:

Este doutor da Cidade  
a todos nós pergunta:  
– Sabeis o que é liberdade? –  
E vem, e vai, nos assunta...  
E eu respondo à deixa vossa:  
Liberdade é, bem o sei,  
não ter escravos na roça,  
não ser escravo de rei.  
Liberdade, no sertão,  
não é ter imperador;  
aqui manda o coração,  
é ele o nosso senhor.  
Amamos muito esta terra;  
somos povo brasileiro,  
por isso fazemos guerra  
a tudo que é estrangeiro.  
[...].<sup>738</sup>

No fim das contas, o jurista afirmou em seu relatório que aquela região era um cofre de segredos porque, apesar de os sertanejos serem vistos pelos políticos da capital como uma gente rude e ingênua, eram mais sábios do que pareciam, pois naquelas terras se “sabia de coisas que na capital, nunca transpiravam”.<sup>739</sup> Dessa maneira, ele imaginou ter descoberto os segredos que se escondiam no interior daquela terra. Para isso, era necessário que todos aqueles forasteiros recém-chegassem àquela região, respirassem seu ar, conhecessem sua gente e enxergassem com outros olhos a cultura local.

No que tange aos aspectos geográficos, paisagístico da terra, não há dúvida de que as narrativas aqui analisadas são mais diretamente afinadas, pois há, de forma mais clara e direta, relação entre Paula Ribeiro e os demais intelectuais, inclusive Dunshee de Abranches. Seus relatos, assim como os demais, se ocuparam de uma pequena parte do texto, mas nem por isso menos significativa que outros pontos em destaque. Sua descrição sobre o sertão maranhense, nesse aspecto, é previsível, pois se movimenta num sentido progressivo, em que a imagem ganha contornos positivos à medida que o tempo passa e melhora seu conhecimento da região. Tal movimento acontece com elementos anteriormente analisados, como a cultura e a política, e não seria diferente nos aspectos geográficos. Abranches descreveu sua excursão ao interior de maneira poética, com exaltação das belezas. Para valorizar a jovem esposa, que,

<sup>737</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 135.

<sup>738</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 133-4.

<sup>739</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 178.

posteriormente, o acompanhou ao sertão, falou em uma arriscada e penosa viagem de quase um mês. Disse que só os que experimentaram sabiam da dificuldade em enfrentar mosquitos e outros insetos prejudiciais à saúde. Dormir ao relento, exposto a ataques de animais selvagens, eram outros exemplos de iminente perigo e com isso ele quis mostrar a melhora daquele trajeto nos anos 1940.<sup>740</sup>

A aventura por aquela nova paisagem, conforme já informado, deixou os amigos e parentes do Promotor apreensivos. Um deles o alertara que os perigos na nova terra seriam muitos, pois primeiro enfrentaria as pragas de insetos, em seguida, os animais perigosos dos rios, jacarés e piranhas, depois os da selva. Por fim, iria para o meio da “cabralhada” de Leão Leda e seus capangas, entre os quais o perigoso cascavel.<sup>741</sup> Aqui Abranches chega a quase naturalizar os personagens para dar um tom de maior perigo, pois, ainda que de maneira simbólica, iria para o meio de leões e cascavéis. Conta ele que a despedida da capital foi rápida e logo desceu o rio Mearim a bordo do “Gonçalves Dias”, viagem que iria, num primeiro momento, até Pedreiras e depois teria outro percurso por água e também a cavalo. Conta que mal partira e já teria sido arrebatado por uma saudade da terra e dos entes queridos. O medo do desconhecido tomou conta do jovem jurista, que jamais conhecera o interior maranhense até então. Acostumado ao mar, disse que os rios apertavam o coração, e quando adentrava a floresta sertaneja, ouvia sons melancólicos e nostálgicos.<sup>742</sup>

Entretanto, em sua narrativa, as belezas da paisagem se revelavam durante a viagem. Uma das mais belas imagens que o Promotor expressou foi no que teria sido a última emoção na viagem de ida: o encontro dos Rios Mearim e Corda. Numa determinada manhã, viu o sol “dardejar raios de fogo” em uma vegetação esparsa e uma faveira ostentava suas vargens “que estalavam surdamente ao brando sopro de uma brisa cálida e dormente”.<sup>743</sup> Em determinados momentos, até as descrições paisagísticas ganham conotação política, percebe-se isso quando ele descreve o encontro de dois cursos d’água: “as correntes dos dois rios chocando-se bruscamente como que se repeliam sem se misturar; mas o Corda, afinal, mais novo, mais forte e mais ousado, acabava por vencer o soberbo contendor”.<sup>744</sup> Com um pouco de esforço imaginativo, percebe-se, nessa imagem, quase uma profecia do conflito entre liberais e conservadores, em que os liberais triunfariam. Contudo, o mais importante nesta análise é o juízo estético que ela traz, com seu sentido positivo da natureza.

<sup>740</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 184.

<sup>741</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 61.

<sup>742</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 64.

<sup>743</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 72.

<sup>744</sup> ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú...* 1993, p. 72.

Em um dos momentos de tensão, quando fora à casa de Araújo Costa, em Grajaú, Abranches amenizou o momento com a apresentação de elementos paisagísticos. Ao atravessar o rio para uma conversa mais reservada, ele o descreveu como sendo encantador, especialmente pela bela paisagem na outra margem, conhecida por Trezidela. Disse ao líder político que ele tinha um admirável lugar, pois se destacava pelas árvores seculares, frescura da brisa e perfume das flores, associando o lugar a um paraíso. O Promotor disse que, uma vez naquele local, não se tinha vontade de sair de lá.<sup>745</sup> Em outro momento, no encontro com o professor Luís Leda, Abranches conheceu uma das mais famosas frutas do sertão: a guabiroba. No meio da conversa com o irmão de Leão, uma moça trouxe os deliciosos frutos frescos, colhidos à beira do rio.<sup>746</sup>

O jurista atribuiu valor inestimável à natureza sertaneja e, tal como feito por Paula Ribeiro, associou sua paisagem à própria cultura do lugar. Da mesma forma, com base na natureza, comparou a diferença do comportamento dos habitantes do sertão com moradores de outras terras. Ele disse que há uma diferença entre as regiões costeiras e as do interior. Como não poderia deixar de lembrar, a primeira diferença geográfica, ressaltou, era a própria qualidade do pasto, que se refletia na criação de gado. Na baixada, parte norte do Maranhão, havia um rebanho dizimado pelo berne, carrapato, bem como outras pragas, enquanto os do sertão eram formados por um gado vigoroso e sem doenças ou pragas. Assim era com os próprios habitantes, em que os mais próximos da costa viviam em áreas alagadas, fatigados, melancólicos e até doentios. A consequência disso, para o Abranches, era uma tendência à indolência e ao desapego à própria terra. O homem do sertão, mais apegado à terra natal, teria uma situação contrária, pois era saudável, trabalhador e cuidava com afinco de sua agricultura. Diferentemente do que afirmou Carlota Carvalho, Abranches disse que o sertanejo tratava com carinho seu rebanho e, por isso, era bem-sucedido.<sup>747</sup> Assim, com tantos pontos positivos daquelas terras, quando voltou para a capital maranhense, a visão para a paisagem sertaneja já carregava o peso da nostalgia, alimentada por bons tempos vividos lá. Por isso, na volta para casa, o movimento foi contrário à chegada, quando retornou, a paisagem começava exuberante e terminava feia. Assim descreveu:

Soberbas florestas virgens, serranias coroadas de cedros, vales fecundos e sombrios, ranchos alegres e sítios pitorescos, rios piscosos, [...] E, daí por diante, o desencantamento: as campinas alagadas de Anajatuba, os lodaçais, os pântanos e os mangues do primeiro porto da foz do Mearim, servindo ao

<sup>745</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 127.

<sup>746</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 102.

<sup>747</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 154-5.

tumultuário e penoso embarque das reses destinadas ao matadouro de São Luís.<sup>748</sup>

Tal leitura sobre a natureza sertaneja maranhense foi certamente uma das mais importantes para a consolidação de uma imagem positiva sobre o lugar. Esse processo, conforme já dito de forma intermitente, se iniciou nas narrativas ribeirianas e foi se reconfigurando ao longo do tempo. Portanto, o olhar de Dunshee de Abranches liga-se, de forma coerente, a um conjunto bem mais amplo de outras leituras, que possibilitam, em termos culturais, um entendimento sobre a região em evidência neste trabalho. Apesar disso, ele tem suas peculiaridades, sua própria maneira de perceber aquele universo, e mesmo sem perder os vínculos com outras percepções, deu uma contribuição própria para a construção identitária regional, que sobreviveu em seu tempo, assim como sobrevive nos dias atuais.

---

<sup>748</sup> ABRANCHES, Dunshee. A Esfinge do Grajaú... 1993, p. 166-7.

## Considerações finais

Assim foi feito o percurso desta pesquisa, partindo da relação entre o contexto e o evento para explicar um fato histórico. Pode-se afirmar que não haveria uma identidade sertaneja maranhense, tal como se conhece nos dias atuais, sem um conjunto de determinadas ideias e práticas estabelecidas, no âmbito global, em tempos anteriores à própria descoberta da região por criadores de gado, pois tais ideias nortearam práticas que mudaram o mundo. Da mesma forma, não haveria essa mesma identidade sem a atuação intelectual e pessoal de indivíduos como Francisco de Paula Ribeiro e os letrados maranhenses aqui destacados: Parsondas de Carvalho, Carlota Carvalho e Dunshee de Abranches. Sabe-se, tal como já se mostrou anteriormente, que as percepções desses autores sobre os sertões maranhenses foram de fundamental importância para uma compreensão ou apreensão dessa região, em diferentes aspectos, vigentes ainda hoje.

Neste trabalho, considera-se que as ideias sobre o mundo, portanto sobre o sertão, podem se organizar de uma maneira sistemática, direta e intencional, de modo que determinados grupos ou instituições podem estabelecer diretrizes de apreensão sobre dada realidade. Mas partem da premissa de que as ideias, da mesma forma e às vezes até com mais intensidade, como no caso maranhense, também podem se aglutinar de forma não necessariamente sistematizadas para tal propósito. Elas podem, às vezes, exercer sua força criadora de maneira menos proposital e direta, nem por isso menos coerente. Nesse exemplo, está incluído o conjunto de impressões ribeirianas que exerceram significativa influência sobre a maneira de os posteriores olharem para os sertões de Pastos Bons.

Mesmo sem se propor a construir uma identidade regional em suas memórias, pois a própria natureza de seu trabalho era outra, sua narrativa sobre a região, seu povo, sua cultura, geografia, entre outros aspectos, deixou imagens que foram assimiladas. Nesse sentido, Paula Ribeiro “ensinou” a ver positivamente aquelas terras de determinada maneira, e o que antes era apenas um conjunto de ideias sobrepostas, com o intuito de informar a Coroa portuguesa, de um ponto de vista prático e imediato, com o tempo foi se tornando um conjunto coeso. Mas para que isso ocorresse, ideias foram filtradas, classificadas e ressignificadas, de modo que, posteriormente, sua narrativa ajudou a construir uma história bela e bem-sucedida para o sertão, ainda que permeada por conflitos. Um dos resultados desse processo foi uma reconstrução identitária sertaneja positiva, em que foram diluídos num só corpo vários elementos, a princípio, incabíveis, como a paisagem e cultura.



Essa força das influências ribeirianas foi chamada aqui de percepção criadora, pois mesmo sem se propor a isso, acabou por ensinar a olhar e perceber a região sob determinada forma. Outros viajantes escreveram sobre os sertões do Maranhão na mesma época, mas nenhum deles conseguiu adentrar com a mesma profundidade pontos que seriam tão facilmente assimiláveis como fez o militar português. Isso ocorreu tanto pela variedade dos assuntos que destacou, quanto pela própria maneira como o fez. Esse foi um dos motivos que o tornaram, inclusive, nos dias atuais, o maior referencial para intelectuais maranhenses ou não que se propõem a falar sobre a região, nas diferentes modalidades.

Os três intelectuais posteriores a Paula Ribeiro servem de exemplo para evidenciar um diálogo, na maioria das vezes indireto, com as memórias do militar. Eles não são os únicos, conforme já dito, mas significam uma amostragem importante das influências ribeirianas. Cada narrativa percorre seu próprio caminho, tem seu próprio “DNA”, tanto as do militar quanto as dos demais, ainda assim, mais do que talvez imaginaram os próprios autores, essas narrativas se cruzam frequentemente em pontos comuns. Essa intersecção foi importante para reconfigurar uma imagem regional construída por seus próprios intelectuais. Embora a relação entre eles, pelo diálogo das narrativas, seja em boa parte indireta, sua força é significativa, de modo a haver uma “cumplicidade” inegável. Os escritos de Paula Ribeiro sobre os sertões podem ser analisados segundo diferentes enfoques, mas aqui seus vetores foram os aspectos econômicos, políticos, culturais e geográficos. Para evidenciar, de maneira mais clara e didática a relação entre os autores aqui estudados, foram eleitos os mesmos quatro pontos para reler as obras posteriores ao militar, ainda que seja uma diretriz à revelia dos próprios intelectuais.

De uma maneira ou de outra, Parsondas, Carlota e Dunshee, tal como fez Ribeiro à sua própria maneira, apresentaram os sertões de muitas maneiras, mas convergiram em pontos relevantes. Para exemplificar, pode-se assegurar que pelos aspectos econômicos, eles destacam a região de maneira a representar um lugar potencialmente próspero pelas suas atividades econômicas, em especial, com o estabelecimento de suas fazendas de gado. Pelos aspectos políticos, os sertões requerem a presença do poder público como elemento chave para o processo de condução econômica e social da região. Não mais um poder externo, tal como via Paula Ribeiro ao se referir à Coroa portuguesa. Tratava-se então de uma reelaboração que chegou a um poder com autonomia, se possível uma república nos sertões de Pastos Bons. Pelos aspectos culturais, há descrições sobre os costumes indígenas, mas não lhes é atribuída importância em primeiro plano, em consequência disso, eles são coadjuvantes

na própria história dos sertões, apesar do reconhecimento de sua importância. Em todas as narrativas, sua estima é secundária, ainda que tenham algum valor, quem está no centro são os mestiços, vaqueiros, criadores de gado. O sertanejo assume o protagonismo da história sul maranhense, porque, entre outros fatores, é ele quem estava técnica e culturalmente adaptado à principal atividade econômica da região. Não por acaso, ainda nos dias de hoje, ele é visto como símbolo dos sertões. Pelos aspectos geográficos, as narrativas são mais explicitamente harmônicas, pois todos falam de uma natureza de caráter utilitário e ao mesmo tempo estético, como um lugar capaz de oferecer aos habitantes do lugar o que nenhum outro poderia fazê-lo.

No fim, essas narrativas integram um conjunto que, apesar de heterogêneo, acabou por contribuir de forma decisiva para reconstruir ou reforçar uma identidade sertaneja. Os autores o fizeram por alguns motivos, entre os quais o fato de terem tido sensibilidade para captar elementos importantes, facilmente absorvidos pelos habitantes daquela região, intelectuais ou não. Se é verdade que Paula Ribeiro influenciou letrados, a exemplo dos analisados aqui, também é verdade que Abranches e os irmãos Carvalho influenciaram sua geração e até mesmo as posteriores.

É fácil perceber que esse diálogo entre narrativas ainda está em marcha, pois em diferentes grupos, cada um à sua própria maneira, ainda são percebidas ideias que associam o gado à economia; a liberdade à política; o vaqueiro à cultura. Ao mesmo tempo, há o ocultamento dos habitantes nativos, que vivem encurralados em áreas cada vez menores. Por fim, há a associação da geografia à riqueza, poesia e beleza. Esses elementos se diluem na cultura sertaneja e por isso se tornaram pilares de sua própria identidade. Tais ideias são encontradas nos mais diversos segmentos, sejam eles intelectuais, políticos, poetas, escritores ou um cidadão ordinário. Por mais quanto tempo essas ideias sobreviverão não se sabe, só a dinâmica das novas relações sociais e culturais dirão, sabe-se apenas que até aqui elas fazem parte não apenas da história, mas da própria alma sertaneja!

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee. *A Esfinge do Grajaú*. 2 ed. São Luís: ALUMAR, 1993.
- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. rev. anotada e pref. por José Honório Rodrigues. [Rio de Janeiro?]: Soc. Capistrano de Abreu; Briguier, 1963.
- ALDEN, Dauril. “O período final do Brasil colonial”. In: BETHELL, Leslie. (org.) *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 2008. p. 527-92.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008.
- ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento Burguês e o Plano de Estudos do Seminário de Olinda (1800-1836)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 1991.
- AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0015.html>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.
- ANTONIL, André João; MANSUY, Andree. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Paris: Institut des Hautes Etudes de l’Amerique Latine, 1968.
- ANTT, Liv. da Chancelaria de D. Maria I, n.18, 1787.
- ANTT, Liv. da Chancelaria de D. Maria I, n.22, 1787.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- AVELLAR, H. de A. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. 2.ed. Brasília: FUNCEP/Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- BAGGIO, Kátia Gerab. “As viagens, seus relatos e os intercâmbios intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos”. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (org.). *História da América: historiografia e interpretações*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz; WEFFORT, Francisco C. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARRETO, Celia de Barros; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPO, Pedro Moacyr. *O Brasil monárquico: o processo de emancipação*; Tomo 2, 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BAUMER, Franklin Le Van. *O pensamento europeu moderno*, 2 vol. Séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. *Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro*: feita por ordem do governador, e capitão general daquela capitania. Rio de Janeiro, Imprensa Regia, 1810.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)*. Dissertação de mestrado, Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE. Universidade Federal do Paraná, 2010.

BOTELHO, T. R.; PAIVA, C. A.; CASTRO, J. F. M. “Política de população no período joanino”. In: SCOTT; Ana Volpi; FLECK, Eliane (Org.). *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do séc. XIX*. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos; Oikos, 2008. p. 59-88.

BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, 4 vol. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1892-1902.

BRUNO, Ernani Silva. “Introdução (Apontamentos sobre a Religião)”. In: RIEDEL, Diaulas (org.). *O sertão, o boi e a seca*: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte/seleção, introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Cultrix, 1959. p. 16-34.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: Edições SECMA, 1992.

CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo LXII, Parte I, 1900.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939.

CARDOSO, Clodoaldo [Secretário do Diretório Regional de Geografia]. *Municípios maranhenses: Pastos Bons*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, 1947.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 2ª edição. Imperatriz, MA: Ética, 2000.

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. São Paulo: Anablume, 2008.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981.

- CARVALHO, Parsondas. *A Amazônia: do Gurupi ao Balsas*. (Conferência na Sociedade de Geografia a do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 1901. In: DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007.
- CARVALHO, Parsondas. *A guerra do Leda (O Grajaú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX)*. São Luís: A Pacotilha, 1902-3. In: DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007.
- CARVALHO, Parsondas. *A Silvio Romero (Conferência no Centro Republicano Português)*. São Luís, 1919. In: DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Trad. Álvaro Cabral, 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CASTRO, Ana Caroline Neres. *Academia Maranhense de Letras: um século inventando tradições (1908-2008)*. *Outros Tempos*, v. 5, p. 59-75, 2008.
- CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das luzes*; tradução Manuel João Gomes. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005.
- COLLINGWOOD, R.G. *Ciência e filosofia: a ideia da Natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- CORRÊA, Helidacy Maria Muiz; ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo (Org.). *Estratégias de poder na América portuguesa: Dimensões da cultura política*. Niterói, RJ: PPGH – UFF/ São Luís: UEMA/ Imperatriz, MA: Ética, 2010.
- COSTA, Adriane A. Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- COSTA, Wagner Cabral da (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EDUFMA, 2004.
- COXITO, Amândio. *Estudos sobre a filosofia em Portugal na época do Iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.
- DIAS, Manuel Nunes. *A companhia geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: Secção Gráfica da USP, 1971.
- DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

FALCON, F. C. *Política econômica e monarquia ilustrada – a época pombalina – (1700 – 1777)*. Niterói, 2 vol. 1975. Tese de livre docência.

FAORO, Raymundo. *Formação do Patronato Político Brasileiro*. 10 Ed. São Paulo: Globo, 1996.

FERRÃO, António. *A reforma pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2008.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Michael Pereira (Org.). *O Maranhão oitocentista*. Imperatriz MA / São Luís: Ética / Editora UEMA, 2009.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão: suas produções e progressos que tem tido até o presente*. Rio de Janeiro: Editora Livro do Mundo Inteiro, 1970.

GOLDMAN, L. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Joaquim F. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da História do Brasil: o Pensamento Civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *4º Seminário Nacional de História da Historiografia*. Tempo presente & usos do passado, 2010, Mariana, MG. Universidade Federal de Ouro Preto, 2010. v. 1. p. 1-12.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, Estudos Históricos 1(1) 1988, P.5-27.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*, 2 vol. Portugal/Brasil: Ed. Presença/Ed. Martins Fontes, 1974.

HERMING, John. “Os índios e a fronteira colonial”. In: BETHELL, Leslie. (org.) *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 2008. p. 423-69.

HESPANHA, António Manuel. O Movimento Republicano e a Abolição. Entrevistado por Leonardo Pimentel. *Nossa História*, ano 3 nº 34 agosto, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr AB'SABER, Aziz Nacib. *A Época colonial: administração, economia, sociedade*; Tomo 1, vol. 2. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. “Fazendeiros, negociantes e escravos”: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885). In: Marcelo Cheche Galves; Yuri Costa. (Org.). *O Maranhão Oitocentista*. São Luís; Imperatriz: Editora da UEMA; Editora Ética, 2009. p. 169-94.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um *Programma* Histórico. *Revista de História Regional*, v. 10, p. 47-70, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].

KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. (1957) Trad. D. Garschagen. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

KUHN, Thomas S. *La revolución copernicana: la astronomía planetária en el desarrollo del pensamiento occidental*; traducción Domenec Bergada, Barcelona: Ariel, 1985.

LABIDI, Sofiane. *Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, para ocupar a cadeira nº 13*. 20 de setembro de 2012. Disponível em: <http://ihgm1.blogspot.fr/2012/09/posse-de-sofiane-labidi-no-ihgm.html>. Acesso em 16 de maio de 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1996.

LIMA, Carlos. *História do Maranhão*. 2 ed. Revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2008.

LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LIMA, Nísia, Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *O império em construção: primeiro reinado e regências*. São Paulo: Atual, 2000.

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. - 2ª ed. - Lisboa: Moraes, 1982.

MACHADO, Francisco Xavier. *Memória Relativa ás capitánias do Piauí e Maranhão*. IHGB, Tomo XVII, vol. 17, 1854.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil*. (1808- 912). São Paulo. Ed. UNESP. 1997.

MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MARANHÃO, Ricardo; KEATING, Valandro. *Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro*. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “A população do Brasil colonial”. In: BETHELL, Leslie. (org.) *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 2008. p. 311-38.

MARQUES, A. H. de OLIVEIRA (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VIII, Lisboa: Estampa, 1986.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Farias, 1870. 3 vol.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil*. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/>. Acesso em: 1 de abril de 2013.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: *A história escrita: teoria e história da historiografia*. MALERBA, Jurandir (Org.). São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOSO, José... [et al]. José Tangarrina, (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

MAXWELL, Kenneth R. “Porque o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota. 2 ed. São Paulo: SENAC e SESC, 2000. p. 179-95.

\_\_\_\_\_. *A devassa da devassa: a inconfidência Mineira (Brasil e Portugal, 1750 – 1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão*. 4 ed. revista. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

MELO, Evaldo Cabral. *O norte agrário e o império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MENDES JUNIOR, Antônio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história: texto & consulta*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina - MG: Maria Fumaça Editora, 2000.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Exército Português. *Mapa de Informações de Oficiais Inferiores da Companhia de Veteranos da Praça de Jurumenha, 1813/14*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

MORAIS, Herculano. “Apresentação”. In: COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005. p. 7-17.



MOTA, Antônia da Silva. “Família e Fortuna no Maranhão Setecentista”. In: Wagner Cabral da Costa. (Org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: Editora UFMA, 2004. p. 51-80.

MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. 2v.

NETO, Antônio Fonseca dos Santos. “Freguesia e julgado de Pastos Bons (ou ‘São Bento das Balsas de Pastos Bons’)”. In: COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005. p. 23-27.

NETO, Antônio Fonseca dos Santos. “Pastos Bons, o século XIX: insurreições e acomodações”. In: COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005. p. 28-32.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA RAMOS, Luís A. *Da Ilustração ao Liberalismo*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1979.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, ciências, saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. S, p. 195-235, jul. 1998.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos: sociedade e navegação no vale do rio Grajaú*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2011.

PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 55-97.

PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. Tropas Militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Disponível em: [http://buratto.org/gens/gn\\_tropas.html](http://buratto.org/gens/gn_tropas.html).

PEREIRA, Josenildo de J. “Vão-se os anéis e ficam os dedos”: escravidão, cotidiano e ideias abolicionistas no Maranhão do século XIX. In: GALVES, Marcelo C; COSTA, Yuri. (Org.). *O Maranhão Oitocentista*. São Luís: Ética/Eduema, 2009. p. 227-262.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRAZERES, Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense, ou relação histórica da província do Maranhão*. IHGB, Tomo LIV, Parte I, 1891.

RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas*. São Paulo: Alameda, 2008.

RENÔR, J. “Certidão de nascimento da Vila de São Bento dos Pastos Bons em 1770”. In: COELHO, Celso Barros (Coord.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2005. p. 38-40.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. *Notas várias*: Parsondas de Carvalho. Ano I, n. 1, 1926.

RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos sertões maranhenses*. Reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins. São Paulo: Editora Siciliano, 2002.

\_\_\_\_\_. *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1957. v. 25.

\_\_\_\_\_. 1841. Memoria sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las. Revista trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 3º., n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456. Rio de Janeiro. [Reimpressa em 1860].

\_\_\_\_\_. 1848. Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. fidelíssima. Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo X, 1º. Trimestre de 1848, p. 5-80. Rio de Janeiro. [Segunda edição 1870].

\_\_\_\_\_. 1849. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos. *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XII, 1º. Trimestre de 1849, p. 41-86. Rio de Janeiro. [Segunda edição 1872].

RICOEUR, P. *Historia y narrativa*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.

RIEDEL, Diaulas (org.). *O sertão, o boi e a seca*: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte/seleção, introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Cultrix, 1959.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *Pombal Revisitado*, 2 vol. Lisboa, Ed. Estampa, 1984.

SANTOS, S. R. R.; Elizabeth Sousa Abrantes. *Dunshee de Abranches*: a esfinge do Grajaú e a alma nobre dos sertões. In: João Batista Bitencourt; Marcelo Cheche Galves. (Org.). *Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café e Lápis, 2014, p. 103-127.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva; tradução Rosa Freire d'Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARTS, S. B. "O Brasil colonial", c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 2008, p. 339-421.

SCOTT; Ana Volpi; FLECK, Eliane (org.). *A Corte no Brasil*: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do séc. XIX. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos; Oikos, 2008.

SENA, Custódia Selma. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. *Revista Sociedade e cultura*. Goiânia, v.1, n. 1 jan/jun. 1998, 19-28.

SERRÃO, Veríssimo. *História de Portugal*, vol. VI – «O Despotismo Iluminado 1750-1807». 5 ed. Lisboa: Verbo, 1978.

SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Tese de Doutorado em história. Universidade Federal da Bahia, 2007.

SILVA, Ana Ládía da Conceição. *Falas da decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – USP, 2008.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Um grande território despovoado: argumento desenvolvimentista e a anti independência”. In: SCOTT; Ana Volpi; FLECK, Eliane (Org.). *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do séc. XIX*. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos; Oikos, 2008. p. 39-58.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SODRÉ, Néelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

\_\_\_\_\_. *As razões da independência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1976. 3v.

TEIXEIRA SOARES, Á. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de filosofia ilustrada*. [Nova ed.] – São Paulo: Iluminuras, 2004.

VAZ, Leopoldo. *Carta ao IHGM*. São Luís, 7 fev. 2012. Disponível em: <http://www.blogsoestado.com/leopoldovaz/2012/02/07/carta-ao-ihgm/>. Acesso em 05 de maio. 2013.

VELOSO, Roberto. *A esfinge do Grajaú*. Disponível em: <http://jornalpequeno.com.br/edicao/2013/08/28/esfinge-grajau/>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

VICENTINI, Albertina. 1998. “O sertão e a literatura”. *Revista Sociedade e Cultura*. Goiânia: Ed. UFG.

VILLALTA, Luís Carlos. *1789-1808: O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. “Impressão em Portugal: da política régia às publicações ilegais (c. 1750-1806)”. In: VERRI, G. M. W. (Org.). *Memorat: Memória e cultura escrita na formação brasileira*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011, v., p. 133-200.

WIKIPÉDIA. *Ficheiro: Maranhao Municip Pastos Bons*. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maranhao\\_Municip\\_PastosBons.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maranhao_Municip_PastosBons.svg). Acesso em: 21 de janeiro de 2013.